



FINANÇAS SOLIDÁRIAS E A LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA

Luciana Raimundo

UM ESTUDO DE CASO



Copyright © 2015 Luciana Raimundo

Capa

*Design: Tiago Roberto da Silva,
sobre desenho de Luciana Raimundo*

Edição e editoração eletrônica
Carmen Garcez

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

R153f Raimundo, Luciana
 Finanças solidárias e a luta contra-
 hegemônica: fundamentos e limites / Luciana
 Raimundo. – Florianópolis : Em Debate / UFSC,
 2015.
 272 p. : il., grafs., tabs., mapas.
 Inclui bibliografia.
 ISBN: 978-85-68267-12-7
 1. Economia social – Aspectos sociológicos.
 2. Capitalismo – História e crítica. 3.
 Sociologia econômica. I. Título.
CDU: 316.334.2

Todos os direitos reservados a
Editoria Em Debate
Campus Universitário da UFSC – Trindade
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Bloco anexo, sala 301 – Telefone: (48) 3721-4046
Florianópolis – SC
www.editoriaemdebate.ufsc.br / www.lastro.ufsc.br

*O projeto de extensão Editoria Em Debate conta com o apoio de recursos
do acordo entre Middlebury College (Vermont – USA) e UFSC.*

LUCIANA RAIMUNDO

FINANÇAS SOLIDÁRIAS
E A LUTA
CONTRA-HEGEMÔNICA
UM ESTUDO DE CASO



UFSC

Florianópolis

2015

Dedico este trabalho a todos os trabalhadores
e trabalhadoras que, refletindo sobre suas
realidades, se mobilizam a fim de transformá-las.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi possível devido à abertura da Associação Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências ao estudo proposto. Reservo a todos os integrantes da Associação meus especiais e sinceros agradecimentos. Também sou grata por compartilharem suas ricas trajetórias de vida e de luta. Mais do que uma pesquisa, foi uma lição de vida.

Agradeço ao meu orientador Ricardo Gaspar Müller pela liberdade, autonomia, apoio e estímulo dados no processo de elaboração e por me apresentar a obra de Edward Palmer Thompson. Ao professor Ary Minella, dedicado e sempre disponível para ampliar minha análise sobre a crise do sistema financeiro mundial. Ao professor Raúl Burgos e suas considerações sobre Antonio Gramsci. À professora Maria Soledad Etcheverry Orchard, ao querido professor Valcionir Corrêa e à professora Maria Orlanda Pinassi. Agradeço a todos os professores que acompanharam meu percurso formativo e que aqui não estão citados.

Agradeço ao apoio e à compreensão dos amigos. Prefiro não mencionar nomes para não incorrer no erro de esquecer alguém. Levo-os no coração. Agradeço ao meu querido companheiro Caio por escutar minhas reflexões e contribuir com suas ideias para a finalização deste trabalho. Aos sogros e amigos Beatriz Ragazzi Pauli Simão e Cláudio Simão, que me acolheram carinhosamente durante a realização do trabalho de campo. À minha amada irmã Ana Paula, ao seu marido Ivan e aos seus filhos Luana, Arthur e Bernardo. Nunca imaginei sentir tanto amor.

Agradeço ao meu pai José por ter compartilhado comigo a sua paixão pela leitura. Agradeço em especial à minha mãe, Vera Lúcia, pelo seu esforço em tornar a mim e a minha irmã pessoas não conformadas. A vida a tirou de mim, mas quando me lembro da sua luta, não esqueço quem eu sou.

*Uma andorinha só não faz verão,
mas pode acordar o bando todo.*

POETA BINHO

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
APRESENTAÇÃO	23
Organização dos capítulos	24
INTRODUÇÃO	29
A pesquisa	29
Tema e problematização	29
Objetivos da pesquisa	31
Breves considerações epistemológicas e metodológicas	32
A atualidade e a importância do marxismo	37
 1. AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS E O SISTEMA	
FINANCEIRO	41
1.1 As Finanças Solidárias no Brasil	41
1.1.1 O dinheiro a serviço de quem?	45
1.1.2 O que são Finanças Solidárias?	46
1.1.3 Microcrédito e banco comunitário	54
1.2 A moeda e o dinheiro	61
1.2.1 O escambo na satisfação das necessidades	
e a moeda metálica	62
1.2.2 A valoração da mercadoria	66
1.2.3 As casas de custódia e a emissão de papel-moeda	68
1.3 Sistema monetário brasileiro	71
1.3.1 Primeiras instituições financeiras oficiais	
do Brasil	71
1.3.2 O interesse do capital estrangeiro na atividade	
bancária nacional	72

1.4 O desenvolvimento do capital financeiro	83
1.4.1 O capital fictício.....	83
1.4.2 A expansão do capital financeiro nas últimas décadas	86
1.5 Crise no sistema financeiro	92
1.5.1 Breve panorama da crise do sistema financeiro mundial em 2008	92
1.5.2 Análises Keynesiana e Marxista da crise do sistema financeiro	95
1.5.2.1 <i>Análise Keynesiana</i>	95
1.5.2.2 <i>Análise Marxista</i>	97
1.5.3 Os impactos da crise no Brasil.....	106
 2. UNIÃO POPULAR DE MULHERES, O BANCO COMUNITÁRIO E A AGÊNCIA POPULAR.....	 115
2.1 A constituição do bairro Jardim Maria Sampaio	115
2.2 Panorama atual do bairro Jardim Maria Sampaio	122
2.3 A Associação Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências	128
2.3.1 Histórico da Associação.....	128
2.3.1.1 <i>Clube de Mães</i>	130
2.3.1.2 <i>Registro legal</i>	133
2.3.2 Ações desenvolvidas na comunidade	136
2.3.2.1 <i>Idosos</i>	136
2.3.2.2 <i>Mulheres</i>	137
2.3.2.3 <i>Crianças, adolescentes e jovens</i>	138
2.3.2.4 <i>Saúde</i>	138
2.3.2.5 <i>Cultural</i>	138
2.3.2.6 <i>Pedagógica, Profissionalizante e Sustentabilidade</i>	139

2.4 O Banco Comunitário União Sampaio e a Agência Popular Solano Trindade.....	139
2.4.1 Inauguração do Banco Comunitário	
União Sampaio.....	139
2.4.1.1 <i>A implantação do Banco Comunitário</i>	142
2.4.1.2 <i>Impressões e impactos iniciais do Banco Comunitário na região</i>	143
2.4.2 A criação da Agência Popular Solano Trindade.....	149
2.4.3 Estrutura e funcionamento do Banco Comunitário	
União Sampaio.....	153
2.4.3.1 <i>Serviços oferecidos</i>	153
2.4.3.2 <i>Metodologia e critérios para concessão dos empréstimos</i>	155
2.4.3.3 <i>Formação do fundo e captação de recursos</i>	158
2.4.3.4 <i>Organização do trabalho no Banco Comunitário</i>	159
2.4.3.5 <i>Principais dificuldades encontradas</i>	161
2.4.4 Estrutura e funcionamento da Agência Popular Solano Trindade	162
2.4.4.1 <i>Serviços oferecidos</i>	162
2.4.4.2 <i>Formação do fundo e captação de recursos</i>	164
2.4.4.3 <i>Organização do trabalho na Agência Popular</i>	164
2.4.4.4 <i>Principais dificuldades encontradas</i>	166
2.4.5 Projetos de geração de renda	167
2.4.5.1 <i>Mulheres em Revolução e Pão e Arte</i>	167
3. DIALOGANDO A TEORIA COM A PRÁTICA	173
3.1 A percepção dos indivíduos sobre os impactos da experiência	177

3.1.1 A visão dos indivíduos sobre a Associação, o Banco e a Agência.....	177
3.1.2 O que mudou na vida das pessoas e da comunidade?	179
3.1.3 Perspectivas para o bairro, a Associação, o Banco e a Agência.....	186
3.1.4 Limites da experiência.....	189
3.1.5 Refletindo sobre a fase econômico-corporativa.....	189
3.2 A construção de uma identidade coletiva	192
3.2.1 Uma identidade classista?.....	192
3.2.2 Valores, interesses e projetos em comum	197
3.2.3 Arte e cultura: instrumentos de formação e participação política.....	203
3.2.4 Refletindo sobre a construção de uma nova ordem	209
3.3 Articulações políticas e sociais	213
3.3.1 Articulação: Redes de Economia Solidária e Bancos Comunitários.....	215
3.3.2 Um marco regulatório para os bancos comunitários....	220
3.3.3 Participações em movimentos sociais, políticos e artísticos	227
3.3.4 Alcances e limites da atuação em conjunto com o Estado.....	231
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	237
REFERÊNCIAS.....	249
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	263
LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS	267

PREFÁCIO

De que forma organizações populares, como a do Banco Comunitário, contribuem para a transformação “da vida privada e comunitária”, para a “formação de uma identidade de grupo e de classe e à articulação de ações coletivas e formativas”? Esta é a questão fundamental a que a autora procura responder no estudo sobre o Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade, localizados na periferia da zona sul da cidade de São Paulo, bairro Jardim Maria Sampaio, mais especificamente no interior da Associação de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências, também conhecida como União Popular de Mulheres do Campo Limpo. Em outras palavras, a questão central que a autora coloca em sua análise é em que medida “ações empreendidas localmente podem emancipar os trabalhadores e empoderá-los em uma disputa por hegemonia?”.

A pesquisa realizada não se limitou às fontes bibliográficas e documentais e entrevistas ou questionários apenas. A autora participou diretamente do cotidiano da Associação de Mulheres, manteve seu olhar atento à dinâmica local, soube colher com sensibilidade e clareza os sentimentos que emanavam da ação coletiva, as percepções que os membros da comunidade manifestaram sobre sua própria existência e a forma como enfrentam os desafios que lhes são colocados para sobreviver na periferia da maior cidade do país, polo de enorme riqueza e concentração de pobreza, onde os maiores bancos privados do país estão sediados. Assim, foi possível destacar “as vozes dos moradores do bairro e entorno” e preservar a riqueza das falas no que diz respeito às percepções, interpretações e experiências dos entrevistados. E, além disso, constatar a importância que a arte tem na vida comunitária e seu papel como “síntese de uma identidade coletiva”. Além disso, investiga os vínculos com outros movimentos sociais e as parcerias institucionais e governamentais que a Associação incrementa.

Na pesquisa, a autora analisa as iniciativas populares à luz da teoria gramsciana indicando o significado que tais iniciativas podem ter em termos de transferência de poder para a sociedade civil, que se expressam em autodeterminação e criatividade na organização das forças populares. O foco da ação política e da análise se desloca das “instituições já estabelecidas, para o terreno criativo e imprevisível das manifestações das organizações sociais”.

Deixando claro as inspirações metodológicas e teóricas que orientaram o trabalho, pautadas da contribuição que autores marxistas clássicos e contemporâneos oferecem para o entendimento das sociedades capitalistas, a pesquisa leva a refletir sobre as condições atuais do sistema financeiro do país, sobre a atual crise do capitalismo, sobre a situação da classe trabalhadora neste contexto e especialmente refletir sobre as alternativas possíveis com perspectivas que vão além de simples reformas adaptativas do sistema dominante, mas que equacionem possibilidades de transição para uma nova forma de sociedade.

Um dos fatores fundamentais para entender o poder dos bancos e das instituições financeiras é o controle que exercem sobre parte substantiva dos recursos e do fluxo de capitais na economia. Através deste controle são capazes de impor constrangimentos ao processo decisório das políticas governamentais e das decisões estratégicas das empresas, caracterizando-se como um processo de “hegemonia financeira”.

O exercício desta hegemonia, no entanto, é algo problemático, pois está inserido em diferentes conjunturas econômicas (e políticas) e contextos regionais. Nos períodos críticos, quando a disponibilidade de capitais diminui, este poder hegemônico se faz sentir mais claramente. Países e empresas em condições de alto endividamento, necessitando renovar urgentemente seus créditos, estão submetidos de forma mais intensa aos constrangimentos dessas instituições financeiras, incluídas aqui, no caso dos países, a ação de organismos financeiros como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Os casos recentes no cenário europeu ilustram esta situação.

Uma das bases dessa hegemonia é a grande concentração dos recursos em grandes instituições financeiras. No caso brasileiro, os recursos em termos de depósitos e ativos se concentram em um redu-

zido grupo de bancos de controle estatal e privados nacionais e estrangeiros. Leve-se em conta que algumas dessas instituições se integram a grupos econômicos ou financeiros e, portanto, atuam também em outros setores da economia.

No cenário internacional, ocorreu nos últimos anos um intenso processo de centralização das instituições financeiras através de processos de fusões e incorporações, alguns deles envolvendo as maiores do mundo. Como resultado, tanto na Europa como nos Estados Unidos e na América Latina, o volume de empréstimo concedido ficou ainda mais concentrado em algumas poucas instituições. Os dados também sinalizam para uma concentração no mercado de câmbio mundial em cinco maiores bancos. Este nível geral de concentração de capital permite que as decisões de algumas poucas instituições tenham um grande impacto sobre o funcionamento da economia mundial. Sem levar em conta ainda o envolvimento do sistema no desencadeamento da crise recente, e em “escândalos” como a manipulação da taxa de juros Libor que serve de parâmetro para operações internacionais, e da taxa de câmbio como se descobriu recentemente, além da existência de monumentais fraudes fiscais que afetaram as finanças públicas de vários países.

A acumulação financeira atual não envolve apenas a extração do excedente gerado na produção capitalista, mas se concentra também na transferência de rendas via o endividamento público e do endividamento das famílias. Desta forma, parte substantiva do orçamento do país está comprometida com o serviço da dívida e o pagamento de juros, entre os mais elevados do mundo. Exorbitantes taxas de juros sugam mensalmente a renda dos trabalhadores que se submetem ao crédito do consumidor ou outras formas de crédito. Os lucros bancários crescem. Os princípios e as ações pautadas pela Economia Solidária e pelas Finanças Solidárias questionam este processo de hegemonia financeira contemporânea.

A autora constatou que aumenta o entendimento sobre a “lógica do sistema financeiro” enquanto percebem que os bancos convencionais possuem ganhos com as taxas de serviços e com as taxas de juros que cobram e os depósitos coletados na região são alocadas em outros espaços, com outros instrumentos financeiros e com objetivos muito

distantes dos interesses da comunidade local, não contribuindo assim para seu desenvolvimento.

A análise focada no caso do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade leva em conta este contexto global. E a partir disso é que podemos vislumbrar o grande significado que movimentos como o estudado, por mais localizados que sejam, por mais que seu alcance seja restrito a um pequeno grupo, por mais que não possam alterar o sistema financeiro vigente e ainda correr o risco de ser absorvido por ele, mesmo com tudo isto existe uma mensagem clara: sim, é possível criar e vivenciar formas alternativas que representam uma contestação a essa hegemonia financeira e permitem vislumbrar as possibilidades de outra forma de organizar as finanças para que respondam a amplos interesses públicos.

A presente obra é uma contribuição importante neste processo. Além de nos apresentar um conjunto de dados em geral não divulgados para a maioria da população e ignorados pelos analistas do sistema financeiro – como é o caso dos Bancos Comunitários – nos insere no universo concreto de um movimento que busca de forma concreta encontrar e desenvolver alternativas de organização social.

Em um dos depoimentos colhidos, se manifesta o sentimento de que “A gente fica numa luta muito pequena. A periferia continua numa luta cotidiana muito pequena”. Mas ao mesmo tempo reconhece a necessidade de vencer o isolamento e “direcionar o pensamento para [...] saber o que a gente quer para o nosso futuro, o que a gente quer ser, que espaço a gente quer construir”. Podemos considerar que se formos capazes de criar, manter e consolidar mesmo pequenas e comunitárias vivências e formas alternativas concretas de relações financeiras, podemos considerar que seremos capazes de criar, manter e consolidar uma nova estrutura para o sistema financeiro. Dito de outro modo: se podemos visualizar nesses processos que criam, mantêm e consolidam pequenas e comunitárias vivências alternativas concretas ao mundo financeiro capitalista predominante então é possível pensar que poderemos também, quando somadas a um conjunto amplo de transformações, em criar, manter e consolidar um sistema financeiro alternativo.

Ao que tudo indica, experiências como a estudada, assim co-

mo outras bem significativas como o Banco Palmas no Ceará, se desenvolvem em comunidades que desenvolveram ao longo do tempo um grau mínimo de organização e articulação, que começam na maioria das vezes em torno da luta pela solução de problemas comuns imediatos.

A organização de formas alternativas de finanças, tais como as analisadas neste livro, mesmo que localizadas e muitas vezes restritas e limitadas em sua existência temporal, na medida em que criam sua própria moeda – no caso o Sampaio – além de importância prática para os envolvidos, representam um enorme significado em termos de reflexão e entendimento sobre o significado do dinheiro na sociedade. Permite, de alguma forma, desmistificar a forma naturalizada que incorporamos sua presença no cotidiano e perceber seu caráter de construção social. O impacto subjetivo disso é difícil de avaliar. Mas sem dúvida, qualquer um pode ficar impressionado quando se depara com moedas sociais alternativas e pode vislumbrar que as comunidades que são capazes de criar e manter sua própria moeda, podem muito mais!

Outro aspecto relevante a considerar é a percepção que se tem da necessidade de alterar os marcos regulatórios do sistema financeiro no país para o funcionamento dos bancos comunitários. Nesta direção, a análise de uma experiência de finança alternativa na periferia da zona sul de São Paulo, permite pensar de forma mais ampla o sistema financeiro brasileiro. Não se trata apenas de apontar a dificuldade ou a impossibilidade dos mais pobres terem acesso a crédito e serviços bancários, mas também de questionar a atual organização e legislação bancária do país. Seria necessário – aponta Luciana – mobilizar a classe trabalhadora para pressionar por uma reforma bancária. Entendo que isto representaria, por um lado, uma recuperação histórica da luta dos trabalhadores pela constituição de um sistema financeiro que atendesse de forma mais ampla os interesses da maioria da população e o desenvolvimento equilibrado do país, como, aliás, se menciona na Constituição de 1988. E por outro, a inserção no debate que questiona a atual estrutura financeira internacional especialmente após a crise desencadeada em 2008. Isto

representaria uma quebra no insulamento que se impôs ao debate sobre o sistema financeiro, que estaria restrito apenas aos iniciados e especialistas, de preferência vinculados ou identificados com os interesses dos grandes grupos financeiros nacionais e internacionais.

Iniciativas populares no campo das Finanças Solidárias representam muito mais do que prestação de serviços bancários para as comunidades onde elas ocorrem na medida em que permitem mobilizar as pessoas em tornos de suas necessidades e interesses e mobilizar na direção para projetos comuns mais amplos com dimensão política. O reconhecimento de que essas formas alternativas surgem em resposta às contradições do capitalismo, não impede ter presente a possibilidade de que elas se reduzam apenas a formas complementares ao sistema econômico atual, absorvidas na dinâmica contraditória dos ciclos capitalistas e as implantações de inovações tecnológicas e expansão dos mercados que requerem. E também não impedem de indicar os limites se relacionam com o grau de participação, que precisaria ser alargado e a mobilização da comunidade, onde se reconhece a necessidade de aumentar o número de participantes “para consolidar as ações existentes e para formulação de novas”. Identifica-se, ainda, que a divulgação de ações de geração de renda da Associação assim como dos serviços do Banco Comunitário e da Agencia Popular geram uma demanda que muitas vezes não pode ser atendida. Somam-se a isto, dificuldades relacionadas com o uso do Sampaio, a moeda social criada pela comunidade.

Mas a autora observa que cresce a articulação política em torno das Redes de Economia Solidária e de Bancos Comunitários, o que fortalece ações como as desenvolvidas na comunidade estudada e cria possibilidades de ações de maior envergadura na perspectiva de um novo projeto de sociedade. Neste sentido, reconhece a importância da iniciativa estudada e de suas articulações com diferentes redes e movimentos sociais e a relevância política que assume.

Como a autora sinaliza, é necessário ampliar os estudos para dar conta das experiências semelhantes em todo o país, o que permitiria uma “substancial análise de classe”. A presente obra é uma contribuição significativa nesta direção.

Podemos concluir reproduzindo a epígrafe que a autora escolheu:
Uma andorinha só não faz verão, mas pode acordar o bando todo
(Poeta Binho).

Ary Cesar Minella

*Professor do Programa de Pós-graduação
em Sociologia Política – Departamento de Sociologia e
Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina*

APRESENTAÇÃO

Em minha trajetória como socióloga sempre me interessei em estudos relacionados a iniciativas locais que visam suprir uma demanda não atendida pelo governo. No entanto, não acredito que autonomia e criatividade sejam a solução para os problemas econômicos e sociais enfrentados no Brasil, principalmente. Parto do princípio de que um direito deve ser garantido, como o direito constitucional da dignidade humana, por exemplo. Percebo tais iniciativas como possibilidades de um modelo de sociedade, se formando dentro de uma velha ordem existente e despontando no cenário de luta hegemônica.

Para a realização desta pesquisa procurei discutir a Economia Solidária e as Finanças Solidárias no Brasil, realizando, para tanto, um estudo de caso do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade, localizados na periferia da zona sul da cidade de São Paulo, bairro Jardim Maria Sampaio, mais especificamente no interior da Associação de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências, ou União Popular de Mulheres do Campo Limpo (UPM), como também é conhecida. Apresentei algumas estratégias da comunidade diante das dificuldades no acesso a determinados serviços da rede bancária convencional e a subsídios de produtoras artísticas comerciais, além dos impactos que tais estratégias vêm promovendo na vida dos moradores da região.

Assim sendo, o objetivo geral desta pesquisa foi investigar e analisar o alcance e os limites de um banco comunitário e de uma agência popular, mais especificamente a experiência supracitada, no que tange às transformações na vida privada e comunitária dos moradores do bairro Jardim Maria Sampaio, à formação de uma identidade de grupo e de classe e à articulação de ações coletivas e formativas.

De modo geral, para contextualizar a problemática desta pesquisa, recuperei, brevemente, o panorama brasileiro e internacional de

crise do sistema financeiro no início do século XXI e suas implicações na relação entre centro e periferia da economia mundial. Descrevi algumas das ações do governo brasileiro contra a estagnação econômica, envolvendo o sistema bancário público e privado, e refleti sobre as últimas reformas bancárias brasileiras. Procurei abordar a maneira como projetos de bancos comunitários e moedas sociais podem devolver liquidez e estimular a circulação de capital nas regiões periféricas empobrecidas, potencializando o desenvolvimento local.

Sob esta reflexão e diante do atual contexto de crise, refleti sobre duas possíveis alternativas à atual crise do capital: reformar as políticas econômicas existentes, oportunizando a recuperação do atual sistema dominante, ou investigar e aplicar projetos que promovam a transição da velha para uma nova forma de sociedade, entendendo a transição como o processo em que uma sociedade, com uma nova forma de ser social, se constitui a partir da sociedade anterior, carregando, contudo, o peso do passado ainda não totalmente superado (Marx, 2011).

A premissa que coloca a Economia Solidária e as Finanças Solidárias como projetos de superação não é unânime. Acreditar que elas, por si só, podem transformar o atual sistema é tropeçar em barreiras, dispostas nos campos teórico, metodológico e político, que ainda necessitam ser superadas. No entanto, considero que tanto a Economia Solidária quanto as Finanças Solidárias podem contribuir para a reflexão acerca do projeto de sociedade que queremos defender e implementar neste processo de transição, agregando-o, inclusive, à disputa por hegemonia.

ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Para melhor coesão entre os capítulos desta pesquisa, procurei, no início de cada seção, apresentar uma breve explicação, indicando o assunto e a maneira como o abordo. De forma geral, estruturei o texto trazendo na introdução a problemática com a qual trabalho, além das minhas escolhas metodológicas e teóricas. Na sequência, ampliei o contexto de inserção do meu objeto de pesquisa, possibilitando re-

flexões no nível macro para, subsequentemente, refletir sobre a problemática a partir de um novo olhar. Faço uma discussão teórica com base nas categorias selecionadas e finalizo avaliando possíveis novas abordagens e os limites percebidos nos métodos empregados.

Para justificar a maneira como organizo o texto, recorro à minha escolha metodológica, pautada fundamentalmente no pensamento de Marx. Segundo o autor, o método dialético proporciona uma nova concepção de homem e de sociedade, uma interpretação dialética da história e uma crítica da economia política burguesa.

O ponto de partida de uma investigação científica, de acordo com o pensamento de Marx, consiste na compreensão de que a *ideia* não preexiste ao *real* ou ao *material*. A *ideia* é o próprio *real* transposto e traduzido no pensamento do homem. Essa leitura dialética e materialista da relação entre *ideia* e *real* determina este método, segundo o qual a investigação deve partir sempre do real e do concreto enquanto uma rica totalidade de determinações e diversas relações, e não de um real e de um concreto idealizados (Barbosa, 2002, p. 14). Segundo Marx, o concreto é, pois, assim concreto por significar a concentração de múltiplas determinações, ou seja, uma unidade, uma síntese do múltiplo. Dessa maneira, aparece no pensamento como processo de concentração, como resultado e não como ponto de partida, embora ele seja o ponto de partida real, o ponto de partida da intuição e da representação (Marx, 2011, p. 54).

Começando pelo real, “haveria de início uma representação caótica do todo, e só através de determinação mais precisa eu chegaria analiticamente cada vez mais, a conceitos mais simples”. Partindo do concreto representado, chegaria a abstratos sempre mais tênues, até alcançar, por fim, as determinações mais simples. A viagem recomençaria pelo caminho de volta (*detour*), até reencontrar finalmente o concreto, já não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de múltiplas determinações e relações (Marx, 2011, p. 54).

Dessa maneira, considero o materialismo dialético importante para compreendermos os fenômenos singulares em sua relação dialética com o universal, isto é, com a totalidade das relações exis-

tentes. Para tanto, após apresentar meu objeto de pesquisa, procuro expor o contexto no qual se encontra inserido, buscando categorias que possam auxiliar na investigação que proponho. É importante destacar que na construção do presente texto, ou seja, na exposição dos resultados da pesquisa, procurei conjugar o método de investigação com o método de exposição, segundo o pensamento marxiano. Dando maior destaque ao método investigativo, empenhando-me, no entanto, em expor criticamente meu objeto de estudo, pretendi também direcionar um olhar pedagógico e formativo sobre o desenvolvimento de pesquisas científicas.

No primeiro capítulo, de modo geral, abordo a Economia Solidária no Brasil e a atuação dos bancos comunitários existentes. Visando possibilitar a compreensão sobre lógica da circulação, resgato as origens do sistema monetário, compreendendo a criação da moeda, do dinheiro, dos bancos e do crédito. Analisando os sujeitos observei que, diferentemente das zonas rurais, os sujeitos que compõem a realidade urbana dificilmente fogem do sistema de trocas. Não ser donos dos meios de produção deixa a maioria dos moradores do bairro Jardim Maria Sampaio condicionada à circulação do dinheiro, que, nesse contexto, torna-se um importante intermediário das trocas. Descrevo também o desenvolvimento do sistema monetário brasileiro, incluindo as primeiras instituições financeiras oficiais do Brasil e o interesse do capital estrangeiro na atividade bancária nacional. Reflito sobre a expansão do capital financeiro e os impactos da crise do sistema financeiro nas economias nacionais.

Neste ponto, discuto o desenvolvimento do capital fictício, o processo de expansão financeira e a crise do sistema financeiro mundial no início do século XXI. Analiso as gestões neoliberais e as políticas keynesianas assumidas pelos países no centro da economia mundial, apontando alternativas situadas no campo da Economia Solidária e das Finanças Solidárias, formadas dentro e a partir do sistema capitalista, como estratégia para o desenvolvimento das condições históricas necessárias à transformação, nos âmbitos social, econômico e político. É importante ressaltar que a intensificação de experiências alternativas e informais no campo econômico não está condicionada à crise do sis-

tema financeiro. Em períodos de crise, elas tendem a um crescimento, sendo que, me utilizo do atual momento histórico para discorrer acerca de uma especificamente.

Mesmo considerando as ações do governo de Dilma Rousseff na contenção dos distúrbios causados pela crise no Brasil, como o estímulo à oferta de crédito por bancos públicos e privados, algumas regiões permaneceram com suas economias estagnadas. No bairro estudado, a maioria dos aspirantes ao crédito não preenche os requisitos necessários para efetivar empréstimos, potencializando a falta de liquidez e prejudicando a circulação do dinheiro na região. Nesse sentido, procuro refletir sobre iniciativas como a da Associação de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências, do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade na mobilização da comunidade, na oferta de crédito e na criação de moedas sociais.

No segundo capítulo enfatizo a investigação empírica, destacando as vozes dos atuais moradores do bairro Jardim Maria Sampaio e entorno, com os quais convivi no período referente ao trabalho de campo. Utilizei-me das entrevistas de modo direto, ensejando preservar a riqueza das falas no que diz respeito às percepções, interpretações e experiências dos entrevistados. O objetivo deste capítulo é, por meio da fala dos sujeitos, descrever a constituição do bairro Jardim Maria Sampaio e seu panorama atual, descrever a história e as ações da Associação, contextualizar a organização do Banco Comunitário e da Agência Popular, bem como suas estruturas de funcionamento.

Nesse movimento de ampliação e interpretação do contexto, as categorias eleitas originalmente modificaram-se. Definir o conceito de “categoria” não é uma tarefa fácil. Para Marx, as *categorias* são formas de ser, determinações de existência, expressões do real; a historicidade e a objetividade são determinações do ser social (Marx, 2011, p. 59). Cheptulin (2004, p. 55) aconselha que se comece pelo aspecto ou pela relação fundamental e determinante do fenômeno estudado. Sugere abordar a problemática por meio de três vias, possuindo em comum o fato de serem problemas centrais da dialética materialista, logo, pontos de partida válidos. São elas: a relação entre pensamento e ser (ou consciência e matéria); a lei da unidade e da luta dos contrá-

rios, que expressa a relação fundamental entre os fenômenos objetivos; e a prática social, fator fundamental e determinante do conhecimento. Assim, no terceiro capítulo realizo algumas reflexões teóricas a partir das categorias *trabalho*, *ação coletiva*, *consciência de classe* e *experiência de classe*.

Por fim, nas considerações finais, trago alguns aspectos da problemática trabalhada, sugerindo novos estudos a partir da identificação dos limites proporcionados pelo recorte realizado e, naturalmente, pela minha ainda curta trajetória como pesquisadora.

INTRODUÇÃO

A PESQUISA

Tema e problematização

A motivação para a realização desta pesquisa funda-se na importância em se pautar uma discussão referente ao papel transformador dos sujeitos, em relação às estruturas política, econômica e social vigentes. Questões, como as levantadas por Gramsci – na interpretação de Semeraro (1999, p. 237) –, estimularam-me nas reflexões que promovo neste trabalho.

Como é possível socializar o poder, a economia, a política de tal maneira que se chegue ao desenvolvimento humano e social de todos? Como conciliar a individualidade e a multiformidade com o consenso ativo tão fundamental para a vida em sociedade? (Semeraro, 1999, p. 237).

De modo geral, discuto nesta pesquisa a Economia Solidária e as Finanças Solidárias no Brasil, propondo um estudo de caso do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade, localizados na periferia da zona sul de São Paulo, bairro Jardim Maria Sampaio, mais especificamente no interior da Associação de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências, ou União Popular de Mulheres do Campo Limpo (UPM) como também é conhecida. Exponho as estratégias da comunidade diante das dificuldades no acesso a determinados serviços da rede bancária convencional e a subsídios de produtoras artísticas comerciais, além dos impactos que estas promovem na vida dos moradores da região.

Para contextualizar a problemática desta pesquisa recupero, brevemente, o panorama brasileiro e internacional de crise do sistema financeiro, no início do século XXI, e suas implicações na relação entre centro e periferia da economia mundial. Descrevo as polêmicas ações do governo brasileiro contra a estagnação econômica, envolvendo o sistema bancário público e privado e uma reflexão sobre a reforma bancária. Abordo a maneira como projetos de bancos comunitários e moedas paralelas, que particularmente em momentos de crise do sistema capitalista crescem, podem devolver liquidez às regiões periféricas empobrecidas, concentrando capital e potencializando o desenvolvimento local.

Partindo desta reflexão e diante do atual contexto de crise, problematizo duas possíveis alternativas: reformar as políticas econômicas existentes, oportunizando a recuperação do atual sistema dominante, ou, investigar e aplicar projetos que promovam a transição da velha para uma nova forma de sociedade. Considero a transição como o processo em que uma sociedade, com uma nova forma de ser social, se constitui a partir da sociedade anterior, carregando, contudo, o peso do passado ainda não totalmente superado (Marx, 2011). Não se trata de evolucionismo social e sim de um processo que envolve a tomada do Estado com sua atual configuração e sua superação.

Segundo Pinassi, o primeiro desafio a se enfrentar na transição para o socialismo é reconhecer que o trabalho, na sua forma fetichizada, estranhada, reificada, continua sendo o único recurso capaz de produzir as riquezas mais concretas para o capital, sendo sua atualidade ainda mais problemática que no passado. O segundo desafio da atualidade, para a autora, não é questionar se há saídas para as misérias deste mundo, mas buscar nessas misérias as verdadeiras possibilidades de reconstrução dos caminhos para o *ser/estar* realizar-se com liberdade num mundo humanamente necessário (Pinassi, 2009, p. 39).

A premissa que coloca a Economia Solidária e as Finanças Solidárias como estratégia de superação não é unânime. Acreditar que elas, por si só, podem transformar o atual sistema é tropeçar em barreiras, dispostas nos campos teórico, metodológico e político, que ainda necessitam ser superadas. No entanto, considero, conforme defen-

derei, que tanto a Economia Solidária quanto as Finanças Solidárias podem contribuir para a reflexão acerca do projeto de sociedade que queremos apoiar e implementar no processo de transição.

Nesta perspectiva, a pergunta problema para esta investigação é: em um contexto de crise do sistema financeiro mundial e de inaccessibilidade a determinados serviços bancários, mais especificamente à obtenção de crédito por indivíduos sem comprovação de renda e moradia, e sem adimplência financeira entre outros, qual o impacto na vida privada e comunitária das pessoas envolvidas, direta e indiretamente, com a Associação de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências, o Banco Comunitário União Sampaio e a Agência Popular Solano Trindade?

As hipóteses sugeridas para o desenvolvimento desta pesquisa são: o envolvimento direto ou indireto com as atividades da Associação, do Banco Comunitário e/ou da Agência Popular possibilitam mudanças positivas nos padrões econômico-qualitativos na vida das pessoas, além da compreensão da importância das ações praticadas coletivamente; a Associação, o Banco Comunitário e a Agência Popular funcionam como ferramentas estratégicas na constituição de uma identidade classista, compartilhando valores, interesses e projetos comuns; as iniciativas viabilizam a formação e a participação política das pessoas e o fortalecimento de demais mobilizações populares.

Objetivos da pesquisa

Para melhor organizar este trabalho, estabeleci, como objetivo geral, investigar e analisar os alcances e limites de um banco comunitário: a experiência do Banco União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade, inseridos dentro da Associação de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências, no que tange às transformações na vida privada e comunitária dos moradores do bairro Jardim Maria Sampaio, à formação de uma identidade de grupo, à articulação de ações coletivas e formativas e à existência de uma consciência de classe.

A construção das etapas desta pesquisa foi amparada também pelos seguintes objetivos específicos: investigar e analisar as transforma-

ções causadas na vida privada e comunitária dos moradores do bairro Jardim Maria Sampaio, a partir do envolvimento com o Banco Comunitário e/ou a Agência Popular, pelo trabalho e/ou pela utilização do Crédito Consumo, Crédito Puxadinho, Crédito Produtivo ou Crédito Cultural, e as percepções sobre as mudanças econômico-qualitativas em suas vidas privadas e comunitárias; identificar e analisar elementos que possam compor uma identidade coletiva, por meio do mapeamento dos interesses, valores e projetos comuns dos sujeitos envolvidos com a Associação, o Banco Comunitário e/ou a Agência Popular, a fim de relacioná-los com o desenvolvimento de consciência de classe; e investigar e analisar a articulação de ações político-formativas na comunidade, bem como o papel da arte na formação e mobilização dos sujeitos em ações coletivas e demais movimentos sociais.

BREVES CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS

Nessa seção esclareço as escolhas epistemológica e metodológica para a realização desta pesquisa, tendo como pressuposto a compreensão de que as diferenças nos campos das ciências naturais e das ciências sociais, a disputa entre objetividade e subjetividade, assim como a utilização de métodos e teorias científicas ocorrem no sentido de legitimar a atividade científica.

Sousa Santos (2009, p. 19), investigando o desenvolvimento da ciência, aponta duas variantes para os estudos relacionados à sociedade: a primeira consiste em aplicar ao estudo da sociedade todos os princípios epistemológicos e metodológicos que presidiam o estudo da natureza desde o século XVI – “A primeira variante [...] parte do pressuposto que as ciências naturais são uma aplicação ou concretização de um modelo de conhecimento universalmente válido e, de resto, o único válido” (Sousa Santos, 2009, p. 19); a segunda reivindica para as ciências sociais um estatuto epistemológico e metodológico próprio, com base na especificidade do ser humano.

Com o desenvolvimento do relativismo e do construtivismo

social, na década de 1960, sustentado por argumentos referentes à impossibilidade de avaliação objetiva de teorias científicas, abria-se maior espaço para a segunda vertente. Neste cenário, alguns cientistas sociais, frente às críticas relacionadas à ciência tradicional pela Escola de Frankfurt, procuraram aderir a uma ciência compromissada com a transformação social.

Tal vertente, ou seja, o novo paradigma nomeado como qualitativo, possibilitou a realização de estudos antes limitados ao paradigma tradicional. Assim, se observou o desenvolvimento, dentre outros: do construtivismo social, enfatizando a intencionalidade dos atos humanos, privilegiando as percepções e a visão do observado; o pós-positivismo, adotando modelos experimentais com teste de hipóteses e teorias explicativas de relações causais; e a teoria crítica, assumindo uma análise rigorosa da argumentação e do método, dando ênfase na análise das condições de regulação social, de desigualdades e de poder (Sousa Santos, 2009, p. 19).

Para Carspecken e Apple (apud Alves-Mazzotti; Gewandsznajder, 1999, p. 139) a diferença básica entre a teoria crítica e as demais abordagens qualitativas nas ciências sociais encontra-se na motivação política dos pesquisadores em dedicar-se ao estudo de questões como desigualdades e dominação. O pressuposto da teoria crítica é que nenhum processo social pode ser compreendido de forma isolada, pois os conflitos sociais, econômicos e políticos da sociedade estão vinculados às desigualdades existentes nestas esferas. Investigar problemáticas em grupos e instituições, relacionando ações humanas com a cultura e com as estruturas sociais e políticas possibilita-se a compreensão das relações de força existentes, como compreendera Gramsci (2000, p. 41).

A teoria crítica, ao se ater ao estudo do desenvolvimento e das mudanças na sociedade, por meio da investigação dos meios pelos quais os seres humanos produzem coletivamente as necessidades da vida – materialismo histórico – nos auxilia a desassociar como intrínseca à natureza humana as particularidades relacionadas à dinâmica do mercado; “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (Marx, 1982, p. 25).

Apoiado em Marx, E. P. Thompson valoriza a importância da práxis a partir das práticas, experiências, aspirações e valores da classe trabalhadora. Sua interpretação do materialismo histórico articula aspirações políticas e processo histórico. Nesse sentido, toda análise teórica deve ser apreendida na prática do agir humano e na medida do diálogo entre teoria e evidência, isto é, teoria e pesquisa empírica, sem abandonar a atuação política. A articulação da lógica histórica e da categoria “experiência” demonstra a compreensão do autor sobre empiria e teoria, além do interesse na investigação de procedimentos mais adequados e confiáveis para se transitar entre as duas (Moraes; Müller, 2012, p. 281-325).

Perante tal reflexão, adotarei em meu projeto de pesquisa pressupostos epistemológicos e metodológicos da abordagem qualitativa, utilizando-me, para tanto, de teorias e métodos que se pautem no materialismo histórico, considerando este a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social, aos fenômenos da vida da sociedade, ao estudo desta e de sua história. De forma secundária, mas não menos importante, utilizo dados quantitativos e indicadores sociais, a fim de compreender as características da população por meio de informações relacionadas ao seu perfil socioeconômico.

No sentido de organizar a pesquisa, em sua primeira etapa reviso a literatura existente sobre a temática, produzida a partir da abordagem escolhida. Entendo que a formulação e resolução de problemas só podem ser feitas com base em um bom conhecimento das teorias científicas da área de interesse. Assim, um cientista não se limita a resolver problemas, mas também formula questões originais e descobre novos problemas (Alves-Mazzotti; Gewandsznajder, 1999).

Elaboro um estudo de caso sobre a Associação de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências, o Banco Comunitário União Sampaio e a Agência Popular Solano Trindade, a fim de responder a pergunta problema e verificar as hipóteses propostas. Nesta segunda etapa utilizo como métodos investigativos a revisão documental, a coleta de dados quantitativos relacionados aos indicadores sociais, a observação e a entrevista semiestruturada.

Com a revisão documental, ou seja, o levantamento, seleção, leitura e análise de documentos relacionados à Associação, ao Banco Comunitário e à Agência Popular – estatutos, regimentos internos e registros históricos – verifico a estrutura e a organização necessárias para viabilizar o desenvolvimento das atividades, além de levantar o histórico de atuação da entidade na região. Reviso também documentos oficiais relacionados aos bancos privados, públicos e comunitários, – legislação, ementas e pareceres – para a obtenção de dados relativos ao incentivo, à constituição e consolidação de novos bancos comunitários. Utilizo também dados coletados a partir do Sistema de Informação da Economia Solidária (Sies).

Os dados quantitativos relacionados aos indicadores sociais provêm do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/Pnad), das Informações Criminais da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (Infocrim/SP) e do sítio da subprefeitura do Campo Limpo, além de dados obtidos nas entrevistas.

Com relação à observação, compreendo-a como a possibilidade de reconstrução de uma determinada realidade. Segundo Fernandes (1997, p. 49), as chamadas *ciências de observação*, em contraste com as *ciências experimentais* – e, em particular, com as ciências que podem explorar de forma sistemática o método hipotético-dedutivo –, lidam com fenômenos cuja descrição e explicação pressupõe a reconstrução das unidades investigadas, sejam elas um órgão ou um organismo, uma pessoa ou um grupo de pessoas, uma pequena comunidade ou a sociedade industrial. Para o sociólogo, sem a reconstrução do universo empírico restrito, o investigador dificilmente poderá descrever e explicar os fenômenos submetidos à observação. Por meio da manipulação das instâncias empíricas, o investigador descobre a complexa teia de ramificações da realidade, passando a compreender a unidade investigada como totalidade integrada, a formular hipóteses alternativas básicas e a isolar as explanações descritivas e interpretativas consistentes (Fernandes, 1997, p. 47).

Assim, com a observação, possibilitada por estadias no local onde se encontra a Associação, investigo os mecanismos organizacionais

e de incentivos utilizados na dinamização das moedas sociais Sampaio e Solano. Por meio deste método, observo também a existência de ações coletivas, a partir do envolvimento dos moradores em questões político-sociais, e o papel da arte como síntese de uma identidade coletiva. Investigo a existência de ligações com diferentes movimentos sociais, e parcerias institucionais e governamentais.

Com relação à entrevista, Quivy e Campenhoudt (1992, p. 193) afirmam que este método permite ao investigador obter informações e elementos de reflexão, ricos e matizados, devido ao contato direto com os interlocutores. Durante a entrevista, o entrevistado exprime suas percepções em relação a algo, suas interpretações e experiências. Assim sendo, entrevistei pessoas envolvidas direta ou indiretamente com as ações da Associação, do Banco Comunitário e da Agência Popular, a fim de compreender a percepção dos sujeitos sobre mudanças em suas vidas privada e comunitária, identificando elementos que compõem a identidade coletiva dos moradores da região, seus interesses e projetos comuns.

Durante as entrevistas, selecionei uma em particular para acompanhar pelo método da entrevista narrativa. Segundo Bauer e Gaskell (2002, p. 19), a narrativa e a narratividade têm suas origens na Poética de Aristóteles, estando relacionadas à crescente consciência do papel que o contar histórias desempenha na conformação de fenômenos sociais.

Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal. [...] O léxico do grupo social constitui sua perspectiva de mundo, e assume-se que as narrativas preservam perspectivas particulares de uma forma mais autêntica (Bauer; Gaskell, 2002, p. 91).

No entanto, uma narrativa não é apenas a sequência cronológi-

ca dos acontecimentos que são apresentados pelo contador de histórias; possui também uma dimensão não cronológica, expressa pelas funções e sentidos do enredo. É possível observar que as histórias pessoais expressam contextos sociais e históricos mais amplos, e as narrativas produzidas pelos indivíduos são também constituídas de fenômenos sócio-históricos específicos nos quais as biografias se enraízam (Bauer; Gaskell, 2002, p. 92).

Para sistematizar as entrevistas Quivy e Campenhoudt (1992, p. 196) indicam a utilização da Análise de Conteúdo (AC). Segundo Moraes Neto (1999, p. 9), a AC tem origem no final do século XIX e vem se desenvolvendo ao longo das últimas décadas. Orientada inicialmente pelo paradigma positivista por meio da objetivação e da quantificação, tem atingido novas possibilidades ao compor a investigação qualitativa de mensagens e informações. De certo modo, a AC é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados, não sendo possível uma leitura neutra, pois toda leitura se constitui numa interpretação (Moraes Neto, 1999, p. 9).

A ATUALIDADE E A IMPORTÂNCIA DO MARXISMO

Em outubro de 2008, quando o jornal londrino *Financial Times* publicou “Capitalismo em convulsão”, e rapidamente as cópias de *O Capital*, de Marx, sumiram das prateleiras das livrarias, as críticas que caracterizavam esse referencial teórico analítico – utilizado por movimentos sociais e cientistas de diferentes áreas – de anacrônico e ultrapassado, ficaram em suspenso. Segundo Hobsbawm, “Enquanto o capitalismo mundial estiver passando por sua mais grave crise desde o começo da década de 1930, será improvável que Marx saia de cena”. No entanto, em sua opinião, “o Marx do século XXI será, com certeza, bem diferente do Marx do século XX” (2011, p. 16). Hobsbawm justifica a afirmação analisando a expansão da economia global e as sucessivas ameaças ao meio ambiente. Acredita na necessidade de controle do crescimento econômico, pois existe “um conflito óbvio entre a necessidade de reverter, ou de pelo menos controlar, o impacto de nossa economia sobre a biosfera e os imperati-

vos de um mercado capitalista: crescimento máximo e contínuo na busca do lucro” (Hobsbawm, 2011, p. 21).

Segundo Hobsbawm (2011, p. 20), duas coisas não perderam relevância ainda em nossos dias: a visão que Marx tinha do capitalismo como sistema econômico historicamente temporário e a análise que fez de seu funcionamento, ininterruptamente expansionista e concentrador, gerador de crises e autotransformador. Hobsbawm cita Attali para falar sobre a abrangência do pensamento de Marx, afirmando não se tratar de um pensamento interdisciplinar, mas integrador de todas as disciplinas. Segundo Attali, “antes dele, os filósofos consideraram o homem em sua totalidade, mas ele foi o primeiro a apreender o mundo como um todo que é, ao mesmo tempo, político, econômico, científico e filosófico” (Attali apud Hobsbawm, 2011, p. 21).

O contexto de inserção da problemática desta pesquisa é a crise do sistema financeiro no início do século XXI, tendo seus principais reflexos no ano de 2008. Com base na argumentação acima, exponho pontos que evidenciam a importância do pensamento marxiano e sua atualidade. A partir de Marx, pode-se refletir que a crise ocorreu, em grande medida, devido ao aumento da expansão financeira e ao consequente aumento da especulação em torno do juro. Suas ideias sobre esta questão podem ser encontradas em *O Capital*, parte V do livro III, onde descreve o processo em que o capital se torna mercadoria e perverte as relações de produção.

Marx explica que, por meio da extração do trabalho não pago – a mais-valia – o lucro passa a ter valor-de-uso como o dinheiro e, ao funcionar como capital novamente, produz mais capital; o juro ($D + D\Delta =$ juro). O capitalista, que outrora controlava a produção pessoalmente, associa-se a um grupo de investidores, ganhando certa “virtualidade”. Opera as transações financeiras, investindo em empresas voltadas à produção de bens e serviços sem necessariamente estar envolvido com essas atividades. Há ainda os que se concentram em adquirir títulos de dívidas, desagregando-se efetivamente da produção.

Na contracorrente, Martins (2011, p. 20-21), analisou a utilização do referencial teórico marxista pelos movimentos sociais brasileiros, como o MST, indicando uma postura imitativa que, fruto da ainda

latente consciência hierárquica de colonizador e colonizado, implica em análises vazias e em discursos panfletários.

O uso de esquemas pré-fabricados e chavões gestados em outros confrontos e outras sociedades não têm aqui senão o aspecto de conduta imitativa, não criativa, própria do colonizado que ainda pensa com a cabeça do colonizador. A ação política neles baseada não leva senão a uma prática política reduzida a frases vazias e palavras de ordem inconsequentes. Isso acontece até mesmo com grupos ideológicos e partidários que se definem a si mesmos como “de esquerda” (Martins, 2011, p. 21).

Para Bonanno (2009, p. 96-99) – em uma discussão iniciada por Harvey em *A condição pós-moderna* (1989) –, o contexto atual de globalização é caracterizado principalmente pela reorganização da relação “espaço-tempo”. De acordo com o autor, o desenvolvimento da comunicação e a melhora na sua acessibilidade, junto ao surgimento das corporações transnacionais, produção global e redes de consumo tornaram as categorias tradicionalmente empregadas para análises sociais cada vez mais difíceis de serem usadas. Segundo Bonanno (2009, p. 96), a globalização mudou o mundo de tal forma que algumas dessas categorias podem tornar-se obsoletas de forma rápida, possibilitando o aparecimento de outras que reflitam as novas mudanças claramente (Bonanno, 2009, p. 96).

A redução das distâncias e dos obstáculos à circulação, por meio da inovação dos transportes, das comunicações, da abertura das fronteiras dos Estados ao comércio e às finanças e da consolidação de um bom enquadramento jurídico para o comércio internacional, são resultado de um longo esforço na história do capitalismo.

Imagine se as barreiras alfandegárias na Europa nunca tivessem sido abolidas. Para citar outro exemplo contemporâneo, a securitização das hipotecas locais e sua venda a investidores em todo o mundo eram vistos como uma maneira de conectar áreas de escassez de capital àquelas com excedentes, supostamente minimizando os riscos (Harvey, 2011, p. 43).

Contudo, o predomínio do “fundamentalismo” de mercado, da junção da globalização com a geração de riqueza, provocou extrema desigualdade econômica, devolvendo a este sistema o “elemento de catástrofe ao ritmo cíclico básico da economia capitalista”, elemento que gerou a maior desordem no sistema desde 1930 (Hobsbawm, 2011, p. 20-21).

Nesse sentido e concordando com Harvey (2011, p. 45), a situação atual pode estar mais próxima do que nunca da descrita por Marx, e não apenas porque as desigualdades sociais e de classe se aprofundaram no quadro de uma economia global muito mais volátil. Uma configuração inadequada do sistema de crédito, do tipo que estamos testemunhando agora, constitui um ponto de bloqueio potencial para mais acumulação de capital, assim como a concentração de poder social implica o perigo do poder ascendente do monopólio e da concorrência diminuída – em outras palavras, a ameaça da estagnação econômica.

A tendência do capitalismo contemporâneo, segundo Carcanholo (2011, p. 83) é de intensificação da exploração da periferia pelo centro da economia mundial. A mais-valia produzida é transferida para os países centrais, auxiliando na dinamização de alguns mercados nacionais. O aumento, ou melhor, o incremento da taxa de exploração do trabalho torna-se necessário para devolver, parcialmente, liquidez aos países centrais. Ademais, a retração dos mercados para produtos exportáveis, gerando instabilidade nos preços, e a baixa de crédito internacional, necessária para financiar as contas externas estruturalmente desequilibradas, reforçam potencialmente a relação de dependência entre centro e periferia do capitalismo (Carcanholo, 2011, p. 83).

Aplicando políticas de contenção dos impactos da atual crise, a burguesia internacional e os Estados alegam agir em benefício de toda a sociedade global. No entanto, essas afirmações são criticadas por importantes forças de oposição, entre elas a força emergida de iniciativas solidárias, materializadas em cooperativas e associações, entre outros. Novos cenários estão em construção e a Economia Solidária pode auxiliar na produção de novas formas de organização da vida coletiva, promovendo, consequentemente, o desenvolvimento local, utilizando-se, para tanto, de tecnologias que atendam às demandas locais, valorizando os saberes e a cultura da região.

AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS E O SISTEMA FINANCEIRO

1.1 AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS NO BRASIL

Repensar a dinâmica e a intencionalidade do atual sistema econômico permite a reflexão acerca da emergência de novos mecanismos que possibilitem a não vivência da lógica da financeirização e o desenvolvimento de novas relações baseadas no desenvolvimento e na ajuda mútua. Um desses mecanismos é a moeda social, entendida aqui como uma moeda alternativa a oficial, criada e utilizada por certo grupo, viabilizando a circulação de bens e serviços e, consequentemente, o desenvolvimento local. A moeda social é um tipo de moeda paralela, junto com as complementares, pedagógicas e demais.

Diversas são as estratégias utilizadas por empresas que se apropriam do discurso dos benefícios das moedas paralelas para promoverem-se economicamente. Algumas moedas criadas e impulsionadas pelos sistemas de informática contemporâneos circulam no meio digital, como as Bitcoins e as Dotz, por exemplo. No primeiro caso, a criptomoeda não tem uma entidade administradora central, sendo inviável qualquer ente governamental, ou não, manipular o valor da Bitcoin ou induzi-la à inflação. É aceita em diversas lojas virtuais, mas não possui lastro fixo, o que aumenta as incertezas e as especulações em torno do seu valor. No mês de fevereiro de 2013 chegou a US\$ 22,00, em março a US\$ 260,00 e em abril US\$ 160,00¹. No se-

¹ Informações obtidas nas fontes: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bitcoin>>, <<http://infinitybitcoin.blogspot.com.br/p/criptomoeda.html>> e <<http://www.anonymousbr4sil.net/2013/09/o-que-e-bitcoin.html>>. Acessos em: 15 jun. 2014.

gundo exemplo citado, as Dotz não passam de programas específicos de fidelização de clientes, tendo como mecanismo a acumulação de pontos e a posterior troca por produtos, serviços e viagens das empresas parceiras – não passando de nova roupagem para a dinâmica econômica estabelecida.

A meu ver, discutir as Finanças Solidárias, dentro do vasto campo da Economia Solidária, é refletir sobre propostas de vinculação da produção à circulação e todas as transformações econômicas/sociais/ambientais que estas podem desencadear. Mesmo sabendo das limitações e dificuldades na expansão e manutenção dos bancos comunitários e das moedas sociais – ponto que abordarei mais adiante –, essa escolha pauta-se na importância dessas iniciativas encontrarem-se permeadas pelos princípios da Economia Solidária: a autogestão; a democracia; a cooperação; a centralidade; a valorização da diversidade, do saber local, da aprendizagem e formação permanente; a emancipação; a justiça social; e o cuidado com o meio ambiente. Também, por encontrarem-se nelas os princípios das Finanças Solidárias: o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças, a partir de uma política autogestionária; financiar seus membros e não concentrar lucros por meio de altos juros, favorecendo o acesso popular ao crédito; descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário², utilizando para tanto moedas sociais; empoderamento financeiro da comunidade; controle e regulação dos fluxos financeiros a fim de cumprirem seu papel de meio na atividade econômica, entre outros (FBES, 2013)³.

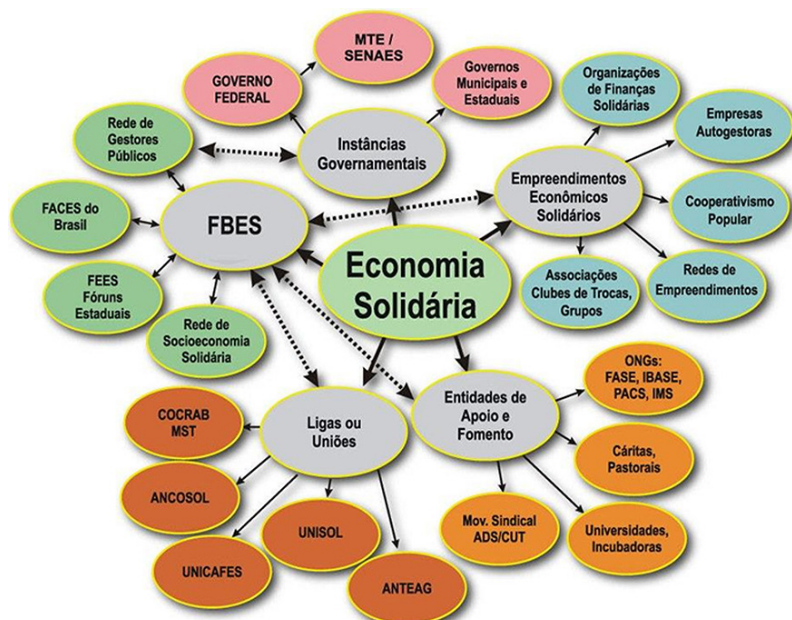
Para compreender as Finanças Solidárias é necessário primeiramente entender como se estrutura a Economia Solidária no Brasil. França Filho (2007, p. 156) identifica quatro categorias de atores

² Comércio Justo e Solidário (CJS) é o fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais, que resulte na participação ativa dos Empreendimentos Econômicos Solidários por meio de sua autonomia. Fonte: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-comercio-justo-e-solidario/>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

³ Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Cf.: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acesso em: 10 abr. 2014.

ou instâncias organizativas que compõem o campo da Economia Solidária no país. São eles: 1) Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que correspondem, segundo o Sistema de Economia Solidária (Sies), às organizações coletivas supra familiares tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes, cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e/ou rural e exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados. São permanentes e realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário; 2) Entidades de Apoio e Fomento (EAF), compostas de organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e de gestão e acompanhamento junto aos EES; 3) Formas de Auto-organizações Políticas (FAP) que, representadas por redes e fóruns de Economia Solidária discutem assuntos variados e elaboram estratégias de ação; 4) Instâncias Políticas do Estado (IPE), representando uma nova institucionalidade pública do Estado. Fazem parte dela secretarias e diretorias de governos, das quais se destacam a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)⁴ e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Os campos da economia solidária dividem-se da seguinte maneira (figura na página seguinte):

⁴ Em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e do Emprego, a fim de viabilizar e coordenar a atividade no território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

Figura 1 – Campo da Economia Solidária no Brasil

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2005⁵.

A articulação de empreendimentos, instâncias governamentais, entidades de apoio e fomento, fóruns e redes, ligas e uniões vai além do mero campo econômico. A Economia Solidária no Brasil é um movimento próprio que se vincula a outros movimentos sociais. Pauta-se na participação popular nas esferas político e econômica, fundamentada em questionamentos e reflexões que desnaturalizam as relações estabelecidas pela lógica capitalista. Dessa maneira, os projetos elaborados são colocados em disputa na arena social, propondo uma nova lógica para o trabalho, para a distribuição de renda e para a qualidade de vida.

⁵ O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, verificável no site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), disponibilizou, até a finalização deste trabalho, somente informações respectivas ao ano 2005.

1.1.1 O dinheiro a serviço de quem?

As instituições financeiras contribuem para um modo específico de desenvolvimento. Evitando qualquer regulação que limite a obtenção de lucros e acumulação de capital, desconsideram os custos para a sociedade e para o meio natural. Torna-se cada vez mais necessária uma nova arquitetura financeira que não se curve à lógica neoliberal e nem vista a roupagem de um reformismo resignado. Nas palavras de Arruda (2009, p. 2) “Uma arquitetura financeira internacional será nova se tiver como meta o fortalecimento da capacidade dos seus membros de planejar e gerir sustentavelmente seu próprio desenvolvimento socioeconômico e humano endógeno, democrático e sustentável”. Segundo o autor, a atual arquitetura financeira está ruindo, pois é “irracional e insustentável”. Ela facilita a acumulação de lucros fáceis aos proprietários de capital, a qualquer custo.

O dinheiro deve circular e servir a objetivos públicos e sociais, sem permanecer sob o controle de uns poucos capitalistas. Arruda (2009, p. 4-5) acredita que o Estado deve desempenhar um papel subsidiário com respeito aos coletivos sociais, apoiando-os no sentido de aumentar sua autonomia e autogestão, em cooperação e solidariedade uns com os outros, a partir do princípio da subsidiariedade⁶. As finanças devem substituir o objetivo de lucro pelo motivo dos direitos humanos, implicando em uma transformação do sistema de propriedades em três dimensões: as finanças devem ser um meio para o Estado orquestrar o desenvolvimento endógeno, provendo uma vida digna e sustentável; o Estado e as instituições financeiras devem reconhecer o direito das regiões, sub-regiões e comunidades de se empoderarem, a fim de controlar e gerir suas próprias finanças e o processo de criação de riqueza material e imaterial; moedas complementares devem ser

⁶ A dignidade humana, a solidariedade, a subsidiariedade e o bem comum são princípios imutáveis no tempo, possuem um significado universal e constituem um parâmetro ideal para a análise e a interpretação dos fenômenos sociais, bem como na orientação da ação humana no campo social. O princípio da subsidiariedade encontra seu fundamento na dignidade da pessoa e trata do relacionamento do Estado em face da pessoa e do corpo social, constituindo-se um direcionamento para as ações estatais e para o inter-relacionamento das pessoas que integram a comunidade. Cf.: <<https://www.univem.edu.br/jornal/materia.asp?mat=18>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

reconhecidas como meios sociais de trocas, dando autonomia para as comunidades produzirem e comercializarem seus bens e serviços localmente, economizando energia e recursos, e mantendo os excedentes em suas próprias regiões (Arruda, 2009, p. 4-5).

No entanto, pensar em reais modificações no sistema monetário implicaria a ruptura com o Estado ou a realização de ações autônomas. Afinal, como se pôde constatar nas seções anteriores, o Estado neoliberal coopera com o sistema econômico vigente. Este é o ponto onde se abarca a maior parte das contradições dos movimentos ligados à Economia Solidária. Pretendo discutir mais adiante, no terceiro capítulo, como as políticas do Estado são observadas pelas pessoas com quem interagi em meu trabalho de campo. Tratarei mais especificamente do marco regulatório dos bancos comunitários e a polêmica envolvida nessa discussão.

1.1.2 O que são Finanças Solidárias?

Diante das dificuldades incitadas pelas políticas de austeridade dos governos afetados pela crise do sistema financeiro, da alta concentração de capital e da estagnação da economia, algumas comunidades passam a enxergar nas Finanças Solidárias uma estratégia para geração de renda em prol do desenvolvimento local. Como afirmei, a intensificação de experiências alternativas ligadas às Finanças Solidárias não está condicionada à crise do sistema financeiro. Elas sempre existiram, mas crescem em momentos históricos marcados por crises do sistema capitalista.

Para auxiliar a compreensão do conceito e do funcionamento das Finanças Solidárias, Singer (2009, p. 69) procura discorrer, brevemente, sobre o sistema financeiro, dividindo-o em três partes: A primeira parte é a considerada capitalista, composta por intermediários financeiros, ou seja, bancos, companhias de seguros, corretoras, entre outros, que visam obter ganhos por meio de lucro e juro. A segunda é a parte estatal, composta por bancos federais e estaduais, que não deveriam visar lucros e sim a prestação de serviços. A terceira parte, por fim, é composta por uma grande variedade de intermediários financeiros.

ros, dos quais uma parcela agrupa-se nas chamadas Finanças Sociais ou Solidárias, sem tendências lucrativas e voltada ao atendimento das necessidades dos sujeitos que não acessam o crédito por motivos que tratarei mais adiante.

Em um contexto de crise do sistema financeiro, as ferramentas das Finanças Solidárias, ou seja, as cooperativas de crédito, os bancos comunitários, as moedas sociais e os fundos rotativos, passam a ser utilizadas para dinamizar a circulação do capital. Como cooperativas de crédito temos as Entidades de Microcrédito (EMCs), geralmente Organizações da Sociedade Civil e de Interesse Público (Oscip) que oferecem crédito mediante garantias morais ou o chamado “aval solidário”, dado a clientes da mesma EMC e que mantêm entre si laços de confiança e ajuda mútua. A legislação não autoriza as EMCs a receberem depósitos dos clientes, assim os fundos que emprestam são captados de fontes estatais ou da ajuda internacional. O outro grupo é formado por associações de poupança e crédito, tendo como símbolo as cooperativas de crédito formadas originalmente na Alemanha no século XIX. Assim, o capital da cooperativa é chamado de fundo rotativo, ou seja, é formado por cotas dos sócios, cujos depósitos compõem o fundo da cooperativa, emprestado exclusivamente a estes. Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) ou Comunitários também podem receber auxílio da igreja católica ou ajuda internacional. Nos últimos anos têm recebido ajuda do Governo Federal, por meio de parcerias com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Senaes, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) (Singer, 2009, p. 71).

A moeda social, criada e operada por associações autogestionárias, torna-se um importante instrumento na viabilização de troca de bens e serviços. Pessoas que vivenciam os impactos da crise estrutural do capital podem trabalhar umas para as outras, satisfazendo suas necessidades e vivenciando novas relações sociais baseadas na ajuda mútua. Assim, algumas experiências realizadas a partir de clubes de trocas e da criação de bancos comunitários para emissão e controle das moedas sociais fortalecem as comunidades e proporcionam novas reflexões acerca do consumo e do dinheiro.

O Banco Palmas é um exemplo emblemático de articulação desencadeada a partir de reflexões e questionamentos dos moradores do Conjunto Palmeiras em Fortaleza, Ceará. Desenvolvendo-se junto ao clube de trocas na região, o Banco Comunitário foi inaugurado em 1998 com cerca de 40 associados e tendo como uns dos principais objetivos a geração de renda e o desenvolvimento local.

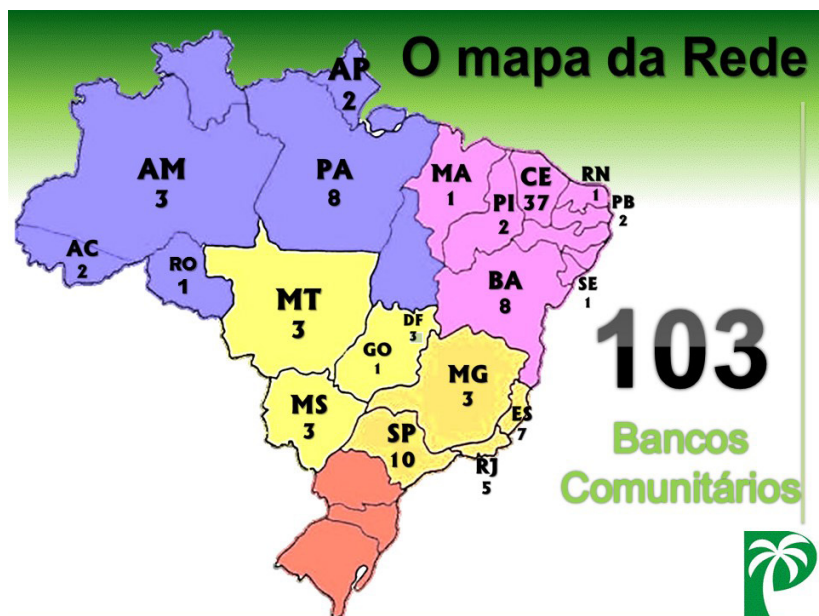
A criação de um cartão de crédito, o Palmacard, e o aumento dos estabelecimentos credenciados aceitando o cartão e a moeda social, transformou o bairro em um grande clube de trocas. Com o lastro da moeda em real, onde cada Palmas vale um Real, podendo ser trocado a qualquer momento, evitou-se o fechamento do comércio em si, permitindo a entrada de fornecedores e a saída da produção local para outras comunidades. Para estimular o comércio e o superávit do Banco Palmas, os estabelecimentos aumentaram a competição da moeda social com descontos no comércio para quem pagasse em Palmas. Além disso, o Banco Comunitário passou a oferecer empréstimos em Palmas ou em Real a grupos solidários de produção, para iniciarem ou expandirem seus negócios (Singer, 2009, 74).

Em 2005 a Senaes firmou uma parceria com o Banco Palmas para difundir os bancos comunitários em outros bairros e municípios. A experiência inspirou a criação do Banco PAR na cidade de Paracuru, 70 km de Fortaleza. Em 2006 o Banco Popular do Brasil torna-se parceiro do Banco Palmas, investindo dinheiro e ampliando as possibilidades do banco. No mesmo ano a Petrobrás se soma às parcerias, apoiando a multiplicação dos bancos comunitários no Brasil. No entanto, Singer (2009, p. 78) alerta que, para o êxito de um banco comunitário, além das parcerias realizadas, a confiança mútua, a capacidade de ação coletiva e o preparo político são cruciais.

Segundo a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, em março de 2011 havia 52 bancos comunitários espalhados pelo Brasil, fornecendo serviços de Finanças Solidárias em uma rede associativa e comunitária voltada para a geração de emprego e renda, pautados nos princípios da Economia Solidária. No final de 2012, segundo a mesma fonte, aumentou para 81 o número de bancos comunitários, com circulação de aproximadamente 500 mil em moedas sociais e estimativa

de 350 mil pessoas utilizando-as. Em março de 2013, no 3º Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, foram contabilizados 103 bancos comunitários espalhados em 19 Estados do Brasil⁷.

Figura 2 – Distribuição dos bancos comunitários pelo território nacional (2013)



Fonte: Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, 2014.

O microcrédito oferecido por um banco comunitário, seja em real ou em moeda social, pode fortalecer iniciativas pautadas no cooperativismo ou no associativismo. É importante considerar que a ampliação destas ações aos EES pode consolidar uma estratégia de enfrentamento da crise estrutural. Não isentando os EES, ou seja, cooperativas, associações, bancos comunitários entre outros, das influências exer-

⁷ Até a finalização deste trabalho os dados não tinham sido atualizados na fonte investigada.

cidas pelo atual sistema na deturpação dos princípios que os regem, pode-se atrelá-los a uma plataforma de desenvolvimento que tenha como perspectiva evitar a fuga do capital para o sistema financeiro e projetá-lo novamente à economia real: a produção. Segundo o Sies, no município de São Paulo, região onde se localiza o Banco Comunitário estudado nesta pesquisa, 350 empreendimentos, dos mais variados tipos, se autodeclararam como pertencentes à Economia Solidária⁸.

Em grande medida, os EES são resultado da falência de empresas capitalistas, subutilização do solo por latifúndios e do desemprego em massa. Para Singer (2008), provavelmente nas próximas décadas o deslocamento dos postos de trabalho do centro da economia para a periferia perderá intensidade. Isso dependerá do ritmo de crescimento das economias nacionais, estimulado por novos padrões de consumo e pela capacidade das potências dominantes de manterem alguma ordem no mercado financeiro global.

Assim, se a Economia Solidária cresce em resposta às contradições do capitalismo, seu crescimento poderá se desacelerar no futuro, passando a ser uma forma complementar deste. Singer (2008) acredita que a Economia Solidária necessitaria desenvolver sua própria dinâmica, ao invés de depender de uma “reatividade” às contradições do modo dominante de produção.

Para evitar tal malogro seria necessário construir um sistema de geração e difusão de conhecimento para dar formação técnica e ideológica aos futuros integrantes da Economia Solidária. Nesse sentido, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) atendem grupos comunitários que pretendem trabalhar e produzir juntos. Desde 1999, constituem uma rede de troca de informações e experiências, a fim de aprimorar a metodologia de incubação e se posicionar dentro do movimento nacional da Economia Solidária. A Unitrabalho, desde 1997, agrega e articula dezenas de instituições de ensino superior no país para o desenvolvimento de projetos em torno dos eixos: educação e trabalho; relações de trabalho e empre-

⁸ Cf.: <<http://www.sies20.mte.gov.br/?ido=ees>>. Acesso em: 20 fev. 2014. Em 09/06/2015 o número era de 363 empreendimentos autodeclarados como pertencentes à Economia Solidária, no município de São Paulo.

go; Economia Solidária e desenvolvimento sustentável (Domingues; Teixeira, 2007, p. 40-45).

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) criou em 1999, em parceria com a Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a Agência Nacional de Desenvolvimento Solidário (ADS). A ADS possibilitou a organização de duas centrais de cooperativas: a Ecosol, um Sistema Nacional de Cooperativa de Economia de Crédito Solidário constituído por cooperativas de créditos singulares, postos de atendimento aos cooperados, bases de apoio e cooperativa central de crédito; e a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol) que, constituída e dirigida por sócias e sócios dos empreendimentos filiados, é responsável por organizar, representar e articular cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da Economia Solidária no país.

A ADS incentivou também a constituição dos complexos cooperativos. Essa ideia, que se inicia nos anos de 2003 e 2004, tem por objetivo a formação de cadeias produtivas, a fim de facilitar a comercialização de produtos, garantindo a subsistência das cooperativas (Domingues; Teixeira, 2007, p. 40-45). Outro importante marco na história das cooperativas no Brasil foi a fundação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) que, junto aos seus parceiros, incentivou a criação de empreendimentos solidários, promovendo qualificação, ferramentas de gestão e meios de valorizar e possibilitar o acesso a um mercado justo e solidário (Sebrae, 2003).

Já as Redes de Economia Solidária (RES) articulam setores do Estado e da sociedade civil, incorporando trabalhadores, militantes de movimentos sociais, comunidade científica, gestores públicos, entre outros. Também compõem as RES a ANTEAG, a Cáritas, a Unisol Cooperativas e a ADS, ligadas à CUT; a rede de incubadoras de cooperativas da UNITRABALHO e de Incubadoras Universitárias. As RES surgem diante do aumento de iniciativas que incorporam os princípios da Economia Solidária, com o objetivo de unir integrantes do mesmo segmento e/ou conectar os vários elos da cadeia produtiva,

além de fortalecer tais iniciativas por meio do compartilhamento das diversas experiências. Elas também:

a) permitem aglutinar diversos atores sociais em um movimento orgânico com forte potencial transformador; b) atendem demandas imediatas desses atores pelo emprego de sua força de trabalho e por satisfação de suas demandas por consumo, pela afirmação de sua singularidade étnica, feminina etc; c) negam estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo e de dominação política e cultural; e d) passam a implementar uma nova forma pós capitalista de produzir e consumir, de organizar a vida coletiva afirmando o direito à diferença e à singularidade de cada pessoa, promovendo solidariamente as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas (Mance, 2002, p. 11).

Com a mesma intencionalidade surge a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, resultado da articulação de todos os bancos comunitários do Brasil que, por meio de um cadastramento realizado após um intenso percurso formativo, recebem o selo de certificação da Rede de Bancos Comunitários. Todos os bancos comunitários possuem o dever de prestar contas de suas atividades no Encontro Nacional da Rede de Bancos Comunitários, realizado anualmente. Dentre os diversos serviços prestados observa-se a intensificação do serviço de crédito produtivo voltado ao fomento de atividades ligadas à Economia Solidária.

São indispensáveis estratégias de proteção da competição capitalista por meio da motivação do consumo solidário, aumentando a demanda por bens e serviços provenientes de EES. Em contrapartida, o próprio Singer (2008, p. 119) alerta que, ao proteger as pequenas unidades solidárias de produção, o consumo solidário lhes poupa a necessidade de se atualizar tecnicamente, levando-as a se acomodar numa situação de inferioridade. Tal proposta teria sentido se as unidades produtivas e as comunidades de compra solidária se integrassem e desenvolvessem padrões de consumo consideravelmente diferentes dos prevalecentes na economia capitalista.

Marx (1991, p. 509) observa que as fábricas das cooperativas de trabalhadores no interior do regime capitalista são a primeira ruptura da velha forma, embora em sua organização efetiva reproduzam vícios do sistema capitalista. O autor mostra como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção correspondentes, um novo modo de produção desponta e se desenvolve partindo do antigo. Sem o sistema fabril oriundo do modo capitalista de produção, não poderia desenvolver-se a cooperativa industrial dos trabalhadores, por exemplo.

Tanto empresas capitalistas por ações quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado, com a diferença que, num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro, de maneira positiva.

[...] as fábricas das cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas, dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho. Elas mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção correspondentes, novo modo de produção naturalmente desponta e se desenvolve partindo do antigo. Sem o sistema fabril oriundo do modo capitalista de produção, não poderia desenvolver-se a cooperativa industrial dos trabalhadores, e tampouco o poderia sem o sistema de crédito derivado desse modo de produção. Esse sistema, que constitui a base principal para a transformação progressiva das empresas capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, também proporciona os meios para a expansão progressiva das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional (Marx, 1991, p. 509).

Contudo, os EES só terão sentido, enquanto estratégia de transição e superação, quando se tornarem tão importantes quanto à participação política nos assuntos do bairro, da cidade e do país. A luta econômica e a luta política devem estar unificadas, sendo que o exercício político almeja o fim da escravização social de toda uma classe.

1.1.3 Microcrédito e banco comunitário

Uma estimativa do número de pequenos empreendimentos formais ou informais que desejavam acessar o microcrédito, calculada na década de 1990, contabilizava cerca de 6 milhões de empreendimentos. Até o final desta década, apenas 2%, aproximadamente, da demanda foi atendida por instituições atuantes do setor no Brasil. Segundo Mick (2003, p. 73), em 2002 havia 183 organismos agentes de microcrédito, encontrando-se entre eles: instituições lucrativas, formadas por sociedades de crédito ao microempreendedor, bancos públicos ou privados e agências de fomento; e instituições não lucrativas, compostas por ONGs, Oscips e fundos governamentais.

Com as novas políticas governamentais implantadas a partir do ano de 2003 no país, os agentes supracitados passaram a compartilhar, de forma mais intensiva, a meta da autossustentabilidade. O objetivo era cobrir os custos de captação e despesas operacionais, ampliando, por meio dos excedentes, o fundo de crédito. Mick (2004, p. 3), para fins analíticos, classifica o fenômeno em dois paradigmas: o “liberal” e o “emancipatório”. Segundo o paradigma liberal, o microcrédito trata-se de uma política compensatória às desigualdades geradas pelo sistema, sendo coerente com valores associados ao capitalismo, como a competitividade, a propriedade e o individualismo.

Dentro do paradigma liberal e na perspectiva da macroeconomia pode-se considerar o sistema de crédito oferecido, – principalmente os ofertados pelo Banco Mundial e bancos privados –, como um mecanismo moderno de extração de riqueza por meio de práticas predatórias. As taxas de juros abusivas sobre os cartões de crédito, as execuções hipotecárias, as especulações financeiras, entre outras táticas de desposseção, beneficiam somente os ricos e poderosos

(Harvey, 2011, p. 198). O processo de financeirização global que vem ocorrendo desde a década de 1970 provocou manipulações e especulações no mercado por meio da circulação de ações e títulos, fraudes corporativas e fraudes de esquema Ponzi⁹, parcialização de ativos por fusões e aquisições, expropriação de ativos dos fundos de pensão por meio dos colapsos das ações e corporações, e a facilitação do endividamento, reduzindo populações inteiras à escravidão pela dívida (Harvey, 2011, p. 198).

Tabela 1 – Taxas mensais de juros – Pessoa Jurídica – 2013

ITEM	MÉDIA/ MÊS	ACUMULADO 2013 <i>(janeiro/2013 a dezembro/2013)</i>	ACUMULADO 12 MESES <i>(janeiro/2013 a dezembro/2013)</i>	VARIAÇÃO PERCENTUAL Taxa básica x Juros cobrados.	
				Taxa Selic – 10,00% Ao ano	
				Juros ao ano	Variação %
Cheque especial	5,62%	92,84%	92,84%	96,0%	860,4%

Fonte: Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC)¹⁰.

⁹ Um esquema Ponzi é uma sofisticada operação fraudulenta de investimento do tipo esquema em pirâmide, que envolve o pagamento de rendimentos anormalmente altos (“lucros”) aos investidores, à custa do dinheiro pago pelos investidores que chegarem posteriormente, ao invés da receita gerada por qualquer negócio real. Cf.: <www.romulorangel.com.br/o-que-e-esquema-ponzi/>. Acesso em: 3 maio 2013.

¹⁰ Cf.: <www.anefac.com.br/uploads/arquivos/20141161114928.pdf> Acesso em: 12 mar. 2014.

Tabela 2 – Taxas mensais de juros – Pessoa Física – 2013

ITEM	MÉDIA/ MÊS	ACUMULADO 2013 (janeiro/2013 a dezembro/2013)	ACUMULADO 12 MESES (janeiro/2013 a dezembro/2013)	VARIACÃO PERCENTUAL Taxa básica x Juros cobrados.
				Taxa Selic – 10,00% Ao ano
				Juros ao ano
CHEQUE ESPECIAL	7,79%	146,06%	146,06%	150,98%
CARTÃO DE CRÉDITO	9,37%	192,95%	192,95%	192,94%
EMPRÉSTIMO PESSOAL EM BANCOS	3,05%	43,33%	43,33%	45,93%
EMPRÉSTIMO PESSOAL EM FINANCEIRAS	7,00%	125,23%	125,23%	129,29%

Fonte: Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC)¹¹.

Do ponto de vista dos tomadores de crédito, Lucianne Carneiro (2012)¹², em “O Globo Economia”, compara o juro médio para pessoa física sobre cartão de crédito no Brasil, de 238% ao ano, com os 16,89% nos EUA e 18,7% no Reino Unido. O absurdo valor dessas taxas fez com que os intermediários financeiros apresentassem os juros sob forma mensal. Os juros de 101,68% para pessoa física e de 50,06% para pessoa jurídica são apresentados como 6,02% ao mês e

¹¹ Cf.: <www.anefac.com.br/uploads/arquivos/20141161114928.pdf> Acesso em: 12 mar. 2014..

¹² Cf.: <<http://oglobo.globo.com/economia/juro-do-cartao-de-credito-no-brasil-de-238-ao-ano-maior-entre-9-paises-6142607>> Acesso em: 17 maio 2014.

3,44% ao mês, respectivamente. Tal estratégia permite disfarçar o caráter composto dos juros, enganando pessoas que, na maioria dos casos, não compreendem matemática financeira (Dowbor, 2012, p. 104).

“No Brasil, cerca de 70 milhões de pessoas perfazem a faixa de renda relacionada com as microfinanças, gerando um potencial de 35 milhões de clientes, metade dos quais teria interesse em obter crédito” (Soares; Melo Sobrinho, 2008). Entre os diversos motivos que impedem essas pessoas de candidatarem-se a empréstimos e abrirem conta em bancos comerciais convencionais está a exigência de uma quantia mínima para depósito, a taxa de administração mensal da conta, a taxa de juros cobrada pelos empréstimos realizados e até mesmo dívidas empreendidas anteriormente, culminando no famoso “nome sujo”.

Outro motivo, ressaltado por Búrigo (Servet; Vallat, 2001, p. 13, apud Búrigo, 2003, p. 2) para a inacessibilidade ao crédito é a baixa presença de organizações financeiras locais que, por sua vez, não conhecem as necessidades e demandas dos possíveis clientes, e não atuam intensamente dentro da lógica das “finanças de proximidade” (Servet; Vallat, 2001, p. 13). A partir deste entendimento, acredita-se que o cooperativismo de crédito seja promissor para se popularizar as finanças no Brasil, ainda que seu peso econômico global seja limitado (Abramovay, 2003; Bittencourt, 2003, apud Búrigo, 2003, p. 2).

Segundo levantamento realizado pelo autor, no ano de 2003, “dos quatro maiores sistemas cooperativos de crédito do país, três são baseados em estruturas cooperativas mais próximas de uma cultura bancária, pois norteiam sua atuação numa lógica de profissionalização gerencial e concentração de recursos visando ganhos de escala” (Búrigo, 2003, p. 4). O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) e o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) possuíam seus próprios bancos cooperativos e o terceiro, o Sistema Unicred Brasil (Unicred), na época, ainda se decidia quanto à criação de um.

Já o Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), o quarto apontado pelo autor, representou a consolidação de um novo modo de funcionamento de cooperativas de cré-

dito no Brasil, sendo denominado como vertente solidária por atuar junto aos segmentos sociais menos favorecidos¹³.

Segundo Mick (2004, p. 4), o paradigma emancipatório situa o microcrédito e as cooperativas de crédito na contramão das tendências gerais do capitalismo, contribuindo com discussões que enfatizam o caráter solidário do crédito e incentivando formas coletivas de produção na lógica anticapitalista. Tais experiências são potencializadas por conexões entre si e/ou estimuladas pelo poder público local. Dentro deste paradigma, é notório o crescimento das chamadas Finanças Solidárias e sua diversificação, constituindo práticas orientadas de acordo com as particularidades de cada comunidade. Assim, procuro dar destaque nesta pesquisa aos bancos comunitários, como propus anteriormente.

No II Encontro Nacional da Rede, em abril de 2007, apesar de não haver plena compreensão do termo, definiram-se bancos comunitários de desenvolvimento como “serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda numa perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária” (Melo Neto; Magalhães, 2007, p. 7).

Um banco comunitário tem como princípio oferecer serviços financeiros e bancários para a comunidade, sendo gerenciado por ela através de uma associação local, sem fins lucrativos. Para além de um fornecedor de serviços, um banco comunitário é um instrumento de organização e estímulo ao desenvolvimento local. De modo geral,

¹³ Em dezembro de 2012 o Brasil registrava 1.214 Cooperativas de Crédito, alicerçadas basicamente em 5 sistemas de crédito: SICOOB, SICREDI, UNICRED e CECRED, CONFESSOL. Cf.: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-brasileiro/>>. Acesso em: 20 out. 2014. Atualmente as cooperativas de crédito estão sob a égide do Banco Central, que visa adequar os processos de regulação e de fiscalização do sistema financeiro aos melhores padrões e práticas adotados e recomendados internacionalmente. Cf.: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/legislacao-cooperativa/governanca-cooperativa>>. Acesso em: 20 out. 2014. De acordo com as leituras realizadas, o embate político-econômico gerado pelo controle do Banco Central pauta-se pela contradição dos pressupostos acima mencionados, no que se refere ao caráter social do crédito e na autonomia para atuação das cooperativas de crédito.

a ação do banco comunitário se concretiza por meio das linhas de crédito produtivo e de consumo, sendo esses os principais meios de circulação da moeda social.

O banco comunitário procura fortalecer o comércio local e a economia popular por meio da circulação de moedas sociais, descentralizando a produção e a distribuição de recursos no território. Algumas comunidades promovem, por meio dos bancos comunitários, a qualificação profissional de seus associados, voltada à criação e gestão de EES. A formação crítica, que também acontece no envolvimento com a experiência, possibilita reflexões e questionamentos sobre a realidade vivida.

Freire (2013, p. 57) sistematiza os diferentes papéis de banco comunitário: a) desenvolver a experimentação, sem fins lucrativos, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; b) emprestar recursos àqueles para quem o retorno social é mais alto, e não àqueles de quem se pode extrair o melhor retorno financeiro; c) promover a educação financeira e o desenvolvimento econômico local de acordo com os princípios da Economia Solidária; d) experimentar instrumentos inovadores para estimular a Economia Criativa e Solidária; e) estender a oferta de produtos e serviços financeiros a certos grupos da população que parecem estar servidos insatisfatoriamente pelo mercado.

No Brasil, historicamente o Estado assumiu a coordenação da indústria de microfinanças por meio da concessão de *funding*¹⁴. As Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte (SCMEPPs) não captam recursos, necessitando de capital próprio, *funding* público ou capital proveniente do setor financeiro. Os bancos comunitários, quando caracterizados como uma Oscip, incluem-se na categoria de instituições sem fins lucrativos, que não são regulamentadas nem supervisionadas pelo Banco Central do Brasil. A experimentação não lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e crédito, conforme consta do inciso IX do art. 3º da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, por

¹⁴ Obtenção de recurso, financiamento.

serem objetivos autorizados a uma Oscip, é uma atividade legalmente reconhecida como de interesse público. No entanto, para desenvolver e implantar um banco comunitário, não é necessário que este seja qualificado como uma Oscip de fato, pois o exercício da atividade com tais objetivos pode preceder a qualificação. Sendo assim, não cabe ao Banco Central manifestar-se sobre a legalidade das operações dos bancos comunitários ou de qualquer pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos tal como definido pelo §1º do Art. 1º da Lei nº 9.790, de 1999, exceto se houver indícios de ilegalidade em suas atividades (Freire, 2013, p. 48).

No caso de bancos comunitários que se caracterizam como Oscip, a fiscalização das atividades envolve o Ministério da Justiça, a quem cabe outorgar a qualificação, que deve ser realizada pelo Ministério Público por meio dos Tribunais de Contas e também por demais entidades públicas envolvidas nos repasses de recursos públicos, por meio dos Termos de Parceria ou diretamente envolvidos. O art. 11 da Lei nº 9.790, de 1999, determina que a execução do objeto do Termo de Parceria firmado pelas entidades públicas com as Oscip será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes em cada nível de governo (Freire, 2013, p. 48).

Todavia, a Lei nº 9.790, de 1999, §1º do Art. 1º, não proíbe acordos de cooperação técnica e de parcerias entre as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, as quais podem ser qualificadas como Oscip na forma do art. 3º, e as entidades mencionadas no art. 2º, que não podem ser qualificadas como Oscip. Assim, quanto às formas de captação de recursos, os bancos comunitários podem ser remunerados pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins. Podem também receber doação de recursos físicos, humanos e financeiros e realizar acordos de cooperação técnica e de parcerias com a finalidade da execução direta de projetos, programas e planos de ações correspondentes aos seus objetivos sociais. No caso de receberem doações, o incentivo fiscal

proporcionado pela Medida Provisória 2.158-35, de 24 de agosto de 2001 garante dedução da apuração do lucro real das pessoas jurídicas que façam doações às Oscip (Freire, 2013, p. 49).

França Filho (2013, p. 91), opinando sobre as experiências existentes, aponta alguns desafios para a efetivação da plena potencialidade dos bancos comunitários. Para o autor, a falta de um marco legal impede a provisão regular de recursos a serem colocados à disposição da comunidade na efetivação dos empréstimos. Os fundos atualmente compõem-se de arranjos e ações desenvolvidas de forma independente e da formação de parcerias institucionais. Medidas encontradas pela Senaes, visando solucionar a dificuldade na composição dos fundos, se efetivam por meio da publicação de editais públicos. Estes, no entanto, são insuficientes para a continuidade dos projetos que, ao final do prazo, ficam sem apoio. Na opinião do autor “urge uma efetiva necessidade de política pública de apoio nesse âmbito” (França Filho, 2013, p. 91).

Outros desafios dizem respeito à necessidade de fortalecimento dos processos de formação, capacitação e qualificação dos trabalhadores dos bancos comunitários na realização de mediações sociais, próprias aos agentes de crédito, e assessoria técnica e apoio para a construção de novos empreendimentos. Existe também a necessidade de fortalecimento dos bancos comunitários na mobilização da comunidade e na criação de articulações institucionais com poderes públicos locais e regionais e com outras entidades apoiadoras (França Filho, 2013, p. 92).

1.2 A MOEDA E O DINHEIRO

De forma a contextualizar meu objeto de investigação, proponho, neste instante, o resgate das origens do sistema monetário, compreendendo a criação da moeda, do dinheiro, dos bancos e do crédito, a fim de problematizar a atual lógica do sistema financeiro à luz do debate sobre Finanças Solidárias.

Nesse sentido, reproduzo a pergunta feita por Soares (2006, p.

48): “O dinheiro é uma instituição espontânea ou criada?”. Para responder tal questão é necessária a investigação do contexto e dos elementos que transformaram o dinheiro em uma instituição ativa e com a forma vigente. Por meio da compreensão desse processo histórico e de contextos específicos podemos verificar a aplicação, o alcance e os limites das moedas paralelas. Apoiando-me metodologicamente no materialismo histórico, pretendo realizar uma contribuição às críticas direcionadas à expansão do capital financeiro, assim como àquelas destinadas às alternativas financeiras. Reflito sobre as Finanças Solidárias, analisando as contradições de sua existência dentro do marco capitalista e suas estratégias de fomento a ações de cunho sociocultural. Longe de uma perspectiva idealista, procuro verificar como tais iniciativas compõem a disputa por hegemonia, ao mesmo tempo em que desenvolvem ações em parceria com o Estado.

Trabalho a exposição escrita do tema objetivando o empoderamento dos leitores a partir da informação. Para tal fim, estendo-me neste capítulo com o propósito de subsidiar a compreensão da dinâmica do sistema financeiro, dos mecanismos da dívida pública e suas consequências nos campos da educação, da saúde, da cultura entre outros, possibilitando a reflexão sobre o atual sistema econômico e, quiçá, aumentando a participação nas organizações de contestação, como a auditoria cidadã e as pertencentes à Economia Solidária. Esse é meu horizonte.

1.2.1 O escambo na satisfação das necessidades e a moeda metálica

Diante do levantamento bibliográfico realizado acerca do assunto, é importante afirmar que o processo histórico, ao longo do qual a troca de mercadorias entre os indivíduos culmina no desenvolvimento de artifícios específicos para o incremento da atividade econômica, não ocorre de forma etapista. A reciprocidade e a redistribuição como formas de integração nas sociedades primitivas, assim como a constituição dos mercados, podem surgir e desaparecer em momentos históricos distintos, dependendo das condições sociais e materiais existentes (Soares, 2006, p. 103).

Em traços gerais, a demanda por satisfação das necessidades básicas e as limitações da produção dos bens necessários à manutenção da vida por um único indivíduo impulsionaram o desenvolvimento do escambo, ou seja, a troca de produtos e serviços. A troca realizada mediante a necessidade de aquisição de bens fundamentais como os alimentos, por exemplo, era permeada pela ideia de valor equivalente. Na impossibilidade de concretização da troca por produtos equivalentes, o escambista aceitava uma mercadoria diferente do seu desejo inicial, mas com circulação garantida, isto é, com a liquidez sustentada no interesse dos demais indivíduos. Do entendimento de que mercadorias com maior liquidez facilitavam as trocas, surgiu a chamada mercadoria intermediária no processo de satisfação das necessidades (Soares, 2006, p. 50).

Alguns autores, considerando o potencial de liquidez de algumas mercadorias, discorrem sobre o seu processo de transformação em moeda. Carl Menger, economista austríaco da escola clássica, desenvolveu a teoria da utilidade marginal, concebida primeiramente por Hermann Heinrich Gossen (1810-1858) na Prússia, em 1854, e que, posteriormente, deu origem à escola neoclássica da economia. Menger (1892, p. 239-255) coloca as mercadorias intermediárias com valor equivalente como fundamentais na criação de uma moeda de troca. O autor aponta a emergência de uma instituição social chamada “meio de troca e de aceitação generalizada”, baseada na utilidade de determinado produto para os indivíduos. Segundo Menger, no mercado, as pessoas aprendem que algumas mercadorias são mais desejadas que outras, passando a aceitá-las mesmo sem carecê-las, a fim de realizarem uma nova troca.

Já Aglietta e Orléan (2002) afirmam que várias mercadorias podem se transformar em moeda, não somente as mais procuradas. Segundo os autores, existe uma rivalidade em cada indivíduo que, por sua vez, inviabiliza o processo de troca. Nesse ponto, acreditam que há um elemento que antecede o valor: a violência. Quando ninguém conhece a forma líquida da riqueza escolhida, todos desconfiam de todos. Os produtos não são trocados, pois existe uma especulação sobre a eleição de outra forma líquida de riqueza escolhida. Nesse processo,

selecionam-se algumas mercadorias até que apenas uma se torne eleita como padrão de troca.

Diferentemente dos autores supracitados, Marx toma o processo de trabalho como a base da sociedade humana. Para o autor, os seres humanos, transformando a natureza, cooperam entre si na busca da satisfação das necessidades. O produto desse trabalho tem por objetivo ser útil para algum indivíduo que, por sua vez, fará uso imediato de suas potencialidades. Marx caracteriza essa relação de troca por seu valor de uso, sendo que, no sistema capitalista, o produto da maior parte do trabalho social são as mercadorias, feitas não para serem consumidas diretamente, mas para serem vendidas/trocadas, agregando a si o valor de troca (Marx, 1996, p. 27-33).

No entanto, dificuldades na produção e no armazenamento de determinados produtos demandaram a substituição das mercadorias intermediárias por algo que contivesse valor e durabilidade em si. A nova mercadoria deveria conter: durabilidade, evitando-se produtos perecíveis; ser facilmente divisível, a fim de facilitar o troco; ter homogeneidade, de modo que fossem iguais às outras unidades desta mercadoria; e ser de fácil manejo e transporte.

Materiais metálicos passaram a ser escolhidos para a efetivação das trocas, sendo os mais utilizados o cobre, o bronze e o ferro. Pela abundância de jazidas, tais metais foram substituídos por outros mais raros, como o ouro e a prata. A moeda metálica, além de assumir o papel de intermediário nas relações de troca, possibilitou a acumulação e o traslado pelo tempo. A utilização de metais preciosos motivou a necessidade de critérios para identificação de pureza, bem como para a estipulação do peso e da medida. O Estado, ou outra força política organizadora da economia, dependendo do caso, assumiu a responsabilidade pela padronização da moeda metálica e a fiscalização da sua circulação, a fim de coibir falsificações (Soares, 2006, p. 54). De acordo com Wray (2003, p. 46), o Estado tem seu papel legitimado na determinação do que servirá como meio de pagamento nas transações privadas porque, em uma disputa legal, o meio de pagamento que o credor é compelido a aceitar será sempre o que o próprio Estado também aceita. Além disso, viver sob a tutela

de um Estado implica o pagamento de tributos, taxas e impostos; todos pagos com a moeda oficial.

A moeda representa, no mundo das mercadorias, uma grandeza comparável, quantitativa e qualitativa. O ouro e a prata, materiais metálicos utilizados para produção de moedas, passam a conservar em si o valor de troca ao assumir o papel de mercadoria. Para Marx, a moeda como mercadoria assume nova dinâmica no mercado: no caso de excesso de moedas em circulação, a redução da velocidade do seu movimento se dará por meio da retirada do excedente em movimento, culminando no processo de entesouramento; já a escassez da moeda eleva a sua velocidade de circulação, provocando o inverso, o desentesouramento. Assim, a moeda perde a sua característica de equivalente geral e sua representação de valor desloca-se do metal em si para o processo de circulação, elevando e diminuindo seu potencial de troca de acordo com a disponibilidade de moedas no mercado (Marx, 1996, p. 250). O dinheiro, então, passa a existir como a representação de uma medida de valor, não mais contendo um valor em si¹⁵.

Por meio da obra de Marx é possível identificar o ciclo completo de reprodução do capital, onde o dinheiro encontra-se no início e no fim. Com o dinheiro é possível adquirir mercadorias necessárias à produção, como matérias primas e a própria força de trabalho. Sem ele não há criação de valor no processo de produção. O dinheiro é necessário também ao final do ciclo, para haver lucro, “porque o lucro não é apenas excedente de mercadorias extraído da força de trabalho humana, mas excedente convertido em moeda” (Mollo, 1987, p. 212). Assim, a moeda deixa de ser apenas um meio de troca e passa a ser um instrumento de validação social do trabalho, velando o caráter social dos trabalhos privados e as relações sociais entre produtores privados. Para Marx, a quantidade de dinheiro “se torna cada vez mais seu único atributo poderoso; assim como ele reduz todo o ser à sua abstração, reduz-se ele em seu próprio movimento a ser quantitativo. A imoderação e o descomedimento tornam-se a sua verdadeira medida [...]” (Marx, 2010, p. 139).

¹⁵ É comum diferenciarmos moeda e dinheiro definindo a primeira como um padrão oficial – no Brasil, o Real –, e o segundo como moeda em circulação, representando um determinado valor.

1.2.2 A valoração da mercadoria

As funções assumidas pelo dinheiro moderno foram responsáveis por um novo reordenamento social e, conseqüentemente, pelo estabelecimento de novas relações sociais. No entanto, como se regulam as proporções em que algumas mercadorias se trocam por outras? Alguns autores passaram a compor versões da teoria monetária, analisando a realidade a partir de diferentes perspectivas. Na obra de Engels “Anti-Dühring”, que remete a um escrito de Júlio César, o Anti-Catão, o autor encerra o capítulo “Teoria e Valor” com a irônica passagem:

Pelo que dissemos, o leitor pode agora escolher, entre as cinco classes de valor que nos são servidas pelo Sr. Dühring numa bandeja, a que mais lhe agrada: o valor de produção que tem a sua fonte na natureza, ou o valor de distribuição, criado pela maldade dos homens e que se caracteriza pela particularidade de ser medida pelo desgaste de força que ele não representa; ou então, o valor que se mede pelo tempo de trabalho; o valor que se mede pelo custo da reprodução; e, por fim, o valor que se mede pelo salário. Como se vê, há o que escolher; a coleção não pode ser mais completa, assim como o é a confusão, e, como sobremesa, podemos exclamar como o faz o próprio Sr. Dühring: “A teoria do valor é a pedra de toque pela qual se aprecia a solidez dos sistemas econômicos” (Engels, 1877, p. 114).

Marx afirma que o valor de troca de uma mercadoria relaciona-se às quantidades proporcionais na qual esta é trocada por outras mercadorias. Quando dois produtos atingem a mesma grandeza sob duas formas distintas, circunstância em que se realiza a troca, se tem o terceiro elemento representado pela medida comum de ambos. Assim acontece com todos os produtos, ou seja, a redução a uma expressão comum, apenas distinguindo-os pela proporção em que contêm esta mesma medida idêntica.

Marx esclarece que os valores de troca das mercadorias nada têm a ver com suas propriedades naturais e que o trabalho é a substância

comum em todas elas. Ao se produzir um determinado objeto de uso pessoal e direito, tem-se um produto. Já para se produzir uma mercadoria em uma economia mercantil, esta necessita satisfazer uma necessidade social, e o trabalho nela incorporado deve representar uma parte da soma global de trabalho da sociedade, ou seja, tem que estar subordinado à divisão do trabalho dentro da sociedade. O trabalho passa a adquirir uma característica quantitativa e qualitativa particular, aparecendo como trabalho abstrato e socialmente necessário, cuja intensidade implica a alteração de seu valor.

Se então a quantidade de trabalho socialmente necessário, materializado nas mercadorias, é o que determina o valor de troca destas, ao crescer a quantidade de trabalho exigível para produzir uma mercadoria aumenta necessariamente o seu valor e, vice-versa, diminuindo aquela, baixa este (Marx, 1865, s/n).

O preço é a expressão em dinheiro do valor, sendo igual para as mercadorias da mesma espécie na economia mercantil e variando conforme a quantidade global destas no mercado. A quantidade de trabalho socialmente necessário e despendido na produção de determinadas mercadorias pode, em determinados momentos, provocar a oscilação dos preços. No entanto, os mecanismos de mercado e dos preços, expressos pela influência que os produtores exercem uns sobre os outros, geram uma tendência ao reestabelecimento dos preços originais. A produção mercantil é um sistema constantemente perturbado, onde cada perturbação do equilíbrio provoca uma tendência ao seu reestabelecimento. Marx identificou, por meio do estudo de longos períodos históricos, a existência de um preço médio, sem grandes alterações (Rubin, 1987, p. 80).

Na sociedade capitalista os preços das mercadorias não equivalem ao valor da quantidade de trabalho necessária para a sua produção. Trata-se do preço de produção, onde se adiciona aos custos de produção o lucro médio do capital investido. Com base nesse pressuposto, Marx critica a lei da oferta e da procura na elevação dos preços de determinadas mercadorias por negar que o lucro possa se realizar a

partir dessa majoração. Ao vender as mercadorias por um preço alto, se comprará outra mercadoria também de preço elevado, sendo impossível a contabilização do lucro. Para o autor, não explicar o lucro obtido por meio da venda das mercadorias, onde os custos de produção, a quantidade de trabalho, mais o lucro médio indiquem seus valores, é um grande absurdo (Marx, 1865, s/n).

Diferentemente do que aponta Marx, alguns autores que contribuíram para a teoria monetária neoclássica, como o já citado Menger, fundam-se na consciência do indivíduo isolado e em sua racionalidade, sendo as trocas realizadas sobre um princípio geral de escolhas, absolutamente centrado na soberania de cada sujeito, independente dos demais. Ele já tem a troca presente e definida antes de qualquer relação com o outro. A relação sujeito/objeto não contempla nenhum conteúdo sócio histórico (Soares, 2006, p. 76).

A teoria de Marx sobre o valor não analisa as relações entre as coisas, ou a relação entre pessoas e as coisas, mas sim as relações entre pessoas que estão vinculadas entre si através de coisas. Além do aspecto quantitativo em que se baseia o valor na quantidade de trabalho abstrato, tem-se o aspecto qualitativo, como uma forma social, onde o valor não caracteriza as coisas e sim as relações humanas nas quais as coisas são produzidas por meio do trabalho social. Marx aponta a inevitabilidade da reificação das relações de produção entre as pessoas em uma economia mercantil. A reificação do trabalho em valor culmina na teoria do fetichismo (Rubin, 1987, p. 83-85).

1.2.3 As casas de custódia e a emissão de papel-moeda

Os cidadãos comuns e os com grande poder de aquisição e venda de mercadorias necessitavam de proteção contra o grande número de assaltos e saques. O local mais seguro e adequado para guardar as moedas metálicas, obtidas por meio das transações comerciais, tornaram-se as casas de custódia. Tais locais guardavam as moedas em segurança, emitindo em troca um recibo para os depositantes; a certidão de depósito. A certidão emitida, circulando também no mercado de trocas, deu origem ao formato de papel-moeda e ao nas-

cimento da mística em torno do dinheiro, ou seja, um simples papel que possui um valor estabelecido e não em si mesmo.

A nova dinâmica estabelecida pela existência e circulação do dinheiro impõe ao próprio dinheiro adaptações para aperfeiçoar, facilitar e multiplicar suas possibilidades de transformação em capital, fazendo, inclusive, emergir novas instituições. De acordo com Marx, a produção capitalista seria impossível com a circulação somente da moeda metálica. O desenvolvimento do papel-moeda, assim como do crédito, são indispensáveis nesse modo de produção (Marx, 1978, p. 420). Para Marx, a possibilidade de a moeda metálica ser substituída por outras de diferente material, contendo meros símbolos, dar-se-ia somente a partir da separação do peso real da moeda de seu peso nominal (Marx, 1982, p. 139).

Neste ponto da análise do processo de desenvolvimento histórico do dinheiro, se faz necessário diferenciar “dinheiro enquanto dinheiro” e dinheiro enquanto capital. No primeiro caso temos M-D-M; a transformação da mercadoria em dinheiro e sua transformação em mercadoria, isto é, vender para comprar. No segundo temos D-M-D; a transformação do dinheiro em mercadoria e a transformação da mercadoria em dinheiro, comprar para vender. O resultado deste segundo processo é a troca de dinheiro por dinheiro e por isso denominada de dinheiro enquanto capital. Ao adicionar ao final da equação certa quantidade a mais de dinheiro tem-se D-M-D’, ou seja, a mais valia (Marx, 1996, p. 267-274).

[...] dinheiro como capital é um aspecto do dinheiro que vai além do seu simples caráter como dinheiro. Pode ser visto como a sua mais elevada realização [...]. De qualquer forma, dinheiro como capital é distinto de dinheiro como dinheiro. Por outro lado, capital como dinheiro parece ser a regressão do capital a uma forma inferior (Marx, 1973, p. 250).

O esforço dos novos mercadores e comerciantes para se emanciparem da usura refletiu no desenvolvimento do crédito e de suas instituições, incluindo os bancos modernos. Segundo Marx, a luta contra a usura, especialmente na Inglaterra, não se tratou da eman-

cipação do prestatário que se colocava em condições indignas, e sim de uma tentativa de submeter o capital portador de juros ao capital industrial.

A importância histórica da usura deve-se ao fato dela, ao lado do capital mercantil, ter originado a formação de uma riqueza monetária independente da propriedade da terra (Marx, 1981, p. 732). Ao mesmo tempo em que a usura arruína os proprietários dos antigos meios de produção e as antigas condições de trabalho, ela constitui uma riqueza monetária autônoma, sendo considerada “poderosa alavanca na formação das precondições para o capital industrial” (Marx, 1981, p. 745). O moderno sistema bancário, concentrando todas as reservas monetárias, as devolvia ao mercado monetário no formato de crédito produtivo, acentuando os processos de centralização e acumulação de capital. Nessa dinâmica, o papel do sistema de crédito e dos bancos passa a ser também o de encurtar e baratear os custos de circulação, a fim de acelerar a rotação de capital e provocar forte impacto sobre as massas de lucros.

Outro elemento, tido como pré-condição para o desenvolvimento capitalista e como uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva, é a dívida pública. Os títulos da dívida pública caracterizam-se como moeda e, segundo Marx, capital fictício. O capital fictício é aquele capital criado sem estar vinculado diretamente com a esfera produtiva, ou seja, títulos envolvidos na especulação financeira sem respaldo na produção real. Assim, bancos, créditos, capital fictício e dívida pública estão na origem do modo de produção capitalista, constituindo condições ímpares para seu desenvolvimento.

[...] o sistema de crédito deve se desenvolver mais, o que significa um crescimento no número de banqueiros, emprestadores de dinheiro, financistas etc. Com a expansão do capital monetário disponível, também se expande o volume dos papéis portadores de juros, os títulos do governo, as ações, etc. (Marx, 1981, p. 642).

Esse novo quadro institucional provoca uma divisão mais complexa entre os diversos capitais, com divisão de trabalho funcional

entre eles, possibilitando o desenvolvimento da produção capitalista para além de seus limites materiais imediatos, a partir da impulsão do sistema bancário, ao mesmo tempo em que abre novas fontes de crises (Albuquerque, 2008, p. 11).

1.3 SISTEMA MONETÁRIO BRASILEIRO

1.3.1 Primeiras instituições financeiras oficiais do Brasil

O Interesse do Estado pela constituição de bancos no Brasil data da vinda da corte portuguesa, em 1808, tendo sido criado, nesse mesmo ano, o primeiro Banco do Brasil (BB). O BB tinha como subscritores de suas ações os principais comerciantes da Corte, e como administradores, pessoas indicadas pelo rei. Inúmeros favores eram concedidos pela Coroa à nova Instituição, como por exemplo, a emissão de notas bancárias; isenção de tributos e monopólio sobre a comercialização de produtos como diamante e pau-brasil.

Em 1853 fundou-se o segundo BB, fruto da fusão do primeiro BB e do Banco Comercial do Rio de Janeiro, fundado em 1851 por Mauá. O motivo foi a implementação de uma reforma financeira, com vistas a dar exclusividade ao BB na emissão de papel-moeda – função perdida em 1864 – aumentando o controle do governo na atividade bancária.

A atividade creditícia também despertou o interesse governamental. Em 1861 tem-se a criação da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Monte de Socorro do Rio de Janeiro que, destinados a oferecer amparo financeiro aos pobres, distribuiu cadernetas de poupanças, habituando-os a fazer economias. Os depósitos feitos na CEF possuíam limite máximo por cliente, contavam com a garantia do Tesouro e tinham remuneração em torno de 6% ao ano. Os Montes de Socorro emprestavam a prazo, de no máximo nove meses, com recursos vindos da CEF, do governo ou de doações e legados de particulares. A CEF pôde também destinar seus depósitos à compra de títulos da dívida pública, o que a tornou uma grande

agência financiadora do governo central. Algumas províncias passaram a ter correspondentes da Caixa Econômica e dos Montes de Socorro, concentrando a maior parte no Rio de Janeiro (Costa Neto, 2004, p. 13-15).

Em 1890 Rui Barbosa empreendeu uma reforma bancária e estabeleceu emissões lastreadas da dívida pública. Nos primeiros anos da República o BB, agora privado, passou por um grande desenvolvimento, sendo acometido em 1893 por uma dura crise. A solução encontrada foi a fusão do BB com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (Breub), constituindo o Banco da República do Brasil (BRB), encarregado do serviço da dívida interna nacional, tendo o direito exclusivo de emissão de moeda.

A ligação de longa data entre o banco e o governo imprimiu no espírito público a convicção de responsabilidade do Estado com relação ao pronto estabelecimento financeiro do país, de modo a evitar o aprofundamento da crise do sistema bancário. Com esse espírito o BB reaparece como importante instituição financeira do país, tendo 50% de participação acionária do governo sobre o capital integralizado da instituição, além do controle administrativo (Costa Neto, 2004, p. 20-21).

1.3.2 O interesse do capital estrangeiro na atividade bancária nacional

O interesse estrangeiro pelo mercado bancário brasileiro intensificou-se com o crescimento da exportação do café. Até o início da década de 1920 não havia qualquer norma para o estabelecimento de instituições estrangeiras no país, que atuavam principalmente em operações de comércio exterior e em emissão de dívida federal e estadual no mercado internacional (Sampaio, 2001, p. 4-13, apud Costa Neto, 2004, p. 30). Tal crescimento encontrava sustentação no número de imigrantes no Brasil que se utilizava do sistema bancário estrangeiro para enviar quantias de dinheiro para o exterior e no fato de os bancos nacionais serem menores, mais novos e por isso, inspirarem menos confiança. Com incentivos governamentais, cresceu

também a participação do capital estrangeiro no crédito hipotecário e agrícola. Também nesse período foram inaugurados bancos estaduais em São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

Em 1921, por pressão dos nacionalistas que reagiam à fuga de capitais no período pós Primeira Guerra Mundial, realizou-se uma reforma bancária, colocando normas e restrições para a entrada e saída de bancos estrangeiros em território nacional. Uma das normas previa a entrada de bancos no Brasil mediante a capitalização de um montante de 9 mil contos de reis, sem poderem iniciar efetivamente suas atividades até que 50% do seu capital fosse depositado no BB. A reforma de 1921 possibilitou também a criação da Câmara de Compensação de Cheques e a abertura da Carteira de Redescontos (Cared) no BB, para redescotar títulos de outros bancos, fortalecendo uma posição competitiva frente aos bancos estrangeiros. Logo após a crise de 1929 findaram-se as experiências com moeda conversível em ouro no Brasil e assumiu-se paridade com o dólar (Costa Neto, 2004, p. 47).

Entre os anos de 1945 e 1964, inicia-se um processo de ampliação da rede nacional de agências bancárias. Novas instituições financeiras foram criadas, como a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE). Este último, criado no ano de 1952 no governo de Getúlio Vargas, foi seguido da criação de bancos federais de desenvolvimento regional como o Banco do Nordeste do Brasil, em 1952, o Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul, em 1961 e o Banco da Amazônia, em 1966. Durante as décadas de 1960 e 1970, diversos estados brasileiros criaram seus próprios bancos de desenvolvimento (Medeiros Santos, 2011, p. 36). Na página seguinte, um quadro cronológico com as datas de criação das caixas econômicas e dos bancos de desenvolvimento estaduais entre os anos de 1896 e 1977, com destaque para as décadas de 1960 e 1970.

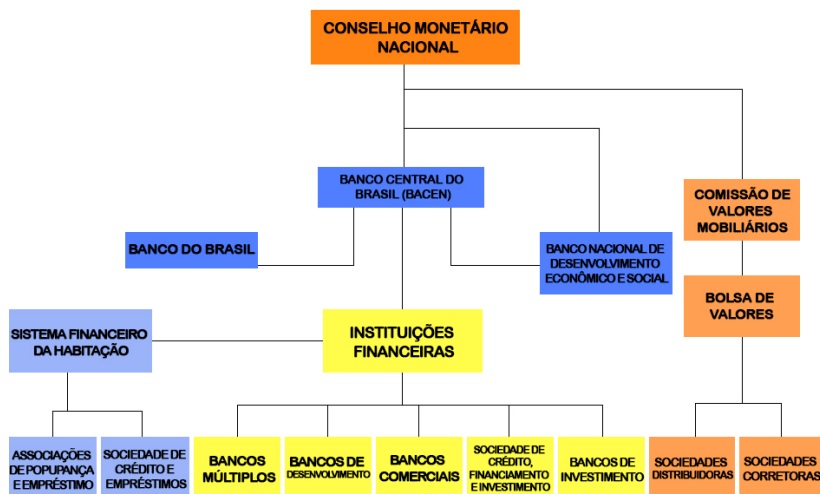
Quadro 1 – Caixas econômicas e bancos de desenvolvimento

Ano da criação	Instituição / Última denominação
1896	Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais / MINASCAIXA
1916	Caixa Econômica do Estado de São Paulo / Banco Nossa Caixa
1960	Caixa Econômica Estadual do Estado do Rio Grande do Sul / CEERS
1962	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul / BRDE Caixa Econômica do Estado de Goiás / CAIXEGO Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais / BDMG
1966	Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia / DESENBANCO
1968	Banco de Desenvolvimento do Paraná / BADEP
1969	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo / BANDES Caixa Econômica do Estado de Santa Catarina / CEESC
1970	Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão / BDM Banco de Desenvolvimento do Ceará / BANDECE Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo / BADESP Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte / BDRN
1974	Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul / BADESUL
1975	Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro / BD- RIO
1977	Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás / BDGOIÁS Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina / BADESC

Fonte: Costa Neto (2004, p. 54 apud Banco Central do Brasil, Cadastro de Instituições Financeiras).

Abaixo, o organograma do sistema financeiro nacional evidencia sua organização nas décadas de 1960 e 1970.

Figura 3 – Organização do sistema financeiro nacional – décadas de 1960 e 1970



Fonte: Banco Central.

De 1964 a 1988, a modernização do sistema financeiro nacional ocorreu por meio das reformas monetárias, habitacional e do mercado de capitais. A Constituinte de 1988, em seu artigo 192, trazia a seguinte redação: “O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar [...]”¹⁶. Deste artigo, incluindo seus incisos e parágrafos, extraía-se o entendimento de que uma lei complementar estabeleceria as novas bases para

¹⁶ Cf.: <www.sinal.org.br/artigo192/Seminario_Sinal_e_Ipea/Artigo%20Dr%20Marcelo%20Moscogliato%20MPF.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2014.

o sistema financeiro nacional¹⁷. Nesse sentido, a Constituinte, enquanto não dispunha de tal lei, servia de instrumento de controle para a expansão dos bancos estrangeiros no país. A abertura para tal fim dar-se-ia apenas por arranjos transitórios, ficando à decisão do presidente da república dispor sobre maior abertura para o capital estrangeiro.

Na década de 1990, com o aumento da pressão liberal ocasionado pelas dívidas acumuladas com o FMI, o governo, atendendo a recomendações, passa a dar maior abertura aos bancos estrangeiros no país. Nesse período houve também modificações nos bancos de desenvolvimento estaduais do Brasil – alguns foram extintos e outros reestruturados –, surgindo então as agências de fomento. Segundo o Banco Central:

As agências de fomento têm como objeto social a concessão de financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede. Devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e estar sob o controle de Unidade da Federação, sendo que cada Unidade só pode constituir uma agência. Tais entidades têm status de instituição financeira, mas não podem captar recursos junto ao público, recorrer ao redesconto, ter conta de reserva no Banco Central, contratar depósitos interfinanceiros na qualidade de depositante ou de depositária e nem ter participação societária em outras instituições financeiras. De sua denominação social deve constar a expressão “Agência de Fomento” acrescida da indicação da Unidade da Federação Controladora. É vedada a sua transformação em qualquer outro tipo de instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional. As agências de fomento devem constituir e manter, permanentemente, fundo de liquidez equivalente, no mínimo, a 10% do valor de suas obrigações, a ser integralmente aplicado em títulos públicos federais (Resolução CMN 2.828, de 2001).

¹⁷ Outro ponto polêmico foi a constitucionalização da taxa de 12 % de juros ao ano. CF 88, Art. 192, § 3º “As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar”.

Para melhor compreensão do processo de transformação dos bancos de desenvolvimento em agências de fomento, assim como da nova reconfiguração do sistema financeiro nacional, faz-se necessário resgatar algumas estratégias assumidas pelo governo relacionadas à oferta de microcrédito no país. Durante a Conferência Global do Microcrédito, organizada em 1997 pelo Banco Mundial, o microcrédito foi destacado como um dos principais instrumentos para geração de trabalho e renda e, por conseguinte, como um instrumento de combate à pobreza. É importante ressaltar que, segundo Mick (2003), o Banco Mundial enxerga no microcrédito uma possibilidade de fortalecimento da economia de mercado, dentro de uma concepção liberal, em que o combate à pobreza passa obrigatoriamente pelo bom funcionamento do mercado.

Segundo Medeiros Santos (2011, p. 40) foi a partir das contribuições de Joseph Stiglitz quando assumiu a posição de economista-chefe do Banco Mundial, no final da década de 1990, que o banco assumiu a ideia de que o desenvolvimento local possibilitaria o combate à pobreza. Para tanto, Joseph Stiglitz destacou alguns problemas nos bancos de desenvolvimento que deveriam ser corrigidos para o alcance de tal fim. Segundo síntese de Medeiros Santos (2011, p. 41), primeiramente os bancos públicos estariam sujeitos a questões políticas, “nesse sentido houve casos de má alocação de empréstimos, de concessões a amigos gerando efeitos adversos ao crescimento econômico, e, segundo, os bancos de desenvolvimento sentiam-se mais à vontade em conceder empréstimos a ‘empresas Coca-Cola’”.

O BNDES¹⁸, nesse sentido, passou a ter um importante papel ao auxiliar o financiamento de projetos apoiados pelos bancos estaduais

¹⁸ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado como uma autarquia federal, com autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, sendo repassado após o decreto nº 60.900, de 26 de junho de 1967 ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Modificado pela Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, transformou-se em empresa pública, de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, permanecendo vinculado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. No início dos anos 80, marcado pela integração das preocupações sociais à política de desenvolvimento, mudou-se o nome para Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Cf.: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/historia.html Acesso em 19/06/2014.

de desenvolvimento, fornecer recursos de repasses para seus congêneres estaduais, e servir como modelo institucional a ser seguido pelos bancos estaduais de desenvolvimento. As normas e procedimentos do BNDES foram adotados como referência pelos bancos estaduais de desenvolvimento para o estabelecimento de suas próprias normas (Medeiros Santos, 2011, p. 44).

Em 1996 o BNDES participa do processo de privatização das empresas estatais como gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND) e responsável técnico, administrativo e financeiro nas privatizações listadas pelo Programa Nacional de Desestatização (PND). O Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), um programa de reajuste estrutural implantado no governo de Fernando Henrique Cardoso, redesenhou o sistema financeiro nacional, extinguindo, inclusive, os bancos de desenvolvimento. O principal argumento para tal pautava-se na falta de eficiência e na dependência dos bancos de desenvolvimento dos recursos do BNDES (Medeiros Santos, 2011, p. 50). Segundo discurso do economista Gustavo Franco ao deixar a direção do Banco Central:

Aos olhos do Banco Central, não existem mais bancos estaduais. Existem apenas bancos. Bancos a serem tratados exatamente como os outros. [...] A doutrina do Banco Central nessa matéria é muito simples: Banco Estadual não tem missão social nenhuma, quem pode ser que tenha é agência de fomento, que não é banco, não capta recursos de terceiros, e faz investimentos a fundo perdido apenas com dinheiro do seu acionista controlador. Caridade e fomento não se faz com dinheiro alheio.

No novo arranjo do sistema financeiro nacional, a Emenda Constitucional 40, datada de 29 de maio de 2003, também fez sua contribuição. Promovendo uma simplificação no artigo 192 da Constituição Federal, este passou a levar a seguinte redação:

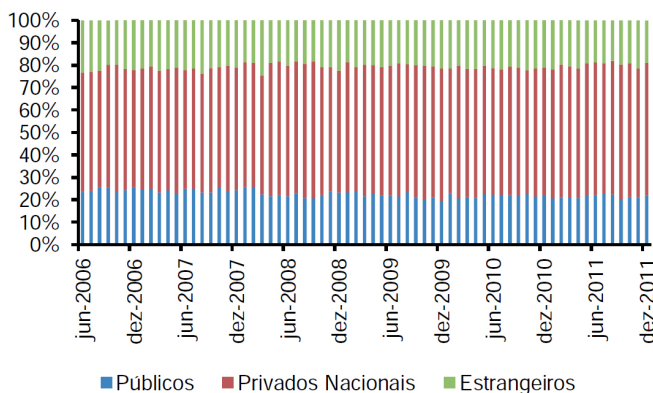
Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que

o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

O entendimento é que agora, ao invés de ser regulada por apenas uma lei complementar ela pode ser regulada por diversas leis complementares, desafiando a possibilidade de consenso acerca do sistema financeiro nacional.

Em consequência, a nova organização do espaço bancário brasileiro evidencia que, na década de 2000 e em parte da década de 2010, ocorreu a popularização dos bancos por meio da abertura de contas simplificadas e pelo acesso ao crédito em consignação. Abaixo se encontra a evolução da dominância dos bancos por tipo de controle, com prevalência dos bancos particulares nacionais, seguido pelos bancos públicos e bancos estrangeiros. A importância dos bancos do setor privado advém da sua quantidade existente e do número de bancos com grande volume de pagamentos (Tabak; Souza, 2011, p. 32).

Figura 4 – Evolução da dominância por tipo de controle¹⁹



Fonte: Banco Central do Brasil²⁰.

¹⁹ Em 2013, ano de referência 2012, e em 2014, ano de referência 2013, o gráfico não foi disponibilizado no Relatório de Economia Bancária e Crédito do Banco Central.

²⁰ Cf.: <www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/REBC_2011.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2014.

Tabela 3 – Quantidade de bancos e valores das concessões anuais de créditos livres²¹

Valor das concessões em R\$ bilhões

	Estrangeiros			Privados Nacionais			Públicos			Total Amostra		
	Qtde.	Valor Conc.	% Conc.	Qtde.	Valor Conc.	% Conc.	Qtde.	Valor Conc.	% Conc.	Qtde.	Valor Conc.	% Conc.
2005	44	357	27%	64	633	48%	13	318	24%	121	1.309	100%
2006	46	389	27%	63	700	49%	12	339	24%	121	1.428	100%
2007	47	428	26%	62	809	50%	12	378	23%	121	1.615	100%
2008	49	471	26%	62	907	50%	12	428	24%	123	1.806	100%
2009	51	442	25%	62	875	49%	10	455	26%	123	1.772	100%
2010	49	484	24%	62	1.036	52%	9	489	24%	120	2.009	100%
2011	50	556	25%	60	1.123	51%	9	507	23%	119	2.187	100%

Fonte: Depec²².

As tabelas e o quadro a seguir ilustram o crescimento do acesso ao crédito por pessoas físicas e por pessoas jurídicas, o direcionamento do crédito para atividades econômicas e a inadimplência das operações de crédito entre os anos de 2011 e 2013. As operações de crédito do sistema financeiro, consideradas operações com recursos livres e direcionados, totalizaram R\$ 2.715,4 bilhões ao final de 2013. Os saldos totais dos créditos destinados às pessoas jurídicas e às pessoas físicas somaram, respectivamente, R\$ 1.464,2 bilhões e R\$ 1.251,2 bilhões (Relatório Anual, 2013, p. 6).

²¹ Em 2013, ano de referência 2012 e em 2014, ano de referência 2013, a tabela acima não foi disponibilizada no Relatório de Economia Bancária e Crédito do Banco Central / 2013 e 2014.

²² Cf.: <www.bcb.gov.br/pec/depec/spread/REBC_2011.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2014.

Tabela 4 – Evolução do crédito 2011-2013

Discriminação	2011	2012	2013	R\$ bilhões	
				Variação (%)	
				2012	2013
Total	2.034,0	2.368,3	2.715,4	16,4	14,7
Pessoas jurídicas	1.112,9	1.292,5	1.464,2	16,1	13,3
Recursos livres	603,8	706,5	763,3	17,0	8,0
Direcionados	509,1	586,0	700,9	15,1	19,6
Pessoas físicas	921,1	1.075,8	1.251,2	16,8	16,3
Recursos livres	628,4	692,6	745,2	10,2	7,6
Recursos direcionados	292,7	383,2	506,0	30,9	32,0
Participação %:					
Total/PIB	49,1	53,9	56,0		
Pessoas jurídicas/PIB	26,9	29,4	30,2		
Pessoas físicas/PIB	22,2	24,5	25,8		
Recursos livres/PIB	29,7	31,8	31,1		
Recursos direcionados/PIB	19,4	22,1	24,9		

Fonte: Banco Central do Brasil²³.

²³ Cf.: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2013.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2014.

Tabela 5 – Crédito concedido a pessoas físicas e jurídicas
Crédito a pessoas jurídicas – Saldos

Discriminação	2011	2012	2013	R\$ bilhões	
				Variação (%)	
				2012	2013
Recursos livres	603,8	706,5	763,3	17,0	8,0
Capital de giro	310,1	366,4	388,1	18,2	5,9
Conta garantida	43,7	43,1	43,0	-1,4	-0,2
ACC	39,7	45,9	42,5	15,6	-7,4
Financiamentos a exportadores	28,0	36,9	50,3	31,8	36,3
Demais	182,3	214,2	239,4	17,5	11,8
Recursos direcionados	509,1	586,0	700,9	15,1	19,6
BNDES	393,4	446,7	514,5	13,5	15,2
Imobialitário	32,2	42,9	53,8	33,2	25,4
Rural	43,3	48,8	67,1	12,7	37,5
Demais	40,2	47,6	65,5	18,4	37,6

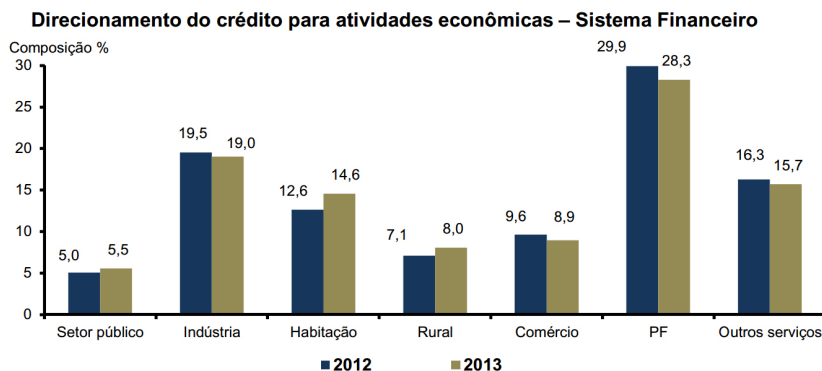
Crédito a pessoas físicas – Saldos

Discriminação	2011	2012	2013	R\$ bilhões	
				Variação (%)	
				2012	2013
Recursos livres	628,4	692,6	745,2	10,2	7,6
Crédito pessoal	238,9	279,1	319,6	16,8	14,5
Do qual: consignado	159,3	188,9	221,9	18,6	17,5
Aquisição de veículos	177,7	193,2	192,8	8,7	-0,2
Cartão de crédito	114,0	126,6	144,6	11,1	14,2
Cheque especial	17,6	18,3	20,2	4,0	10,4
Demais	80,2	75,4	68,0	-6,0	-9,8
Recursos direcionados	292,7	383,2	506,0	30,9	32,0
BNDES	24,8	29,2	37,1	17,7	27,1
Imobialitário	189,4	255,4	341,5	34,8	33,7
Rural	72,6	90,7	115,3	24,9	27,1
Demais	5,9	7,9	12,1	33,9	53,2

Fonte: Banco Central do Brasil²⁴.

²⁴ Cf.: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2013.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2014.

Quadro 2 – Direcionamento do crédito



1.4 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL FINANCEIRO

1.4.1 O capital fictício

Retomemos o processo histórico que culminou no surgimento dos bancos para compreender as estratégias de transformação de capital em mais capital. Para guardar as moedas metálicas, as antigas casas de custódia cobravam pequenas quantias dos depositantes. Em posse dessa soma, aumentavam seus lucros disponibilizando esse valor no mercado monetário como empréstimos. Percebendo que apenas uma pequena porcentagem de todo o capital depositado era movimentado pelos correntistas, ampliaram o sistema de empréstimo de pequenos capitais, complexificando suas atividades e serviços. Ganhando novos arranjos, as casas de custódia passaram a ser conhecidas como bancos, nome que remete à Itália medieval, onde as movimentações financeiras aconteciam em praça pública, em um banco de madeira.

O capital emprestado, após completar o ciclo, deve retornar ao banco na data estipulada e acrescido de um pequeno valor. Nesse ciclo, o capital emprestado por algum capitalista é aplicado no merca-

²⁵ Cf.: <www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2012/rel2012cap2p.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2014.

do produtivo, gerando lucro para o produtor/prestatário por meio da exploração da mais-valia. O juro, então, é parte do lucro obtido no processo anterior, pois, quando o prestatário devolve o valor acrescido de juro, este fora retirado da soma explorada anteriormente na produção. Assim, os donos dos bancos conseguem obter lucros sem estarem diretamente envolvidos com a produção e a comercialização de mercadorias.

Marx (1991, p. 451) esclarece como o capital se torna mercadoria. Ao extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não pago, a mais-valia, obtém-se o lucro. Este lucro passa a ter valor-de-uso como dinheiro, no entanto, ao funcionar como capital, o seu valor-de-uso versa no lucro que produz enquanto capital, constituindo o juro. Marx exemplifica esta passagem na seguinte demonstração: $D + D(\Delta) = \text{juro}$.

Mais especificamente, o juro ocorre quando o capital com características de mercadoria é lançado no mercado. A mercadoria no processo de circulação realiza o valor por meio da sua venda, assumindo a forma transmutada de dinheiro. No processo de circulação do capital-mercadoria, esse só representa o papel de mercadoria e não o de capital. Segundo Marx, o capital-mercadoria distingue-se da simples mercadoria de duas maneiras: uma porque já esta preenhe de mais-valia, implicando a realização do valor e da mais-valia; outra porque sua função de mercadoria constitui fase do processo de reprodução como capital. O dinheiro emprestado quando retorna ao ponto de partida torna-se um capital realizado, isto é, o seu valor-de-uso produziu mais-valia após percorrer o ciclo (Marx, 1991, p. 450-459).

Alguns teóricos abstraem as relações sociais de trabalho existentes no processo produtivo, atribuindo um aspecto místico ao fato de o capital ser acrescentado de mais capital. Marx aponta neste processo a reificação, ou seja, a coisificação que transforma todas as relações de produção em objetos apenas. O capital produtor de juros é o fetiche autômato perfeito, afinal o valor valoriza a si mesmo. Esta é a forma vazia do capital, a perversão no mais alto grau, onde as relações de produção são reduzidas a coisas, representadas pela capacidade do dinheiro, ou da mercadoria, de aumentar o próprio valor sem passar

diretamente pela produção (Marx, 1991, p. 452). Marx alertou sobre a impossibilidade de desvinculação do processo produtivo do sistema financeiro – como nomeamos atualmente –, pois, o lucro obtido por meio do juro nada mais é do que uma parcela da mais-valia explorada dos trabalhadores na esfera produtiva.

O ciclo da obtenção de juro compõe-se primeiro da transferência do capital das mãos do prestamista para as do prestatário, sendo esta uma transição jurídica. O reembolso junto à transferência do capital refluído das mãos do prestatário para as do prestamista é a segunda transação jurídica que complementa a primeira. O retorno deste capital sustenta-se em um pacto que regula a relação entre prestamista e prestatário. O desenvolvimento de novos aspectos e a alteração de outros no corpo da legislação tornaram-se necessários para garantir a formalização dos acordos que regem a organização dos empréstimos e das devoluções, além de estabelecer taxas para a valorização do capital investido pelo capitalista financeiro.

Essa nova modalidade de lucro, à qual Marx chamou de capital fictício ou capital financeiro, é fruto do aprofundamento do desenvolvimento do crédito, da centralização e da concentração do capital. O aumento da escala de produção, alavancada pelo desenvolvimento do crédito, possibilita a existência do capital fictício. Empresas privadas, públicas e o Estado transformam o seu patrimônio em um conjunto de títulos e ações a serem comercializados no mercado financeiro. Os títulos que constituem o capital fictício não se valorizam de acordo com o capital real, sendo os ganhos e a distribuição dos valores provenientes das rendas já existentes, ou geradas. Se os ganhos reais serão pagos com a renda gerada pela produção, os ganhos fictícios serão remunerados por não ganhos ou perdas de outras mercadorias, como em um jogo de apostas. “Como esses ganhos serão pagos com rendas provenientes da produção, esses ganhos fictícios serão compensados por não ganhos ou perdas nas vendas de outras mercadorias cujos preços não compensam os valores-trabalho nelas contidos” (Mollo, 2011, p. 487). Segundo Mollo, o ganho fictício não pode se manter caso as rendas provenientes da produção não forneçam a demanda necessária à sua valorização.

O capital fictício é um caso típico de disjunção ou autonomia da circulação com relação à produção, diferentemente do capital de empréstimo produtor de juros e da emissão primária de ações. O desenvolvimento do capital fictício, ao ampliar a disjunção mencionada por Marx, caracteriza um “tipo particular de crise de dinheiro que pode surgir independentemente, repercutindo sobre o comércio e a indústria. São crises, cujo centro motor é o capital-dinheiro que exerce sua ação imediata na esfera dos bancos, bolsas de valores e finanças” (Marx, 1971, p. 152).

[...] a disjunção do processo de produção (imediato) e do processo de circulação desenvolve de novo e desenvolve mais a possibilidade da crise já na simples metamorfose da mercadoria. É suficiente que a passagem de um desses dois processos ao outro não se opere de uma maneira fluída, mas que se tornem autônomos um com relação ao outro e a crise está lá (Marx, 1975, p. 605).

O predomínio das operações financeiras sobre as produtivas comprova a perda da relação entre a produção real e a circulação de valores. Segundo Mollo (2011, p. 488) essa tendência é observada na maior valorização de ativos financeiros sem contrapartida com o aumento da produção real, no crescimento da participação dos juros em desfavor da acumulação de capital produtivo, ou ainda na dominação política e econômica do capital financeiro comparada ao capital produtivo. Tais fatos são característicos da mundialização do capital.

1.4.2 A expansão do capital financeiro nas últimas décadas

No período pós Segunda Guerra Mundial, mais especificamente entre as décadas de 1940 e 1970, verificou-se um elevado crescimento econômico nos países “desenvolvidos” e a consolidação da supremacia tecnológica dos EUA. A aplicação dos modelos produtivos fordista e taylorista possibilitaram o aumento da oferta de mercadorias e a redução dos preços para o consumidor final. O aumento da exploração do trabalho, por meio de longas jornadas e baixos salários, assim

como a aplicação de tecnologias (hardwares) específicas, permitiu o aumento dos lucros. O resultado de uma superprodução somada à estagnação econômica, em decorrência do baixo poder aquisitivo dos consumidores/trabalhadores, provocou disjunções sistêmicas. A consequente queda na taxa de lucro, conforme descrita por Marx (1996, p. 77-83), foi um dos principais responsáveis pela crise estrutural do capital nas décadas de 1970 e 1980.

Mudanças nos padrões produtivos e de acumulação foram avaliadas dentro de uma perspectiva reformista, ou seja, sem considerar uma transformação radical nas bases produtivas. O toyotismo²⁶, apresentado como uma possibilidade para o enfrentamento da crise na produção, se baseia na implantação do sistema *Just in time*. Tal sistema tem como pressuposto produzir apenas o necessário e no momento determinado, por meio da multifuncionalização da mão de obra e da implantação do controle de qualidade total. Adequado às necessidades do capital, o modelo avançou primeiramente em países como Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, dando início a um processo de reconfiguração produtiva mundial.

Outras medidas que visavam modificações no sistema produtivo foram tomadas pelas potências centrais, como por exemplo, o aumento das importações e a diminuição das exportações. Os polos produtivos localizados nos EUA e demais países desenvolvidos foram gradativamente transferidos para a periferia do capital, ou seja, para países em desenvolvimento, caracterizados principalmente pela mão de obra barata e por um movimento operário frágil. Assim, milhares de postos de trabalhos formais foram eliminados das regiões centrais e originais, tornando “empregáveis” somente os que dominavam o conhecimento científico e tecnológico de ponta.

Trabalhadores, que se beneficiavam de uma legislação específica, passaram a vivenciar as consequências da “flexibilização” dos seus direitos, naturalizando em seus cotidianos a insegurança e a competição. À grande massa de trabalhadores desempregados e desqualifi-

²⁶ O toyotismo tem origem na fábrica da Toyota no Japão. O modelo produtivo foi desenvolvido pelo japonês Taiichi Ohno e adquiriu projeção global, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

cados somaram-se os trabalhadores desempregados provenientes de inúmeras empresas capitalistas que, não adaptadas ao novo modelo de produção, decretaram falência.

Ainda num contexto reformista, a reavaliação do processo de acumulação tornou sedutora a aplicação de capital no setor financeiro. A insegurança num período de reestruturação produtiva impulsionou milhares de investidores à compra de ações e títulos, a fim de garantirem seus rendimentos por meio do pagamento de juro.

No início da década de 1970, a moeda perdeu oficialmente seu lastro real. O governo de Richard Nixon, nos EUA, decretou que os bancos estrangeiros não poderiam mais exigir a conversão do dólar em ouro. O sistema Bretton Woods²⁷, constituído ao fim da Segunda Guerra Mundial, que estabelecia que as moedas dos países membros tivessem paridade com o dólar, e a moeda norte-americana, com o ouro, chegou ao seu fim. O sistema financeiro se tornou fiduciário e as relações entre os agentes das transações pautaram-se apenas num sistema de confiança. A moeda fiduciária e inconvertível no mundo industrializado passou a depender explícita e unicamente do controle dos governos nacionais para emissão e multiplicação organizada (Soares, 2006, p. 117).

A considerada “moeda contemporânea” atinge o setor produtivo, impulsionando-o para um crescimento quantitativo e atribuindo a ele maior retorno ao capital investido. Segundo Soares (2006, p. 118) essa movimentação acontece em detrimento de parâmetros considerados qualitativos, os quais levavam em consideração o tipo de crescimento econômico e as consequências sociais, ambientais e econômicas.

As políticas econômicas lideradas por Ronald Reagan e Margaret Thatcher na década de 1980 proporcionaram liberdade na atuação das instituições financeiras, inclusive em mercados tradicionalmente reservados aos grandes bancos comerciais. A globalização financeira

²⁷ Por meio do Sistema Bretton Woods de gerenciamento econômico internacional, se estabeleceram, em julho de 1944, regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo. Cf.: <http://fortium.edu.br/blog/antonio_germano/files/2013/09/Institui%C3%A7%C3%B5es-Internacionais.pdf>. Acesso em: 23 maio 2014.

possibilitou também maior atuação destas instituições para além das fronteiras de seus países de origem, aumentando, conseqüentemente, a competição nos mercados domésticos²⁸, em destaque no estadunidense (Carvalho, 2008, p. 1). O crescimento vertiginoso das grandes corporações, holdings, conglomerados, instituições financeiras e mistas reconfiguraram o mercado produtivo, consumidor e de investimentos.

Nas décadas de 1970 e 1980, os empréstimos realizados a outros países, principalmente aos emergentes, eram parte de uma estratégia que previa o controle dos mercados domésticos. Na América Latina, crédito e empréstimos foram concedidos principalmente por bancos privados internacionais aos países administrados por ditaduras militares. O aumento das taxas de juros internacionais pelos bancos que administravam o Federal Reserve System²⁹ (FED) nos EUA – determinando a taxa de juros prime – e pela associação dos bancos de Londres – determinando a taxa Libor – gerou, em 1982, uma crise financeira que atingiu também a América Latina. A crise abriu espaço para a interferência do Fundo Monetário Internacional (FMI) que, entre suas principais exigências para autorizar empréstimos, cobrava dos governos em crise: liberdade para movimentação de capitais, reduzindo e/ou eliminando os controles de capitais existentes; facilitação das transações bancárias; abertura comercial e financeira; promoção do relacionamento com paraísos fiscais. Problemas com o pagamento, a exemplo do México em 1994, Ásia, Rússia e o Brasil, evidenciaram a real possibilidade de deterioração desses mercados (Fattorelli, 2013, p. 18).

O grande investimento mundial passou a ser o mercado imobiliá-

²⁸ Entende-se mercado doméstico como mercado nacional.

²⁹ Em 1913, o Governo dos Estados Unidos decidiu criar em Washington o Sistema da Reserva Federal (FED), o órgão encarregado da emissão de moeda e do controle de crédito. Por meio do FED, pretendia-se coordenar mais de 25 mil bancos estatais, alguns dos quais operavam em todo território nacional. Estes bancos tinham o poder de emitir dólares, o que alterava com frequência o equilíbrio da economia e provocava problemas de liquidez. Diante da possibilidade de criar um único banco central, optou-se por criar o Sistema da Reserva Federal, formado por 12 entidades financeiras. Cf.: <<http://brasil.planetasaber.com/theworld/dossiers/seccions/people/default2.asp?pk=2539&art=31&pag=1>>. Acesso em: 23 maio 2014.

rio dos EUA, cujo estoque de hipotecas chegava a cerca de 10 trilhões de dólares, metade das quais contou com o suporte das empresas paraestatais conhecidas como Fannie Mae e Freddy Mac. Contratos de financiamento de compra de residências – as hipotecas residenciais – possuem longa duração, e o próprio imóvel é dado em garantia. O comprador se torna proprietário do imóvel quando o pagamento for quitado. Se o comprador não pagar, o financiador simplesmente retoma o imóvel, podendo então revendê-lo para recuperar seu prejuízo.

Para realizar o empréstimo, os bancos procuravam fazer uma análise detalhada da renda, do crédito e das perspectivas profissionais dos candidatos ao financiamento, de modo a, supostamente, aumentar a margem de segurança da efetivação do pagamento. As pessoas que não possuíam renda, histórico de crédito, ou mesmo emprego, passaram a ser identificadas como *subprimes*, para advertir as instituições financeiras sobre a insegurança dos empréstimos a elas realizados.

No entanto, o comportamento dos estadunidenses entre o período de 1980 até aproximadamente 2006 mostrou uma sustentável prosperidade. Importante salientar que neste período aquele país passou por duas leves e rápidas recessões que interromperam o crescimento da economia. Mesmo vivendo o infortúnio, os estadunidenses com empregos fixos e com empregos informais mantiveram uma renda estável na maior parte do tempo. Assim, a metodologia de análise para permissividade do crédito deixou de ser o juízo subjetivo do analista bancário, para a aplicação de modelos pautados em informações quantitativas, cujos cálculos da probabilidade do pagamento seriam o novo critério para a decisão de emprestar ou não dinheiro (Carvalho, 2008, p. 18).

Visando o grande potencial das hipotecas *subprimes*, bancos e instituições financeiras aumentaram a segurança dos investimentos por meio do processo conhecido como securitização³⁰. De acordo com

³⁰ Entende-se neste texto a securitização como uma ferramenta usada na conversão de ativos em títulos mobiliários passíveis de negociação. Transformam-se ativos ilíquidos em títulos mobiliários líquidos, transferindo-se os riscos associados para investidores que os comprem. Na prática, na securitização, a dívida é transferida e vendida na forma de títulos, para vários investidores.

Farhi, et al. (2008, p. 25), ao auxiliar as instituições financeiras na montagem dos “pacotes de crédito” que lastreiam os títulos securitizados, garantindo-lhes uma excelente classificação, as agências de seguro sustentaram o mito que ativos de crédito bancário podiam ser precificados e negociados nos mercados secundários como sendo de “baixo risco”. Na análise de Harvey (2011, p. 43) “a securitização das hipotecas locais e sua venda a investidores em todo o mundo eram vistos como uma maneira de conectar áreas de escassez de capital àquelas com excedentes, supostamente minimizando os riscos”.

As operações de securitização de dívidas estreitaram as conexões entre os mercados de crédito e de capitais³¹, já que grande parte do que se negocia neste último depende, indiretamente, do desempenho do primeiro. Os bancos retiraram os riscos de seus balanços por meio dos *swaps*³² já existentes, e os *Shadow Banking System* passaram a usar novos mecanismos de exposição aos riscos e rendimentos do mercado de crédito.

O *Shadow Banking System* é um conjunto de instituições financeiras que funciona como banco, sem sê-lo realmente. Capta recursos no curto prazo e investe em ativos de longo prazo e líquidos. É pouco regulado e supervisionado, sem reservas de capital, sem acesso aos seguros de depósitos, às operações de redesconto e às linhas de empréstimos de última instância dos bancos centrais. Por essas características, é completamente vulnerável a uma corrida dos investidores, mediante saque dos recursos, por desconfiança dos aplicadores, ou por desequilíbrios patrimoniais, por meio da desvalorização dos ativos (Farhi; Cintra, 2009, p. 26).

Tais inovações financeiras ampliaram a possibilidade de uma crise, como mencionado no tópico anterior, por contribuir com o aumento da disjunção entre o processo de produção e o processo de circulação. Somente com a transferência dos riscos dos balanços dos bancos

³¹ O mercado de capitais constitui-se das bolsas de valores, das sociedades corretoras e de outras instituições financeiras.

³² São operações em que há troca de posições quanto ao risco e rentabilidade entre investidores. O contrato de troca pode ter como objeto moedas, *commodities*, ou ativos financeiros.

para outras instituições financeiras, por meio de títulos securitizados e produtos estruturados, esses ativos originaram outros que, por sua vez, foram vendidos a outras instituições, distanciando-se perigosamente do lastro real, mediante o risco de inadimplência das hipotecas; problema localizado na base da pirâmide (Farhi; Cintra, 2009, p. 27).

1.5 CRISE NO SISTEMA FINANCEIRO

1.5.1 Breve panorama da crise do sistema financeiro mundial em 2008

A expansão econômica iniciada em novembro de 2001 correspondeu a um longo período de “crescimento sem emprego”. Tal fato levou o FED a reduzir as taxas de juros, a mantê-las baixas por um longo período e a aumentá-las de forma lenta e gradual (Palley, 2010, p. 8). Ao final de 2006, algumas das hipotecas tiveram a taxa de juros reajustada, inviabilizando o seu pagamento. A taxa de despejos em áreas de baixa renda de cidades antigas, como Cleveland e Detroit, repentinamente explodiu. Contudo, as autoridades e a mídia não deram atenção, pois as pessoas afetadas eram, principalmente, afro-americanas que vinham tendo dificuldades com o financiamento de habitações desde o fim da década de 1990. Apenas quando os despejos atingiram a classe média branca as autoridades passaram a preocupar-se com o ocorrido, e a imprensa a noticiá-lo (Harvey, 2011, p. 9).

Segundo Carvalho (2008, p. 19), a crise não emergiu simplesmente dos movimentos da política monetária, embora se possa apontar o aumento da taxa de juros pelo FED em 2006 um agravante nas inadimplências das hipotecas *subprimes*. Deu-se então a primeira fase da crise. Os compradores dos títulos com lastro baseado nas hipotecas *subprime*, prevendo o risco causado pela inadimplência, iniciaram uma corrida para venda. Sem novos compradores, deram-se conta do grande risco de liquidez a que estavam expostos. Na segunda fase da crise, a incerteza quanto à extensão dos problemas desses mercados levou a uma rápida elevação da preferência pela liquidez e ao consequente colapso dos preços de ativos menos líquidos.

Na análise de Hermann (2008, p. 30), um quadro de crise financeira sistêmica só se configura se a crise de crédito der origem a uma crise de confiança. Nesse sentido, frustraram-se as expectativas de renda futura daqueles que assumiram dívidas, e também as expectativas de retorno-risco daqueles que adquiriram tais ativos financeiros. Com o declínio dos preços dos títulos iniciou-se a terceira fase da crise, a crise patrimonial.

Empresas, bancos e instituições financeiras possuem passivos e ativos³³. Uma empresa se torna insolvente quando os valores dos seus ativos caem e tornam seu capital negativo. Sob este cenário duas tendências provocam distintas repercussões. A primeira é decretar falência ou sofrer intervenção estatal, ou ainda ser vendida para outras empresas que, em geral, precisam ser pressionadas pelo governo ou favorecidas de alguma maneira para fazê-lo, como aconteceu com Bear Stearns, a Merrill Lynch, a AIG, a Fannie Mae e o Freddy Mac, entre outras. A segunda maneira é a retração, ou seja, empresta-se menos, as empresas se veem sem capital de giro para produzir, e consumidores não consomem bens duráveis porque não há crédito. Na análise de Carvalho (2008, p. 21) sobre a crise patrimonial, esta segunda tendência provoca o esfriamento e a desaceleração da economia, implicando no aumento do desemprego e em uma forte possibilidade de recessão.

Farhi, et al. (2008, p. 23) explicam que, em uma crise de crédito clássica, os prejuízos potenciais e sua distribuição seriam conhecidos. Na atual configuração dos sistemas financeiros, os derivativos de crédito e os produtos lastreados em crédito imobiliário replicaram e multiplicaram tais prejuízos por um fator desconhecido. Assim, redistribuíram os riscos de maneira global para uma grande variedade de instituições financeiras e Estados.

Após a falência do Lehman Brothers³⁴, em setembro de 2008,

³³ De modo geral, capitais passivos são os capitais captados. Capitais ativos são capitais aplicados.

³⁴ Lehman Brothers Holdings Inc. foi um banco de investimento e de outros serviços financeiros, sediado em Nova Iorque e que atuava globalmente no ramo de investimentos de capital, venda em renda fixa e gestão de investimentos. Seu principal negociante foi o tesouro americano no mercado de valores mobiliários.

houve restrição dos créditos bancários à Lituânia, à Estônia, à Letônia e à Islândia. O impacto da crise nesses países aconteceu devido aos seus elevados déficits em conta corrente e dívidas denominadas “em divisas”, ou seja, tanto externas quanto internas. O FMI e a União Europeia prescreveram-lhes uma política econômica de deflação. O resultado foi uma queda, em 2009, do Produto Interno Bruto (PIB) em termos reais de 18,8% na Letônia, de 15,7% na Estônia e de 11% na Lituânia³⁵ (Farhi, 2010, p. 17).

Ao final de 2008, os agentes de mercado se recusaram a elevar as proporções dos débitos públicos em suas carteiras. Essa reação colocou em xeque um dos pressupostos dos acordos de Basileia³⁶, de que títulos públicos não têm riscos e que, portanto, não é necessário que os bancos mantenham reservas de capital para eles. A pressão pela aquisição dessas carteiras visava estimular, sobretudo, as economias mais fracas da zona do euro, como Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha, os chamados então de PIGS, ou então PIIGS, incluindo a Itália (Farhi, 2010, p. 18).

Outras medidas de contenção dos reflexos da crise foram utilizadas pelos governos e bancos centrais: elevados volumes de capital público foram utilizados como assistência líquida às grandes instituições; garantia aos depositantes e credores; e injeções de capital em instituições financeiras visavam evitar uma repetição da grande depressão de 1929 (Farhi, 2010, p. 16).

Assim, diante do contexto apresentado, recorro às linhas keynesiana e marxista para análise da crise do sistema financeiro mundial no início do século XXI. Acredito que a apresentação dessas duas perspectivas possa auxiliar na compreensão das ações dos diferentes governos nacionais, bem como na reflexão sobre novas estratégias contra-hegemônicas.

³⁵ A Islândia iniciou formalmente os trâmites necessários para a sua adesão à União Europeia somente em maio de 2009. O Conselho Europeu, ocorrido em Bruxelas em 17 de junho de 2010, firmou a abertura das negociações com aquele país.

³⁶ Acordos de supervisão bancária, assinados em Basileia, na Suíça, definiram os mecanismos para mensuração do risco de crédito e estabeleceu a exigência de capital mínimo para suportar riscos. Tais acordos são conhecidos como Basileia I. Um novo acordo foi estabelecido em junho de 2004, Basileia II.

1.5.2 Análises Keynesiana e Marxista da crise do sistema financeiro

1.5.2.1 Análise Keynesiana

Segundo Keynes (1964, p. 159), “[...] a posição é séria quando o empreendimento torna-se uma bolha sobre o redemoinho da especulação. Quando o desenvolvimento das atividades de um país torna-se o subproduto das atividades de um cassino, o trabalho provavelmente será malfeito”.

Para expor a perspectiva keynesiana da crise, Carvalho (2009, s/n) agrupa os aspectos centrais da economia de Keynes, partindo da não neutralidade da moeda e do fato de a moeda ser um ativo que confere garantias contra as incertezas que permeiam a esfera econômica.

A escassez relativa de ativos monetários, ou seja, a falta de liquidez, influencia a economia em longos períodos. A liquidez significa a possibilidade de converter a riqueza presente em poder de compra, assim como possibilita aos seus detentores refazer estratégias com base na defesa de eventos imprevisíveis. De acordo com o autor, a crise atual também mostra que o poder de criação de liquidez, em última análise, está realmente nas mãos das autoridades monetárias.

Na perspectiva econômica de Keynes, o investimento depende dos preços dos ativos correspondentes aos bens produzidos. O preço de demanda de um ativo qualquer é o valor dos ganhos que se espera obter da sua posse. Se os preços de demanda forem maiores que seus custos totais de reprodução, sua oferta aumentará e o investimento se expandirá. No entanto, a confiança baseada em suposições, ao invés de informações, se torna um elemento essencial de determinação do ponto de demanda efetiva e, assim, uma determinante central da produção e do emprego em uma economia empresarial. Um colapso do estado de confiança conduz ao aumento da preferência por liquidez e, conseqüentemente, à redução dos preços dos ativos menos líquidos, atingindo os ativos de capital real e contraindo os investimentos, a renda e o emprego agregados (Carvalho, 2009, s/n).

Em uma crise é preciso recorrer às exportações domésticas, is-

to é, a venda de produtos para o governo, um agente “externo” ao setor privado. Segundo Keynes, se a estabilidade macroeconômica decorre de virtudes intrínsecas à ordem social que define economias empresariais, a interação de agentes econômicos movidos pelo seu interesse individual deveria ser sólida o suficiente para assegurar a estabilidade da ordem social, sem necessidade de controles externos, pelo soberano ou por qualquer outra forma de autoridade. No entanto, o que se observa desde a crise de 2008 é exatamente o contrário (Carvalho, 2009, s/n).

Ainda na perspectiva keynesiana, os mecanismos regulatórios e de supervisão são algumas das funções a serem executadas pelo governo, sendo impossível sua privatização ou regulação apenas por métodos do mercado. Farhi, et al. (2008, p. 27) acreditam na necessidade da consolidação das diversas agências regulatórias, principalmente na Europa e nos EUA. A imposição de limites e regulações restringiria e diminuiria a complexidade dos instrumentos de avaliação para a classificação dos seguros, podendo ser emitidos e adquiridos pelas entidades reguladas. Os bancos centrais poderiam aceitar somente classes suficientemente transparentes, (A ou B), e um requerimento regulatório poderia ser instituído obrigando o originador do empréstimo a reter a *equity tranche*³⁷. Quando o originador dos empréstimos está muito distante do investidor, são menores os incentivos para uma operação cuidadosa; uma forma de mitigar esse problema seria o originador reter a *tranche* mais arriscada (Farhi, et al., 2008, p. 24).

Assis (2008, p. 53) vislumbra no pleno emprego, contíguo ao projeto político implantado no governo de Franklin Roosevelt, o *New Deal*³⁸, uma ferramenta de simples aplicação. Com o fim da inflação ocorrida na década de 1960 e com a ruptura dos acordos de *Bretton*

³⁷ Em administração financeira, uma tranche é uma divisão de um contrato. Fazem-se tranches para separar as peculiaridades de cada contrato como, por exemplo, taxas de juros diferentes para cada montante desembolsado em um determinado período.

³⁸ Nome dado à série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, sob o governo do Presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana, e assistir os prejudicados pela Grande Depressão. Cf.: <www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/8588.pdf>. Acesso em: 27 jun. /2014.

Woods, a preocupação foi liberar os mercados financeiros, e não assegurar a economia real e o emprego. Segundo o autor, não podemos nos dar ao luxo de aceitar altas taxas de desemprego, pois, do contrário, vamos mergulhar em crises políticas recorrentes, puxadas pela crise social. Uma vigorosa fiscalização das leis do trabalho se tornaria necessária, a fim de acabar com a intimidação dos empregadores aos trabalhadores que se manifestam e fazem greve por melhores condições de trabalho e salário. O salário-mínimo deveria estar conectado ao salário médio, aumentando o primeiro de acordo com o crescimento da economia.

Seriam necessários também: programas de emprego garantido e programas de trabalho aplicado; regeneração das periferias metropolitanas; políticas sociais de inclusão e permanência de trabalhadores no sistema produtivo; garantia de direitos trabalhistas; aumento do poder de barganha dos salários; estímulo contínuo ao mercado doméstico. A redução dos empregos significa a redução no consumo e o início de um processo de estagnação. A intervenção do Estado nesses processos de crise e recessão leva à retomada de investimentos no setor produtivo (Assis, 2008, p. 52).

Contudo, as políticas públicas de matriz keynesiana levam à crença de que os problemas gerados pelo próprio sistema capitalista possuem solução. A participação direta do Estado apenas postergou a depressão iniciada na década de 1970. Nessa lógica, o capitalismo, que produz suas próprias crises, é capaz de desenvolver suas próprias formas de superá-las, sem que sua essência seja perdida, apenas reformada. No próximo item pretendo expor, brevemente, a análise marxista sobre a crise do sistema financeiro em 2008, e como as medidas tomadas pelos governos afetados possuem raiz no reformismo.

1.5.2.2 Análise Marxista

A financeirização, assumindo um papel central no capitalismo contemporâneo, sustenta a transnacionalização da produção, facilita a concentração de renda e riqueza e apoia a hegemonia política do neoliberalismo por meio de ameaças contínuas de fuga de capital (Saad

Filho, 2009, p. 8). Carcanholo (2009, p. 76), apoiado na teoria marxista, reforça que a disfuncionalidade do capital fictício foi o estopim que provocou a crise estrutural do capitalismo no início do século XXI.

O atual modelo capitalista priorizou políticas de austeridade como estratégia de enfrentamento da crise no sistema financeiro. A solução encontrada na perspectiva neoliberal foi o aumento da exploração do trabalho por meio do arrocho salarial, da flexibilização ou aniquilamento dos direitos trabalhistas, da ampliação da privatização e da redução dos gastos públicos no campo social. Além disso, alguns Estados nacionais passaram a sanar as dívidas dos bancos com problemas de liquidez e solvência, lançando mão de mais títulos públicos e, consequentemente, aumentando suas dívidas internas.

Na análise de Carcanholo (2009, p. 82), o fornecimento de liquidez aos mercados financeiros somente torna-se papel do Estado se este estiver inserido dentro da lógica capitalista, e se assim for, ele passa a ser mais um elemento de dominação de classe. Tal constatação é encontrada originalmente em Marx (s/d) no livro “As lutas de classe na França de 1848 a 1850”.

Um informe da organização não governamental Instituto de Políticas, com sede em Washington, destaca que cerca de quatro trilhões de dólares foram destinados ao salvamento de instituições financeiras. Cerca de US\$ 152,5 bilhões foram desembolsados pelo governo dos EUA no resgate de uma só empresa, a AIG.

No ano passado (2007), Washington destinou à assistência de todas as nações em desenvolvimento US\$ 23 bilhões, mas gastou 29 bilhões para salvar o banco Bear Stearns. A soma empregada pelos europeus e pelos EUA para resgatar as instituições financeiras é mais de 300 vezes superior aos 13 bilhões de dólares em novos compromissos assumidos para ajudar os países mais pobres a enfrentar a mudança climática nos próximos anos (Rizvi 2008, s/n).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em estimativa do impacto da crise no cotidiano das pessoas em todos os níveis da sociedade, constatou que o número de desempregados pode ultrapas-

sar 200 milhões no mundo, pela primeira vez na história. O número de pessoas trabalhando e recebendo menos de um dólar/dia deve aumentar em 40 milhões, e de pessoas vivendo com ganhos de apenas 2 dólares/dia em 100 milhões, caso os efeitos do desaquecimento econômico não forem rapidamente controlados (Somavia, 2008, s/n).

EUA, Grécia, Espanha e Portugal vivem o processo de reversão dos ganhos sociais das últimas décadas. As tentativas dos governos em impor o custo da crise para a classe trabalhadora causam consequências profundas nos padrões de vida, implicando no aumento dos conflitos sociais. Na análise de Husson (2008, s/n) existe somente a seguinte solução: pôr fim ao retrocesso salarial, modificar a distribuição das riquezas – menos lucros, mais salários – e investimentos sociais. Para o autor, tal medida implicaria na redução drástica de privilégios da esfera social que aproveitou bem o neoliberalismo.

Ali (2012) considera justas as colocações de Husson diante da grande probabilidade de Wall Street ter previsto a crise em 2008 e ter planejado a bolha imobiliária por meio da veiculação de campanhas publicitárias, encorajando os tomadores de crédito pessoal. Segundo alguns economistas, não somente a bolha já era prevista como também o auxílio financeiro dos governos às instituições financeiras. Ali denomina esse fato como “socialismo para os ricos”.

Irlandeses e franceses, prevendo o desastre, tiveram seus argumentos sobre a constituição da União Europeia ignorados. Basicamente eles consistiam em que a circulação do capital de forma ampla e irrestrita no âmbito da União garantiria ao Banco Central Europeu ações independentes das relações políticas dos Estados-Membros. A responsabilidade sobre o desempenho econômico e social, no entanto, ficou a encargo dos Estados Nacionais, pois, o Estatuto do Banco Central Europeu impedia o banco de articular crédito ou socorro aos Estados-Membros em dificuldades.

De acordo com Saad Filho (2009, p. 16), a estatização do sistema financeiro e a sua transformação num serviço de utilidade pública se apoia no fato de o setor ser improdutivo. Se as suas perdas precisam ser socializadas, especialmente quando envolvem grandes empresas,

então, na visão do autor, não há justificativas para a existência de lucros nesse setor. Uma estratégia para a esquerda transcender o neoliberalismo deveria se basear em movimentos políticos de massa, transformando o Estado e os processos de reprodução socioeconômica e de representação política.

Segundo Pinassi (2012) em entrevista concedida à revista “Caros Amigos”, a crise estrutural do sistema capitalista é o estopim necessário para se pensar nas atuais condições da luta de classes. A atual crise coloca novos desafios para a esquerda, como por exemplo, o de organizar a grande massa de desempregados. Segundo Pinassi, no passado, os socialistas pensaram em organizar os trabalhadores empregados, com carteira assinada, direitos garantidos e que atuavam nos sindicatos, fortalecendo sua base social nos partidos políticos. No entanto, “[...] essa massa de trabalhadores se reduziu de uma forma dramática a partir da reestruturação produtiva imposta pelo neoliberalismo, coincidentemente, momento de avanço da crise estrutural do capital” (Pinassi, 2012). A autora afirma que o movimento social, hoje, tem que ser amplo e “contemplar todas essas formas de luta da classe trabalhadora, desde o sindicato, o partido político e os movimentos sociais de massas. Em todas essas circunstâncias é fundamental que não fiquem reféns das suas reivindicações mais imediatas” (Pinassi, 2012). Tal movimento deveria contestar, entre outros pontos, a atual forma de produção e acumulação, considerando uma nova configuração da economia e distribuições menos desiguais de renda, riqueza e poder.

Enquanto vivenciamos a crise, as classes dominantes, apoiadas no keynesianismo de circunstância, recebem amparo nas suas instituições financeiras e esperam que as concessões da classe trabalhadora recoloquem o neoliberalismo revigorado no caminho do progresso (Duménil; Lévy, 2009, p. 66). Para os autores Duménil e Lévy (2009, p. 67), vivemos a política do imobilismo, caracterizada principalmente pela tentativa de conjugar estratégias neoliberais e keynesianas. As ações na lógica do neoliberalismo, segundo esses autores, preveem o rápido retorno ao equilíbrio orçamentário por meio de medidas de austeridade. Os defensores dessa linha são hostis aos impostos que almejam reduzir. Se os aumentos dos impostos são inevitáveis, preferem

os impostos indiretos e rejeitam a progressividade em função dos rendimentos das famílias. Preveem também o aprofundamento das imposições às classes populares em matéria de trabalho, de rendimentos, de proteção social e de educação, além de defenderem políticas anti-estatais. Já as ações pautadas em atitudes keynesianas trazem como fundamentais a ponderação entre os objetivos de controle dos déficits e de manutenção da atividade econômica; a disposição de compartilhar, entre os setores público e privado, os encargos criados pela crise; e a regulamentação e o papel crescente organizador do Estado da economia. Assim, como se pode observar, a corrente keynesiana modera a implementação das ações da corrente neoliberal, mas não possui meios de executar suas próprias políticas; daí o imobilismo reinante.

De acordo com Carcanholo (2009, p. 84), a estratificação socioeconômica e a luta de classes continuam sendo a principal característica fundante do capitalismo, por mais que elas sejam intermediadas por outras instâncias, inclusive o Estado. Utilizar-se delas sempre que possível é uma arma, pois não se pode desconsiderar que o principal sujeito anticapitalista continua sendo a classe que mais sofre as consequências mencionadas. Assim deve-se aproveitar o crescimento das tensões e confrontações sociais em escala mundial. “Se essa classe trabalhadora vai tomar consciência de si (e para si), propor-se a construir uma alternativa concreta anticapitalista, e essa proposição vai se efetivar historicamente, é algo que só a História poderá nos mostrar” (Carcanholo, 2009, p. 84).

Sader (2012, s/n) constata que modelos alternativos ao neoliberalismo ainda têm existências regionais, como nos casos da América Latina e, de outra maneira, da China. O autor acredita que a crise do neoliberalismo se prolongará até que forças com capacidade de superação possam se afirmar. No entanto, acredita que a América Latina tenha dado passos importantes, confirmando a capacidade de resistência do Sul do mundo. Nesse sentido, Ali fala sobre as lutas dos países sul-americanos:

O modelo das rebeliões sul-americanas contra o neoliberalismo e suas instituições globais nos diz muito neste senti-

do. As imensas e exitosas lutas contra o FMI na Venezuela, contra a privatização da água na Bolívia e contra a privatização da eletricidade no Peru, criaram a base de uma nova política que triunfou nas urnas nos dois primeiros países, bem como no Equador e no Paraguai. Uma vez eleitos, os novos governos começaram a por em marcha as reformas sociais e econômicas prometidas com diversos graus de êxito (Ali, 2012, s/n).

Pinassi (2012, s/n) constata que, no contexto de explosão do neoliberalismo, na América Latina surgem novas formas de desenvolvimento social, contemplando o trabalhador desempregado, o trabalhador precarizado, além das mais específicas dívidas históricas do nosso passado colonial, como por exemplo, a causa dos indígenas, dos negros e da luta pela terra. Concordo com a autora quando afirma que “[...] a América Latina nos últimos 30 anos deu mostras significativas de como organizar essa massa de outro modo, e não me refiro ao que os pós-modernos consideram ‘os novos movimentos sociais’ inclusivos, mas a uma perspectiva anticapitalista”. Pinassi lembra alguns movimentos significativos:

Eu penso, por exemplo, nos piqueteiros argentinos (movimento social de trabalhadores desempregados – o MTD, que surgiu na Argentina na década de 1990). Eles realizaram (e ainda realizam) práticas de luta bastante interessantes e criativas, já que, enquanto desempregados, não podiam fazer greve. Eles se organizam interrompendo as estradas e o escoamento da produção. Isso é um tipo de luta muito criativa que atinge e impõe prejuízos sérios ao capital. Também o Movimento das Fábricas Recuperadas, em função da crise que se aprofundou tão rápido na Argentina. Penso nos zapatistas no México, nos cocaleros, na Bolívia. Eu também penso no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que surge aqui no Brasil em 1984 (Pinassi, 2012, s/n).

No entanto, não é somente na América Latina que se enxerga movimentos de resistência. A mobilização em diversas partes do mundo, formada por uma complexa diversidade social, incluindo

jovens empregados e operariado precarizado, trabalhadores desempregados, estudantes de graduação endividados, veteranos de guerra, sindicalistas, pobres, profissionais liberais, anarquistas, hippies e juventude desencantada, representa uma consciência coletiva de luta e protesto. Mesmo difusa, esta consciência volta-se à solidariedade mútua, conjugando as lutas antes fragmentadas (Alves, 2012, p. 32). Iniciando no norte da África, derrubando ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen; estendeu-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e Grécia, e revolta nos subúrbios de Londres. Eclodiu no Chile e ocupou Wall Street, nos EUA, alcançando até mesmo a Rússia (Carneiro, 2012).

Tal onda de manifestações e protestos chegou ao Brasil em junho de 2013. Uma massa de brasileiros invadiu as ruas das principais capitais do país, somando 200 mil pessoas em uma passeata realizada na cidade de São Paulo, exigindo o cancelamento do aumento da tarifa do transporte público, na quantia de R\$ 0,20. A manifestação encabeçada pelo Movimento Passe Livre (MPL) agregou outras diversas reivindicações proferidas pelos manifestantes. Nas ruas, a frase mais repetida era “Não são só vinte centavos”. Diversos atos de protestos ainda são realizados, mostrando que o movimento permanece relativamente aquecido no país.

Figura 5 – Manifestação contra o aumento das passagens



Largo da Batata, São Paulo, SP. Junho 2013. Fonte: anônima.

Análises sobre os recentes movimentos sociais começam a surgir. As manifestações de junho no Brasil, na opinião de Riscali (2013, s/n), tiveram diversos pontos incorporados em sua pauta, dadas suas dimensões. Na opinião do autor, como o apoio à Revolta da Tarifa ou do Vinagre crescia, algo semelhante à velha estratégia deveria ser usada pela oposição. Se não consegue vencê-los, junte-se a eles e torne-os triviais. Para esvaziar a discussão política, bastou dizer que se protestava contra tudo, conotando que se protestava contra nada. Sendo assim, com a diluição da pauta inicial ficou difícil, mas não impossível, conquistar o que se exigia desde o começo; a reversão do aumento das passagens de ônibus e, no horizonte, a tarifa zero (Riscali, 2013, s/n).

Com relação às estratégias de ação movimento Occupy Wall Street, algumas críticas ressaltam a não incorporação, em sua pauta, de utopias grandiosas de emancipação social, que exigiriam uma clareza político-ideológica, carente ao movimento. Segundo Alves (2012, p. 36), não pode ser considerado um movimento anticapitalista, mesmo criticando o capitalismo como modo de produção da vida. Na opinião do autor, o que predomina é um senso comum capaz de expor, com indignação moral, as misérias do sistema sociometabólico do capital, mas sem identificar suas causalidades histórico-estruturais.

Movimentos e revoltas como os citados têm sido frequentemente esmagados com uma violência feroz, na sua maior parte pelo poder estatal, que age em nome da “ordem e estabilidade”. Estados clientes, apoiados militarmente ou com forças especiais, treinados pelos grandes aparatos militares, assumiram a liderança em um sistema de repressões e liquidações impiedosas contra os movimentos ativistas que rejeitam a acumulação por despossessão (Harvey, 2011 p. 202). Segundo Pinassi “A criminalização, portanto, é necessária frente ao espectro ameaçador de uma (sempre) possível manifestação da consciência correspondente ao pertencimento de classe alienada, sobretudo, da riqueza contraditoriamente por ela criada” (2009, p. 89).

No entanto, pela primeira vez em muito tempo, pessoas comuns passaram a discutir a natureza do sistema no qual vivem, pois já não o veem como natural ou inevitável. Nesse sentido, Zizek (2012, p. 18) alerta para a necessidade de se resistir, nesta primeira etapa, ao desejo

de traduzir a luta em uma série de demandas pragmáticas e concretas. A abertura para o novo e o preenchimento do vazio da ideologia hegemônica necessita de tempo. Vivemos um momento grave de nossa vida social, em que precisamos refletir sobre qual democracia queremos. De acordo com Zizek, não devemos esquecer o que escreveu Gilbert Keith: “Ter uma mente aberta, em si, não é nada; o objetivo de abrir a mente, como o de abrir a boca, é poder fechá-la com algo sólido dentro” (Zizek, 2012, p. 16). Assim, as diversas correntes que possuem como foco a superação do capitalismo precisam construir acordos para que as enormes esperanças surgidas não sejam desperdiçadas.

A esquerda mundial precisa melhorar sua unidade política, principalmente em relação ao acordo entre objetivos de curto e de longo prazo. Um importante ponto diz respeito às eleições. Existe um grupo que suspeita profundamente delas, afirmando que são politicamente ineficazes e que reforçam a legitimidade do sistema mundial existente. Já outro grupo acha crucial participar de processos eleitorais e trabalhar de dentro dos maiores partidos de centro-esquerda num sistema multipartidário funcional, ou dentro do partido único quando a alternância parlamentar não é permitida. Outra parte ainda prefere a escolha do mal menor, votando em representantes que estejam “genuinamente” na esquerda (Wallerstein, 2012).

Outro impasse da esquerda está na opção pelo desenvolvimentismo e por prioridades na mudança da civilização. A opção desenvolvimentista, quando apoiada por governos de esquerda ou sindicatos, sustenta que sem crescimento econômico não é possível enfrentar as desigualdades. Esse grupo é acusado de apoiar os interesses da base direitista. Os que apoiam a opção antidesenvolvimentista dizem que o foco do crescimento econômico está errado, pois os danos sociais e ambientais causados por ele são irreparáveis (Wallerstein, 2012).

Na atual conjuntura histórica, os movimentos sociais atuam em um campo de amplas contradições. Alves (2012, p. 37) afirma que, hoje, mais do que nunca, o método dialético tornou-se indispensável no exercício da crítica social. Os cientistas sociais devem analisar os movimentos sociais com objetividade e na perspectiva da lógica dialética para apreender a riqueza do movimento contraditório do real, ou

seja, a dialética candente entre subjetividade e objetividade, alcances e limites, contingência e necessidade, barbárie e civilização (Alves, 2012, p. 37). Nesse sentido, um retorno à análise de Marx sobre o capitalismo e seu lugar na evolução histórica da humanidade passa a ganhar espaço; afinal, de acordo com Musto (2008, s/n), nenhum marxista poderia acreditar que o capitalismo liberal havia triunfado para sempre, que a história tinha chegado ao fim ou que qualquer sistema de relações humanas possa ser definitivo para todo o sempre.

Arcary (2011, p. 125) afirma que não é impossível a superação da atual crise e que esta dependerá do curso da luta de classes, aos custos de uma regressão econômica e social, se derrotada. Na visão do autor, quando uma ordem econômica, social e política é incapaz de realizar as mudanças por meio da negociação ou reformas, as forças sociais interessadas recorrem aos métodos da revolução para impor suas reivindicações. A hipótese do autor é que a urgência da revolução voltou a ter significado político imediato. No entanto, isso não quer dizer que o socialismo está mais perto. A luta pelo socialismo requer mais do que ações revolucionárias contra o governo em regime, exige protagonismo proletário independente e projeto internacionalista.

1.5.3 Os impactos da crise no Brasil

A saída de um longo período de repressão política (1964 a 1985) impulsionou iniciativas neoliberais, respaldadas em um projeto de redemocratização do país. O período foi marcado por intenso processo de privatização, pela abertura da economia para o capital estrangeiro, pelo papel do mercado como agente organizador da economia e pela flexibilização dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. O projeto de desenvolvimento e de democratização deu continuidade a uma tendência neoliberal mundial, via globalização da economia e dos meios de comunicação (Negrao, s/d, p. 2).

A alta dos juros no mercado internacional provocou aumento da dívida externa e a consequente desvalorização da moeda em relação ao dólar. Assim, algumas empresas, em destaque as atuantes nos setores de celulose, alimentos processados, açúcar e álcool, tiveram

grandes prejuízos e decretaram falência, devido, em grande parte, à queda nas exportações e na taxa de lucro. Segundo a análise de Almeida (2010, p. 61), embora tenha sido grave a repercussão da crise no Brasil, os impactos ficaram restritos aos setores da indústria e da agropecuária. O gasto público, preservando o emprego no setor de serviços, protegeu a atividade em segmentos produtores de alimentos e bens industriais básicos, mas não impediu uma onda de demissões de trabalhadores formais entre outubro de 2008 e março de 2009, somando cerca de 690 mil postos de trabalho. As demissões ocorreram na indústria (493 mil) e agropecuária (227 mil), mas não no comércio, que contratou no mesmo período 47 mil pessoas, nem nos serviços, que contratou 67 mil trabalhadores (Almeida, 2010, p. 61).

A garantia da manutenção de uma média razoável de empregos estabilizou a inadimplência no crédito familiar, suscitando uma reação competitiva da parte do segmento privado. No segundo trimestre de 2009 voltou a crescer a oferta de crédito para as pessoas físicas e, posteriormente, para as empresas.

Já o Comitê de Política Monetária (Copom) realizou uma série de cortes na taxa de juros de curto prazo, acumulando um importante corte de cinco pontos percentuais em nove meses (Mendonça; Deos, 2010, p. 64). Também foram tomadas medidas como desoneração de impostos do ramo automobilístico, por meio da isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), incentivando as vendas e a produção; subsídios à construção civil, estimulando um dos setores mais dinâmicos e multiplicadores da economia brasileira; cortes sucessivos nas taxas básicas de juros para estimular novos investimentos; e redução das alíquotas de reservas compulsórias, visando estimular a concessão de crédito (Mendonça; Deos, 2010, 64).

Para tanto, algumas medidas relacionadas à política de crédito para bancos e instituições financeiras foram implementadas, principalmente pelo Banco Central do Brasil³⁹ (BCB), visando à redução dos

³⁹ Em dezembro de 1964 é instituída a Lei nº 4.595, criando o Banco Central do Brasil, autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN). O processo de reordenamento financeiro governamental se estendeu até 1988, quando as funções de autoridade monetária foram transferidas progressivamente do

depósitos compulsórios e a permissão para diminuições de depósitos compulsórios de grandes bancos se os recursos fossem usados na compra de carteiras de crédito de pequenos e médios bancos, em especial daqueles com problemas de liquidez.

O Banco do Brasil (BB) elevou o crédito concedido aos consumidores e às empresas, particularmente nos segmentos de comércio exterior e crédito rural, atenuando os efeitos do corte de crédito efetuado pelos bancos privados. Intensificou também a compra de carteiras de crédito de pequenas instituições bancárias, em consonância com a política promovida pelo BCB. Adquiriu ou finalizou o processo de aquisição de três bancos estaduais – Nossa Caixa Nosso Banco, Banco Estadual de Santa Catarina e Banco do Piauí – e assumiu grande participação no Banco Votorantim. Em outra frente, o BB promoveu cortes nas taxas de juros de uma série de modalidades de empréstimos, crescendo sua participação no mercado de crédito. Assim, observa-se a importância das instituições financeiras públicas que, controladas pelo governo federal, detinham, em dezembro de 2009, 39,9% dos ativos do sistema financeiro e eram responsáveis por 43,5% de seu volume de crédito (Mendonça; Deos, 2010, p. 65).

No entanto, de acordo com Terra e Silva (2010, p. 84), a ação governamental não se processou a fim de prevenir a crise, mas apenas para mitigar seus efeitos nefastos, inexoráveis na economia brasileira. Na opinião desses autores, a característica “socorrista” da atuação governamental pode ser explicada pelo perfil de atrofia da intervenção econômica estatal no Brasil pós-Plano Real e pela leitura míope do governo sobre a crise, seja pela superestimação dos fundamentos da economia brasileira, seja pela consideração de que a crise não passaria de uma “marolinha”. O fornecimento de crédito pelos bancos públicos e o estímulo para liberação de crédito pelos bancos comerciais podem ser analisados como a manutenção da superprodução e do superconsumo. Segundo tal análise, a circulação do capital manteria a economia

Banco do Brasil para o Banco Central, enquanto as atividades atípicas exercidas por este último, como as relacionadas ao fomento e à administração da dívida pública federal, foram transferidas para o Tesouro Nacional. Cf.: <www.bcb.gov.br/?HISTORIABC>. Acesso em 23 jun. 2014.

aquecida, – produção, consumo e investimentos –, evitando-se uma possível estagnação econômica. Em outras palavras, fazendo as pazes com sistema vigente.

A crise de 2008, além de escancarar a forma de atuação do setor financeiro, evidenciou os mecanismos de usurpação do instrumento do endividamento público. Para além de uma marola, a crise financeira, afetou fortemente o endividamento público em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Por trás do discurso brasileiro da existência de um sistema bancário sólido (e por este motivo não ser necessário o emprego de recursos públicos na recuperação das instituições financeiras nacionais – fato desmentido por Luciano Coutinho, presidente do BNDS, que revelou intervenção do próprio BNDS no salvamento de grandes empresas e bancos que tinham se envolvido com derivativos cambiais, tóxicos desde 2008), há um aparato destinado a beneficiar generosamente os bancos, envolvendo o Tesouro Nacional e o Sistema da Dívida Nacional, assegurando todas as garantias e privilégios para usufruírem os mais elevados juros do mundo (Fattorelli, 2013, p. 27).

A venda de títulos da dívida mobiliária⁴⁰ pelo Tesouro Nacional acontece em meio a reduzido grupo de grandes bancos nacionais e estrangeiros, denominados *dealers*, que possuem preferência para a compra dos títulos leiloados em primeira mão.

Para efeito ilustrativo, o Quadro 3, na página seguinte, mostra os *dealers* credenciados em dois períodos distintos: 10/08/2013 a 31/10/2013 e 10/02/2014 a 31/07/2014.

No entanto, o que se observa é que mesmo com a queda da taxa Selic⁴¹, o Tesouro Nacional passou a praticar a venda de títulos da dívida brasileira em taxas fixas, superiores à própria Selic. Segundo estudo realizado por Fattorelli (2013, p. 49) no dia 19/04/2012, data em que a taxa da Selic caiu a 9% ao ano, com propaganda da redução da dívida, os títulos da dívida brasileira foram vendidos a taxas superiores, alcançando 10,79% ao ano. A explicação para este fato é a ameaça de fuga

⁴⁰ Mobiliária são títulos e ações. Não confundir com imobiliária.

⁴¹ O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia é a menor taxa de juros da economia brasileira. Ela é usada nos empréstimos feitos entre os bancos e também nas aplicações feitas por estas instituições bancárias em títulos públicos federais.

continua de capital, tendo o Tesouro Nacional o dever de tornar atraentes os títulos da dívida para evitar que os *dealers* deixem de comprá-los.

A negociação de títulos com taxas de juros bem superiores à Selic influenciou a destinação de recursos para pagamento do juro. Medidas foram arquitetadas com o objetivo de permitir o desvio de recursos vinculados a diversos setores, incluindo os sociais, para o pagamento da dívida pública acumulada pelo governo. A medida provisória 435 de 26 de junho de 2008 estabeleceu que: “Art. 11. O superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2007 poderá ser destinado à amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal interna”. A medida provisória 450 instituiu: “Art. 13. O excesso de arrecadação e o superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional poderão ser destinados à amortização da dívida pública federal” (Fattorelli, 2013, p. 30-36).

Quadro 3 – Dealers

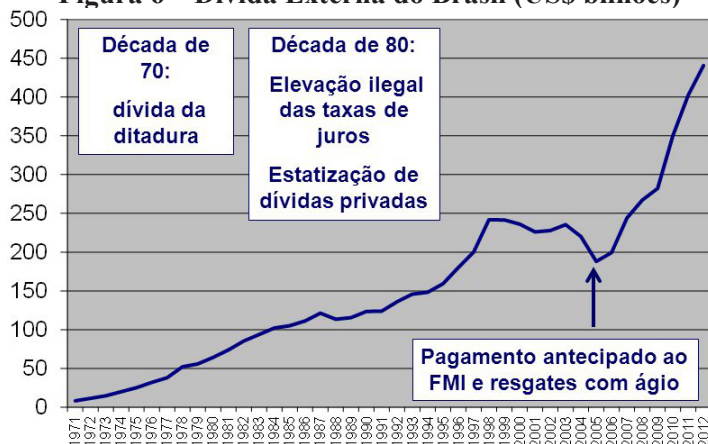
Instituições credenciadas a operar com o Demab e com a Codip <i>Ranking Top 5 de Operações Definitivas com o Mercado (*)</i> Período de avaliação: 10/8/2013 a 31/10/2013	
Nome da instituição (**)	
1º) Itaú Unibanco S.A.	
2º) Renascença Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	
3º) Banco Santander (Brasil) S.A.	
4º) Banco Bradesco S.A.	
5º) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo	
(*) Para aferição de desempenho das instituições, consideraram-se todos os títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), e não apenas os objetos de negociação selecionados.	
(**) Relacionaram-se as instituições em ordem decrescente de desempenho no fator de avaliação.	
Referência legal: Decisão-Conjunta nº 18, de 10/2/2010, e Atos Normativos Conjuntos ns. 28 e 29, ambos de 6/2/2013.	

INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS A OPERAR COM O DEMAB E COM A CODIP	
Período de Avaliação: 10/2/2014 a 31/7/2014	
Nome da Instituição	
BANCO BRADESCO S.A.	
BANCO BTG PACTUAL S.A.	
BANCO CITIBANK S.A.	
BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.	
BANCO DO BRASIL S.A.	
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	
CM CAPITAL MARKETS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.	
GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.	
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO	
ITAÚ UNIBANCO S.A.	
RENASÇENÇA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.	
Referência Legal: Decisão-Conjunta nº 18, de 10/2/2010, e Atos Normativos Conjuntos ns. 28 e 29, ambos de 6/2/2013.	

Fonte: Banco Central do Brasil

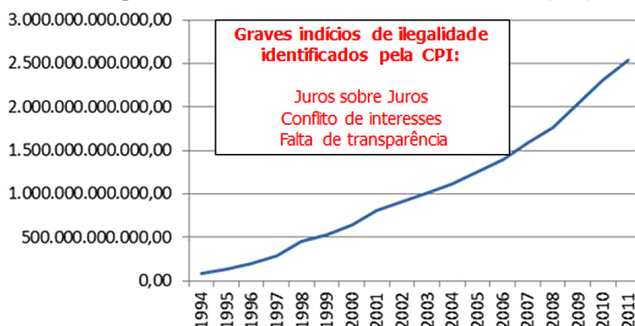
Considero importante fixar a seguir gráficos representativos da dívida pública. Ao final de 2012, a dívida interna federal atingiu R\$ 2.823 trilhões e a dívida externa, US\$ 442 bilhões. Juntas, alcançaram R\$ 3.707 trilhões, quase 84% do PIB (Fattorelli, 2013, p. 44-52).

Figura 6 – Dívida Externa do Brasil (US\$ bilhões)

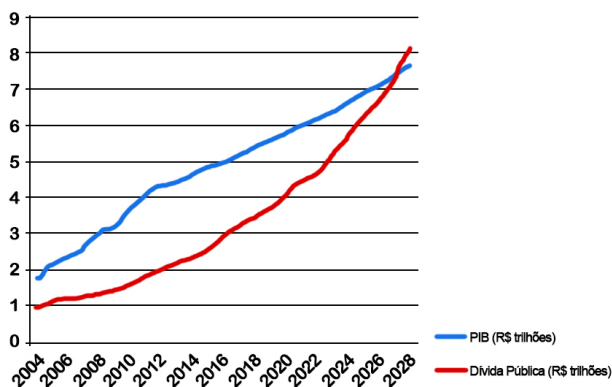


Fonte: Banco Central – Nota para a Imprensa – Setor Externo – Quadro 51 e Séries Temporais – BC. Anotações de Maria Lúcia Fattorelli, Orçamento Público, Direitos Sociais e o “Sistema da Dívida”.

Figura 7 – Dívida Interna do Brasil (R\$)



Fonte: Banco Central – Nota para a Imprensa – Política Fiscal – Quadro 35. Anotações de Maria Lúcia Fattorelli, Orçamento Público, Direitos Sociais e o “Sistema da Dívida”.

Figura 8 – Projeção da Dívida Pública Brasileira

Fonte: Banco Central.

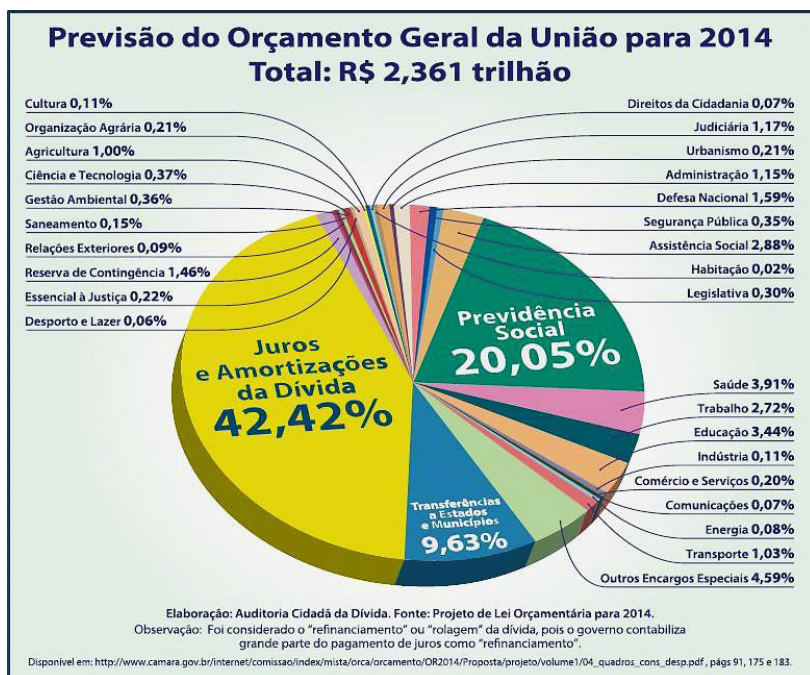
As variações na taxa de câmbio também contribuem para o aumento da dívida pública, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Quanto mais o câmbio se valoriza, menor é o valor em reais dessas reservas, que, designadas em dólares, representam parcela significativa dos ativos financeiros públicos.

Figura 9 – Câmbio Real

Fonte: Banco Central.

O gráfico a seguir, com a previsão do Orçamento Geral da União para 2014, especifica 42,42% do total previstos apenas para amortizações da dívida, sendo que a educação ficará com 3,44%, a saúde com 3,91% e a cultura com 0,11%.

Figura 10 – Orçamento Geral da União para 2014



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida.

A percepção da sociedade referente aos problemas gerados pela repercussão da crise no Brasil e o consequente aumento da dívida pública fica comprometida devido à ausência de transparência nas negociações que geraram e geram o endividamento público, a não divulgação dos juros nominais efetivamente pagos, ao sigilo em relação aos credores e à utilização de documentos secretos inacessíveis à população. A informação é extremamente importante no contexto atual para

compreendermos os impactos da crise do sistema financeiro mundial no Brasil e sua relação com o crescimento da dívida brasileira. Ler criticamente os dados apresentados é parte do processo de conscientização para a efetivação das transformações necessárias nos campo social, político e econômico.

Assim, após tal exposição, a programação de um estudo de caso contemplou a Associação de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências, o Banco Comunitário União Sampaio e a Agência Popular Solano Trindade, no Bairro Jardim Maria Sampaio, zona sul da cidade de São Paulo, SP. Como cada realidade apresenta suas especificidades, continuarei a explanação sobre bancos comunitários tomando como exemplo o estudo de caso realizado. Passarei assim para o próximo capítulo.

A UNIÃO POPULAR DE MULHERES, O BANCO COMUNITÁRIO E A AGÊNCIA POPULAR

Em sequência à exposição anterior, darei ênfase à investigação empírica, ressaltando e destacando as vozes dos atuais moradores do bairro Jardim Maria Sampaio e entorno, com os quais convivi no período referente ao trabalho de campo. Descrevo os processos de transformação na região e a emergência de ações, como a criação da Associação, a implantação do Banco Comunitário e da Agência Popular de fomento à arte, a partir das diferentes narrativas. Para tanto, utilizei-me das entrevistas de modo direto, ensejando preservar a riqueza das falas no que diz respeito às percepções, interpretações e experiências dos entrevistados. Em alguns momentos transcrevo trechos longos, acreditando elucidar determinados contextos. Analisando os relatos, verifico a possibilidade de possíveis abordagens teóricas. No entanto, devido ao curto tempo e à necessidade de recorte para a realização desta pesquisa, confio aos leitores a oportunidade de ampliação da discussão que inicio.

2.1 A CONSTITUIÇÃO DO BAIRRO JARDIM MARIA SAMPAIO

O bairro Jardim Maria Sampaio, localizado na zona sul da cidade de São Paulo, SP, situa-se na subprefeitura de Campo Limpo. Segundo dados fornecidos pelo portal *online*¹, a subprefeitura de Campo Limpo

¹ Cf.: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/campo_limpo>. Acesso em: 17 jul. 2014.

Mulheres (UPM) – e fundadora da União Brasileira de Mulheres (UBM), Dona Neide, 74 anos, descreveu em entrevista algumas características da região nas décadas de 1940 e 1950, quando ocorre a chegada dos primeiros moradores e delineiam-se as primeiras formas de organização da comunidade. Sua trajetória de vida encontra-se intrinsecamente ligada à formação e ao desenvolvimento do bairro:

Aqui tinha não só as fazendas como tinha locais que era possuído por imigrantes japoneses. Isso tudo aqui eram chácaras, até o Embu. Meu pai era do Embu, mas aqui ninguém fazia esta diferença, tudo era essa região, Mitsutani, Jardim Macedônia, Jardim Marciano, Jardim Maria Sampaio. Aqui para baixo tudo eram chácaras, não fazenda. Depois veio as olarias de tijolos. [...] Tinha gente de Minas, não tinha muita gente da Bahia. As hortaliças, os legumes, os cereais eram cultivados pelos japoneses. Trabalham em regime de mutirão em 1942, 1943. Meu pai era português, veio de Portugal. [...] Mas o meu pai com treze anos de idade, com dois primos, um de dezessete e outro de quinze vieram, se esconderam no porão de um navio e chegaram em Santos, de lá saíram as escondidas, se embrenharam no mato e ficaram no mato, trabalhando na cana de açúcar. Ficaram doentes, mal alimentados. Sem família, nem nada. Meu pai, como era o mais novo, estava mais fraco e teve malária mais de quatro vezes. Ficou com uma sequela, mas a gente só foi descobrir quando ele morreu, porque morreu de uma cirrose, sem ser bêbado e sem ser fumante ou outra coisa que pudesse dar a cirrose. Foi no ano de 1954. Morreu com quarenta e poucos anos. Deixou minha mãe com dez filhos, três que já haviam morrido. Eu tinha 16 naquela época. Minha irmã mais velha, quando ele morreu, ela estava casada. Tinha eu, a minha outra irmã Ana que ia fazer 14, tinha 13 e para baixo mais 8. Minha mãe entrou em depressão e quem cuidou dos filhos foram minha irmã e eu. Criamos todo mundo.

O local era a oportunidade ideal para um recomeço, conta Neide por meio de um relato emocionante sobre os motivos que a levaram, junto à sua família, a se estabelecer na região. Por meio de sua fala

percebe-se o contexto que, repleto de carências, une os moradores na busca por soluções de demandas básicas:

Eu vim para essa região com cinco anos de idade. Meus pais foram despejados, eram comerciantes bem instalados. Meu pai tinha um sócio, uma pessoa fiel que deixou meu pai e minha mãe na rua, nós acabamos sendo despejados. Tudo aquilo que meus pais tinham economizado na juventude, tinham se esforçado, perderam. Aí com ajuda de uma pessoa maravilhosa ele deu entrada em um sítio aqui em Embu, que o caminho é essa estrada que passa aqui. Num sítio que estava todo no mato. Um caminhão parou com os poucos pertences que eles levavam, tudo o que a gente tinha perdemos. Ficamos na miséria. Meu pai ficou muito mal. Viemos para cá em quatro crianças, três irmãs e viemos morar em uma casa de pau a pique, chão de terra, na pior condição, sem luz e sem água. Sem móveis, fizemos colchão de palha de milho. Meu pai não tinha dinheiro. Nós passamos necessidades. Nós não tínhamos o que comer. Até brotar a comida do chão a gente não tinha o que comer. A gente tinha que comer comida catada no lixo. Passamos por isso, foi muito triste. Passamos mais de um ano comendo farinha com chá, não tinha leite, não tinha arroz, não tinha feijão. Farinha com chá e mais o que a gente conseguia de doação aqui mesmo. Minha mãe sofreu muito, estava de dieta, tinha uma bebezinha. Você sabe, a mulher, quando ela está na dieta, se ela tem um pós parto desse jeito ela ganha um problema que se chama psicose pós-parto. Minha mãe teve isso, ela só chorava. Ela amamentava a neném e só chorava. Vendo as crianças passando necessidade e ela tendo que construir um fogão, com barro porque não tinha nem fogão na casa. E lenha. Ia buscar água em uma nascente longe da casa. Então, esse sofrimento que os meus pais tiveram depois de uma vida organizada, que já tinham conseguido e a vida se descontruiu e ter que construir novamente. Minha mãe tinha uma formação muito forte, religiosa. Meu pai se desencantou com a coisa de Deus. Passou a ser um homem que não tinha mais fé em Deus. Tinha fé nas pessoas, não perdeu a fé nos pobres. Ele perdeu a fé nos ricos. Os pobres eram que

ajudavam a gente, não eram os ricos. Foi construindo, construindo e a gente viveu aqui plantando por mais de três anos. Por três anos a gente só comia o que plantava. As vezes era uma sopa, da verdura que nasceu.

Neide, lembrando-se do velho Quincas, relata o surgimento da primeira escola na localidade, bem como os esforços necessários à manutenção de sua curta existência. Relata como a apropriação ilegal de terras na região, por pessoas letradas, acentuou o senso de justiça dos novos moradores:

Quando a gente chegou lá, aquela pobreza, encontramos uma casa, bem na divisão de São Paulo com Embu e um velhinho morando sozinho num casebre. E o velhinho se encantou pelo meu pai e pediu para o meu pai cuidar dele. Ele era viúvo, sozinho, sem filhos e falou para meu pai: “João cuida de mim, que dou essa casa e vocês podem ficar com ela”. Meu pai ficou pensando: “Como vou levar esse velhinho para casa? Ele já estava com quase 80 anos, muito fraco”. Era um velhinho com muita fé, rezava muito, muito mesmo, de manhã, ao meio dia e à noite. Parava para rezar, igual um monge. Meu pai, chegando em casa, falou: “Olha, você aceita cuidar do velhinho, Seu Joaquim, a gente podia chamar ele de Quincas?”. A minha mãe, com aquele monte de crianças dizia, “é difícil cuidar desse velhinho, eu sem água, sem isso, sem aquilo, como vou fazer?” Ela olhou para o meu pai e disse: “Traz o velhinho para ele não ficar sozinho. Pelo menos aqui ele tem as crianças”. Ele veio para nossa casa, ficou num quartinho. Nessa altura eu já estava com 6 anos e meio, por aí. A minha mãe me chamou e falou: “Olha não tem ninguém para cuidar do Quincas, você quem vai cuidar”. Eu não tinha (risos), ele me ensinava as rezas dele. O quarto dele era cheio de quadro de tudo quanto era santo. Acho que ele tinha mais de 60 santinhos. Eu falava para o Quincas, “Você dá isso aí para mim?” Criança é tão pura, inocente, tão bonito. Só que minha mãe falou, não tem outro jeito, arrumou uma canequinha de esmalte, uma colher e falou, “Olha Quincas toda vez que você precisar”. Não podia andar ele, fazia xixi em uma latinha que eu tinha que

despejar todo dia, e o cocô também, enterrar na terra. Porque lá não tinha banheiro. “Toda vez que precisar de alguma coisa, você bate essa colher na canequinha que a Neide vai vir aqui”. (risos) Ai eu ia lá. Eu ficava prestando atenção. Eu não tinha muita liberdade de correr pelos matos, brincar. Então minha infância foi muito de trabalhar. [...] Meu pai pegou, olha a ideia que veio na cabeça dele. Vou conversar aqui na vizinhança, nas chacinhas e olarias, todos tinham crianças grandes que precisavam aprender e vou tentar fazer uma escola na casa do Quincas. Ele tinha uma sala grande na frente e depois só um quartinho pequenininho, uma cozinha. Ai consegui uma lista de mais de 50 crianças querendo estudar, foi até Santo Amaro, onde era o distrito de educação daqui da região, pediu, porque ali ainda pertencia São Paulo, pediu, e pediu e não conseguiu, ia com aquela charretinha até o Campo Limpo e depois pegava ônibus até Santo Amaro, só tinha um de manhã, outro de tarde e outro ao meio dia, uma Jardineira. Lá ele tentou e conseguiu uma professora. Mas a professora não ia a pé do Campo Limpo até lá. Meu pai parava todo o serviço dele, que já passava necessidade, ia com a charretinha, vinha buscar a professora e vinha trazer de volta todo o dia. Conseguiu fazer isso. Mas o governo não mandou carteira, não mandou nada. A única coisa que tinha era a cadeira e uma mesinha para a professora e os alunos sentavam tudo no chão, em uma tabuinha que ele arrumou. Ali nos ficamos seis meses, estudando daquele jeito, nunca veio nenhuma carteira. Não tem nenhuma foto, porque foto naquele tempo era dinheiro. Nós ficamos ali e puseram o nome da escola, o povo, Escola Mista da Fazenda São Joaquim, não tinha fazenda nenhuma (risos). A fazenda era a casa do Quincas. Ali fez uma plaquinha com os outros pais. A professora, todo dia de mau humor porque era viagem ruim de charrete. Acho que o carro pulava muito, a estrada era muito ruim. Eu lembro que as crianças levavam uma florzinha para ela, ela não ficava feliz, nunca vi ela feliz com a florzinha. No final de seis meses, com todo esse sacrifício, a professora não veio mais, nunca mais teve alguma professora. A escola não funcionou mais. Não tinha ninguém lá que queria dar aula e veio um grande e esperto

daqui da região, que tinha estudado um pouco de direito e pegou as terras do Quincas, fez uma escritura falsa e perdemos o terreno. O Quincas ainda estava vivo para falar, mas até ele ter o dinheiro e ter uma forma para ligar, não tinha força então se vê como que os pobres perderam tudo e porque existe pobre. O que teve de gente rica que roubou dos pobres, que tirou dos pobres o seu direito. Então, mais uma vez o senso de justiça ficou muito forte na gente, teve sofrimento, porque outra vez meu pai perde tudo de novo.

Na década de 1950, as inúmeras fazendas, chácaras, olarias e casas residenciais atraíram pessoas de diversas regiões do Brasil, inclusive de outros países. Silvestre, nascido na região e açougueiro há décadas no bairro, contou sobre seu trabalho, quando pequeno, nas olarias da vizinhança:

Eu morava aqui onde está essa escola. Era uma olaria, para fabricação de tijolos. Tem foto minha na Casa da Mulher e da Criança na olaria, fazendo tijolo com nove anos de idade. Com um chapéu grande, como um mexicano, sentado na frente do selador. A gente retirava barro lá de baixo para fazer tijolo. Eu e meu pai a gente fazia tijolo, levantávamos duas horas da manhã para fazer o tijolo, manualmente. [...] A gente fazia 1800 tijolos todo dia, das 2 da manhã ao 12h. Depois do meio dia a gente almoçava e ia peneirar terra para untar a forma, a gente falava arriar a forma. Peneirava a terra. O pessoal mais velho ia enformando o tijolo e colocando no forno para queimar. Cortava cana para cavalo. Serviço duro, entendeu?

Nas décadas de 1970 e 1980 houve um crescimento vertiginoso de moradores na região que, sem planejamento adequado por parte dos órgãos públicos – o mesmo ocorrido em diversas regiões periféricas da cidade de São Paulo –, se urbanizou de forma desordenada e improvisada. Mesmo carecendo de saneamento, distribuição de água e eletricidade, o bairro continuou atraindo migrantes – a exemplo de Clísia, 35 anos, moradora do bairro há cerca de 30 anos e de Josefa, 72 anos, há cerca de 10 anos na região:

Eu vim a trabalho, já tinha um garantido quando eu vim. Eu só fiquei aqui em São Paulo porque vim trabalhar em casa de família. Depois eu comecei namorar, casei com o meu namorado aqui mesmo e saí dessa casa de família. Aí já fiz um curso de costura quando casei e já comecei a trabalhar com confecção. Depois passei para outra, trabalhei um tempo, pedi as contas e passei a trabalhar em casa como costureira (Clísia).

Quando eu morava em Belo Horizonte meu marido trabalhava em São Paulo, meu marido era empreiteiro. Então, na época, eu voltei para o Paraná. O Paraná naquela época era um lugar de muito espaço. Meu marido continuou trabalhando em São Paulo. Ele já tinha 10 anos que estava aqui e eu no Paraná, em Foz de Iguaçu, na divisa com o Paraguai. Trabalhava dentro do Paraguai uns cinco anos em lojas. Aí meu marido colocou pressão dizendo, ou vem ou mando vir. Fui obrigada a vir. Hoje estou há nove anos em São Paulo (Josefa).

Marcos, 35 anos, atual dono de uma das lojas de materiais de construção do bairro, lembra que, mesmo passados alguns anos, as demandas da população não foram atendidas em sua completude pelo poder público. Ele destaca, como exemplo, o calçamento realizado na região: “Há quinze anos, quando eu vim, já era asfaltado, mas não tinha guia, não tinha sarjeta, não tinha calçada”. Miguel, 50 anos, atual auxiliar administrativo da UPM, lembra a dificuldade de locomoção existente no itinerário que ligava o bairro às regiões centrais da cidade: “Só saía-se de ônibus, só tinham duas linhas, para Pinheiros e Santo Amaro. Um era da Empresa Bandeirantes, acho, e outra, Viação São Luís”.

2.2 PANORAMA ATUAL DO BAIRRO JARDIM MARIA SAMPAIO

Segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação e da subprefeitura de Campo Limpo, o Jardim Maria Sampaio reúne atualmente por volta de 550 mil moradores, sendo um terço destes habitantes

das 240 favelas² existentes na região. A população concentra-se principalmente no complexo Paraisópolis, formado por Capão Redondo e Jardim Ângela. Tendo elevada densidade populacional, como já mencionado, os postos de saúde, creches, escolas, áreas de cultura e lazer tornam-se insuficientes no atendimento da população local. Para compor um panorama atual do bairro, especificamente quanto à eficiência de sua infraestrutura, foi realizado um levantamento das opiniões a respeito do transporte público, da rede de tratamento de esgoto, da distribuição de água tratada e energia elétrica, e da existência de postos de saúde e escolas na região.

Existe consenso entre os entrevistados sobre o funcionamento do transporte público. Na opinião de Esther, 53 anos e educadora no Movimento de Alfabetização (Mova) – projeto desenvolvido pela UPM em parceria com a prefeitura de São Paulo –, a demanda é maior do que os diferentes meios de transportes públicos suportam: “Não é tão bom assim, mas é o único que tem. Pega o ônibus e está lotado, o trem e está lotado, o metrô, tudo. Se você pega um ônibus para o centro, você vai em pé, daqui até lá”. Cláudio, 50 anos e integrante do coletivo de música da Agência Popular Solano Trindade³, prefere caminhar longos trechos e afirma que muitos na região optam pela mesma forma de transporte: “A gente anda muito a pé. Coloca a mochila nas costas e sai andando, trocando ideia com outro ou vai sozinho, sobe o morro, desce o morro, passa as favelinhas, as vielinhas. Vai costurando e uma hora chega lá”.

Analisando a fala de Gisele, 24 anos e também educadora no Mova, é possível verificar a existência de problemas de mobilidade e, conseqüentemente, de acesso aos diversos pontos da cidade devido à ineficiência e ao valor do transporte público. Juntas, calculamos o custo de um passeio domingueiro em um parque. Ela, o marido e o filho de seis anos gastariam cerca de R\$ 40,00, contando passagem de ônibus, ida e volta, e um lanche cada: quase 10% de seus rendimentos mensais. Somente com o ônibus gastariam R\$ 18,00⁴. O total de tempo gasto, ida e volta, no trecho que liga o bairro até o parque Ibi-

² Número aproximado.

³ Abordarei mais adiante a Agência Popular Solano Trindade.

⁴ Cálculo realizado com base na tarifa de ônibus de R\$ 3,00, no 2º semestre de 2013.

rapuera e vice versa, por exemplo, seria de aproximadamente 4 horas.

[...] gosto muito do centro de São Paulo. Acredita que eu não conheço a metade da cidade? Moro aqui 24 anos e não fui na metade de picos que tem em São Paulo. Quanto museu, quanto parque. Eu fiz uma lista, Lu ... (risos) Eu só fui em quinze. [...] Ainda tem muito lugar que eu queria conhecer.

Rafael, 30 anos e coordenador do Banco Comunitário União Sampaio⁵, destaca a importância dos atuais corredores de ônibus na melhora do tempo de deslocamento: “Pegar ônibus é mais fácil que ir de carro. Porque você não coloca gasolina, não tem que pagar estacionamento e não vai pegar tanto trânsito. Pelo menos tem o corredor de ônibus, tem o metrô perto”. No entanto, Mara, 58 anos, administradora dos diversos projetos realizados pela UPM, ressalta os problemas relacionados à demora e ao atraso do transporte coletivo, e suas implicações no uso do bilhete único⁶:

Se você vai lá para o centro da cidade e você tem três horas, se for empresarial você tem duas horas. A gente tem aqui o empresarial no caso. Então são duas horas. Eu demoro duas horas para chegar lá na Estação da Luz. Se eu tiver que pegar outro ônibus, acabou, tenho que pagar outra condução. De lá a mesma coisa. Muitas vezes a gente pega o ônibus de lá, aí quando eu chego aqui no terminal que eu vou passar o bilhete eu já pago outra. Então do terminal até aqui eu não vou para mais lugar nenhum, eu estou voltando para casa, mas eu já paguei mais uma passagem. Então é meio que ilusório, entendeu?

Todos os entrevistados confirmaram o recebimento de serviços básicos de infraestrutura como distribuição de energia elétrica e de água, e tratamento de esgoto. Marcos, no entanto, relatou problemas estruturais

⁵ Abordarei mais adiante o Banco Comunitário União Sampaio.

⁶ O Bilhete Único é um sistema que unifica, em apenas um sistema, toda a bilhetagem dos meios de transporte, gerando benefícios como as tarifas integradas, onde é concedido desconto ou isenção da tarifa ao se utilizar meios de transporte em sequência. Cf.: <ww2.mobilicidade.com.br/bikesampa/cartao.asp>. Acesso em: 23 maio 2014.

na região, que impedem o abastecimento de algumas casas em certos momentos do dia, como ocorre na Casa da Mulher e da Criança, atual sede da UPM. Relatou ainda problemas atrelados a rede de esgoto:

Faz uns 15, 20 anos que a Sabesp veio, só que não sei o que eles fizeram, eu acredito que eles passaram os dutos muito abaixo da rua. A água não tem força. Igual meu esgoto aqui. Meu esgoto é para traz, não é para avenida, porque fizeram errado, tinham errado o nível. Desce pela casa do vizinho. É totalmente desorganizado, não foi feito um planejamento certo. Deve ter sido um desses consórcios que eles inventam para roubar dinheiro da população.

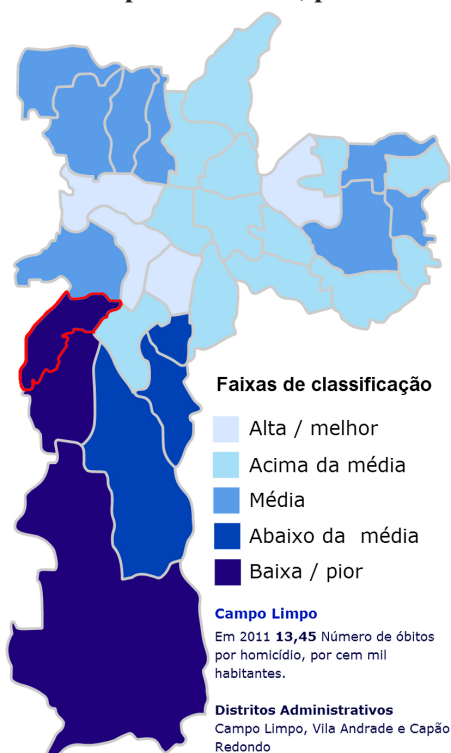
Questionada sobre a segurança local, Mara conta: “É, você tem medo de andar aqui. Dependendo do horário tem que tomar bastante cuidado, mas é pessoal de fora que vem aqui para pegar e depois sair. Se for daqui de dentro apanha. A gente pega”.

O bairro Jardim Maria Sampaio, localizado no distrito do Campo Limpo, faz divisa com o distrito policial do Capão Redondo e com o Parque Santo Antônio. Campo Limpo ocupa o segundo lugar no *ranking* de homicídios da cidade, sendo que os outros dois ocupam o terceiro e o primeiro lugar, respectivamente (Bergamin, 2011, p. 3). Desde o início de 2012 uma nova onda de violência atinge as periferias de São Paulo. Numa complexa disputa de poder entre traficantes e poder policial local, dezenas de pessoas (policiais, traficantes e civis) foram assassinadas. Entre 17 e 28 de junho de 2012, segundo dados do Sistema de Informações Criminais (Infocrim), 127 pessoas foram assassinadas na capital paulista. Durante todo o mês de junho de 2012, 39 cidades da Grande São Paulo registraram, juntas, 166 mortos. A maior concentração desses homicídios encontra-se na periferia da zona sul da cidade de São Paulo. Acredita-se que o empobrecimento da região, ocasionado por elevados índices de desemprego, falta de investimentos em infraestrutura básica e estagnação econômica local, tenha gerado diferentes formas paralelas de poder, entre elas as exercidas pelos traficantes de drogas e policiais que atuam na região, potencializando violentos conflitos entre os diferentes atores sociais.

Situação marcada pelo processo de formação e urbanização da região, caracterizados por um desenvolvimento esquizofrênico, numa combinação de elevada densidade populacional, infraestrutura básica precária e empobrecimento da população.

Segundo dados do Infocrim, o número de óbitos por homicídio, por cem mil habitantes, na região pertencente à subprefeitura do Campo Limpo no ano 2011 ficou em 13,45. Especificamente no distrito do Capão Redondo o número é de 11,82.

Figura 12 – Óbitos por homicídio, por 100 mil, em 2011



Fonte: Observatório Cidadão⁷.

⁷ Cf.: <www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/>. Acesso em: 23 jun. 2014. Até o momento da publicação desta pesquisa não existiam dados mais atuais no site citado.

Tabela 6 – Produtividade Policial da DP Capão Redondo, em 2013

Natureza	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Total
PORTE DE ENTORPECENTES	1	2	1	1	8	0	2	3	4	1	2	1	26
TRÁFICO DE ENTORPECENTES	6	16	10	15	14	28	17	19	21	17	16	11	190
APREENSÃO DE ENTORPECENTES	0	0	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	5
PORTE ILEGAL DE ARMA	3	1	2	5	5	2	5	3	4	4	2	4	40
ARMAS DE FOGO APREENDIDAS	1	1	2	13	12	7	9	11	11	12	12	6	97
FLAGRANTES LAVRADOS	53	50	63	93	110	91	71	82	93	87	87	76	956
INFRATORES APREENDIDOS EM FLAGRANTE	4	0	15	7	7	8	0	8	4	0	10	10	73
INFRATORES APREENDIDOS POR MANDADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº DE PESSOAS PRESAS EM FLAGRANTE	38	57	57	77	114	89	89	111	95	102	96	79	1.004
Nº DE PESSOAS PRESAS POR MANDADO	4	3	3	19	14	14	15	13	21	19	30	21	176
Nº DE PRISÕES EFETUADAS	42	77	77	112	123	105	86	95	114	106	117	97	1.151
Nº DE VEÍCULOS RECUPERADOS	72	84	108	88	127	133	103	112	72	140	118	117	1.274
TOT. INQUÉRITOS INSTAURADOS	121	113	145	133	181	149	128	139	106	121	118	114	1.568

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo⁸.

Outra demanda levantada pelos entrevistados é a necessidade de ampliação do sistema público de saúde na região. Segundo relatos, existe apenas um posto de saúde atendendo os bairros Mitsutani e Jardim Maria Sampaio. “A prioridade é mais posto de saúde, aqui necessita, porque só tem no Mitsutani para atingir o Sampaio também. O Sampaio é muito grande e não tem médicos suficientes para todos. Então é muito defasada essa parte da saúde aqui” (Esther). Existem

⁸ Cf.: <www.ssp.sp.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2014.

escolas de ensino regular atendendo a população da região, porém, isso não significa que os entrevistados aprovelem a qualidade do ensino. Segundo Mara, a região carece de ensino profissionalizante. As escolas de ensino técnico e as faculdades são distantes. “Precisamos de uma faculdade mais perto, bem próxima da gente, grudada mesmo. Ninguém teria que ir para o outro lado do mundo fazer faculdade, curso técnico ou coisa assim. Temos o CEU, mas poderia ter faculdade, à noite não funciona” (Mara).

Existem rios e córregos a céu aberto no bairro e entorno. Além dos problemas relacionados à saúde pública, as intensas chuvas que ocorrem no verão transbordam as vias fluviais, provocando enchentes e desabrigando diversas famílias. Segundo Esther: “Aí para baixo tem muita enchente, o pessoal não tem onde morar e a preocupação é de todos”. No verão de 2014, a zona sul voltou a ser castigada pelas enchentes.

Segundo a Serasa Experian⁹, a região do Campo Limpo apresenta um dos maiores índices de desigualdade social e desemprego juvenil e adulto do Estado de São Paulo. De acordo com um diagnóstico social levantado pelo Projeto Arrastão¹⁰ em 2013, 24% dos moradores vivem em favelas e 20% da população não têm acesso à rede de esgoto. Além disso, 20% dos habitantes não recebe qualquer renda e 42,5% ganha até dois salários-mínimos.

2.3 A ASSOCIAÇÃO POPULAR DE MULHERES DO CAMPO LIMPO E ADJACÊNCIAS

2.3.1 Histórico da Associação

Com a intensificação do processo migratório nas décadas de

⁹ Cf.: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/funcionarios-da-serasa-experian-se-mobilizam-na-semana-do-voluntariado-em-prol-de-causas-sociais-no-campo-limpo/>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

¹⁰ O Projeto Arrastão é fruto de uma organização social sem fins lucrativos criada em 1968, com a filosofia de “não dar o peixe, mas ensinar a pescar”. O Projeto atua nas áreas pedagógica, social e cultural e beneficia uma média de 900 crianças e adolescentes que vivem na região do Campo Limpo, Capão Redondo, Vila Andrade, Jardim Ângela, Jardim São Luís e nas comunidades de Taboão da Serra.

1950 e 1960, muitos homens trabalhadores, ao chegarem à localidade, procuraram ocupação na construção civil. As mulheres permaneceram nos bairros, encarregadas dos serviços domésticos e cuidados com as crianças. Gisele revela a realidade da época, conhecida a partir do convívio com suas alunas no Mova. “Elas vieram para cá moças, na adolescência. Já vieram com namorado e casaram. Vieram quando novas e passaram a morar na região. Aqui no Sampaio, onde todas elas moravam, vieram na fase moça, adolescente, aqui para o bairro”. Gisele, uma boa ouvinte, conhece algumas histórias relacionadas à fase migratória. Relatou uma em particular:

A casa que eu moro existe há quarenta anos. A dona viveu a história da maioria das mulheres aqui. Antes era tudo eucalipto, uma plantação gigantesca. Todos esses morros aqui há 40, 50 tinham eucaliptos. Ela falou que quando começou a namorar, veio ela, o marido, a família e limparam o terreno. O marido dela, assim que eles casaram, começou a trabalhar no centro de São Paulo. Ela ficava sozinha. Ela engravidou e não tinha escola para colocar o filho. A condução era superprecária. Tinha só um ônibus, Estação da Luz, que saía lá do Campo Limpo. O marido dela ia a pé até o Campo Limpo para ir para o centro. Ela ficava em casa. Ela que capinava o terreno. Ela que levantou parede da casa. Ela que pegava água no poço.

Já que o trabalho na construção civil não rendia o necessário, as mulheres passaram a desenvolver atividades econômicas. Não havendo infraestrutura necessária, como escolas, creches, hospitais, essas mulheres encontraram dificuldades em assumir uma jornada de trabalho, afinal, na sua ausência, não havia maneira de deixar as crianças em segurança. Mudar para as proximidades dos trabalhos, normalmente nas áreas centrais da cidade, era inviável, pois, o valor dos alugueis superava os rendimentos das famílias. Nesse período, passaram a lutar pela instalação de uma creche. A aproximação dessas mulheres devido a uma necessidade concreta inicia uma trajetória de luta na região.

Figura 13 – Luta da comunidade: Comissão de Saúde – União Popular de Mulheres



Fonte: Acervo da Associação de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências na Casa da Mulher e da Criança.

2.3.1.1 Clube de Mães

A semelhança das histórias de vida dos moradores da região despertara um sentimento comum, o de pertencimento a um grupo. A luta por uma creche avançou e envolveu novas demandas, como a educação, por exemplo.

Entre janeiro e março de 1963, em uma experiência marcante do trabalho do educador Paulo Freire, foram alfabetizados 300 cortadores de cana em apenas 45 dias. O ministro da educação na época, Paulo Tarso, do governo de João Goulart, convida o educador para coordenar o Programa Nacional de Alfabetização, visando replicar a experiência para cinco milhões de adultos. A igreja do Campo Limpo teve um papel importante na formação de educadores populares envolvidos com o projeto de alfabetização. Com o início da ditadura militar, o projeto foi proibido e Paulo Freire preso e exilado. Neide conta o drama presenciado neste período:

A gente preparava, junto a uma Assistente Social, as aulas de catequese reais, dentro da teologia da libertação. Então a gente dava catequese, no Taboão e Campo Limpo. Encontramos um monte de gente não alfabetizada. Eram 22 pessoas para dar aula de alfabetização baseado no método Paulo Freire.

A assistente foi muito perseguida. A gente enterrou todo material no chão, era tudo subversivo, começou a perseguição. Começamos a esconder pessoas que estavam formando sindicatos, pessoas da comunidade, que se diziam ateias e que não eram da igreja, mas que trabalhavam, teve um pessoa de um movimento forte chamado Ação Popular, um grupo político ligado, que muita gente foi para o PT e muita gente para o PC do B. Você conhece essa historia? O PC do B estava ali, já era um partido de esquerda, Partido Comunista do Brasil. E saiu do PT. Foi ali, uma filosofia boa, só que depois criou correntes, corrente sexista, corrente não sei o que, corrente não sei o que lá. Só que era um grupo íntegro e esse pessoal atuava nessa linha de frente, estudava a realidade da saúde, do movimento estudantil, todas: econômicas e sociais. Nessa época, muita gente foi morta. Vários dos amigos nossos, franceses, nossa, quanto sofrimento. [...] Esse lado a gente não podia mostrar, no trabalho que a gente estava fazendo. A gente tinha que esconder as convicções.

As mulheres continuaram os encontros e as discussões relacionadas à violência doméstica e ao Estado. De forma clandestina, debatiam questões políticas relacionando questões do cotidiano, as políticas do Estado. Por vivenciarem um período ditatorial e a atividade desenvolvida ser ilegal, encontraram, no Clube de Mães e nas aulas de crochê, o disfarce perfeito. Neide relata um pouco da realidade da época no trecho da entrevista:

O clube de mães surgiu na década de 1970, em 1971. Porque as mulheres passavam muitas necessidades. Então elas se reuniam para ver o que podia fazer. Os maridos não deixavam elas trabalharem fora, e tinha umas madames da cidade que traziam uma ajuda para as mães. Só que não dava para elas se soltarem, terem autonomia. A gente foi entrando e dando formação, discutindo a educação dos filhos, discutindo a questão da comida, do transporte. A gente discutia a política do país, escondido, escondido. Chegaram aqui perguntando por que a gente não podia comprar carne, leite, certas comidas. Só podiam comprar arroz e feijão, ainda com aquela dificulda-

de. Então comecei a discutir que tinha que ter uma mudança econômica, uma mudança no salário, um salário mais justo. Teria que ter outra forma de ter, por exemplo, a saúde. Fizemos uma Assembleia com a Secretaria da Saúde, mais de 300 mulheres em Santo Amaro. Nós fizemos movimentos grandes, tipos de congressos e chamávamos as autoridades e dizíamos, nós não temos Posto de Saúde, Papanicolau. Não tinha mesmo, no ano de 1980, 1981, não tinha. Tinha um posto que tinha Papanicolau. Não tinha o SUS. Em 1988 que foi ter o SUS. [...] Encontrei com médicas e fui ajudar a criar o SUS em Brasília. A gente foi lutar pelo primeiro conselho da condição feminina em Brasília, com o governo da repressão e nós estávamos lá. Conselho da Condição Feminina, porque a mulher era muito desprezada. Tem mulheres idosas daqui da região que foram também. Tem muita coisa. Tudo essas manifestações que estão acontecendo agora não tem a qualidade do que nós fizemos embaixo de repressão. Agora não tem aquela repressão que tinha.

Figura 14 – Encontro de mulheres para discutir a saúde



Fonte: Acervo da Associação de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências na Casa da Mulher e da Criança.

Percebo o encontro de nossas trajetórias quando Neide pergunta sobre minha família e o lugar onde morei em São Paulo. Ao responder, eu fico agradavelmente surpresa: “Dei aula na paróquia, numa igreja-nha construída há mais de vinte anos. [...] A gente reunia as mulheres no clube de mães. Eu ia sozinha andando, não tinha água potável, luz nas favelas. Era um tempo difícil, pior que hoje”.

2.3.1.2 Registro legal

Após a ditadura, as mulheres do Clube de Mães passam a lutar pela sua institucionalização. O objetivo era obter respaldo legal para dar continuidade às discussões, desenvolver projetos, lutar por políticas públicas e melhorias nas áreas da saúde e educação. Em 1987 criam a Associação Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências (UPM):

Em 1987 a gente fez uma documentação jurídica para ela ter uma forma jurídica de reivindicar. Mas antes já estava em movimento. A gente já se organizava por moradia, creche, escola. Para que as mulheres pudessem estudar, tivesse cursos profissionalizantes, que a mulher pudesse ser registrada, não ficasse só no subemprego, porque o que mais tinha para mulher na periferia era o subemprego, essa coisa de doméstica. Doméstica é muito subjugada. As mulheres são subjugadas em casa, como objetos. [...] Quando a gente organizou a nossa entidade, fizemos em cima de movimentos que já aconteciam, inclusive contra a violência contra as mulheres. Já se organizou pedindo um melhor atendimento da mamãe. Que fosse uma coisa assim, bonita, não uma coisa de hospital, uma coisa que estava trazendo um ser que estava enriquecendo o país, uma coisa positiva. Não do jeito que é, no hospital. Mostrando a maternidade como um ato social. Por isso que a gente faz e fazia muitos seminários, para poder dar mais informações para as mulheres, mais conhecimentos e aí vêm a nossa luta (Neide).

No Estatuto da UPM lê-se o trecho: “Constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter filantrópico, assisten-

cial, recreativo e educacional, sem cunho político/partidário, com a finalidade de atender a todos que se associem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa”.

Dos fins:

- a) A UPM tem como objetivo principal a luta pela completa emancipação da mulher e pela igualdade nas relações sociais e ainda mobilizar, unir e organizar seus associados e associadas para a luta e consequente conquista da plenitude de seus direitos sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais;
- b) Lutar por melhoria nas condições de vida do bairro, sob todos os aspectos; organizar núcleos de mulheres e suas famílias, onde possam desenvolver atividade que propiciem a reflexão de soluções para melhoria nos seus bairros e na melhoria na qualidade de vida;
- c) Lutar pela saúde e educação, violência contra a mulher, a criança e o adolescente. Atuar junto às famílias desenvolvendo atividades com os idosos.
- d) Promover e participar de eventos de qualquer natureza, tais como: seminários, cursos, palestras, que sejam de interesse de seus associados e atendam seus objetivos.
- e) Promover eventos, cursos, seminários, palestras. Esses, tanto para seus associados quanto para a comunidade, visando contribuir para a sua conscientização política, para o exercício da cidadania, na participação na vida orgânica da sua região, cidade, estado e do país.
- f) Estabelecer junto com o poder público projetos, programas e propostas que tenham em vista atender o problema da moradia e outros a ela relacionados.
- g) Celebrar convênios com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que visem atender seus objetivos, sempre com a devida prestação de contas.

h) Apoiar programas de desenvolvimento da região sul, bem como apresentar propostas ou emendas a esses programas, sejam eles de iniciativa do poder público municipal, estadual ou federal (Estatuto da UPM).

O Tutorial da UPM – em construção permanente –, pensado especialmente para ampliar a visão dos trabalhadores sobre os projetos em andamento, assegura no trecho inicial que a UPM é um movimento popular comprometido com as lutas populares e com a construção de novos valores para a constituição de outra sociedade, tendo como horizonte os princípios da educação popular e da Economia Solidária. Na sequência lê-se: “somos uma organização anticapitalista e não acreditamos nos valores desta sociedade, pois são pautados no lucro, no dinheiro. Não queremos ser incluídos ou incluir alguém. Estamos construindo outros valores que preservem as relações humanas. Assim construiremos outra sociedade, mais solidária”. Abaixo, os objetivos encontrados no tutorial:

A construção de uma Sociedade Igualitária e Comunitária: através da consolidação de um espírito permanente de cidadania solidária, e da construção de novos valores, nas relações entre as pessoas;

A construção de uma Cultura Democrática: através do resgate das manifestações artísticas populares e descoberta de espaços de atuação coletiva;

A construção de uma Economia Solidária e Autossustentável: através de alternativas econômicas e a capacitação e qualificação de recursos humanos;

A construção de um Governo Participativo: através de articulações junto ao poder público na reivindicação de soluções definitivas para a melhoria de vida da cidade (Tutorial UPM).

Figura 15 – Fachada da Casa da Mulher e da Criança, sede da UPM



Fonte: Acervo da Associação de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências na Casa da Mulher e da Criança.

2.3.2 Ações desenvolvidas na comunidade

Atividades voltadas ao público feminino sempre foram o foco da UPM. Com o advir dos anos e com o número de pessoas idosas crescendo na região, a Associação passou a atuar no resgate e na tentativa de torná-las mais ativas na comunidade. A UPM agrupa atividades para os idosos, mulheres, jovens e crianças, a partir de parcerias com outras entidades, como Unidades Básicas de Saúde (UBS), escolas e a própria comunidade. Convênios são desenvolvidos com o governo do estado e do município. Pelos princípios da UPM, não é provável, e sim contraditória, a realização de parcerias com a iniciativa privada.

2.3.2.1 Idosos

As atividades desenvolvidas com os idosos visam fortalecer e valorizar a cultura popular. Cerca de 300 idosos são atendidos pela UPM

em três espaços diferentes: Espaço Maria Bonita, a Casa da Mulher e da Criança e o Galpão do Movimento de Moradia. O grupo Vida Ativa, Renascer e Sorriso são integrados por cerca de 90 idosos conveniados, de ambos os sexos, em parceria com a Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo (SAS). As atividades desenvolvidas são: culturais, envolvendo dança, teatro e coral; artesanato por meio da tapeçaria, pintura em tecido, bordado, crochê e cestaria; tai-chi-chuan; lian kong; caminhadas; curso sobre ervas medicinais; horta comunitária; literatura; e poesia entre outras.

O grupo de Idosos do Leite é formado por 50 idosos cadastrados. O convênio com a prefeitura no programa Viva Leite prevê, além da distribuição de 4 litros de leite por semana para cada idoso na Casa da Mulher e da Criança, a promoção de uma palestra mensal sobre temas atuais. Outro projeto desenvolvido é a informática para o idoso, abrangendo também crianças, adolescentes e jovens.

Diversos outros projetos são realizados na medida em que novas parcerias são estabelecidas, como, por exemplo, o “Mulheres Periféricas que Cantam”. Por Iniciativa da UPM e com apoio do projeto de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI, 2010), o CD “Mulheres Periféricas Cantam” é resultado de um trabalho que, inicialmente, contemplaria somente a região de Campo Limpo e Capão Redondo. No entanto, mulheres idosas de outras localidades passaram também a integrar o projeto.

2.3.2.2 *Mulheres*

Dentre as ações destinadas ao público feminino, duas merecem destaque. O Núcleo Florescer visa o desenvolvimento de atividades relacionadas à saúde da mulher, por meio de cursos sobre ervas medicinais, reaproveitamento de alimentos, DST- AIDS, violência contra a mulher e questões de gênero. Realizam confraternizações, bazares e bingos, com o propósito de promover a socialização das mulheres e auxiliar nas despesas do espaço. Fruto de um convênio com a prefeitura de São Paulo no programa Viva Leite, o grupo Mães do Leite é formado por 100 famílias que, cadastradas, recebem 4 litros de leite

por semana. Uma vez por mês é realizada na UPM uma palestra abrangendo temas como saúde da mulher, gênero e cidadania.

O projeto de alfabetização, o Mova, atende em sua maioria mulheres idosas, relata Gisele. “A maioria das minhas alunas está estudando agora porque o marido morreu, ou estão separadas. Não tiveram a oportunidade quando criança e quando mulher, com 30, 40 anos, o marido não deixava porque tinha que cuidar dos filhos”.

2.3.2.3 Crianças, adolescentes e jovens

O Projeto Segundo Tempo destina-se a atender 250 crianças e adolescentes, entre 7 e 14 anos, em parceria com o Ministério dos Esportes, desenvolvendo atividades relacionadas à educação através do esporte, lazer, recreação e cultura. O Projeto Grupo de Crianças da Casa atende entre 20 crianças de 5 a 14 anos, desenvolvendo atividades relacionadas à educação através do lúdico, lazer, recreação e cultura. O Grupo de Jovens da Casa atende cerca de 20 jovens entre 14 e 20 anos, desenvolvendo atividades e cursos multiplicadores acerca de temas como sexualidade, meio ambiente, cultura, DST-AIDS, ECA e cidadania.

2.3.2.4 Saúde

Também são realizadas ações voltadas à saúde, como atendimento psicológico e acompanhamento por meio de um Consultório Popular, onde são recebidas enfermeiras e médicas voluntárias para realizarem atendimento social à população local.

2.3.2.5 Cultural

As ações culturais compõem-se: do Ponto de Cultura, em parceria com o Ministério da Cultura, para o desenvolvimento de diversas oficinas voltadas à valorização da cultura popular; do Sarau Baião de Dois, atividade cultural realizada todo terceiro sábado do mês, aberta à comunidade que queira apresentar e apreciar apresentações culturais como música, teatro, poesia, contos, dança; da biblioteca, possuindo um acervo com cerca de 500 exemplares, aberta à comunidade todos os dias.

2.3.2.6 Pedagógica, Profissionalizante e Sustentabilidade

Todas as ações desenvolvidas pela UPM possuem caráter pedagógico e visam, por meio das diversas atividades, formar pessoas capazes de realizar análises críticas da realidade. O Mova, por meio deste princípio pedagógico, procura alfabetizar jovens e adultos. Acompanhamento escolar para crianças de primeira a quarta séries também é oferecido na casa, assim como a formação de educadores com palestras e cursos voltados à Educação Popular. As ações profissionalizantes compõem-se de oficinas de artesanato e de corte e costura, destinadas à profissionalização da mulher.

2.4 O BANCO COMUNITÁRIO UNIÃO SAMPAIO E A AGÊNCIA POPULAR SOLANO TRINDADE

2.4.1 Inauguração do Banco Comunitário União Sampaio

As trocas organizadas, no bairro, sempre foram uma prática comum, antes mesmo da criação da Associação. Segundo Neide, os encontros de trocas eram realizados principalmente pelas mulheres moradoras da região: “A gente já usava tudo o que a gente ganhava e fazia feirinhas, trocas, de roupas, pijamas, coisas”. Foi criado no bairro um fundo de apoio às pessoas com necessidades específicas. A partir das contribuições de cada um, juntava-se uma quantia em dinheiro para auxiliar os moradores. “Essa coisa de você juntar numa caixinha um pouquinho de dinheiro daqui e dali e ajudar quem está passando necessidade, comprar um botijão de gás para alguém, por exemplo. [...] A gente já vinha de um processo, mas não organizando” (Neide).

A ideia do banco se concretizou quando os participantes da UPM – trabalhadores militantes, como se denominam –, analisando o histórico das ações desenvolvidas pela Associação e notando a necessidade de maior integração das ações promovidas por outras entidades, organizaram a I Feira Sociocultural, articulando toda a rede local. Segundo Rafael: “A gente começou a chamar essa feira. A gente fica mais ou menos um mês e meio organizando ela, de forma coletiva. Mandamos

e-mail para todas as organizações e movimentos, convidando para as reuniões semanais”. Desde então cinco feiras já foram organizadas e, dependendo das parcerias, ganham características específicas. “Cada ano é de um jeito” (Rafael).

A Feira Sociocultural tem como objetivos: prestar à comunidade serviços relacionados à saúde, como odontológicos, oftalmológicos e orientação sobre DST/AIDS; divulgar os trabalhos artísticos e culturais desenvolvidos pela comunidade, “a gente monta um palco que são as atrações da comunidade, os grupos locais” (Rafael); e promover a economia popular, por meio da montagem de barracas com artesanato local.

Já existia na região a Feira de Economia Popular, na Praça do Campo Limpo, fruto de um projeto da Rede Solidária da Zona Sul, composta por pequenos empreendimentos pautados pelo princípio da Economia Solidária e financiados por verbas de bancos comunitários. Tratava-se de um espaço para unir os empreendimentos que a rede fomentava ou já havia fomentado: “A gente foi lá, convidou eles para vir participar. Alguns artesãos vieram, o pessoal da USP veio, conheceu o trabalho” (Rafael). A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP) estava mapeando o local para a implantação de um banco comunitário. A ideia inicial era mobilizar forças para a criação de um banco na Praça do Campo Limpo. Por ser uma região central, com atividades de comércio intensas, o local foi inviabilizado e um novo espaço passou a ser cogitado. Segundo Rafael, “Foi aí que eles apresentaram o projeto para nós e a gente começou a fazer o debate, trazendo a comunidade para discutir também”.

Os bancos comunitários não possuem fins lucrativos nem razão jurídica própria, sendo criados dentro de associações já consolidadas. Assim a UPM, contando com uma prática já fortalecida e legitimada pela comunidade, passou a ser o local propício para a inauguração de um banco. O Banco Comunitário União Sampaio nasce então, de um projeto elaborado pela ITCP-USP, em parceria com o Movimento de Moradia da cidade de São Paulo. A ITCP-USP, em parceria com o Instituto Palmas, já havia auxiliado a criação de

quatro bancos comunitários no ano de 2007, amparados pela Senaes/MTE e por emenda parlamentar específica. Em 2009, o Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Economia Solidária da USP (NESOL), o ITCP-USP e a comunidade do Jardim Maria Sampaio criam o Banco Comunitário União Sampaio, iniciando as atividades com apenas R\$ 2.000,00 de fundo. Hoje, tendo participado do Catarse¹¹, recebido doações de particulares e promovido eventos na comunidade para arrecadação de fundos, possuem em circulação cerca de R\$ 4.000,00 em crédito consumo e R\$ 20.000,00 em crédito produtivo.

Figura 16 – Moeda social Sampaio



Fonte: Banco Comunitário União Sampaio.

¹¹ Comunidade que visa promover o financiamento coletivo de projetos ligados aos campos social/econômico no Brasil. Cf.: <<http://catarse.me/pt>>. Acesso em: 5 maio 2013.

2.4.1.1 A implantação do Banco Comunitário

Neide não esconde o entusiasmo que sentiu diante da ideia da implantação de um banco comunitário. No entanto, o processo para ela foi complicado, pois agentes do Estado se colocaram contra. “Disseram que iríamos criar um problema para os idosos, para as famílias, porque iria ter assalto. Como nós iríamos colocar um banco aqui, como era isso?”.

Além do convencimento de tais agentes, o grupo que trazia a ideia para a região, ITCP-USP, precisou conhecer melhor as atividades da Associação para crerem na efetividade da experiência: “Tivemos que ter vários embates, discussões profundas, fortes, embates frente a frente porque tínhamos que mostrar que nós tínhamos compromisso com a comunidade” (Neide). Foram necessárias diversas reuniões e estudos baseados no Banco Palmas, no nordeste do país, de modo a comprovar a viabilidade do projeto. Acima de tudo, foi necessário comprovar todo o pressuposto do trabalho da UPM, ou seja, “o mais profundo respeito com a comunidade, com quem nos procura. Nós não podemos dar uma resposta a todas as necessidades da comunidade, mas nós estamos aqui a serviço” (Neide). Segundo Neide, o serviço prestado à comunidade tem caráter educativo, contando com uma parte social e outra assistencialista: “ele é consciente, não é um serviço de oba-oba”.

Na medida em que o trabalho da UPM foi compreendido pelos outros atores, “eles abraçaram a causa, aceitaram nós, o banco, e confiaram na gente, estão confiando até hoje, a própria comunidade confia em nós, acredita em nós”. No entanto, Neide afirma que “falta ganhar muitas pessoas da comunidade porque para entrar no nosso esquema de trabalho tem que ter certo desapego”.

Sendo assim, a ITCP-USP e a UPM ficaram responsáveis pela formação e preparação da comunidade para a implantação do banco, tendo como metas: explicar o funcionamento da moeda paralela – o Sampaio; levantar demandas locais para compor os serviços oferecidos; esclarecer as possibilidades de atuação de um banco comunitário na região; e identificar como o banco poderia fomentar as ações já desenvolvidas pela UPM. A participação da comunidade foi

estimulada a partir de estratégias específicas, tendo em vista elevado grau de desconfiança e desconhecimento das moedas sociais. Cafés da manhã foram organizados, “Café com comerciantes”, junto a outras ações de mobilização.

Em alguns momentos, somente os envolvidos diretamente com o banco participaram das formações. Temas relacionados à estrutura do banco e ao funcionamento do sistema monetário nacional e mundial foram discutidos, a partir de um olhar crítico sobre a economia. Segundo Rafael, a formação, realizada por meio de encontros semanais, durou um total de seis meses.

Por igual período, no entanto com uma frequência menor de encontros, o Instituto Palmas ficou responsável pela formação dos trabalhadores do Banco. O foco dos encontros foi a operacionalização do Banco, incluindo aí a construção de toda a estrutura física, como: os computadores; a confecção das moedas e a composição do fundo do Banco, obtido inicialmente por meio do projeto do qual nasceu.

2.4.1.2 Impressões e impactos iniciais do Banco Comunitário na região

Para Rafael, a importância da prestação de serviços bancários por um banco comunitário está na lógica que o precede e o diferencia do banco convencional que, segundo ele, “é um sistema financeiro excludente, [...] a lógica dele é o dinheiro e a nossa lógica é o desenvolvimento das pessoas, não do lucro. Não é o papel desses bancos convencionais mesmo”. Trata-se de:

[...] um serviço a mais para a comunidade que na verdade não tem esse serviço em lugar nenhum. Nenhum outro banco convencional vai fazer e chegar e pegar 100, 200 pagar um mês, dois meses, sem juros. Não vai encontrar isso em outro lugar. É uma opção de serviço que leva a uma reflexão, isso aqui não é dado, tem um porquê para acontecer dessa forma. Não é porque nós somos bonzinhos (Rafael).

De acordo com Esther, o banco “ajuda muito as pessoas quando

falta alguma coisa em casa, porque no banco convencional você tem que fazer o cadastro e não consegue empréstimo de imediato e num valor baixo”. Afirma já ter tomado empréstimo em Sampaio e em Reais e verifica que “no bairro tem muitas pessoas que não conhecem o Sampaio. Ainda tem um pouco de receio. Agora, as pessoas que já pegaram Sampaio e que já conhecem, usam e gostam muito”. Em convivência com os moradores ela identifica certa desconfiança em relação ao Sampaio, “muitas pessoas com quem eu conversei se perguntam, será que esse dinheiro vale?”.

Para Esther, o fato de o comércio local aceitar a moeda é uma forma de incentivar o desenvolvimento do bairro. “Você está investindo dinheiro no seu bairro. Não está investindo dinheiro lá fora para comprar as coisas em mercados grandes. Aqui tem mercados pequenos, tem açougue, tem a farmácia. O dinheiro está aqui e não vai sair”. Mara, apesar de não ter tomado empréstimos do Banco Comunitário, procura incentivar a utilização da moeda social trocando parte do seu salário por Sampaio. “Falei para a Dona Neide, uma parte do salário poderia vir em Sampaio, mas como somos pagos por projeto e em Real, eu câmbio com Rafael. [...] Dai eu vou e compro no comércio com esse dinheiro para divulgar”.

Mara observa mudanças na postura do comércio local quanto à aceitação e compreensão da função da moeda social. Um trabalho baseado em esforços repetitivos, com diferentes níveis e tempos para compreensão e apropriação, como relata no trecho abaixo:

Tem o Modas Marcela, eu compro roupa nela. Eu sempre vou com o Sampaio lá. [...] Outro dia eu fui pagar com o cartão. Pensei, estou sem Sampaio e vou pagar com o cartão. Ela disse que estava tudo bem e que se eu quisesse também pagar com Sampaio podia. Quer dizer, depois de um tempo né, a pessoa começou a perceber e a fazer algumas perguntas. Só que a gente já foi várias vezes, e várias vezes, e várias vezes lá, né. Ai ela começou agora. Agora ela está com uma visão diferente (Mara).

Sempre procura esclarecer os mecanismos de empréstimo e o

funcionamento do Banco Comunitário, deixando claro o benefício que pode ser obtido pelo comerciante. Percebe que, num primeiro momento, é necessário atingir a expectativa de venda. “Quando você fala, a gente tem no banco pessoas que emprestam em Sampaio e só podem comprar aqui porque você recebe. Esse mês saiu mil Sampaio e o senhor vai ter acréscimo de venda. [...] Ai se enxerga o benefício”. Outra estratégia usada por Mara é a comparação do uso do Sampaio com o uso dos cartões de débito e de crédito. “E ainda a gente fala assim, no cartão quando você vende, descontam cinco por cento, no Sampaio não tem desconto, entendeu? Então, porque não recebe Sampaio?”.

Uma função exercida pelo banco no início de suas atividades era a de correspondente bancário, recebendo os pagamentos de luz, água e telefone. Segundo Mara, esse serviço foi uma grande estratégia para a população conhecer o Banco:

A gente tinha com o Banco do Brasil, teve um prazo, daí acabou depois de dois anos. Foi muito ruim porque até os aposentados poderiam receber aqui entendeu? A gente podia pagar as coisas aqui. Foi muito ruim quando saiu, a gente se acostumou demais. Minhas contas todas eram pagas aqui. [...] Não pegava fila, nem corria risco nas lotéricas, era aqui. Agora a gente está tentando, acho que o Rafael estava tentando, para a gente poder receber novamente as contas ... [...] porque se você for ver, eu fico besta, é um centavo que o Banco dá por conta paga. Fica para o Banco União Sampaio um centavo de cada conta. Não paga a luz que você gasta para ligar a maquininha. Digo, nossa gente, que absurdo (Mara).

Marcos esteve presente em algumas reuniões destinadas à implantação do Banco, no entanto, afirmou não ter dado muito “palpite”. Segundo ele, “a única coisa que a gente tentava passar para as outras pessoas é que dava certo. Isso dá certo sim!”. Para ele, que já conhecia o funcionamento da moeda social, foi tranquila a adaptação. Afirma que “no começo, como tinha pouco Sampaio em circulação, você não vendia muito, 200, 300 Sampaio. Vendia 10 Sampaio, aí no mesmo dia, tentava repassar e ninguém queria. Ia ao Banco e o Rafael dava o

dinheiro. Daí foi indo”. Marcos acabou identificando certa resistência dos outros comerciantes, como citou no exemplo abaixo:

O pessoal ainda é meio fechado. Tinha uma senhora aqui na frente que tinha uma vendinha. Quantas vezes eu tentei explicar para ela. Ela dizia que vendia pouco e eu respondia para ela colocar mesmo assim para ver o que acontecia. Tem tanta gente que vem aqui na minha loja comprar coisas que eu não tenho como coisinhas que não são de depósito. Teve diversas vezes que ela tinha resistência de chuveiro e como meu giro é maior eu deixava faltar e ela tinha. Eu dizia para as pessoas irem ali comprar. Dizia para ela, se a senhora aceitasse Sampaio ele compraria, porque ele não tem dinheiro, ele tem Sampaio para comprar. Ela respondia que não acreditava nisso. Daí, ela acabou fechando o comércio (Marcos).

Marcos conta a história de um amigo seu que se alfabetizou na UPM e que passou a aceitar o Sampaio em seu pequeno comércio. “Ele já deve estar aceitando já, porque já veio conversar com o Rafael”. Segundo Marcos, por mais que seu amigo não faça vendas em Sampaio neste primeiro momento, diversas pessoas irão perguntar a respeito e, conseqüentemente, conhecerão os serviços oferecidos pelo Banco, além dos projetos desenvolvidos pela UPM. “Quando ele for buscar crédito, vai saber que ali se doa leite, que tem alfabetização, que tem curso para idosos, tem curso de informática para criança, tem internet grátis. A população vai passar a frequentar a Casa por causa do Sampaio”. Relatou uma relação de muito carinho que passou a estabelecer com uma senhora de idade por meio da moeda social, “uma senhora de idade que passa aqui e toda vez traz um pedaço de bolo”:

Isso porque um dia ela não recebeu a aposentadoria no primeiro dia útil e veio ver se eu podia vender pra ela um chuveiro. Como eu não a conhecia direito eu disse que não poderia porque tudo ficava marcado no sistema, mas o banco emprestaria sem juros. Então eu disse para ela ir à casa da mulher (UPM) e conversar com o Rafael, o Thiago ou o Edmilson. Ela foi, passou meia hora ela voltou com Sampaio

dizendo que queria o chuveiro. Eu disse 30 reais. Ela me perguntou se eu iria aceitar. Eu disse que sim, porque eu não posso dar o crédito, mas eu aceito a moeda Sampaio. Eles lá emprestam, eu vendo e não tem problemas para mim. [...] Dai perguntei se precisava de isolante veda rosca. Ela me perguntou se eu não poderia dar um rolo para ela. Disse que não poderia porque é tudo lacrado. Dai fiz um desconto de 5% no chuveiro e ela conseguiu levar o veda rosca também. Depois disso, essa senhora sempre passa aqui, me abraça, me beija, traz bolo, traz bolinho de chuva. Logo se vê que funcionou, porque a pessoa está feliz e ela sabe que se amanhã ou depois ela precisar novamente ela tem o aporte da Casa e do Banco Comunitário (Marcos).

A partir deste episódio, Marcos teve a ideia de dar 5% de desconto nas compras pagas com Sampaio, 3% nas compras pagas com Reais e à vista. “No débito não tem desconto por conta das taxas da máquina”.

Silvestre, tendo contato com o pai de Rafael, se esclareceu rapidamente sobre a moeda social. Não demorou e logo deu seu aval. “Disse que se era para o bem da gente, vamos lá”. Silvestre afirma que mesmo antes de iniciar a circulação da moeda, assinou um contrato com o Banco se submetendo a receber um Sampaio por um Real, ou um Real por um Sampaio. Depois da impressão da moeda, “a gente colocou a estampa, começou aceitar e explicar para o pessoal. Foi para a mídia e começaram as entrevistas. A gente ficou conhecido. As pessoas passavam e diziam, te vi na televisão. Como é esse negocio?”. Aproveitando a visibilidade e a melhora no movimento, decidiu enfrentar a concorrência dando uma inovada no estabelecimento. “Vou fazer um empréstimo e renovar o açougue porque está velho. Fiz um empréstimo e reformei. Trabalhava de dia no balcão e de noite na reforma. Dormia uma hora por noite. Eu fiz pela Caixa como capital de giro”. O empréstimo somente foi realizado na Caixa, pois necessitou de uma grande quantia para a reforma. Acabou servindo de exemplo para outros comerciantes: “Os outros comerciantes viram que o Silvestre estava saindo na televisão, aceitando moeda nova e o açougue crescendo, vamos aceitar também porque o negócio é bom. O pessoal cresceu o olho. Aumentou tanto que

só dois ainda não aceitam”. Para esse conhecido açougueiro a moeda é um benefício “porque a ideia é melhorar a população e o comércio”. O Sampaio fortalece o comércio do bairro. “O cara não vai gastar nas Casas Bahia, no Shopping, porque lá ela não vale, ela vale aqui. Ele vai gastar aqui, vai fortalecer aqui”.

Todos os entrevistados acreditam que o Banco ajuda no desenvolvimento do bairro. Em um vídeo promovido pela UPM para divulgação dos trabalhos da Associação e do Banco, Thiago, também coordenador do Banco Comunitário União Sampaio, afirma: “Não somos pobres, somos empobrecidos”. Explicando melhor, Thiago procura elucidar o ciclo do dinheiro no bairro. Os grandes comércios se instalam nas regiões periféricas, provocando a falência do comércio local diante das condições insuperáveis de concorrência, ganham o dinheiro da população e não reinvestem na comunidade onde estão. Esclarece que os bancos convencionais obtêm lucro através das taxas de serviços e dos juros que recebem pelos empréstimos realizados aos seus clientes. Quando alguém da população consegue empréstimos ou abre uma conta poupança em um banco convencional, o dinheiro entregue a este é reinvestido em outros locais, ações e títulos.

Marcos, apesar de não observar uma mudança significativa após a circulação da moeda social no bairro, nota algo interessante, “as pessoas estão mais felizes”. Acredita que as pessoas sentem-se acolhidas e não mais sozinhas: “Porque eu não posso ajudar, mas o Banco pode. Eu não sou sistema financeiro para dar crédito, mas o Banco pode”.

As vendas para Marcos subiram cerca 5%. Afirma que é muito difícil mensurar, pois em um mês entram 10 Sampaio, em outro 250 Sampaio. “No nosso segmento, a pessoa não compra para enfeitar a casa. Diferente de comprar lã para fazer caminho de mesa, vender e fazer dinheiro. Aqui, a pessoa compra porque teve problemas. Estourou um cano”. Também para Silvestre as vendas aumentaram. “O Sampaio deu um impulsozinho. Aproveitei e reformei e isso ajudou mais ainda. Você pode ver (mostrando uma revista) como que era meu açougue e meus equipamentos. Trabalhei mais de 30 anos com eles”. Mostrou-me as novas instalações do açougue, a nova balança e a nova geladeira. Tinha tanto orgulho e um brilho no olhar que chegou a me emocionar.

Figura 17 – Silvestre nas antigas instalações do seu açougue



Fonte: Fotografia concedida e divulgação autorizada por Silvestre.

Segundo Rafael, não existe um estudo sobre os impactos socioeconômicos no bairro, comparando o período anterior à implantação do Banco e da Agência com o período atual. Acredita que não é possível enxergar mudanças expressivas no bairro, pois os serviços oferecidos pelo Banco encontram-se limitados à pequena carteira de crédito que possui. O maior impacto encontra-se na conscientização das pessoas sobre a necessidade de crédito diferenciado para a população, e na reflexão sobre o próprio dinheiro e o desenvolvimento local. Os usuários do Sampaio passam, na maioria dos casos, a se envolver nas atividades e ações empreendidas pela UPM.

2.4.2. A criação da Agência Popular Solano Trindade

Com a conquista, no ano de 2010, do prêmio Economia Viva, do Ministério da Cultura, confirmou-se a importância do fomento da economia da cultura em novos arranjos locais. O Banco Comunitário União Sampaio passou a oferecer uma linha de crédito cultural, articulando uma rede de troca de contatos e serviços ligados às pro-

duções culturais, se estendendo por diversos bairros e distritos da zona sul da cidade. Percebeu-se, no entanto, a limitação do Banco Comunitário União Sampaio na oferta de crédito cultural diante da demanda da produção artística local. Era necessário mais do que linhas de crédito.

Iniciam-se então as discussões voltadas à criação de uma agência de fomento à arte. O ITCP-USP não compreendeu a proposta, mas a dinâmica do cotidiano e as reuniões nos espaços culturais da região, já frequentados pela comunidade e coletivos, confirmou a demanda. Começou a divulgação do serviço de crédito cultural e a chamada para a construção coletiva de estratégias de atuação da Agência. O trabalho dentro desse arranjo produtivo deveria possuir três frentes: o fomento, por meio de linha de crédito cultural do Banco Comunitário União Sampaio; a produção, a fim de fortalecer os espaços produtivos; e a comercialização, realizada através de uma loja colaborativa chamada É D'MARCA. Mais tarde, duas outras frentes foram incluídas: a frente de política e a frente de comunicação.

“Venha construir a economia da cultura do seu bairro”: frase de cartaz chamando a comunidade para a primeira reunião sobre a criação de uma agência de fomento à arte. Segundo Cláudio, um dos responsáveis pelo coletivo de música:

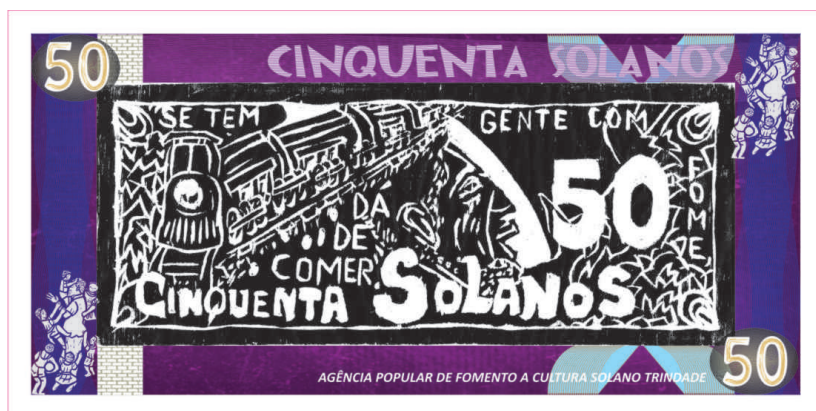
Alguém disse, vocês tem que virar produtora e a gente já tinha, mais ou menos, essa ideia para reunir pessoas. Dai, outro pessoal ouviu, achou interessante e foi começando esse processo coletivo. E aí? Como vai ser? Uma produtora não dá porque exige outras coisas, mas poderia ser algo mais colaborativo. Nesse processo coletivo começamos a chamar reuniões dos coletivos na Casa da Mulher. Acabamos desenvolvendo ideias, desenvolvendo coletivos, coletivo de artes visuais, literatura, teatro isso e aquilo, e cada grupo cuida do seu coletivo, formando um coletivo maior como referência. Todo mundo trabalharia junto. As decisões e as ações seriam feitas de forma conjunta.

Por meio da tecnologia do Banco Comunitário União Sampaio, a moeda Solano¹² foi pensada com características diferentes do Sampaio. Segundo Cláudio: “O Sampaio é lastreado no Real. Para cada Sampaio que a gente tem na rua, a gente tem o lastro de um Real aqui dentro do Banco. Já o lastro do Solano é o serviço”. Realizando o cadastro no site da Agência Popular Solano Trindade, o coletivo de arte ou o indivíduo envolvido com o cenário artístico, ganharia uma quantidade de Solanos e teria acesso a um cardápio contendo diversos contatos. Todos deveriam ter o mesmo poder de compra. Ao contratar um serviço específico, escolheriam pagar em Solanos ou então com troca/permuta de produtos ou serviços. “Nisso a gente vai trocando, o que seria um favor, esse passa a ser quantificado pela moeda Solano. Na verdade, com 300 Solanos, ele pode pedir trabalho para todas as pessoas dentro da periferia, com outros favores”. A ideia inicial era trocar por hora, com valor definido em S\$ 20,00¹³. No entanto, acreditou-se na importância de os coletivos terem autonomia em suas articulações, usando Solanos, Reais ou permuta. Gisele descreve o funcionamento:

A gente falou uma coisa que todo mundo já sabia que acontecia, a troca. Trocar laranja por banana. A gente só deu a luz a uma coisa que é tão óbvia. Ao invés do cara ficar se matando para conseguir o dinheiro e pagar uma pessoa, para a pessoa te pagar, tipo, faz a troca que é bem mais fácil e todo mundo sai ganhando. Essa proposta deu uma concentrada nos contatos. Depois de concentrar todo mundo no cardápio ficou mais fácil encontrar. Tem também um mapa cultural que é bem legal (Gisele).

¹² Solano Trindade, poeta brasileiro, folclorista, pintor, ator, teatrólogo e cineasta, foi homenageado pelos criadores da Agência Popular de fomento à arte, no Jardim Maria Sampaio.

¹³ S\$ é similar ao símbolo R\$ para representar uma quantia na moeda Solano.

Figura 18 – Moeda social Solano

Fonte: Agência Popular Solano Trindade.

Dentro da proposta colaborativa, a Agência Popular Solano Trindade foi inaugurada no ano de 2010, fomentada inicialmente pelo Banco Comunitário União Sampaio. Nos anos de 2011 e 2012 a agência ganhou o prêmio “Valorização a Iniciativas Culturais da cidade de São Paulo”, conhecido como VAI. Ainda em 2013, trabalharam com parte deste recurso. Conseguiram comprar um automóvel do tipo perua Kombi, que foi roubado e nunca recuperado. Com o dinheiro do seguro pretendem ajudar na compra de uma casa para a UPM. Os projetos são locais e fomentados com a renda ainda existente dos prêmios recebidos.

A Agência Popular Solano Trindade é altamente procurada por artistas individuais e grupos da região. Devido aos limites do recurso para a concessão de crédito, os projetos são selecionados. Segundo Cláudio, a intenção é unir as periferias de São Paulo. “A intenção é estar atuando em toda a periferia de São Paulo. A gente tem alguns coletivos em outras regiões, mas por iniciar aqui, o palco principal é a zona sul”.

O fundo é conquistado de diversas formas, sendo os editais a maneira mais significativa. A Agência disputa editais da prefeitura e do estado com o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da

UPM. Nesse sentido a UPM é um grande guarda-chuva, promovendo, por meio da razão jurídica que possui, a possibilidade de diversos coletivos obterem financiamento público.

Segundo Rafael, a ideia é que a Agência Popular Solano Trindade passe a ter seu próprio CNPJ, podendo assim abranger as ações que a UPM não consegue, devido à sua natureza jurídica. Com um CNPJ complementar, a Agência poderia atuar da mesma forma que a UPM opera atualmente. Como exemplo, Rafael cita o Sarau do Binho, realizado no SESC Santo Amaro, zona sul da cidade de São Paulo. O CNPJ usado para captação do recurso e realização do evento foi o da UPM. Em contrapartida, 10% da verba do edital retornam à UPM, compondo um fundo comum destinado a pagar o aluguel e o telefone.

2.4.3 Estrutura e funcionamento do Banco Comunitário União Sampaio

2.4.3.1 Serviços oferecidos

Dentre as linhas de crédito oferecidas pelo Banco, encontram-se o Crédito Consumo, o Crédito Produtivo, o Crédito Puxadinho e o Crédito Cultural. O objetivo do Crédito Consumo é atender às necessidades emergenciais ou desejos de consumo, incentivando e fortalecendo o consumo em empreendimentos locais. O empréstimo nessa modalidade é realizado em Sampaio, no valor máximo de R\$ 300,00, com prazo de até quatro meses para seu pagamento com 0% de juros. Uma multa é aplicada por atraso, de 1%, (cerca de R\$ 0,25, caso se tenha emprestado o valor máximo) ao dia. Por meio da fala de Rafael, compreende-se que a cobrança da multa é realizada depois de contato com o empréstador. Fica claro que, se este não pagou o empréstimo, não possui dinheiro, sendo então contraditório cobrar mais. Uma nova negociação com novos prazos é realizada, além de um processo de conscientização da importância da devolução do valor emprestado para o Banco.

A modalidade Crédito Produtivo objetiva atender aos pequenos empreendedores locais com capital de giro ou fixo (EES – Comercian-

tes – Mulheres). Os empréstimos são realizados em Reais, com valor máximo de R\$ 1.000,00. A taxa de juros, cobrada em razão do valor do empréstimo e não anual, mensal ou semanal, se condiciona da seguinte maneira: de R\$ 100,00 a R\$ 300,00 cobra-se 1,5 % de juros; de R\$ 300,00 a R\$ 699,00 a taxa é de 2%; e de R\$ 700,00 a R\$ 1.000,00 corresponde a 2,5%. Vivenciando a dinâmica do Banco, observei que as taxas descritas são também negociáveis, dependendo da relevância do pequeno empreendimento para a comunidade e da necessidade de geração de renda para as pessoas envolvidas.

O Crédito Puxadinho tem o objetivo de apoiar a melhoria na qualidade de vida da comunidade através de um crédito destinado a melhorias habitacionais. Esse serviço conta com uma assessoria técnica de engenheiros e arquitetos. O valor máximo a ser concedido é de R\$ 1.000,00, com prazo de pagamento de até seis meses. A taxa de juros é evolutiva, da mesma forma e nos mesmos valores que no Crédito Produtivo.

Na modalidade Crédito Cultural o objetivo é fomentar a produção cultural da região, fortalecendo assim a cultura popular e os movimentos culturais locais. É realizado em Sampaio ou em Reais, no valor máximo de R\$ 1.000,00 com prazo de até seis meses para o pagamento. A taxa de juros varia conforme descrito nas modalidades anteriores de crédito.

Com o funcionamento do Banco, outros serviços passaram a ser fornecidos. A Carteira de Fidelidade visa fortalecer as relações do Banco Comunitário União Sampaio com seus clientes. Esse é um serviço desenvolvido para pessoas que já criaram uma relação de parceria e fidelidade com o banco. Nesse serviço, os clientes pagam uma mensalidade de R\$ 3,00 para participarem de uma carteira que lhes garante acesso pré-aprovado a créditos de até 300,00 (Reais ou Sampaio), sem juros. Para tanto, é necessário que o interessado tenha acessado mais de três vezes o crédito e não ter ficado pendente com o pagamento por mais de 30 dias. No Investa Sampaio, o cliente que investir mensalmente o valor mínimo de R\$ 10,00 poderá resgatar o valor acumulado após o vencimento do prazo do contrato, no mínimo dez meses, contanto com rendimento de \$ 50,50 por mês investido.

O Título de Capitalização visa ampliar o fundo do Banco Comunitário União Sampaio. As pessoas adquirem o Título que poderá ser resgatado após um ano, em Reais, sem reajuste, ou em Sampaio, com 5% de reajuste. Após a data de resgate, não haverá mais reajustes e o resgate será feito com no mínimo 50% em Sampaio. Após três meses do vencimento, o valor investido será destinado à carteira de crédito produtivo do Banco Comunitário União Sampaio. Os valores dos títulos disponíveis são: R\$ 50,00; R\$ 200,00; R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00.

O Banco ainda dispõe de um cadastro destinado à troca de serviços e produtos. O cadastro e a criação de uma planilha facilita a troca de serviços, de produtos e dos saberes da comunidade. Todo segundo sábado do mês ocorre um Clube de Trocas.

O acesso ao crédito é um direito de todos, mas o pressuposto é que ninguém se torne dependente dele. Os empréstimos devem, principalmente, fomentar atividades que proporcionem autonomia financeira. Nesse sentido, o acompanhamento de empreendedores e gerenciamento de fundos populares também são serviços oferecidos pelo Banco.

2.4.3.2 Metodologia e critérios para concessão dos empréstimos

O Banco Comunitário União Sampaio atua em três frentes concomitantemente: prestação de serviços de concessão de crédito; educação financeira; e organização comunitária. Para a prestação de serviços de concessão de crédito, o interessado deve ir ao Banco e solicitar a abertura do pedido de crédito. O analista de crédito realizará uma visita na casa ou empreendimento do candidato ao crédito para preencher uma ficha de análise, contendo perguntas relativas a condições financeiras e familiares. Essa visita tem como objetivo assessorar na realização das contas domésticas, relacionando gastos com água, luz, aluguel, telefone, remédios, entre outros. Para além de uma mera verificação da probabilidade do pagamento, visa-se organizar as finanças do solicitante, de maneira que ele não precise mais se utilizar do crédito. A ficha será levada para o Conselho de Análise de Crédito (CAC),

que reúne os trabalhadores diretos do Banco e os representantes de cada entidade parceira. Os casos são discutidos e decide-se sobre a liberação ou não do crédito, bem como será feito o acompanhamento do pagamento das parcelas.

Um aval solidário é tido por meio da opinião dos vizinhos. No caso de um aval negativo, como por exemplo, no caso de um homem que agride sua companheira, o crédito não é liberado. O solicitante é convidado a visitar a UPM para formação e informação, podendo se tornar, no futuro, um tomador de empréstimo. A visita à casa do solicitante é considerada estratégica, pois visa realizar uma análise socioeconômica da família. Percebe-se que algumas famílias precisam, além do crédito, de um trabalho assistencial, como intermediação de um auxílio governamental, por exemplo. Nas outras modalidades também é realizada a visita de um analista de crédito. A visita e a concessão acontecem mediante critérios que se diferenciam de acordo com a modalidade acessada.

De forma coletiva, os critérios gerais para concessão de crédito e acompanhamento foram assim determinados: a) ser morador do bairro Jardim Maria Sampaio e Adjacências há no mínimo um ano; b) ser referendado por no mínimo três moradores da comunidade; c) o crédito pode ser concedido inclusive para quem está negativado nos órgãos oficiais de proteção ao crédito; d) eventuais inadimplências implicarão na concessão ou não de créditos futuros.

Para o acesso ao Crédito Produtivo, os critérios específicos estabelecidos coletivamente são: a) ser ou estar disposto a ser um EES, seja Familiar ou Coletivo; b) Apresentar um projeto descrevendo o empreendimento como economicamente viável e comprovando o item anterior, podendo ser escrito de forma coletiva, contando com a ajuda do Banco; c) apresentar três referências comerciais, além de ser referendado pela vizinhança; d) ser aprovado pelo Comitê de Análise de Crédito; e) o empreendimento deverá aceitar Sampaio; e) o limite para concessão de crédito produtivo é de R\$ 1.000,00; f) o número de parcelas será determinado na análise de crédito; g) o cliente que solicitar o crédito produtivo novamente deverá passar pelo mesmo processo de análise.

Os critérios para a concessão de Crédito Cultural são: a) apresentar duas referências; b) possuir histórico de atuação em ações de cunho sociocultural; c) a ordem de concessão do crédito será definida por critérios técnicos; d) o limite para concessão de crédito cultural é de R\$ 1.000,00; e) o número de parcelas será determinado na análise de crédito; f) sempre que possível, os serviços deverão ser contratados dentro da rede da Agência Popular Solano Trindade.

Para o Crédito Puxadinho: a) apresentar duas referências; b) a ordem de concessão do crédito será definida por critérios técnicos; c) o limite para concessão de crédito puxadinho é de R\$ 1.000,00; d) o número de parcelas será determinado na análise de crédito; e) o material de construção utilizado nas obras deverá ser adquirido na comunidade, caso exista e fazê-lo seja economicamente viável; f) as obras deverão utilizar mão de obra da comunidade; g) sempre que possível, deverá ser utilizada tecnologia limpa na construção.

O Crédito Consumo possui os seguintes critérios: a) apresentar três referências; b) deverá ser concedido em Sampaio; c) o limite para concessão é de 300,00 Sampaio; d) o cliente que solicitar o crédito consumo novamente deverá passar pelo mesmo processo de análise.

O Banco ainda realiza o acompanhamento pós-crédito, onde a equipe busca auxiliar o cliente no gerenciamento dos gastos domésticos e na organização financeira, contribuindo para a diminuição do nível de inadimplência¹⁴ dentre seus usuários. O acompanhamento para o Crédito Produtivo e o Crédito Cultural consiste em visitas trimestrais dos Agentes de Crédito, aos clientes adimplentes, e mensais aos clientes inadimplentes. No Crédito Consumo, a visita é realizada semanalmente aos clientes inadimplentes.

O Banco Comunitário União Sampaio presta serviços bancários e financeiros pautados na educação financeira. Essa aprendizagem acontece mediante trocas entre o banco e a comunidade. Todas as ações são pautadas na confiança e na educação popular, marcada pelo diálogo, pela construção conjunta do conhecimento e pela prática de resolução

¹⁴ Os termos adimplentes e inadimplentes são usados neste trabalho com cautela. Na Associação evitam-se suas utilizações pelo estigma que carregam.

de problemas encontrados ao longo da execução dos projetos. Outra vertente importante do Banco é o fortalecimento da organização comunitária, e por consequência, o aumento da participação popular. Um dos principais instrumentos existentes atualmente é o Fórum de Desenvolvimento Comunitário, realizado a cada dois meses, com o objetivo de prestar contas à comunidade e debater as ações do Banco.

Entre os tomadores de empréstimo, observou-se a maior frequência de mulheres desempregadas e arrimos de família. É importante ressaltar que a inadimplência não é considerada na perspectiva do calote. Se a pessoa não pagou é porque está sem condições. Segundo Rafael:

O que a gente tem é pessoas que atrasam seus pagamentos, que pagam, mas atrasam. Geralmente o crédito de consumo é um crédito bastante difícil, porque geralmente a pessoa tem dificuldades de garantir um mínimo daquele mês. Provavelmente o próximo mês não será fácil de novo, vai ter uma dívida também aí. Tem essa dificuldade. Agora, o número de pessoas que não retorna o empréstimo ainda é bem pouco.

A inadimplência realmente ocorre quando a pessoa, antes de pagar o empréstimo, sai da comunidade para nunca mais voltar. De acordo com Rafael, “o Banco já tem algum anos. Hoje, por exemplo, a gente olha para alguns e meio que descarta que a gente vai conseguir receber, mas é pouco, não sei te falar com precisão”.

2.4.3.3 Formação do fundo e captação de recursos

O Banco Comunitário União Sampaio capta recursos de diversas maneiras. No período de sua constituição, o fundo foi composto por uma verba inicial de R\$ 2 mil reais, sendo ampliado por meio de doações e ações comunitárias voltadas à arrecadação. Hoje conta com cerca de R\$ 4 mil em crédito de consumo e cerca de R\$ 20 mil em crédito produtivo, como dito anteriormente.

As fontes de verba mais significativas são os editais lançados pe-

la prefeitura e governo do estado. Tal verba auxilia na manutenção do espaço e no pagamento de salário para os três trabalhadores do Banco, tendo em vista que o Banco não gera fundo adicional para cobrir essas despesas. Segundo Rafael, seria necessário cerca de R\$ 150 mil, rodando três vezes ao ano em crédito produtivo, para gerar uma renda de aproximadamente R\$ 45 mil a R\$ 60 mil, destinados a pagar o salário dos três funcionários. Ainda assim, não garantiria a sustentabilidade do Banco, pois outras demandas podem aparecer e comprometer a renda.

O não funcionamento de alguns bancos, criados no ano de 2007, se dá devido à falta de fundo e de carteira de crédito destinada aos empréstimos, na maioria dos casos. No entanto, isso não significa que se encontram fechados, mas sim com os serviços momentaneamente indisponíveis. A manutenção do fundo é uma das dificuldades dos bancos comunitários, principalmente quando são implantados sem a existência de uma associação ou organização local forte.

2.4.3.4 Organização do trabalho no Banco Comunitário

O quadro do Banco Comunitário União Sampaio é composto por três trabalhadores, sendo os três coordenadores. Por meio de editais lançados pelo governo, é possível receber subsídios em troca do desenvolvimento das atividades, como já foi exposto. Findados os contratos, os trabalhadores passam a receber o seguro desemprego, na expectativa de lançamento de um novo edital direcionado à abertura de novos bancos comunitários e à manutenção dos já existentes. O Banco, localizado dentro da estrutura física da Casa da Mulher e da Criança, sede da UPM, permanece aberto em dias e horários comerciais.

Quando perguntei sobre a relação de trabalho do coordenador Rafael, ele me respondeu: “Eu e algumas outras pessoas que você perguntar, a gente responde que é militante da UPM, nenhuma relação de trabalho, uma relação de militância”. O trabalho no Banco, na Agência e na UPM não é visto separadamente; eles contemplam os mesmos objetivos. Rafael afirma que o espaço para atuação na UPM é aberto. Os convites são feitos e a apropriação do trabalho, dos valores e princípios varia em relação ao tempo de vivência de cada pessoa. Segundo

ele “a Neide que fala brincando: ‘a gente só convidou o Rafael para ser educador de alfabetização, foi um convite da UPM, o resto ele teve espaço para ir construindo, como outras pessoas também’. Ninguém falou: você é coordenador”.

Existe uma relação de respeito dentro da UPM, que está relacionada ao tempo de militância na Associação e à construção da narrativa da organização. Nesse sentido, maior vivência e maior apropriação das ações empreendidas pela UPM significam maior conhecimento e maior propriedade de fala. Segundo Rafael, é nesse processo que algumas pessoas se destacam como lideranças:

Eu também acho que aqui a gente tem que ir construindo uma relação de respeito ao conhecimento, que isso acaba sendo vinculado de alguma forma ao tempo da pessoa aqui dentro. Então a gente sabe que as pessoas que estão aqui há mais tempo tem uma propriedade maior para falar, para questionar, para ser escutada. Isso acaba às vezes colocando algumas pessoas num patamar de liderança maior, que eu acho que é natural do processo.

A divisão dos trabalhos na UPM acontece mediante a apropriação e o conhecimento de cada um. Rafael afirma que não poderia atuar no projeto “Mulheres”, já que este possui uma longa trajetória, da qual ele não possui propriedade de fala. Afirma acompanhar de longe apenas. “A gente acompanha meio de longe porque a gente tem a demanda outra aqui, e a gente não consegue tá lá mais próximo como a gente até gostaria de estar, palpitando e tudo mais”.

Para que todos possam tomar conhecimento dos projetos desenvolvidos pela UPM, foi criada uma rede interna. “Há dois anos isso não existia, a Casa da Mulher, tudo acontecia aqui, basicamente. Mesmo os outros espaços que já tinham, era uma relação extremamente independente mesmo”. A finalidade está em igualar as apropriações, criando um discurso comum e potencializando o trabalho nessa rede interna: “Estamos aprendendo também” (Rafael).

O trabalho desenvolvido na UPM como um todo se fundamenta em uma escolha política: “O Thiago poderia estar trabalhando em

qualquer lugar, ia estar bem, ganhando 10 vezes mais, tem capacidade para isso, mas fez uma opção política que está conseguindo manter por causa de valores, e não por dinheiro”. Completando seu pensamento em uma das falas mais marcantes para mim, Rafael afirma: “A gente trabalha tentando se pautar fortemente em valores. São coisas que vão dando sustentabilidade para nós [...]. A gente, de alguma forma, conseguiu reunir um coletivo que tem como propósito ser, e não ter”.

Neide também faz suas observações com relação ao trabalho desenvolvido por toda a equipe da UPM, e em especial, ao do Banco:

Nós estamos aqui por causa de ter um dinheiro no Banco para nós, a serviço. Uma dedicação. Temos uma equipe que nos alimenta, a gente confia na equipe que trabalha aqui. As pessoas não têm aquela ambição, que fica muitas vezes sem falar. Nós estamos aqui todos. Não é idealismo, sim tem uma parte, um grau, mas é uma coisa que nós acreditamos. [...] O Banco é uma necessidade muito grande aqui. O Banco veio complementar mais o nosso trabalho.

2.4.3.5 Principais dificuldades encontradas

Um dos pontos levantados como dificuldade é o fato de o fundo destinado aos empréstimos ser pequeno em relação à demanda da comunidade. Quando o Banco é divulgado na grande mídia, a tendência é que a procura pelos serviços aumente, limitando os empréstimos a apenas alguns pedidos. Sendo assim, preferem divulgar o Banco de maneira simples, no boca a boca.

Observo que a moeda Sampaio ainda fica circunscrita à região. Também, não concorre com a macroeconomia em termos de números e valores de empréstimos, e também em volumes e valores de pacotes destinados à produção e ao mercado financeiro entre outros, não provocando, portanto, alterações substanciais nos mecanismos econômicos existentes no país. Observo, no entanto, o crescimento de uma articulação política dada pela formação e fortalecimento das Redes de Economia Solidária e de Bancos Comunitários, que comentarei mais adiante.

Dificuldades relacionadas à falta de compreensão sobre a importância da atuação de uma moeda social na região e à resistência de alguns comerciantes em aceitar o Sampaio no comércio também foram relatadas. Apenas 40 estabelecimentos trabalham com a moeda. Existe medo, por parte de algumas pessoas, que o Sampaio não seja dinheiro.

Alguns projetos de geração de renda já estão em operação. No propósito de criar autonomia em relação ao crédito e gerar renda, respeitando os princípios da Economia Solidária, novas iniciativas poderiam ser estimuladas. Para tanto, esse esforço precisa ser coletivo, o que pode levar tempo. Outra dificuldade apontada é a criação de um marco legal para os bancos comunitários. Pretendo discutir mais sobre este ponto no próximo capítulo, abordando a atuação das Redes de Bancos Comunitários, e a relação do marco legal com a criação de novos serviços bancários, como a captação de poupanças.

2.4.4 Estrutura e funcionamento da Agência Popular Solano Trindade

2.4.4.1 Serviços oferecidos

Existem três frentes de atuação na Agência: a frente de fomento a empreendimentos culturais, por meio da linha de crédito já existente no Banco Comunitário União Sampaio; a produção cultural, visando democratizar o acesso aos meios de produção e a frente de comercialização, fortalecendo a loja sociocultural É D'MARCA.

Um bom exemplo de articulação das três primeiras frentes é o livro do poeta Luan. Morador do bairro, escrevia poesias sem grandes perspectivas de publicação e comercialização. Acessando o crédito cultural do Banco por intermédio da Agência Popular conseguiu editar e publicar seu livro. Para pagar o empréstimo, Luan deixou certa quantidade de cópias com a Agência. Com o dinheiro das vendas será possível pagar o empréstimo realizado. Hoje, o livro encontra-se disponível na loja É D'MARCA. Além do livro de Luan, Nego Marco, da Firma, fez empréstimo para a produção de camisetas e bonés, produzindo-os

por meio dos contatos disponíveis no cardápio da Agência. Assim como Luan, também deixou parte do material para ser comercializado na loja sociocultural. Nesse mesmo processo, Tico produziu o livro “As núpcias do escorpião” e a banda Veja Luz produziu seu CD.

Gisele passou um período trabalhando na frente de comercialização. Sua rotina se caracterizava por levar a loja É D’MARCA – ou seja, todos os produtos – até os locais onde aconteciam eventos culturais. Há também um espaço físico na Casa da Mulher e da Criança onde esses produtos ficam expostos e onde tive acesso a eles.

Gisele conta que o nome da loja sociocultural foi pautado na necessidade de romper o paradigma existente quanto à qualidade do que é produzido na periferia e pela periferia. “Por que não é de marca se é bom também? A camiseta da fundão, da firma, tem qualidade que quebra qualquer marca. A qualidade é a mesma. Isso que a gente queria colocar para as pessoas que moram aqui”. Relatou um episódio marcante para ela:

A gente estava expondo em uma das primeiras barraquinhas. Perguntavam o preço e a gente, com camisetas de qualidade boa, respondia. Eles diziam que era muito barato. Daí aproveitei, não deixei passar batido e expliquei da onde a gente vinha. Eles ficavam admirados da gente fazer isso no Capão Redondo. Aí disse, lá a gente não vive matando e cheirando o dia inteiro (risos). A maioria das pessoas quando eu falava ficavam admiradas que a gente era do Capão. A pessoa fala: lá?, nossa!, como vocês conseguem?

Outra forma de dinamizar a frente de comercialização são as vendas online. Usando um aplicativo oferecido pelo Facebook, o Lifestore, criaram uma loja virtual. No entanto, o pessoal que acessa a interface online fica desconfiado quanto à segurança da transação. “Quando lancei a loja muita gente perguntou, é confiável? Nunca vi esse aplicativo, nunca vi loja em Facebook. Isso acontece porque clicando no link comprar, você tem que colocar seus dados para fazer a transação bancária ou emitir boleto” (Gisele). Na maior parte das vendas online, as pessoas entram na loja e enviam e-mail pedindo os

dados bancários e colocando o endereço para a entrega.

Em suma, todas as frentes citadas, intermediadas pela moeda Solano, são parte de uma estratégia de fortalecimento e desenvolvimento da cultura local por meio da circulação de serviços e produtos culturais, além da profissionalização dos artistas e produtores cadastrados na Agência Popular.

2.4.4.2 Formação do fundo e captação de recursos

O fundo destinado ao crédito cultural é composto pela verba dos prêmios VAI. Os editais também são formas de captação, como os abertos pela Secretaria da Cultura de São Paulo. Segundo Cláudio, “recebemos pela secretaria e o espetáculo vai ter fundo, com o fundo da Agência Solano Trindade, administrado pelo Banco Comunitário União Sampaio”. Gisele reconhece outra maneira para captação de fundo: “Quando a gente tem alguma coisa para fazer, a gente vai atrás. Teve a feira sociocultural. A gente não entrou necessariamente em um edital. A gente pediu de forma independente do edital. Chegamos com um ofício, depois de várias reuniões”. Cláudio revela que o fundo também é destinado ao pagamento de despesas, como o transporte que, por muitas vezes, não aceita Solanos.

O fundo é de todos, do coletivo. Quando alguém faz um show por contato da Agência, 10% do valor ganho é doado ao fundo que, futuramente, auxiliará na realização de outros projetos e no pagamento de eventuais despesas. As agências comerciais, segundo Cláudio, cobram em torno de 15 a 20%: “Aqui, fica para todo mundo”. Para tanto, foi necessário um trabalho intenso de conscientização sobre a importância das doações: “No início foi muita conversa. Dizendo gente, é nosso, se a gente não trabalhar não tem como a gente efetivar os processos”. Cláudio não conhece casos de pessoas que se recusaram a contribuir com o fundo.

2.4.4.3 Organização do trabalho na Agência Popular

A Agência Popular Solano Trindade localiza-se dentro do espaço físico da UPM, a Casa da Mulher e da Criança. Nesse local os

coletivos se reúnem, usando salas e espaços disponíveis. A frente de produção é composta pelos coletivos: literatura, artes plásticas, artes cênicas, audiovisual, hip hop, dança e música.

Cada coletivo organiza-se autonomamente, de acordo com seu campo de conhecimento. Segundo Rafael, o coletivo de música encontra-se melhor articulado, justamente pela alta procura. Cláudio confirma: “A musica é um veiculo muito fácil de se vender”. Todos os coletivos juntos formam um coletivo maior de referência, onde as decisões e ações são pensadas conjuntamente.

Cláudio explica um pouco do trabalho no coletivo de música:

A gente tem pautas como o desenvolvimento de alguns projetos internos e dentro das reuniões periódicas do coletivo de música a gente chama todo mundo, através de Facebook, e-mail, telefone, boca a boca, dizendo tal dia e tal horário. A gente se reúne, passa as demandas, as pessoas passam as demandas que têm e, a partir daí a gente começa a construção individual de cada trabalho. Você tem uma banda e quer fazer um show, mas precisa de equipamentos ou precisa de divulgação. Você traz suas demandas, dentro do coletivo a gente vê de qual maneira cada um pode estar te ajudando a desenvolver seu trabalho. Você pode fazer da mesma forma, o mesmo para outras pessoas. Colaborando com o trabalho que você sabe fazer, colaborando com outras pessoas e com o trabalho delas. A gente acaba crescendo, os trabalhos começam a andar através da moeda Solano, por meio dos coletivos.

Nesse coletivo existem trabalhos fixos, como por exemplo, a Sexta Básica. A partir de temas específicos, uma sexta feira do mês é escolhida para a realização de um evento musical. “Então se vamos fazer uma noite africana, por exemplo, a gente mantém contato com os artistas, no caso o Balé Koteban, por exemplo, que você conheceu” (Cláudio). Artistas são convidados para participarem do evento, tocando e/ou fazendo uma fala. Tais artistas, algumas vezes, são encontrados fora do cardápio da Agência Popular. “Não tem que estar necessariamente cadastrado na Agência para ser da Agência. A gente não tem um grupo no cardápio, mas a participação é tão definitiva com

a gente que ele acaba fazendo parte do coletivo da Agência Popular Solano Trindade” (Cláudio).

Quanto aos rendimentos, Cláudio afirma que os integrantes dos coletivos recebem “o mínimo do mínimo” pelos trabalhos que desenvolvem. Afirma que no início é necessário trabalhar “na faixa” para divulgar o trabalho: “Para fazer a coisa andar, não tem jeito, não tem mágica. Você tem que colocar seu trabalho na rua para as pessoas verem e compararem com outros trabalhos”. Somente dessa forma é possível negociar, “alguns grupos não têm *release*, não têm foto para montar um *release*. Então temos que fazer um evento para chamar nosso fotógrafo, para tirar uma foto e ter material de nível para jogar em sites, revistas, alguma coisa”. Assim consegue-se divulgar os trabalhos para o SESC e para a Fábrica de Cultura, por exemplo.

Gisele, em entrevista, citou a recente viagem realizada à Bolívia para participação no I Congresso Latino Americano de Cultura Viva Comunitária. Por meio desse episódio pode-se enxergar a dinâmica de trabalho na Agência:

Quando a gente foi para a Bolívia, ganhamos as passagens ida e volta, só que não ganhamos a hospedagem e alimentação. Aí, um grupo de apresentação de dança afro, junto com os meninos da capoeira regional, a gente vendeu um *show* deles lá no CCJ, no valor de 3 mil. Foi o que bancou. A gente foi em quase 20 pessoas, sem contar o David, porque eu paguei a passagem dele. Foi o Show do Odara e bancou a hospedagem e alimentação. É uma troca e tem que estar realmente muito aberto para vender um show e bancar recurso para outras pessoas. Eles não ganharam nada além de prestígio e visão. Na próxima vez que a gente lançar um *show* deles vai ficar tudo para eles. Há toda uma troca. A Agência é isso, é troca de serviços.

2.4.4.4 Principais dificuldades encontradas

Rafael afirma que a construção da Agência é um processo vivenciado cotidianamente. Entende que a Agência não poderia assumir um formato definitivo, mas que os princípios que norteiam o

trabalho deveriam ser garantidos por todos.

Dentro desse processo, e conhecendo seus próprios limites e alcances, organizam o trabalho. Rafael assegura ter investido tempo incentivando a organização das frentes: “teve frente que pegou corpo, como a de música, que continua se reunindo, teve outras que não, por exemplo, a de artes visuais, que a galera não se reúne, não se articula, não faz”. Agora compreende que não cabe mais esse estímulo, pois a prioridade “é muito mais fortalecer ações que fortaleçam valores do que fortalecer indivíduos ou fortalecer grupos específicos”.

Alguns coletivos se apropriaram da ideia da Agência: “Outros coletivos não. Na periferia as pessoas tem um medo grande, vive receoso com as coisas, invertem o papel, acham que a gente ganha em cima da história deles. E na verdade a nossa proposta é o contrário”. Rafael afirma que diante dessa dificuldade não adianta incentivar a organização: “não adianta a gente querer ficar organizando quem já está aí há 50 anos na caminhada e não se organizou até agora por vários motivos”.

2.4.5 Projetos de geração de renda

Os projetos de geração de renda fomentados pelo Banco Comunitário União Sampaio visam o desenvolvimento da autonomia financeira, geração de renda e independência em relação ao crédito. Tais iniciativas devem ser pautadas nos princípios da Economia Solidária. Alguns visam – além da geração de renda para os participantes – uma colaboração, na medida do possível, para as despesas da sede da UPM. Duas experiências interessantes com as quais tive contato foram: a produção de pães “Pão e Arte”; e a oficina de costura “Mulheres em Revolução”. Relatarei um pouco mais sobre elas no tópico seguinte.

2.4.5.1 Mulheres em Revolução e Pão e Arte

Os projetos destinados à geração de renda e sustentabilidade da casa procuram se aliar com as necessidades do próprio espaço. Os pães podem ser vendidos à UPM para que sejam servidos nos lanches previstos no edital da prefeitura para o projeto do Núcleo de Convi-

vência dos Idosos (NCI). Há uma mobilização para registrar o empreendimento como Micro Empresa Individual (MEI), viabilizando a emissão de nota fiscal na venda dos pães à UPM, garantindo sua sustentabilidade.

Esther e Vera integram o grupo de geração de renda Pão e Arte. Esther relata o surgimento da ideia:

Eu comentei com a Mara sobre um curso de fabricação de pão. Aí, quando foi esse ano, o Rafael se envolveu mais no assunto. Me perguntou se eu não queria fazer um curso de pão. Como eu gosto de fazer as coisas, disse eu vou. Eu pensei assim, vou fazer o curso de pão para aprender mais alguma coisa. Aí veio a ideia da geração de renda. Foi muito bom. Espero ampliar os negócios.

Vera, trabalhadora da Casa da Mulher e da Criança, auxiliando nos serviços de cozinha e limpeza, afirma que foi surpreendida com a ideia proposta por Rafael: “Eu não tinha nem ideia, nunca tinha pensado nisso. O Rafael me perguntou se me interessava fazer um curso de pães, de panificação. Falei, me interessa sim. Ele disse que tinha a condição de passar depois para algumas pessoas”. Vera assumiu os dois desafios, o de aprender a fazer pães e o de ensinar este ofício. Ganharam então um forno e uma mesa para usarem durante as oficinas que ministram. A ideia inicial não era usar o espaço da Casa da Mulher e da Criança para a geração de renda, mas por falta de outro, a casa abrigou o projeto por alguns meses: “A gente começou a fazer e vender. Está gerando renda. A ideia é formar um grupo, ensinar ele a fazer. Se a pessoa tem um espaço bom então a gente se reúne lá para fazer e gerar renda para gente”.

Segundo Vera, com a primeira parte do dinheiro ganhado na venda dos pães foram comprados materiais básicos, mas que ainda faltavam, como avental e colheres: “A gente começou a fazer o pão, vende para arrecadar o dinheiro para estar comprando estas coisas, para não estar usando da casa. Daí o dinheiro que vai entrando a gente está comprando esses materiais por enquanto”. Questionada sobre a divisão dos lucros, Vera responde: “É isso aí, enquanto a gente estiver

trabalhando aqui vai ser isso. Vai ser uma parte da casa e uma para gente. Dividindo”.

Vera acredita que o projeto de geração de renda pode contribuir tanto para a manutenção do espaço como também para as pessoas que participam dele, por meio da aprendizagem, do convívio em grupo e da autonomia financeira: “Gera renda para pessoas que têm dificuldade de gerar renda, de trabalho. Tem muita gente que não tem estudo. Às vezes está com um pouquinho de idade, as pessoas olham para a cara e dizem, não quero você para trabalhar”.

Vera e Esther enxergam a contribuição do Banco Comunitário União Sampaio, especificamente na concessão de crédito produtivo, para a continuidade do projeto de geração de renda. Segundo Vera:

A gente ainda não pegou o empréstimo porque a gente achou que não ia ter muita saída o pão. Agora vai precisar sim, quando a gente começar a pegar oficinas, a gente vai ver se pega um empréstimo para a gente poder comprar outro forno, outra mesa. A gente vai fazer aqui por quê? Porque aqui não tem juros como nos outros bancos. Vai facilitar para a gente poder pagar.

Clísia, com uma história de vida bem típica, conta como foi sua entrada no projeto de geração de renda por meio da costura. Toda a sua fala mostra o processo de constituição do grupo:

Eu, como comecei a trabalhar muito nova em casa de família, eu não tive estudo. Estudei até a terceira série e depois até a quarta. Casei e parei por conta das crianças, para não ficarem sozinhas. Meu marido seguiu trabalhando e eu parei de novo. Fiquei sabendo do Mova e vim tentar. Deixava minha filha na escola, voltava para lavar a louça, arrumar e vir para cá. Tinha uma menina que estudava comigo que era doída para aprender a costurar. Ela contou para a Dona Neide que eu costurava. Um dia a Dona Neide foi até a sala do Mova e pediu para a gente conversar. Ela disse que ia ter um curso de costura aqui e que era para eu participar. Eu disse que tudo bem. Até que enrolei, enrolei e participei

para aprender, porque a gente nunca sabe de tudo, a gente está sempre aprendendo. Participei e nessa época tinha patrocínio. Ai acabou o patrocínio e professora disse que se a gente quisesse a gente continuava. Eu pensei que seria covardia não participar, pois, quando tem patrocínio a gente participa, quando não tem a gente não participa. Ai continuamos e dissemos para gente mesmo que a gente ia até o fim, já que a gente mesmo estava bancando os materiais. Ai foi. Quando acabou a professora saiu e não voltou mais. Ai a Mara disse por que você não participa aqui. Ai juntou as mulheres. Minha filha vinha, também veio costurar para aprender, ela ainda não sabe todas as máquinas. Daí, no que eu fui passando para elas, a gente foi montando o grupo.

Sobre o tempo de formação do grupo, Clísia responde: “Desde março. Nós começamos antes, mas eu coloquei para elas, vamos começar em março, como data, porque março tem o dia da mulher. Nós somos mulheres, essa é a casa das mulheres. Colocamos que começamos dia 8 de março”. Curiosa, pergunto sobre a origem do nome “Mulheres em Revolução”. “A Mara perguntou como ia ser o nome. Nós somos mulheres que estamos evoluindo, evoluindo, vamos ganhar alguma coisa, então vamos colocar Mulheres em Revolução. Uma coisa diferente e das mulheres. A maioria achou legal e topou”. Josefa completa o pensamento de Clísia dizendo: “Nós estamos num país que evolui, apesar do roubo, da corrupção. Nós temos um país onde as mulheres conquistaram e vêm conquistando o espaço delas”.

Acho que a revolução depende da mulher. O que vou fazer, como vou fazer, por que. Unidas é que se vence, então a gente vai chegar lá. Há uns anos atrás, na época da minha mãe, da minha vó, ninguém diria que uma mulher estaria na direção de um carro, quem diria que uma mulher estaria pilotando um ônibus. Hoje nós temos delegadas, nós temos uma mulher lá na presidência, comandando o Brasil e comandando as mulheres (Josefa).

Afirmam estar na fase inicial do projeto, em que a formação das mulheres na costura e a produção são prioridades. A proposta é vender

as roupas no bazar da Casa da Mulher e da Criança e também atender por encomenda. Clísia diz que uma parte dos rendimentos vai para a Casa, pois utilizam, além do espaço físico, que necessita ser grande, a luz. A primeira parte que ficar para elas será destinada ao pagamento do empréstimo de 300 Sampaio feito no Banco Comunitário União Sampaio. Esse dinheiro foi utilizado na compra de tecido, linha, elástico e zíper, em lojas do bairro que aceitam a moeda social. Uma parte das compras teve que ser feita em Reais, por virem de outros locais e/ou de lojas que ainda não aceitam o Sampaio.

O grupo conta atualmente com seis mulheres costureiras, das mais diferentes idades. A mais nova é a filha de Clísia, com 14 anos, depois Branca, com 29 anos. A mais sábia possui 72 anos e se chama Zuleika. Quando perguntei se eram casadas, todas disseram sim, Zuleika respondeu: “Sou viúva, graças a Deus”. Josefa e Clísia dizem que têm a pretensão de tornar o grupo maior: “Se tiver com a coragem e a vontade de trabalhar, seja bem vindo. Se tiver criança pequena, às vezes vem e fica por aqui. Aqui pode vir mãe e filho também” (Clísia).

Alguns cursos, destinados à formação e profissionalização desses empreendimentos são realizados dentro da UPM. No período em que estive presente na Casa da Mulher e da Criança um curso sobre gerenciamento financeiro, englobando cálculos de custo, precificação e porcentagem de lucro foi ministrado para as integrantes dos dois empreendimentos. “Eu, por exemplo, nunca pensei no custo do material para ter uma base dos gastos. Hoje eu entendi que a gente tem que somar da agulha ao tecido” (Clísia).

No caso específico do acompanhamento de empreendedores, Rafael afirma que isso ocorre dentro da dinâmica do cotidiano. O auxílio nas contas e na administração, assim como nas estratégias para divulgação e vendas, acontece coletivamente, na medida em que são percebidas as demandas.

DIALOGANDO A TEORIA COM A PRÁTICA

Analisar a formação e o impacto de experiências como a que versa este trabalho trata-se, diversamente de considerar eventos e fenômenos isolados em si, de refletir sobre um contexto maior de luta política. Na análise das ações da Associação, e, por conseguinte, do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade, assim como das suas interações com demais movimentos sociais, a teoria gramsciana contribuiu para a discussão sobre as relações de força e os processos envolvidos na disputa por hegemonia, dentro de uma concepção dialética da história. Compreendendo os esforços de Gramsci na análise de um contexto histórico específico, utilizo seus estudos como orientação para as reflexões que se seguem. Reconheço que a experiência estudada encontra-se circunscrita a um caso específico, particular, mas que não se propôs a estabelecer vínculos com uma perspectiva nacional, nem a oferecer conclusões totalizadoras. Assim, realizo uma análise sugerindo indicadores para uma nova pesquisa, mais abrangente. É o que pretendo, de certa maneira, quando abordo as Redes de Economia Solidária e de Bancos Comunitários no Brasil.

Importante destacar que a presente pesquisa atém-se a um grupo com postura de enfrentamento diante das demandas percebidas. Para tanto, desenvolvi a análise apoiando-me na teoria marxista, a partir de A. Gramsci, de E. P. Thompson e de autores que se utilizam da abordagem mencionada. Na organização dos tópicos deste capítulo utilizei como referência as três fases que caracterizam a disputa por hegemonia segundo Gramsci, a fim de verificar a coesão do grupo e suas estratégias e articulações políticas. Não se tratou de seccionar a realidade e expô-la de maneira fragmentada, e sim de verificar, por meio de determinado subsídio teórico, a organização, a identidade e as mobilizações do grupo em questão.

De acordo com Gramsci, a questão do mal-estar ou do bem-estar econômico como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial das relações de força existentes na sociedade civil. Novidades podem ser produzidas num contexto em que uma situação de bem-estar é ameaçada pelo “egoísmo mesquinho de um grupo adversário”, ou porque o mal-estar tornou-se intolerável, não encontrando na sociedade nenhuma forma legal de superação para o “estabelecimento da normalidade”. Caso não exista um projeto de superação, impulsionado essencialmente pela vontade e capacidade dos homens, desfechos contraditórios podem ser provocados, ou seja, “a velha sociedade resiste e garante para si um período de ‘tomada de fôlego’, exterminando fisicamente a elite adversária e aterrorizando as massas de reserva; ou, então, a destruição recíproca das forças em conflito” (Gramsci, 2000, p. 45).

As análises das relações de força expressas no mal-estar ou bem-estar econômico não podem e nem devem ser fins em si mesmas. Elas adquirem significado ao justificar uma atividade prática e ao evidenciar pontos de menor resistência, nos quais a força de vontade – entendida para além do moralismo presente no discurso dominante – pode ser aplicada de modo frutífero e tático, como por exemplo, assumir determinada postura em uma campanha política e escolher a linguagem que melhor dialogue com as multidões (Gramsci, 2000, p. 45).

Gramsci (2000, p. 41), investigando as relações de força, descreve os diferentes processos e fases em que elas se manifestam. Na primeira e mais elementar, a econômico-corporativa, sente-se uma unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-lo. A segunda é quando se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo profissional no campo meramente econômico. Nesta fase, o Estado é acessado para obtenção de igualdade político-jurídica em relação aos grupos dominantes, na reivindicação de participação na legislação e na administração, dentro dos quadros fundamentais existentes. Na terceira fase adquire-se consciência de que os próprios interesses corporativos superam o círculo corporativo e de grupo meramente econômico, podendo e devendo tornarem-se os interesses de outros grupos subordinados.

Esta fase é a mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas, é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas no plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (Gramsci, 2000, p. 41).

O Estado, nesta terceira fase, é concebido como organismo próprio de um grupo, apresentado como força motriz de uma expansão universal, coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados, em uma contínua formação e superação de “equilíbrios instáveis”; o Estado torna-se etapa final do processo de transformação social.

No primeiro tópico deste capítulo verifiquei a percepção dos moradores envolvidos direta e indiretamente com a Associação, na tentativa de identificar, por meio dos diferentes olhares e percepções, a compreensão da importância da organização e os impactos da experiência na vida privada e coletiva das pessoas. A proposta foi investigar a existência da fase econômico-corporativa, como propõe Gramsci, na qual a consciência relativa é extremamente elementar e de onde ainda não se tem alcance da esfera política. Gramsci exemplifica esta fase citando um comerciante que:

[...] sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo (Gramsci, 2000, p. 41).

Na sequência, investigo a existência de uma identidade coletiva. Descrevo minhas observações e transcrevo algumas falas dos moradores onde é possível verificar valores, interesses e projetos em comum. Abordo o papel da arte e da cultura, como geradoras do sentimento de pertencimento de classe e como ferramenta de formação informal. Segundo Gramsci, no momento de superação da fase econômico-corporativa, a unificação dos grupos torna-se alta. Nesta fase tem-se a luta por igualdade na esfera político-jurídica e administrativa. Autores como Coutinho, consideram o atual momento histórico como a segunda fase do momento catártico de Gramsci. Coutinho, parafraseado por Solimeo (2014, n/p), afirmou que a luta pela hegemonia no contexto atual conta com diversos intelectuais orgânicos atuantes e estruturados em todos os níveis do governo, com intelectuais difundidos nos partidos de esquerda, nos órgãos de comunicação social, nas cátedras, nas ONGs, nas comunidades (acadêmicas, de moradores, de favelas e de minorias), muitas vezes sem evidências de vinculação direta com os partidos. Embora dispersos e divergindo em alguns pontos, mantêm afinidade no que diz respeito à “reforma intelectual e moral da sociedade e a neutralização do aparelho hegemônico da burguesia”, através da neutralização do “senso comum” e da ampliação do “espaço estatal” (Solimeo, 2014, n/p). Segundo Gramsci, as reformas intelectual e moral da sociedade não devem ser impostas, devem acontecer a partir de uma profunda transformação das consciências. Para efeito de esclarecimento, este seria o papel do partido:

O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna (Gramsci, 2000, p. 18).

Finalizo o capítulo verificando as articulações políticas do grupo com as Redes de Economia Solidária e de Bancos Comunitários, participação em organizações e em movimentos sociais, políticos e coletivos de arte e cultura, e contribuições na implantação de novos bancos comunitários. A intenção foi verificar avanços na disputa por

hegemonia e no esvaziamento da moral e da ética das organizações e valores burgueses.

Para este estudo, apoiei-me também na argumentação de França Filho (2003, p. 19), segundo a qual, mais do que estudar a lógica de funcionamento do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade, atuantes na Associação de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências, ou União Popular de Mulheres, existe a necessidade de se ultrapassar a ideia da economia de mercado como fonte única de riqueza, reduzindo-se as demais dimensões econômicas à condição parasitária desta última:

[...] Nesta maneira de olhar a economia, sua redução à ideia exclusiva de mercado tornando-se insustentável, é o mito do progresso, a crença no crescimento econômico como fonte exclusiva do desenvolvimento e da felicidade que são questionados (França Filho, 2003, p. 19).

Nesse sentido, iniciativas como a estudada podem ser consideradas estratégicas para uma determinada classe, ao vincular desenvolvimento econômico e social, fortalecendo a consciência crítica em relação à economia e à política, e possibilitando novas ações coletivas, no âmbito da Economia Solidária e para além dela.

3.1 A PERCEPÇÃO DOS INDIVÍDUOS SOBRE OS IMPACTOS DA EXPERIÊNCIA

3.1.1 A visão dos indivíduos sobre a Associação, o Banco e a Agência

Por meio do trabalho de campo realizado junto ao grupo, foi possível constatar que os impactos da experiência vão desde um considerável aumento na atividade social, ou seja, no convívio interpessoal, até a apropriação de informações sobre direitos e deveres, como por exemplo, os direcionados às mulheres, aos idosos e às crianças e adolescentes. O aumento dessa apropriação estimula os moradores a participarem das atividades da Associação. Esther rela-

tou, durante entrevista, a procura dos moradores: “Eu vejo também que as pessoas não têm aquelas informações necessárias e a UPM ajuda muito. Para várias causas que as pessoas precisam de ajuda, elas correm aqui”. Na opinião de Esther, existem limites e eles são conhecidos, como a participação da comunidade nas formações proporcionadas pela Associação. No entanto, observa que, quanto maior o envolvimento dos moradores nas atividades de lazer e em cursos de ofício, maior o envolvimento com as lutas empreendidas. Tanto Esther como os demais trabalhadores/militantes procuram divulgar as atividades pela região, pelo método boca a boca, a fim de aumentar o número de pessoas dispostas a engajar-se na elaboração e realização dos projetos.

A Associação também é vista como um grande “guarda-chuva” para os projetos desenvolvidos, como relatei no capítulo anterior. É importante ressaltar que existe a compreensão de que tanto o Banco Comunitário quanto a Agência Popular são resultados de lutas e processos vivenciados pela Associação, por meio dos esforços de seus integrantes. Considero necessária esta menção, pois, na realização de meu trabalho de campo, percebi que não investigava o Banco Comunitário e a Agência Popular isoladamente, e sim toda a Associação; Rafael me alertou desde o princípio sobre esta forma de olhar a realidade. Equipes de reportagem e estudantes normalmente procuram o Banco e a Agência para matérias e trabalhos de pesquisa, contudo, a importância da Associação como promotora destas duas tecnologias¹, ou seja, o Banco Comunitário e a Agência Popular, sempre são ressaltados pelos trabalhadores/militantes.

O Banco auxilia pessoas com dificuldades orçamentárias. Devido à facilidade de aprovação do empréstimo e de suas diferentes características, possui uma procura razoável, segundo Rafael. Quando o empréstimo é aprovado, um suporte direcionado à organização do orçamento doméstico é oferecido à família. Para as pessoas com quem convivi, esse mecanismo é extremamente importante, pois não se pau-

¹ O Banco Comunitário e a Agência Popular são considerados, pelos trabalhadores/militantes, tecnologias, desenvolvidas a partir da junção dos saberes e das demandas locais.

ta apenas no ensino de cálculos, mas em possibilitar a reflexão sobre o próprio dinheiro. Dentre os que usam a moeda social Sampaio, existe consenso sobre a importância da sua existência e circulação no desenvolvimento do bairro. Na visão de Cláudio: “O Banco Comunitário União Sampaio foi feito para a quebrada, para as pessoas que necessitam”. O endividamento e a transferência de renda dos trabalhadores da localidade para os bancos convencionais são tidos como um problema efetivo, assim como a abertura de crediários em estabelecimentos comerciais. O Banco busca conscientizar sobre esta questão no nível “micro”, mas também sobre a atuação das grandes corporações financeiras no nível “macro”, respeitando e ampliando a leitura de mundo dos moradores da região.

Sobre a Agência Popular, Cláudio afirma possuírem grandes competidores: a televisão e toda a indústria de entretenimento existente. Baseando-se na participação da comunidade nos eventos culturais que a Agência Popular participa e apoia, afirma haver boa aceitação: “Enche, dependendo da época, pode estar chovendo ou não, mas se não estiver chovendo aquilo lota, uma coisa linda. São várias pessoas, de várias idades. Crianças vão lá, famílias vão lá”.

3.1.2 O que mudou na vida das pessoas e da comunidade?

Em campo, observei e ouvi pessoas relatarem suas impressões acerca da experiência e de seu impacto sobre suas vidas, a partir do envolvimento com a Associação na Casa da Mulher e da Criança e, por consequência, com o Banco Comunitário União Sampaio e com a Agência Popular Solano Trindade. Relatos de trabalhadores/militantes mostraram a importância da convivência entre diferentes pessoas e do respeito à diversidade. Segundo Vera: “Aqui aprendi a conviver com outras pessoas. [...] Evangélicos, espíritas, entendeu? Eu já dava valor pelo o que eu vivi, hoje em dia eu dou mais valor porque eu cheguei aqui e fui bem acolhida”. Participar das ações da Associação pareceu, segundo algumas falas, auxiliar na elevação da autoestima. Compreender as atividades, participar delas e, por vezes, coordená-las, preencheu de sentido a vida de algumas pessoas. Segundo Esther:

Eu me valorizei mais. Eu fiquei vinte anos sem trabalhar. Trabalhava em casa vendendo coisas. Então comecei a ver as pessoas me dando compromissos, essas coisas para resolver, eu fazendo reuniões, coisa que nunca fiz. De repente estou no meio de um monte de mulher e falo nossa, mudou minha vida, deu uma reviravolta. Eu achei que eu me valorizei mais. Eu já achava assim, eu estou ficando velha, não tem mais nada para fazer, aquelas coisas. Hoje não, hoje eu já me sinto valorizada.

Outro relato importante foi o da trabalhadora/militante Mara. Ela contou que no início não entendia a dinâmica da casa e do trabalho de Neide. Por ser vizinha da Associação e por insistentemente ser convidada a participar, acabou se envolvendo com a UPM. Por meio de muita reflexão e estudo confrontou diversos paradigmas. “Eles fazem coisas, mas estão pensando lá na frente, eu penso mais no imediato, o que aquilo vai me causar, como vou conseguir resolver no dia seguinte, não o que vai acontecer lá mais para frente”. Afirmou ter se assustado com a maneira com que Neide tratava determinadas questões. Havia muita naturalidade nas falas, proporcionada por uma longa jornada de reflexões. Como para parte das mulheres algumas ideias pareciam novas, era necessário ainda percorrer um caminho formativo, para que estas também opinassem sobre demais assuntos, livres de pressupostos morais e religiosos. Mara observa que após oito anos de envolvimento, conseguiu desconstruir noções que havia naturalizado e, por mais que tenha reconstruído outras, ainda permanece em processo formativo.

Dona Neide falou assim em uma reunião: ‘eu sou a favor do aborto’. Eu sou católica e a vida inteira escutei falar que abortar era pecado, que você ia para o inferno, que é uma coisa ruim, [...] Pensei, nossa essa mulher é a favor do aborto? Onde estou me metendo? [...] Pensava, gente como pode? Só que para a gente é muito bruto e a mulherada aqui tudo é evangélica. Então você imagina o bochicho que não causou, entendeu? Então na hora que chegou e falou aquilo, pensei, nossa onde estou me metendo? Não posso ser a

favor do aborto. Aí, eu primeiro tinha que desconstruir para depois construir. Agora, depois de uns oito anos eu ainda fico com o pé atrás, esse negócio do corpo, que o corpo é meu e eu faço o que eu quero. Você pensa que aquela vida não é sua, o filho não é seu, mas tem contextos, então tem que pensar um pouco mais aprofundando naquilo.

Mara, em seu relato, afirma ter crescido como mulher: “Eu construí minha visão das coisas, cresci como mulher, consegui me livrar de uma doença. Descobri porque tinha este problema e consegui sair sem medo, mesmo sabendo da violência de fora. Isso não me trava, não me segura”. Ela percebe, no dia a dia, pequenas mudanças nas pessoas que participam direta e indiretamente das atividades da Associação na Casa da Mulher e da Criança, como por exemplo, um sorriso e uma oferta de ajuda. Por trabalhar no administrativo, relatou dificuldades na compreensão da utilização das verbas recebidas por meio dos projetos e parcerias. “O dinheiro para alimentação é somente da alimentação, do pedagógico é para o pedagógico. Não pago o aluguel com a alimentação. A funcionária da empresa de transporte reclama, pois temos para pagar passeios e não para o aluguel”. Mara diz fazer um trabalho de “formiguinha”, sempre repetindo as mesmas ideias, tentando explicar a complexidade do funcionamento da entidade e, principalmente, as dificuldades em quitar o aluguel do espaço. “A gente tem que fazer festa, tem que vender convite, tem que vender roupa no bazar”.

Marcos, dono da loja de materiais de construção, observa impactos positivos na vida das pessoas. Em sua opinião, os serviços de apoio prestados na casa, como os relacionados à administração e aos serviços advocatícios, são importantes, principalmente para os moradores com baixa instrução. Conhece pessoas alfabetizadas no Mova e que hoje tentam negócio próprio com ajuda do Banco Comunitário União Sampaio. Segundo Marcos: “Uma senhora com seus 60 anos que está na casa. Ela sempre gostou de quermesse, de festa junina. Ela se diverte aqui. Por se diverte aqui? Porque tem pessoas da idade dela, tem coisas que ela gosta. Ela mesma ajuda”. Ele entende a importância deste envolvimento e reconhece o ato de “fazer juntos” como fundamental na construção do sentimento de pertencimento.

Cláudio, envolvido diretamente com a Agência Popular Solano Trindade, verifica maior união dos artistas da região desde a abertura da Agência. Ressalta a importância dos valores mantidos pela Casa da Mulher e da Criança nos projetos que desenvolvem. A Agência Popular mantém tais valores e busca difundi-los na periferia, principalmente.

A Agência Popular Solano Trindade uniu grandes artistas que estavam espalhados. Juntamo-nos, colocamos essa moral, essa ética e essa postura da União Popular de Mulheres por meio da Agência Popular Solano Trindade. Tentamos levar isso para a rua. O artista é um grande orgulho, isso sintoniza uma união muito grande entre os jovens. Estamos aqui apenas há quatro anos. Não ganha grana, tem que sair daqui e dar aulas em qualquer outro lugar. Duas aulas por dia eu cobro minhas despesas, dou aula no Morumbi e em Alphaville, mas aqui é muito mais. Não é dinheiro. Aqui a gente tá aprendendo evoluir valores e passar valores para as pessoas. O dinheiro é importante? Claro. Você tem que comer, tem que morar, tem isso e aquilo, mas valores são importantes, a gente tem levado isso para a periferia e as pessoas têm entendido isso muito bem.

Cláudio fala também sobre o impacto que o envolvimento com a Associação e com a Agência Popular proporcionou à sua vida: “É meu maior orgulho. Tenho vários orgulhos, mas o que me engrandeceu mesmo foi a Casa. Esses trinta anos de Casa da Mulher e da Criança fez esse molho bacana, exemplo de respeito, de amor aos outros, de coletividade, enfrentamento”.

Com relação aos impactos na comunidade, é notória a participação inicial nas atividades da UPM como forma de melhorar a relação social das pessoas do entorno, como já mencionado. É um espaço de convívio e lazer em uma região que possui poucos lugares reservados a essas atividades. De acordo com Mara: “Algumas mulheres vêm para tirar a tristeza de casa, a solidão. É o conviver também. Elas têm muita sabedoria”. A comunidade procura os cursos para aprender um ofício e também para descontração. Vera comenta que sempre perguntam a ela sobre os cursos e oficinas que a UPM promove. “Acho uma

coisa boa, porque têm pessoas que ficam dentro de casa e não têm como se distrair. A gente chega aqui, conversa, brinca, não interessa se eu estou na cozinha, se eu estou aqui dentro sabe”. Mara comenta que o momento do curso, ou seja, o momento da formação é também o momento de estar próximo, de acolher.

O pintar era a última coisa que a gente fazia. E tinha também a escuta, na hora de ensinar uma pessoa, você perguntando no ouvidinho, tudo bem com você? Você sempre vê um olhar né? Mais triste, um olhar mais além, coisa assim. E aquele ‘tudo bem com você’ já desmontava. Ali a gente fazia tipo uma convivência mesmo, uma terapia em grupo, porque ela começava a contar um pouquinho da história dela, do que estava acontecendo. E a outra do lado ouvindo, a outra também, e a outra começava a falar, a outra também. [...] Ela via uma luz no fundo, isso era muito bom.

Outra constatação é que a comunidade se coloca cada vez mais informada sobre os acontecimentos sociopolíticos e sobre seus direitos. Envolve-se com questões locais, como problemas relacionados à infraestrutura, à falta de espaços para lazer, à violência doméstica, entre outros. Vera traz um pouco da busca inicial das pessoas pela UPM: “Eu mesma na cozinha, já cheguei a atender pessoas perguntando sobre advogados, que precisavam de informações. Também por causa da convivência em casa, divórcio. E quando têm palestras, sempre têm 30, 40 mulheres. A gente viveu muito tempo sem informação”. Observa que, na procura por informações, algumas pessoas passam a se envolver com a Associação, como foi o caso da maioria dos trabalhadores/militantes da casa, inclusive, dela própria. Já Miguel observa maior envolvimento da comunidade, quando toma as feiras socioculturais como referência. Também ressalta a importância da entrega do leite e das festas comemorativas no bairro. Afirma que a comunidade luta atualmente pela melhora no acesso ao parque e pela revitalização da praça da região.

Mara identifica algumas transformações na comunidade, mas constata que elas são muito lentas. Mudar a forma como as pessoas

pensam, a forma hegemônica de opinar sobre diversas questões, trata-se de um processo lento. “Não é maioria. Isso é muito lento, muito devagar, muito difícil. Mas assim, o pessoal sabe que ajudar o próximo é muito bom. Quando chegamos num bairro e falamos que somos da UPM, nos reconhecem como entidade que ajuda”.

Segundo os cálculos de Neide, a Associação atende cerca de 300 pessoas por dia, por meio dos projetos realizados pela UPM. “A gente tem o núcleo dos idosos, da Vida Ativa, tem 200 idosos inscritos. No Grupo de Convivência do Jardim Bonfiglioli tem 100 idosos. As Mulheres Vivas atendem 100 mulheres por mês”. As mulheres são as que mais participam. Segundo Neide:

As mulheres vêm para ter momentos de convivência, convivência gostosa, porque elas estão traumatizadas com a violência em casa, ou na família. Na condição de mulher, ainda existem desigualdades, porque ainda tem aquela mulher que fica com três jornadas: casa, escola e trabalho. A gente incentiva os estudos.

Na análise de Neide, a mulher está se voltando para uma nova realidade: a do conhecimento e da emancipação. “Se você quiser ver, coloca cursos supletivos à noite na escola, você vai notar que a maioria é mulher”. Neide também faz uma análise comparativa da realidade das mulheres jovens da periferia com as mulheres idosas, também moradoras da região. A necessidade de emancipação destas últimas é tema para curso formativo na casa.

A mulher tem uma jornada dura hoje. Fico encantada porque elas estão nessas três jornadas. Poucas vezes ela coloca o companheiro para ajudar. Tem alguns que são maravilhosos, que ajudam, em contrapartida, tem alguns que não ajudam em nada. Ela tem que assumir tudo. E ainda sofre pressão forte do fardo. Quando ela consegue estudar e trabalhar e cuidar de casa, ela se sente realizada, mesmo cansada fica feliz. Essa mulher é produtiva. [...] Para a idosa, da periferia principalmente, o compromisso do dinheiro dela são os netos, o filho, a filha que pega a metade. [...] Tem um curso

que a gente dá aqui que se chama ‘Disseminando Saberes’. A gente chama a pessoa para que ela seja ela. Que ela tenha autonomia. Não é muito fácil esse trabalho. É difícil. Até você conseguir um grupo, com essa mentalidade e com esta dedicação é difícil, por isso eu queria você.

Neide afirma ter percebido modificações na comunidade desde que o projeto da Casa se transferiu para a localidade: “[...] eles olhavam a gente como alguém do governo que estava aqui para dar tudo de graça. Hoje não se olha assim”. Reconhece a importância do Banco Comunitário nesta mudança de postura. “O Banco veio ajudar com grande força a mostrar que a vida não é isso, dar, dar e dar. Que ele deve vir ao Banco e depois devolver. Realmente mudou toda a forma de se conduzir. O Banco proporcionou isso”. A mudança de postura também pode ser observada em atitudes como trazer cinco ou dez reais para ajudar no pagamento do aluguel da casa. Neide acredita que políticas mais atuais, como o projeto Bolsa Família, por exemplo, também ajudaram a transformar a atitude de pessoas que estavam acostumadas com o assistencialismo do governo.

Apesar de uma camada de idosos estarem muito acostumada ao assistencialismo, porque o governo fez muitos projetos assistencialistas, eu acredito que o Bolsa Família também educou, quando exigiu que os filhos estudassem, que os pais os levassem ao posto de saúde para dar as vacinas. Acho que o Bolsa Família não ajudou só no alimento, nessa parte de você ter o que comer e ter mais comida na geladeira. Ajudou a educar. [...] É muito melhor que uma cesta básica. Você administrar o dinheiro, você saber do que precisa, te obriga a pensar. Se a família é organizada, vai discutir com os filhos, nós ganhamos tanto, quanto vamos gastar com tal coisa. O serviço social ainda precisa melhorar a maneira como encaminha as famílias para o Bolsa Família. Deviam acompanhar dois ou três grupos por mês. Se a família não tiver um acompanhamento, fica puramente assistencialista. Precisa aproveitar essa oportunidade para educar, para formar a pessoa. Ter um acompanhamento até que a família saia do Bolsa Família, dando para outro que está precisando.

Tem que fazer isso com mais rigor. Quem faz isso é o serviço social do Município. [...] O controle social na escola, na saúde, no serviço social precisa melhorar muito. Em São Paulo, por exemplo, o controle social foi eliminado quando entrou o Serra, quando entrou Maluf nem se fala, foi tudo jogado fora.

O Banco Comunitário, na visão de Rafael, vem provocando uma importante mudança na comunidade. “Acho que muda essa relação de identificar a importância desse serviço, de entender que esse é um serviço importante para ter na nossa comunidade”. Aprofunda refletindo sobre a exclusão do sistema financeiro: “[...] A lógica dele é o dinheiro e a nossa lógica é o desenvolvimento das pessoas, não do lucro do dinheiro. Não é o papel desses bancos convencionais mesmo. Até bom que fique claro que não é o papel deles”. O Banco Comunitário não está somente focado na educação financeira, mas sim no fortalecimento de iniciativas de geração de renda pautadas nos princípios da Economia Solidária. Hoje, a UPM incuba duas iniciativas: a Mulheres em Revolução e Pão e Arte, já mencionadas anteriormente.

Com relação à Agência Popular, observa-se maior envolvimento dos artistas locais nas atividades da Associação. Segundo Gisele, a Agência vem fortalecendo a produção cultural local. “A pessoa que não tem como produzir está conseguindo. [...] É bom saber que você tem um lugar onde pode chegar e executar uma produção que, sozinho, talvez não conseguisse. As pessoas cada vez mais procuram a Agência”. Na análise de Gisele, essa procura tem aumentado nos últimos tempos, o que favorece a difusão da cultura local.

3.1.3 Perspectivas para o bairro, a Associação, o Banco e a Agência

Os entrevistados foram indagados sobre suas perspectivas para o bairro, projetando-o para daqui a 10 anos. Para Mara, o cenário ideal corresponderia ao aumento do uso da moeda social Sampaio, potencializando o desenvolvimento local. Almeja a ampliação do atual espaço da Casa para a implantação de mais projetos e, consequentemente, o aumento do número de atendimentos. Vislumbra os proble-

mas estruturais do bairro, como a falta de água e o trânsito excessivo de automóveis, solucionados. “Eu fiquei 15 minutos para atravessar a rua aqui embaixo. Pensei, nossa, mas ainda são oito horas da manhã [...] Que tivesse um movimento nosso em torno de bicicletas mesmo”. Mara também almeja a aproximação de centros de formação técnica e superior, dado o grande número de jovens que atualmente se desloca para outras regiões da cidade em busca de profissionalização.

Neide considera necessário o aumento das intervenções junto à comunidade, acreditando ser esta a maneira de “crescer em perspectiva”. Para tanto, são imprescindíveis: uma equipe coesa, planejamentos detalhados e frequentes, e estudos sobre as perspectivas e demandas. “Trabalhar nos próximos anos para que haja maior interação e conhecermos as necessidades desta comunidade. Que todos os projetos, de intervenção e de interação com a comunidade de forma democrática, efetuem uma grande transformação e melhorias”. Para Neide, as ações devem ser concretizadas também em outros espaços. “Trazer, principalmente, a criança e a juventude. Seria necessário interferir na gestão das escolas daqui, tanto fundamental como médio. É uma coisa que a gente vem buscando, mas não consegue”.

Silvestre projeta o bairro pensando em melhorias estruturais, ressaltando a necessidade de instalação de um posto de saúde na localidade e de escolas profissionalizantes, como Senai, Senac. Em sua opinião: “Tirar o moleque da rua, não é cadeia, é ocupação com treinamento, estudo. Algo que lhe dê trabalho para engrenar na vida. A partir do momento que dão uma oportunidade, um apoio, uma instrução ele vai seguir o rumo”. A partir de seu próprio exemplo, entende a profissionalização como importante no combate a situações vulneráveis, como o envolvimento com o tráfico. “Peguei vários moleques de favela daqui do Sampaio, ensinei-os a profissão de açougueiro. Hoje um trabalha no Supermercado Extra, outro no Pão de Açúcar, [...] mas todos trabalham e eram moleques de favela, sem pai, criados na rua”. Silvestre continua: “Eu pegava a molecada para fabricar linguiça, para lavar tripa, temperar carne, e aprendia a profissão, pegava gosto pela coisa e hoje, uns dez, quinze moleques têm profissão”.

Quanto ao Banco Comunitário, Silvestre acredita na sua contri-

buição para o crescimento do bairro, posto que haja maior capital de giro, a fim de tornar a moeda social forte. Um projeto de conscientização da utilização do dinheiro, envolvendo cursos profissionalizantes, seria interessante para impulsionar os moradores na geração de renda e, conseqüentemente, na autonomia financeira. “Tem que saber ganhar, saber gastar, saber usar, saber fazer projetos”.

Na projeção de Esther, o Banco Comunitário União Sampaio deveria crescer e oferecer outros serviços, pois, “aqui é o único bairro que não tem um banco convencional. Você vai para o Santa Eduarda que é um bairro mais afastado, tem. Vai ao Jussara e tem. Aqui não tem. Aqui com muito custo tem uma lotérica”. Marcos pensa em ações que ampliem o acesso ao Banco Comunitário: “Teria de arrumar um carrinho de som e divulgar o Banco Comunitário nas ruas. Fechar com uma gráfica para fazer os panfletos e pegar a molecada para colocar na caixa de correio de todo mundo. A informação deve ser passada”. Acredita que assim as pessoas se informariam melhor sobre o aporte financeiro oferecido. “Eu acredito que as pessoas irão melhorar de vida”.

Cláudio acredita no potencial das ações culturais no bairro. Projeta o futuro com pessoas mais focadas na cultura, na educação, em projetos sociais e com maior compreensão da vida em comunidade. Acredita que os progressos relacionados à infraestrutura são necessários e contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, no entanto, para ele este não é o foco.

Que se tenha orgulho de morar na quebrada. As pessoas bem potencializadas e com entendimento sobre essas coisas. O foco que eu vejo é a melhoria das pessoas. Não tanto do bairro. Tá, transporte, saneamento básico, posto de saúde, escolas sim, mas eu vejo isso como instrumento para melhorar essa gente. Se eles tiverem saúde, eles vão poder pensar em cultura. Se eles tiverem educação vão poder pensar em ler, vão aprender a ler. Uma coisa traz conseqüências para outra. Eu vejo o ser humano melhor, um ser humano evoluído com capacidade de viver em comunidade, se respeitando, evoluindo todo dia. Acho que é isso que tem que ter.

3.1.4 Limites da experiência

Na sequência, descrevo os pontos levantados por Rafael como limites para a experiência. Com relação à participação, Rafael esclarece que elas acontecem dentro das possibilidades de cada um. Uma das dificuldades é a mobilização da comunidade. A divulgação de atividades formativas e reuniões acontece, principalmente, no boca a boca. Na rede de relacionamentos são estimuladas novas participações e contribuições. Outro ponto levantado foi a expansão da UPM para outros locais, a fim de interagir com novas problemáticas e realizar contribuições. Para Rafael, é importante considerar que algumas pessoas não estão acostumadas com determinados debates e discussões. Deslocá-las de onde se sentem confortáveis para um novo espaço pode inibir a participação. Afirmo também que cada um se reconhece participando da luta de diferentes formas, como por exemplo, um comerciante que faz uma doação e, por isso, se reconhece como integrante das ações da Associação.

A divulgação de ações, como a venda de pães, roupas infantis, – fruto dos grupos de geração de renda da Associação –, e os serviços do Banco Comunitário, gera uma demanda que, em muitos casos, não pode ser atendida. Os dois primeiros empreendimentos citados contam com limitações estruturais que restringem a produção e, consequentemente, o atendimento. Quando o Banco Comunitário é divulgado em grande mídia, o aumento da procura pelos seus serviços acontece. Tendo como limite o fundo disponível, não consegue conceder empréstimos a todos que o procuram, repercutindo em uma imagem negativa. Por conta disso, reservam a divulgação à maneira mais simples existente.

3.1.5 Refletindo sobre a fase econômico-corporativa

O trabalho na Associação encontra-se dividido conforme a apropriação de conhecimento por cada trabalhador/militante. No entanto, novas demandas provocam a reorganização das funções. No início do trabalho de campo, uma casa destinada ao grupo da terceira idade foi locada. Na sua organização, foram mobilizados os trabalhadores/mi-

litantes e participantes da Associação em serviços que incluíam a limpeza, a separação de móveis e o planejamento dos cômodos conforme as atividades previstas. A distribuição do trabalho não foi realizada verticalmente. Cada um se propôs a ajudar como poderia e conforme o tempo disponível. Procurei auxiliar na limpeza do espaço, sentindo que não fazia nada além de minha obrigação, já que estava disponível para tal. Foi um dos momentos mais interessantes da minha estadia, pois, o fato de contribuir com algo me fez experimentar “o pertencer”, algo parecido com que sentem também. O fragmento do meu diário de campo, disposto abaixo, detalha essa sensação e os acontecimentos deste dia em particular.

[...] Depois do almoço fomos para a faxina na casa destinada às atividades da terceira idade. O edital da prefeitura não permite que o projeto aconteça em locais onde já se realizam outros. Disseram-me que isso se dava principalmente por conta do lanche. Rafael disse que a prefeitura não entende que a comida deve ser de todos e não apenas de quem está em um determinado projeto. Ele se perguntava: “Como não oferecer um café para uma pessoa quando o lanche é servido?”. A casa nova é linda, espaçosa e com área verde para uma horta. Várias ideias foram surgindo na medida em que víamos a casa. Iniciando a limpeza, assumi o banheiro. Lavei-o inteiro. [...] Depois de uma hora dentro do banheiro comecei a pensar no horário que iríamos sair dali. A casa não ficaria limpa neste dia devido ao seu tamanho. Passei para a cozinha e comecei a limpar os azulejos empoeirados. Tive mais contato com a Vera. Ela trabalha desde novembro na UPM, cerca de sete meses, na cozinha. Perguntei pra ela o que mais ela fazia na UPM e ela me disse que fazia tudo que fosse preciso, incluindo a limpeza. Perguntei se ela gostava de trabalhar lá e ela me respondeu que sim, destacando o convívio com as outras pessoas como um fator importante. Limpando a casa havia mais uma senhora japonesa, de quem não sei o nome. A senhora já era uma idosa e ajudava a tirar o pó das gavetas. Ela frequentava as oficinas destinadas aos idosos, mas se colocou à disposição para ajudar na organização do espaço. [...] Quando limpava os azulejos da cozinha, Rafael me con-

vidou para conhecer o Centro de Defesa e Convivência da Mulher, na mesma rua. A casa era linda, grande e com vários espaços para receber as mulheres. A proposta é que, por meio da convivência, na participação das oficinas as mulheres que sofrem violência ganhem confiança para pedir ajuda. Encontrei a Beatriz, assistente social que conheci na feira socio-cultural que aconteceu no início do ano. Ela me reconheceu. Conversamos um pouco. Na maior parte do tempo escutei os relatos dela. Contou-me que desde a abertura da casa, em fevereiro, foram registrados 108 casos de violência. No entanto ela relatou em tom de desabafo os limites enfrentados. [...] Pediu que eu ligasse para marcar uma volta na casa, assim a gente poderia conversar mais a respeito. Na volta fiquei sabendo que na mesma rua encontram-se o CRAS e também um centro de recuperação de menores. Por coincidência, ou não, enquanto caminhava para a casa dos idosos percebi que uma boa parte das casas estava à venda. Já no portão da casa dos idosos encontrei uma senhora muito simpática que, mesmo sem me conhecer, me deu um abraço, sorrindo e dizendo: “você pegaram ela também pra faxina, né?”. Era a Dona Neide, presidente da UPM. Conversando rapidamente, pois ela estava com horário marcado no CRAS, percebeu que eu não vinha de São Paulo. Quando disse que vinha de Santa Catarina, ela me deu mais um abraço. Disse que seu marido era catarinense e desatou a falar da região onde ele tinha nascido. [...] Ajudei ela a tirar uma cadeira de dentro do carro que tinha comprado por apenas R\$ 5,00 reais. Era o primeiro móvel da casa dos idosos. Na sequência tirou uma pequena escada que serviria para alcançar a parte de cima dos armários da cozinha. [...] Voltei pra casa e vi que a filha da Dona Neide entrava no local. Comecei uma conversa com ela e coisas interessantes apareceram. Ela disse que a rua onde estávamos ficava completamente diferente no período da noite. Muitas travestis faziam ponto no local, mesmo se tratando de uma rua residencial e sem muita circulação de carros. A Ana disse que havia clientes. Lá elas também podiam usar drogas e ficar protegidas com a delegacia. Ana disse que a polícia local faz parte de uma complexa teia de imprudências. Perguntei se as travestis eram organizadas, citei a organização de Florianó-

polis, grupo Arco Íris. Ela disse que não havia nada disso no lugar. Disse também de uma suspeita muito latente entre os moradores da região. Na rua abaixo existe algumas boates, “inferninhos”, na fala dela. Em dois desses lugares há indícios de trabalho escravo. Mulheres são mantidas presas, sem poder olhar pela janela, para trabalho sexual. Perguntei se a polícia nunca havia tentando invadir o lugar. Ela novamente falou da teia de imprudências da qual a policial faz parte. [...] Saímos da casa antes das 17h. Fui de carona com um grupo em um carro dirigido por Rafael. Apesar de todas as informações e impactos daquela realidade, me senti muito feliz em estar naquele local com as pessoas. Despedi-me dizendo que tinha sido uma honra passar o dia com companhias maravilhosas. Saí do carro e fui para o ônibus com esta sensação boa. Faz tempo que não compartilho de tamanha comunhão.

Minha percepção, nesse sentido, foi de que os trabalhadores da Associação não se identificam necessariamente pelo trabalho que desenvolvem, dado a relativa rotatividade. Claro que são referências naquilo que fazem a maior parte do tempo na Associação. Contudo, a assimilação é de que são todos trabalhadores/militantes, se reconhecendo desta maneira e, inclusive, reconhecendo as pessoas da comunidade como integrantes de um projeto maior. Quando me pauto em Gramsci, mais especificamente na primeira fase, a econômico-corporativa, constato que existe algo além de uma mera identificação e um dever de organizar o grupo, pois, já há uma unidade e uma organização estabelecida. A força existente encontra-se em expansão ativa e, com esta premissa, passo para o próximo ponto deste capítulo.

3.2 A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA

3.2.1 Uma identidade classista?

Neste tópico reflito sobre a existência de uma identidade classista no grupo que integra a Associação, considerando as referências e ponderações dos integrantes. Entretanto, para discorrer sobre o conceito *classe*, e sobre sua apropriação pelo grupo, acredito ser necessário o

resgate, em síntese, de conceitos intrinsecamente ligados, como *trabalho*, *consciência de classe* e *experiência de classe*. Para tal fim, junto à voz dos entrevistados, trouxe, para compor um diálogo, autores que compõem a base do meu referencial teórico.

Segundo Marx (2003a, p. 211), a categoria trabalho, se compreendida na sua historicidade material e dialética, define o homem como sendo aquele ente que, para garantir a sua existência, necessita produzir os seus próprios meios de subsistência material e simbólico. Por meio do trabalho, o homem garante a sua sobrevivência, diferenciando-se dos outros animais na medida em que acumula historicamente o seu conhecimento. Nas palavras do autor, trabalho significa:

[...] processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. [...] Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza externa modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (Marx, 2003a, p. 211).

A ação do homem na natureza, expressa no conceito *força produtiva*, acontece mediante a transformação do ambiente por meio da combinação da *força de trabalho* e dos *meios de produção*. Sendo assim, somos seres históricos, pois aprendemos com as forças produtivas adquiridas pela geração anterior e as ensinamos à geração posterior. Transformamos a natureza e neste processo somos transformados (Codo, 1986, p. 12).

O trabalho também é responsável por possibilitar a identificação com o outro ou com o grupo, nos igualando e diferenciando em relação aos demais indivíduos. No trabalho alienado esta identidade se transforma em antagonismo, ou seja, somos irreconhecíveis perante o outro. Ao não nos identificamos e não nos reconhecemos mais no fruto do trabalho, somos roubados de nós mesmos; perdendo-nos enquanto deveríamos nos reconhecer e destruindo-nos enquanto deveríamos nos construir (Codo, 1986, p. 32).

Marx fundamenta a alienação com base na atividade humana prá-

tica, ou seja, no trabalho. Fazendo referência ao modo de produção capitalista, aponta três níveis que permeiam o conceito. O primeiro diz respeito à relação do trabalhador com o produto do seu trabalho; enxergando-o de modo alheio ele passa a relacionar-se da mesma forma com os objetos naturais do mundo externo, ou seja, torna-se alienado em relação às coisas. O segundo nível diz respeito à atividade de trabalho fora de seu domínio; o trabalhador a percebe estranha a si, como a sua vida pessoal e sua energia física e espiritual, tornando-se alienado em relação a si mesmo. O terceiro nível diz respeito à vida genérica e produtiva do trabalhador; seu trabalho deixa de ser livre e passa a ser apenas para subsistência. Marx (1974a, p. 54) escreve: “do mesmo modo que o operário se vê rebaixado no espiritual e no corporal à condição de máquina, fica reduzido de homem a uma atividade abstrata e a um estômago”.

Para E. P. Thompson, a classe operária não é fruto da distinção entre os que detêm os meios de produção e os que possuem apenas a força de trabalho. A classe é uma relação ativa e contraditória na qual, ao mesmo tempo em que se autoconstrói, mantém relações de reciprocidade interclasses, fator que ele chamou de “economia moral”. Afirmava que a constituição de uma classe é o resultado da experiência e da ação coletiva, em oposição a outras classes: “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (Thompson, 1987a, p. 10).

No grupo de moradores do Jardim Maria Sampaio, alguns sentimentos são historicamente compartilhados. A entidade estudada organizou-se juridicamente para fortalecer os movimentos e as lutas realizadas na região, desde a época do seu povoamento. O relato de Neide sobre a vinda de sua família demonstra o processo de construção de uma identidade, que tomou como base a experiência coletiva: “Meu pai não perdeu a fé nos pobres. Ele perdeu a fé nos ricos. Os pobres foram quem ajudaram a gente, não os ricos”. As dificuldades iniciais eram comuns a todos. Problemas relacionados à infraestrutura, principalmente à falta de creches na região por volta da década de 1960, uniram a população em torno de interesses comuns. A experiência da

luta coletiva possibilitou a unidade e a continuidade da postura ativa, erigida para o enfrentamento das demandas percebidas. O reconhecimento da existência de outra classe e do contraste de interesses são elementos ligados à experiência do grupo. Neide relatou como perderam o terreno da escola na região, instalada por iniciativa dos moradores. Segundo Neide, esse episódio despertou nos moradores um forte senso de justiça, como mencionado anteriormente.

Rafael, de modo geral, percebe o reconhecimento do grupo enquanto classe e a identificação dos diferentes interesses pertencentes à outra classe. Entende os elementos culturais como facilitadores deste reconhecimento, o que desperta nos moradores da periferia um forte potencial para expressões artísticas. Por meio da criação e difusão da arte, encontram espaço de fala e de crítica. Nas palavras de Rafael: “O que mais desperta para a arte na periferia é quando as pessoas têm esse reconhecimento. [...] A arte é como elas conseguem dialogar, falar sobre isso. É mais difícil falar isso no dia a dia”. Completa sua reflexão afirmando: “A arte possibilita fazer essa crítica. Eu acho que a arte do povo pobre sempre foi essa, de falar da vida cotidiana, de fazer a crítica à política. Se pegar Patativa do Assaré é isso, Solano Trindade é isso”.

No entanto, para Rafael, falta intensificar as ações que visam o fortalecimento da união e integração da comunidade. A confusão em torno da definição da identidade da periferia é um dos motivos apresentados por ele, quando remetido a uma análise mais ampla. A mídia, dominada pela sociedade capitalista burguesa, dita padrões de consumo, de comportamento, de estereótipos entre outros, influenciando também os moradores da periferia. Em suas palavras: “O povo da periferia tem uma crise de identidade grande por sofrer fortes injeções de valores da sociedade capitalista, dizendo que ele tem que ter. Sofre influência de um milhão de culturas e, ao mesmo tempo, é desqualificado pela sua”. Rafael cita um exemplo: “O vizinho tem sotaque nordestino. Na Globo só tem papel de comediante para esses casos. O cara vira um palhaço. Então acontece a desvalorização de uma cultura. Ele não se reconhece nos vizinhos, no pai e na família, muitas vezes”.

Na opinião de Rafael, a escola formal não desenvolve os indivíduos para a compreensão dos processos históricos. Por este motivo, as

referências passam a ser somente a arte e as manifestações em torno dela. Mesmo considerando positivas tais referências, percebe a incompreensão de determinados aspectos da realidade que exigem análises históricas por integrantes de movimentos de luta e contestação, como o do rap por exemplo. Já no movimento dos povos de terreiro e dos povos indígenas, existem o reconhecimento e a aceitação das raízes e origens; a consciência histórica favorece a manutenção destas culturas. Contudo, Rafael pondera alegando que, por mais que todos queiram fortalecer sua identidade, a unidade necessária aos movimentos não se encontra consolidada: “De alguma forma todo mundo quer se fortalecer na sua identidade, o que é positivo, mas a gente vive em uma sociedade que coloca que só é possível fazer as coisas com unidade, unidade muitas vezes quer dizer não à diversidade”. Sentir-se pertencente da luta do outro é uma das dificuldades percebidas. “A gente fica numa luta muito pequena. A periferia continua numa luta cotidiana muito pequena”. Segundo Rafael, para vencer este momento de isolamento é necessário direcionar o pensamento para uma nova reflexão: “[...] saber o que a gente quer para o nosso futuro, o que a gente quer ser, que espaço a gente quer construir”.

De acordo com a teoria gramsciana, a unidade mencionada por Rafael é necessária na disputa por hegemonia. Com ela, a disputa pode ultrapassar a esfera civil e atingir a esfera política. Isso não significa o domínio de uma classe sobre as demais, e sim a possibilidade de realização de uma série de acordos e alianças entre os grupos. Para E. P. Thompson a hegemonia não é sinônimo de dominação de uma classe e submissão de outra. Segundo Leite (1987, p. 11), grande parte dos trabalhos de E. P. Thompson têm se dirigido contra a opinião de que a hegemonia é unilateral e completa, impondo “uma dominação global sobre os dominados, chegando até o umbral de sua experiência e implantando em suas mentes desde o nascimento, categorias de subordinação das quais são incapazes de despojar-se e que sua experiência é incapaz de corrigir.” A hegemonia, no entanto, “encarna” a luta de classes e leva a marca das classes subordinadas, sua autoatividade e sua resistência. “Sua teoria da classe se propõe permitir o reconhecimento de formas de consciência popular imperfeitas ou parciais como

expressão autênticas da classe e da luta de classes, válidas em suas circunstâncias históricas” (Leite, 1987, p. 11).

E. P. Thompson não nega os condicionamentos estruturais. Se por um lado a classe operária foi determinada pelas relações de produção, às quais os trabalhadores foram involuntariamente submetidos, por outro, a classe fez-se como consciência de classe, entendida aqui como a dimensão cultural e histórica da experiência (Vieira; Oliveira, 2010, p. 524). Em outras palavras, a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou em que entram involuntariamente ao longo de sua vida. Já a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas, também em termos culturais, expressa em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. De acordo com o autor, a consciência de classe surge de forma similar em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (Thompson, 1987a, p. 10).

A luta iniciada na época do povoamento da região se mantém. Questões materiais, como as relacionadas aos problemas com a infraestrutura local, continuam situando os interesses dos moradores dentro de uma experiência de classe. O fortalecimento das diferentes identidades, o respeito e a aceitação da diversidade devem almejar, sobretudo, a unidade de toda a comunidade periférica. A reflexão em torno de questões como “o que ser?” e “o que desejar?”, permeadas por valores e ideais compartilhados dentro de uma perspectiva classista, aparecem neste novo momento, a exemplo do que afirmou E. P. Thompson sobre a formação da consciência de classe. Nesse sentido, se pensarmos em Gramsci tendo tal realidade como ponto de partida, também verificamos a existência da intenção em compor a luta na disputa por hegemonia na sociedade civil.

3.2.2 Valores, interesses e projetos em comum

De acordo com as entrevistas e observações realizadas, os interesses e projetos comuns dos moradores da região, em primeira ins-

tância, estão relacionados ao atendimento das necessidades básicas, atreladas à realidade concreta e material. Necessidade de melhorias nas condições de moradia, no atendimento e na qualidade do ensino, a instalação de um posto de saúde na região e a conquista de espaços de lazer, foram citados. Nas palavras de Miguel: “A população está crescendo, tendo filhos. Tem carências. Tem uma creche que está para inaugurar. Quando inaugurar, a demanda vai ter aumentado. Li que tem fila de espera para quem tem mandado judicial para colocar os filhos na creche”.

Neide afirma que, para além dos interesses imediatos compartilhados, são necessários valores que fundamentem as lutas. Para exemplificar, relata: “Têm pessoas que abrem mão do seu salário, políticos que abrem mão, distribuem. Tem gente na comunidade se doando. Nós precisamos disso. De gente que construa a partir de valores que as pessoas têm a serviço do bem”. Neide acredita que a base para uma verdadeira transformação está nos valores cultivados na comunidade. “Só vai haver uma transformação se houver investimento, acho que o dinheiro não é tão importante e sim os valores das pessoas. Estamos vendo que a vida é passageira. Só fica o que se faz de bom”. Difundir esses valores, como os já mencionados por Cláudio, “respeito, amor aos outros, coletividade e enfrentamento”, dentro de uma perspectiva de luta, é um desafio para a Associação e para a comunidade da periferia.

A arte, nesse sentido, pode ser utilizada como ferramenta de expressão e difusão de valores. Gisele afirma que grande parte dos trabalhos artísticos, incluindo CDs, livros, quadrinhos, entre outros, fala sobre o dia a dia e sobre a realidade local. Os moradores, dentro de uma atmosfera comum, identificam-se com trechos de livros, letras de música, grafite, pixo². A maior parte da literatura produzida é caracterizada como literatura marginal, assim como grande parte da arte produzida na periferia é reconhecida também como arte marginal, se-

² Também conhecido como pichação, é frequentemente encontrado em paisagens urbanas. Recomendo o documentário “Pixo”, de João Wainer e Roberto T. Oliveira, que retrata o impacto da pichação como fenômeno cultural na cidade de São Paulo e sua influência internacional como uma das principais correntes da Street Art.

gundo Gisele. “As camisetas que vendo na loja são todas da periferia. O Sarau do Binho, as camisetas da Firma e da Fundão, todos falam a linguagem daqui”. Gisele explica que o cotidiano narrado na arte da periferia contém acontecimentos bons e ruins, pois, segundo ela, “a realidade daqui não é só tristeza, nossa realidade não é só violência”.

Na opinião de Gisele, os grupos e os coletivos da região se fortaleceram nos últimos anos. O estímulo destinado às produções artísticas, além de ter contribuído para reflexões acerca da existência de uma identidade comum, contribuiu também para o compartilhamento de valores. Gisele identifica, nos saraus realizados na região e cercanias, frases e símbolos que remetem à mesma luta. “A poesia, a música que é tocada, o próprio pessoal fala muito isso”. O movimento do grafite, que tem relativa expressão na região, na opinião de Gisele, traz a linguagem da periferia, assim como importantes reflexões e denúncias.

O grafite é muito forte onde a gente mora. É gritante. No centro de São Paulo tem grafite do pessoal daqui. Aqui tem o pessoal da Vila, o Gamão que faz parte daqui da Agência. Tem o Nave Mãe, o Beto Silva, o Gente Muda. Lu, se você vir o que o pessoal do Gente Muda faz, é impressionante. Eles fazem mosaico de grafite. Tem um cemitério no Taboão que eles fazem mosaicos, e quando você olha parece um grafite. Eles não pintam azulejo, cada azulejo é de uma cor. Esse é o Gente Muda. E olha o sentido da palavra, Gente Muda, de mudar e não ouvir nem falar.

Gisele acredita que a visão tida dos grafiteiros tenha se modificado nos últimos anos. “Uma coisa que era carregada de preconceito, não era visto como arte, coisa de malandro e de vagabundo. Grafite é uma profissão, grafiteiro. O grafite fala da demanda da periferia”.

Conversando com Rafael compreendi a importância da postura crítica/política nas produções artísticas da periferia. Esse é o rumo que se pretende tomar na construção de uma identidade coletiva. O conteúdo político na arte é fundamental e, na opinião de Rafael, a arte desenvolvida na periferia não poderia ser diferente. Nesse sentido, uma das preocupações da Agência Popular Solano Trindade é a produção

de uma arte crítica e progressista. “Às vezes a gente articula uma banda para tocar em outro estado. A gente faz um debate com essa banda para ela conhecer os movimentos políticos, sociais e culturais daquele cenário. Não é simplesmente ir lá, tocar e vir embora”.

Algumas produções, embora polêmicas, não podem ser desconsideradas como manifestações políticas e difusão de novos valores. Nesse sentido, Rafael cita o exemplo do funk: “Falar que o funk não é um movimento político é fechar o olho para um movimento de crítica da sociedade. É uma forma da juventude falar, de construir suas críticas, reflexões. O funk da ostentação, agora, também é uma crítica”. Segue descrevendo um projeto que a Agência desenvolveu em parceria com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, chamado Funk Conscientiza:

A gente fez um projeto que chamava Funk Conscientiza, foi o primeiro projeto a ser financiado pelo poder público em São Paulo, de funk e que ‘causou’ dentro da Secretaria de Cultura. [...] Se 90% dos jovens escuta funk, então como você não vai financiar o funk? Ainda mais que tinha uma proposta política por trás do projeto. A ideia era juntar coletivos, fazer debates, assumir a rua e gravar um CD com isso. A gente foi muito para essa reflexão, do que é o consentido, o que é o político. [...] Quando o cara faz uma crítica à polícia, ele tem de ser proibido por isso? Qual a lógica disso? [...] O funk começa no Brasil com um funk bem político, com Claudinho e Bochecha, Rap Brasil e depois, com a onda do fim do Axé, ele começa a ocupar esse espaço mais sensualizado, para dança e tudo mais.

Rafael afirma que a intensificação da perseguição em torno do universo do funk – músicas, shows e espaços – acontece devido à sua inviabilidade econômica para as grandes gravadoras e corporações. Por não representar os valores burgueses, nem o chamado funk da ostentação, não é vendável. Contudo, a parte desse universo economicamente viável já foi usurpada: “No Rio de Janeiro, a gente conversou com os movimentos mais politizados e eles colocaram essa narrativa bem clara. Fecharam os bailes dos morros porque circulava muito di-

nheiro e abriram as casa de funk no asfalto deles”. Completa: “Hoje se você quer curtir funk, você tem que ir às casas de show deles. Lá no morro pelo menos o dinheiro circulava no morro, no asfalto monopolizam o dinheiro”.

Cláudio, antes de tecer qualquer comentário, dispara a frase mais escutada na região em junho de 2013. “O povo acordou, enquanto na periferia ninguém nunca dormiu”. Em sua análise, o rap sempre falou dos problemas, das carências, da violência e, acima de tudo, das lutas travadas pela periferia. No entanto, quando a classe média gritou, todo mundo escutou. “Foi a classe média que disparou essa verdade. A periferia não. Se não é esses grupos de intelectuais, ninguém mais tenta entender e dar o disparo para rolar o que está acontecendo hoje no país”. Justifica essa afirmativa pela baixa qualidade da educação na periferia, chamando as escolas públicas de “nojentas, ridículas, medíocres e com professores despreparados e estruturados para serem capachos”. A educação que a classe média se proporciona tem outro fim: o de formar administradores das riquezas produzidas. Cláudio afirma que o rico é educado para dominar e comandar. Cita o exemplo de um aluno seu das aulas de violão: “Um aluno no Morumbi leu aos 11 anos ‘A arte da guerra’ para um trabalho de escola. É liderança, manter e coordenar multidões e pessoas. Ele está sendo estruturado para ser liderança. Esses são os valores e os projetos deles”.

Por meio de seu trabalho, identifica diferenças de posturas e atitudes nos espaços em que frequenta: “na sala de um aluno em Alphaville cabia minha casa inteira, com garagem, quintal. Minha casa não é tão pequena. Cabia tudo só na sala. [...] Eu consegui entender essas comparações do mundo do pobre, da classe média, do rico”. Constata que a capacidade de entendimento e de compreensão é diferente nesses ambientes. A linguagem, as expressões e a própria reflexão sobre a realidade são distintos. Nesse sentido, acredita na necessidade de fortalecimento de uma identidade para a periferia, pautada na coletividade e no enfrentamento, a fim de expandir as lutas que se opõem aos valores dominantes.

Alguns teóricos acreditam que os processos que compõem a identidade coletiva de um grupo viabilizam ações coletivas, a partir da

identificação de interesses comuns e concretos. Scherer-Warren (2012, p. 22), apesar de não compartilhar uma visão classista sobre a questão, afirma que a cultura possibilita a identificação de um campo de conflitos, adversários e projetos de transformação social. A autora, explicando os movimentos sociais por meio da análise das redes sociais e organizacionais existentes, afirma que um movimento social comporta:

- um princípio de identidade construído coletivamente ou identificação em torno de interesses e valores comuns no campo da cidadania;
- definição coletiva de um campo de conflitos e dos adversários centrais neste campo;
- a construção de um projeto de transformação de utopias comuns de mudança social nos campos societários, cultural ou sistêmico (Scherer-Warren, 2012, p. 22).

O termo *ações coletivas* refere-se a diferentes tipos de protestos ou de ações reivindicativas realizadas por grupos sociais. Segundo Scherer-Warren (2012, p. 20), a ação coletiva envolve uma estrutura articulada de relações sociais, circuitos de interação e influência e escolhas entre formas alternativas de comportamento, não se tratando de ações desestruturadas e sem lógica, como os tumultos públicos, por exemplo. Os movimentos sociais seriam possibilidades de ações que envolvessem solidariedade, manifestassem um conflito e excedessem os limites de compatibilidade do sistema em relação à ação em questão.

Mesmo compreendendo a existência de limites na abordagem da autora quando em relação à discussão que empreendo nesta pesquisa, acredito que a união das identidades da periferia, por meio do respeito às diferenças e da aceitação da luta do outro, intensificarão as ações coletivas. A meu ver, a periferia, enquanto um grande movimento, poderá mais do que identificar e denunciar um conflito. Ela desenvolverá um processo de recusa dos projetos e valores disseminados pela classe dominante. Para isso, tanto a cultura quanto a arte podem e devem ser articuladas como ferramentas de formação e mobilização.

3.2.3 Arte e cultura: instrumentos de formação e participação política

Início este tópico registrando algumas interpretações dos entrevistados sobre os termos arte e cultura. Considero importante esta inserção, pois tais explanações foram fundamentais para a continuidade das entrevistas e do trabalho. Não vou discorrer intensivamente sobre os dois termos enquanto conceitos, articulando autores específicos para isso. Aspiro apenas compreender as interpretações realizadas e a forma como a arte e a cultura podem ser articuladas como instrumentos de formação e mobilização.

Para Cláudio a arte é um produto do mercado chamado cultura. A educação é responsável por lapidar os sujeitos, já a cultura é responsável por poli-lo, oferecendo-lhe outra visão de mundo, possibilitando a expansão dos horizontes e conferindo à vida o lado lúdico. Nas reflexões de Gisele, a cultura e a arte referem-se a uma forma de viver. Consistem na maneira como as pessoas pensam e se expressam, sem as formalidades e as convenções impostas: “uma espécie de válvula de escape”. A arte, por vezes, pode provocar sensações desconfortáveis e conflituosas. A exemplo disso, Gisele relata uma exposição feita no espaço da Associação.

Você chegou a vir no dia que a gente colocou um monte de TNT preto na sala da casa, nas paredes todas? Deixamos tudo preto e colocamos um monte de quadrinhos coloridos. Aquilo ‘causou’ um monte. As pessoas sentiam alguma coisa com a arte. Aqui é uma casa de idosos e só tem senhoras, se a gente coloca um monte de quadro de flor, vai todo mundo achar lindo. A arte não é só achar lindo, é também não gostar. Pensamos eu e a Aline, vamos colocar tudo preto. Quando as senhoras viam, diziam credo! Que depressão! (risos) A arte é isso também, é mostrar algo que te choca.

Indagado sobre o significado do termo “cultura periférica”, Cláudio explica que este se encontra intrinsecamente ligado a elementos da cultura brasileira, ou seja, da cultura popular e de raiz, como o samba

por exemplo. Ilustra sua afirmação citando a “cultura do boteco”. “Os intelectuais, entre aspas, as pessoas que vivem de cultura, dizem: vamos nos encontrar no boteco para bater um papo e tomar uma cerveja. Assim se geram as grandes ideias”. Acredita que a cultura periférica seja representada dentro do que há de mais popular e informal. Em sua opinião, um povo pobre e potencialmente criativo faz importantes criações, como funk por exemplo. “Vejo o funk carioca como macumba pura. Pega o funk carioca, essa coisa do (solfejou), isso é macumba. Essa batida que ficou na cabeça virou outra coisa, o funk. Já até chamaram de ‘macumba beach’. Isso é cultura periférica”.

O funk foi uma das maneiras encontradas pelos moradores da periferia para falar, principalmente sobre sexo, de acordo com Cláudio. “O funk é a maneira que eles sabem fazer, eles sabem falar e chocar”. Toda a arte fala de momentos, assim, todo artista fala sobre o tempo e a história. Para Cláudio é possível, por meio da arte, compreender a história da humanidade. “A Guernica está falando da guerra da Espanha. Michelangelo fazendo a Capela Sistina, ele é maravilhoso. Você vê lá o braço de Deus, a maneira como Michelangelo via a época, onde as pessoas faziam esforços incomensuráveis para tocar Deus”. Contudo, considera que o espaço da cultura periférica precisa de maior atenção, pois, este “a gente tem e não está sabendo usar direito”.

Rafael concorda que a cultura periférica encontra-se pautada no cotidiano da periferia, caracterizando-se pelo modo de viver em um território em que, segundo ele, “a gente foi jogado para viver relações sociais, que fomos jogados para sobreviver”. Reconhece como natural a forma de falar, de se divertir e de se comportar dos moradores da região. Contudo, defende que a imagem do povo da periferia não necessita ser refletida por caricaturas pré-determinadas ou por uma imagem específica. A luta está no respeito à diversidade, ou seja, no respeito às pessoas pelo que são, pelo que falam, pela maneira como se vestem, pelas músicas que escutam entre outros. Explica: “Se a gente toma um quadro na rua e o cara te vê com um CD de rap, ele quebra. Fala que é música de marginal, agredindo a nossa cultura. O rap faz parte da nossa cultura, reconhecemos como parte”.

Segundo Rafael, o rap foi criminalizado até a gestão do governo

estadual anterior. Depois do tumulto no show dos Racionais na Virada Cultural em 2007 na Praça da Sé, o rap ficou sem espaço, dando lugar ao funk no cenário cultural. Entretanto, uma importante discussão foi levada à prefeitura da cidade de São Paulo, abordando o genocídio da população pobre e negra da periferia e, de forma mais ampla, o genocídio cultural, afinal, segundo Rafael, trata-se de “uma cultura que não interessa para esta cultura que está querendo ser determinante”.

Quando você mata o jovem de uma família, você acaba com toda uma estrutura familiar, você acaba com gerações. Igual o DJ, foi a última morte famosa que teve aqui. A família dele está lá, a mulher dele está sofrendo ameaça até hoje, passando fome com cinco filhos. E esses filhos vão ser o que? Sabendo que o pai deles era do movimento do Hip Hop e foi assassinado na esquina de casa pela polícia, sem motivo nenhum.

Cláudio acredita que a arte auxilia o sujeito a enxergar a realidade de modo mais profundo. Com a arte no processo formativo tem-se, entre tantas contribuições positivas, a elevação da autoestima. “Quando uma pessoa quer aprender um instrumento, consegue desenvolver e tirar som daquilo, nossa, ele diz, eu consegui tirar um som, aquela música e fica feliz e com autoestima. Trata-se de outro formato de se aprender as coisas”. Sentir-se capaz de aprender algo por métodos diferentes dos utilizados nas escolas possibilita a superação de alguns problemas estruturais característicos do ensino público, porém não exclusivo, ocorridos na fase escolar, como por exemplo, a precarização e o sucateamento da educação. Nesse sentido, o aprender a aprender dá maior autonomia para a conquista de novos conhecimentos por parte dos sujeitos. Cláudio traça um paralelo com o esporte: “O cara que vai fazer cem metros rasos, vai correr. Ele treina e chega num resultado e quer atingir outro. Então ele traça um padrão de treinamento para ver um resultado. Isso eleva a autoestima”. Gisele também acredita em outras maneiras para se educar e formar uma pessoa, sendo a cultura uma delas. Cita a si própria quando adolescente e a influência que sofria por meio das músicas que escutava.

Eu escutava muito rock nacional. Eu estava com 12 para 13 anos quando entrei nessa fase. Eu escutava Cazuza, Legião. [...] Eu odiava pagode e gostava muito de Samba Rock. Gostava muito de som nacional. Do Rapa, Nação Zumbi, Mano Brown. Eu não gostava tanto de Rap, mas do Rapa e Mano Brown sim. As meninas da minha idade não escutavam esses sons. [...] Quando conheci o Nando (marido) eu já estava totalmente rebelde. Mas nessa época da escola eu lembro que me influenciavam muito essas músicas, talvez por conta das letras.

A periferia se reinventa por meio da arte, redescobrimo e reconhecendo seu potencial. A escola formal não contribui nesse processo: “[...] garotos problemas a gente junta e enfia numa sala lá no fundo. Quer dizer, você não pode ser contestador, tem que ser quietinho, bonitinho, legalzinho para ser um cidadãozinho. O governo quer você quietinho, bonitinho e que esteja trabalhandozinho”. Para Cláudio, estes contestadores se tornarão a liderança pobre da periferia, ou seja, trata-se do potencial de liderança pobre que a periferia tem. Parte desses alunos discriminados desenvolve baixa autoestima, sendo, em alguns casos, abraçados pelo crime. A arte, em movimento contrário, resgata o sujeito, devolvendo sua autoestima. “Os moleques hoje em dia, muitas vezes não têm pai, não têm mãe e não têm professor. É obvio que eles vão cair no mundo fazendo besteira. Essa é a hora que a arte chega e resgata”. Afirma não fazer mau juízo das pessoas que entram para o crime. “Cada um corre na hora que a fome bate, na hora que a doença da mãe, do irmão, ou tem que dividir a comida com rato e com barata, tem que dormir, comer, trepar com cheiro de merda do córrego”. A arte torna-se uma oportunidade de reestruturação da vida, fora das coordenadas do crime.

Para Cláudio, existem a arte contestadora e a arte voltada puramente ao marketing. A arte que contribui para a formação política dos indivíduos, gerando reflexão, constitui a arte contestadora. Já a arte produzida apenas por marketing é efêmera, não faz relação com a realidade e não estimula os indivíduos a pensarem. “Você ouve uma música aqui, assiste uma peça e vai embora. No outro dia você estará

pensando e refletindo. O marketing entra aqui e sai por aqui. Passado cinco minutos você não está pensando mais em nada, não aprendeu nada”. A arte política é construtiva e formativa. “O artista sempre contou sua história, contando sua história vai dando um caráter histórico, sociológico, econômico e político, muitas vezes. A arte leva constantemente à política”.

A arte e a cultura como instrumentos políticos devem ser democráticos, permitindo que todos discutam o que, na interpretação de Gramsci e de acordo com sua época, interessa ao movimento operário e socialista. Segundo o autor, um proletário de posse de condições para pensar e refletir torna-se um homem de cultura. Quando forçado a arruinar suas qualidades em atividades alienantes ou a tornar-se um autodidata, transforma-se em um meio homem, ou seja, um homem que não pode se completar e se fortalecer na disciplina da escola. No entanto, para Gramsci, a escola deveria ser um local de aprimoramento das potencialidades humanas, não devendo estar nas mãos das classes dirigentes (Dias, 2011, p. 46). A cultura e a escola são “um privilégio, sendo que os jovens deveriam ser iguais diante da cultura” (Gramsci, apud Vieira; Oliveira, 2010, p. 533).

Tanto para Gramsci quanto para E. P. Thompson, o acesso à cultura e à educação deveria constituir um direito universal. A opinião dos autores converge sobre a escolarização, uma vez que a escola, ao mesmo tempo em que oferece acesso e domínio dos conteúdos da cultura universal, representa a expropriação de uma identidade cultural. Tal ideia fica evidente nos relatos de Cláudio e Gisele.

O processo de autoformação de classe vem sendo historicamente ignorado pela escola regular, num contexto global. O texto “História vista de baixo”, escrito por E. P. Thompson, revela como os trabalhadores da Inglaterra, no final do século XVIII e início do século XIX, usavam seu tempo livre no desenvolvimento de uma cultura radical. Nas ruas, tabernas e mercados, textos das mais diversas naturezas eram lidos em voz alta para aqueles que não sabiam ler. Peças que retratavam a miséria dos pobres, a opulência dos ricos e o poder arbitrário do Estado e das leis também eram encenadas nestes espaços (Thompson, 2001).

Em entrevista, Mara relatou já ter utilizado o teatro como instrumento formativo, por meio da prática cênico-pedagógica. Ela e outros trabalhadores/militantes organizaram uma peça na Associação a fim de representar, da forma mais realística possível, a violência doméstica. A peça fundamentava-se nos métodos do Teatro do Oprimido de Augusto Boal³. “A gente montou um teatro aqui, com aquela coisa bem, sabe do homem batendo na mulher. Aquela coisa bem para chorar né”. Notaram grande sensibilização das mulheres presentes. Grande parte aprendeu sobre os diferentes tipos de violência e pôde analisar a sua própria realidade, identificando se estavam sendo vítimas ou não em seus lares. “A gente viu muitas mulheres chorando dizendo que haviam passado por isso. Muitas perceberam o que é violência e puderam distinguir se estavam sendo violentadas ou não, seja psicologicamente, verbalmente, fisicamente”.

Gramsci afirmava que “[...] qualquer escola, mesmo as mais perfeitas cientificamente, não é jamais suficiente para educar e formar o indivíduo [...]” (1978, p. 59). A vida em geral, a ação e a experiência individual e coletiva são elementos que completam a escola, ou mesmo são complementados por ela. Experiências de formação realizadas pelos movimentos sociais viabilizam a educação política por meio de pautas que contemplam as necessidades reais dos grupos envolvidos. Assim, os movimentos sociais ganham, na educação informal, espaço para se consolidar e, na dinâmica cultural, o reconhecimento dos indivíduos.

Segundo Rafael, as ações da Agência Popular Solano Trindade estão voltadas para um movimento político que tem a arte como instrumento de mobilização e articulação. Trata-se de um movimento que tem objetivos políticos, os quais versam, em sua base, na valorização da cultura popular e no modo de vida da periferia. O horizonte consiste na consolidação de uma identidade pautada na relação com o lugar onde se vive. Cita o exemplo do Thiago: “Thiago usa muito a narrativa

³ Trata-se de um método teatral, elaborado pelo brasileiro Augusto Boal, que visa à transformação da realidade com o diálogo, a democratização dos meios de produção teatral e o acesso ao teatro pelas camadas menos favorecidas. Visa estabelecer uma comunicação direta, ativa e propositiva entre espectadores e atores.

do irmão dele que foi assassinado pela polícia. Thiago era um cara que ia ser outra pessoa, não reconhecia suas raízes, de onde veio, ele queria ser um burguês, queria ter, não queria ser”. Compreende que as pessoas têm o direito de levar suas vidas como desejam, contudo, não necessitam assumir uma identidade que não condiga e, ao mesmo tempo, negue a sua realidade. Cita como exemplo os griô⁴ que, por meio da história oral, também considerada uma arte, valorizam suas raízes e fortalecem uma identidade. A Agência Popular Solano Trindade também trabalha dentro desta perspectiva. “Quando a gente pega a Zuleica e coloca para cantar nos lugares, isso para nós tem mais significado hoje do que pegar a banda do Nando, que tem 20 anos de carreira, e colocar e ficar articulando show para eles”.

A arte torna-se então um importante instrumento, pois além da objetivação dos homens, facilita o reconhecimento do grupo em torno de uma identidade coletiva. Marx nos “Manuscritos: economia y filosofia” (1974a), refere-se à arte como parte integrante do processo de humanização, ou seja, como forma específica da práxis, por meio da qual os homens se objetivam. A arte, desta maneira, pode ser utilizada para a humanização dos sentidos, como forma de conhecimento e como intervenção na realidade social.

3.2.4 Refletindo sobre a construção de uma nova ordem

Em um contexto mais amplo do que até então foi tratado neste capítulo, se considerarmos as consequências da crise do sistema financeiro, a alta concentração de capital nas mãos de uma minoria e os altos custos sociais desencadeados por problemas relacionados às desigualdades, misérias e violências, pode estar se formando um cenário com condições históricas e materiais capaz de viabilizar a construção

⁴ O termo Griô é um abasileiramento do termo Griot, que por sua vez define um arcabouço imenso do universo da tradição oral africana. É uma variação da palavra “Creole”, ou seja, Crioulo, a língua geral dos negros na diáspora africana. Foi uma recriação do termo “gritadores”, reinventado pelos portugueses quando viam os griôs gritando em praça pública. Cf.: <www.leigrionacional.org.br/o-que-e-grio/>. Acesso em: 3 abr. 2013.

e aplicação de um projeto de rompimento com a velha ordem hegemônica. Neste contexto, compreender a dinâmica histórico-cultural como expressão de sínteses sociais, ou seja, de lutas, negociações e acomodações, torna-se sumamente importante.

Para alguns autores, como Togliatti, em artigo publicado em 1920 no “*L’Ordine Nuovo*”⁵, aceitar o controle da economia burguesa por meio do Estado, ou seja, de sua autoridade e seus organismos, significaria para os trabalhadores renunciar subitamente à sua liberdade e independência para compor a máquina burocrática burguesa, fazendo com que suas forças fossem trituradas, comprometendo o futuro de sua classe (Togliatti, 1920, apud Bordiga; Gramsci, 1981, p. 113). Gramsci, em 1919 no mesmo periódico, faz uma importante consideração. A vida social da classe trabalhadora naquele período histórico estava cheia de instituições que se articulavam em múltiplas atividades. Seria preciso desenvolver tais instituições e atividades, organizando-as conjuntamente e coligando-as em um sistema amplo e articulado, que absorvesse e disciplinasse a classe trabalhadora.

Segundo as reflexões de Gramsci, o partido socialista e os sindicatos profissionais absorveriam toda a classe trabalhadora somente através de um trabalho de dezenas de anos. “O partido deve continuar a ser o órgão da educação comunista, a chama da fé, o depositário da doutrina, o poder supremo que harmoniza e conduz à meta as forças organizadas e disciplinadas da classe operária e camponesa” (Bordiga; Gramsci, 1981, p. 35). O sindicato não poderia servir como instrumento de renovação radical da sociedade, pois oferecia ao proletariado somente alguns burocratas experientes e alguns técnicos especializados. No entanto, o sindicato deveria criar, antes da revolução, as condições psicológicas e objetivas nas quais fosse impossível qualquer conflito e qualquer dualismo de poder entre os vários órgãos em que se concentrava a luta da classe proletária contra o capitalismo (Gramsci; Bordiga, 1981, p. 41-50).

Observa-se atualmente que bandeiras⁶ sindicais, como a redu-

⁵ *L’Ordine Nuovo* foi um periódico semanal italiano, fundado em 1º de maio de 1919, por Antônio Gramsci mais alguns jovens intelectuais socialistas de Turim.

⁶ Entendem-se bandeiras como as pautas das lutas.

ção da jornada de trabalho e o aumento salarial, ainda preservam o princípio da propriedade particular e o da exploração do homem pelo homem, sem uma ação realmente revolucionária. Em contrapartida, trabalhadores mobilizados em torno das fábricas recuperadas e sob os princípios que permeiam a Economia Solidária, estão promovendo novos debates acerca da intencionalidade da ação sindical. Apenas para ilustrar, cito o desenvolvimento de uma proposta contra-hegemônica verificada por Paulucci (2010) para a gestão da Cipla⁷, empreendimento recuperado em Joinville:

Quando os trabalhadores assumem o controle das empresas duas tendências se apresentam: a eleição da formação de uma cooperativa, integrada ao sistema capitalista como um setor auxiliar das grandes empresas, geradora de emprego e renda; ou uma proposta contra-hegemônica de estatização, tendo como objetivo a modificação das relações sociais de produção (Paulucci, 2010, p. 2).

Gramsci (Gramsci; Bordiga, 1981, p. 91-93) considerou em sua época o partido político e os sindicatos profissionais como os agentes diretos e responsáveis pelos sucessivos atos de libertação da classe trabalhadora no curso do processo revolucionário. No entanto, eles não representavam esse processo, não superavam o Estado burguês e não abrangiam o todo variado de forças revolucionárias que o capitalismo desencadeava – e ainda desencadeia –, no seu proceder implacável de máquina de exploração e de opressão. O autor afirmou que, durante o predomínio econômico e político da classe burguesa, o verdadeiro desenvolvimento do processo revolucionário acontece sub-repticiamente, na obscuridade das fábricas e da consciência das multidões exterminadas que o capitalismo sujeita às suas leis. Por esse viés verifiquei a hipótese que justifica a inclusão deste tópico no capítulo. O despertar da consciência para o reconhecimento de valores e projetos comuns como elementos integrantes de uma identidade possibilita a

⁷ A Cipla, atuante no ramo de plásticos, junto com outras empresas recuperadas (Flaskô, Interfibra, Flakepet) formou, desde o início de sua recuperação em 2002, um movimento que reivindica a estatização sob controle operário (Paulucci, 2010, p. 2).

assimilação e a incorporação das lutas empreendidas.

Nesse processo, intelectuais orgânicos são formados e passam a ser responsáveis por organizar a luta na superação das concepções dominantes. Os intelectuais orgânicos auxiliam a massa na conquista de hegemonia na sociedade civil, na passagem à sociedade política e, conseqüentemente, na formação de um novo bloco histórico. Dessa forma, torna-se fundamental para um intelectual orgânico organizar a cultura e toda a vida prática, para que se exerça o pensamento, a aquisição de ideias gerais e o hábito de conectar causas e efeitos (Dias, 2011, p. 40-53). Para Gramsci:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (Gramsci, 1979, p. 3).

Contudo, observa-se, como estratégia das classes dirigentes, a cooptação dos intelectuais orgânicos, impedindo a autonomização da sociedade civil. Nesse sentido, Del Roio (2011, p. 64), apoiado em Gramsci, afirma que, ao invés de assumir a tarefa da intelectualidade revolucionária, arrancando das massas o senso comum e imprimindo-lhes um senso crítico, os intelectuais, como células vivas da sociedade política e civil, passam a compor e a elaborar a ideologia da classe dominante. Tal cooptação, reconhecida por Gramsci como a decapitação político-cultural das classes subalternas, denominada “transformismo”, é considerada elemento constitutivo fundamental da “revolução passiva” (Coutinho, 2011b, p. 30). Diferentemente, o intelectual orgânico deve possibilitar condições históricas e materiais, viabilizando o processo de construção de uma nova ordem e uma nova cidadania, a partir da reforma intelectual e moral das massas (Dias, 2011, p. 40-53).

Essa seria a segunda fase que Gramsci mencionou, ou seja, a fase da superação econômico-corporativa. Fazendo um paralelo com a experiência estudada, observam-se grandes conquistas no proces-

so de formação de uma identidade comum, de reconhecimento entre os trabalhadores/militantes como pertencentes a uma classe que, por sua vez, tem interesses e valores distintos dos difundidos hegemonicamente. Os processos formativos vêm direcionando e organizando o pensamento e as reflexões dentro de um mesmo projeto de sociedade. Neste momento, o papel dos intelectuais orgânicos – aqui compreendendo os trabalhares/militantes mais atuantes na Associação – é fundamental para o fortalecimento do grupo e de suas conquistas no campo da sociedade civil e política.

Nesta segunda fase, observa-se ainda o enfrentamento do Estado pela Associação e comunidade, a fim de garantir os direitos da população periférica, bem como sua articulação junto a este na busca por recursos financeiros para execução de projetos. Outro ponto é a mobilização em torno do estabelecimento de um marco regulatório para o funcionamento dos bancos comunitários. Essa dinâmica, segundo Gramsci, pode ser considerada como a luta por participação nas esferas político-jurídica e administrativa, indicando possibilidades de expansão e coordenação dos interesses gerais com os interesses de outros grupos.

3.3 ARTICULAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

Gramsci, em “Os Cadernos do Cárcere” (2000, p. 36), analisando as relações de força dentro da sociedade, faz duas proposições apoiadas no pensamento marxiano: 1) nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver⁸; 2) nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações sociais. Desenvolvendo tal linha de análise a nossos tempos, Mészáros (2002, p. 575) alerta que os trabalhadores, antes de conquistarem as forças produtivas, devem desencadear um

⁸ Marx, Karl. *Prefácio da contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003b, p. 6.

processo radical de mudança, não considerando somente o fim do capitalismo, mas o fim do sistema sociometabólico capitalista, possibilitando o desenvolvimento de suas ricas individualidades dentro do socialismo pós-capital.

Os impactos causados pela crise do sistema financeiro mundial criam um momento histórico oportuno, onde o desenvolvimento de projetos destinados à superação da velha ordem torna-se intenso. No Brasil, a conjuntura de crise estimulou a investida de iniciativas autônomas, como as ligadas às Finanças Solidárias; o despertar de questões antigas, relacionadas à reforma bancária; e questionamentos mais recentes, pautados na criação de um marco regulatório para os bancos comunitários.

Medidas como a redução do juro, em 2011 e 2012, nos bancos públicos e a pressão do governo para a sua redução nos bancos privados, potencializaram o acesso ao crédito por parte da população. No entanto, um problema antigo tornou-se evidente. Com a escassez e a diminuição da circulação da moeda em determinadas regiões – no caso estudado, a periferia da zona sul de São Paulo –, e com o perfil dos aspirantes a emprestatários caracterizado, em parte, pela ausência de conta bancária, comprovação de renda, inadimplências e baixos valores de empréstimos, outra parte da população ficou desprovida do acesso creditício. Tentando atender a essas demandas, os bancos comunitários emergem nas regiões periféricas a fim de dinamizar as economias locais. Não obstante, observa-se que alguns bancos comunitários implantados ultrapassam a mera oferta de crédito, ganhando as dimensões de formadores e mobilizadores políticos nas comunidades onde se encontram.

Na teoria gramsciana, essa dinâmica é compreendida como a transferência do poder centralizador do Estado para a sociedade civil, resultando em autodeterminação e criatividade na organização das forças populares. Gramsci deslocou o eixo principal da ação política, realizada por meio das instituições já estabelecidas, para o terreno criativo e imprevisível das manifestações das organizações sociais. Segundo o autor, este novo terreno conteria o espírito de iniciativa para a construção de um espaço público, tornando possível a reflexão

sobre os anseios mais profundos da população (Semeraro, 1999, p. 237). A interação neste espaço deveria possibilitar a consolidação de uma luta consciente e previamente projetada, tornando compreensíveis as exigências da massa, podendo estas, inclusive, estarem situadas em oposição às diretrizes dominantes. Como resultado, ter-se-ia a composição de um novo bloco histórico.

Uma iniciativa política apropriada é necessária para libertar o impulso econômico dos entraves da política tradicional, para modificar a direção de determinadas forças que devem ser absorvidas para criar um bloco histórico econômico-político novo, homogêneo e sem contradições internas (Gramsci, 2000, p. 70).

O novo bloco histórico, mencionado por Gramsci, forma-se a partir de condições materiais e históricas favoráveis à elaboração de um projeto de rompimento com a hegemonia existente. Para tanto, a mobilização das comunidades, que estimulou, entre diversas ações, o desenvolvimento de bancos comunitários, pode impulsionar a superação do modelo dominante, desde que exerça hegemonia no âmbito da sociedade civil. Nesse sentido, verifico a seguir as articulações e as participações em movimentos sociais, políticos e artísticos da Associação, abrangendo o Banco Comunitário e a Agência Popular, a fim de analisar a existência de ações para a formação de um bloco histórico, rumo à disputa por hegemonia na sociedade civil.

3.3.1 Articulação: Redes de Economia Solidária e Bancos Comunitários

Para discorrer sobre as articulações entre a experiência estudada e as Redes de Economia Solidária e de Bancos Comunitários, considero importante resgatar, primeiramente, o conceito de *Economia Solidária* no qual me fundamento. Segundo Gaiger (2004, p. 8-13), a Economia Solidária é a forma de produção, consumo e distribuição, com base associativista e cooperativista autogestionável, capaz de subverter a lógica de produção de mercadorias e de converter as

necessidades em fruição e bem-estar. Centra-se na valorização do ser humano, significando a sua libertação por meio do trabalho, e não a sua alienação.

Pressupõe-se que para um empreendimento econômico ser considerado um EES, este internalize e vivencie em seu cotidiano oito princípios fundamentais, sendo eles: a autogestão, a democracia, a participação, o igualitarismo, a cooperação, a autossustentação, o desenvolvimento humano e a responsabilidade social. Tais princípios são balizados nas ideias das cooperativas fundadas no século XIX na Europa, abrangendo também a adesão voluntária do associado, a limitação da participação de cada associado naquilo que diz respeito ao número de quotas-partes, singularidade do voto, neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social (Raimundo, 2012, p. 55).

Ciente das críticas existentes, a Economia Solidária pode consistir em uma estratégia de enfrentamento das dificuldades postas pelas desigualdades sociais. Trata-se de uma oportunidade de reintegração do trabalhador à totalidade da produção, sendo a lógica na qual se sustenta distinta do modelo de produção hegemônico capitalista vigente. A Associação estudada, juntamente com o Banco Comunitário e a Agência Popular, além de apoiar e desenvolver atividades ligadas à Economia Solidária, apoia a chamada Economia da Cultura, estimulando a produção, circulação e consumo de produtos e serviços culturais, assim como a sustentabilidade nos arranjos produtivos locais. Esses arranjos caracterizam-se por aglomerações territoriais, onde os agentes econômicos, políticos e sociais, dentro de um conjunto de atividades econômicas, fornecem equipamentos, serviços, consultorias e produtos, em uma rede geograficamente delimitada. Segundo o sítio institucional do Banco Comunitário União Sampaio, a cultura é considerada como um setor estratégico para o desenvolvimento econômico e social. “É por isso que estamos pegando régua e compasso para desenhar o nosso projeto de Economia da Cultura, assumindo, enquanto Agência, o papel de articulação, fomento e luta política”⁹.

⁹ Cf.: <<http://agsolanotrindade.com/quemsomos/moedasolano/moedasolanos/>>. Acesso em: 4 mar. 2013.

Além das cooperativas emergidas dentro da Associação, Pão e Arte e Mulheres em Revolução, citadas anteriormente, existem articulações envolvendo outros EES. A Cooperativa Dona Chica, formada em sua maioria por mulheres, produz artesanato a partir de tecidos e materiais recicláveis. Parte da produção encontra-se disponível para venda na loja É D'MARCA. Apesar de funcionar segundo os princípios acima mencionados, até a finalização desta pesquisa não possuía um estatuto próprio. No entanto, recebe o apoio da Associação na divulgação e comercialização dos produtos na região e em eventos culturais específicos. Na região do Taboão da Serra a Associação se articula, entre outros, à Cooper Zagati, especialista em coleta seletiva de material reciclável. Segundo Rafael, tentou-se um trabalho em parceria com a instalação de coleta seletiva na Casa da Mulher e da Criança. A ideia consistia em comprar materiais recicláveis da comunidade usando, para tanto, a moeda social Sampaio, a fim de fortalecer sua circulação no bairro. Contudo, essa parceria não vingou por falta de estrutura na armazenagem dos materiais e de transporte adequado para a região do Taboão da Serra. Esse projeto foi espelhado na experiência do Banco Comunitário Verde Vida, no Espírito Santo, que, segundo síntese de Rafael: “Não trabalham com empréstimo, só comprando material reciclável da comunidade, pagando com a moeda social. Vendendo o material eles fazem o lastro da moeda. Eles têm um supermercado próprio que aceita a moeda. É muito interessante”. Afirmo que este projeto tem um impacto positivo na região onde foi implantado originalmente. Ainda se pensa na consolidação dessa parceria no bairro Jardim Maria Sampaio – Ca-pão Redondo, distrito do Campo Limpo.

Outra estratégia voltada à divulgação e comercialização das produções das EES é a realização anual da feira sociocultural na região. Com temáticas diferenciadas e ligadas, em grande parte, às questões de gênero, as edições contam com a presença de lideranças comunitárias, organizações, moradores, artistas e produtores da localidade e cercanias. Dentre as parcerias formadas para a concretização desse projeto encontram-se associações, ONG's, instituições religiosas, imprensa e imprensa alternativa, indústria, serviços, comércio e adminis-

tração pública. A feira esta pautada no tripé: 1) cidadania e saúde, por meio da prestação de serviços de odontologia, ginecologia, fonoaudiologia, pediatria, massoterapia, orientação sexual, orientação jurídica, palestras, oficinas entre outros; 2) economia, por meio da feira de artesanato e oficinas de Economia Solidária; e 3) cultura, por meio de apresentações de teatro, sessões de cinema, grafite, rádio entre outros. Tem por finalidade, além da prestação de contas dos projetos executados, a integração da comunidade e sua aproximação com o poder público, fortalecendo as lutas e as Redes que promovem ações solidárias e socioculturais.

Do compartilhamento de valores, ideias e princípios formou-se, em 2004, a Rede de Empreendimentos Solidários da Zona Sul (RESZS), por ocasião do “encontrão”. O evento sensibilizou os participantes à constituição de uma Rede de Economia Solidária e um plano de promoção de desenvolvimento local. Desde então a RESZS encontra-se atuante na região por meio de ações como: a Macarronada Solidária, o Seminário de Economia Solidária e Desenvolvimento Local, o Curso de Economia Solidária, o Curso de Formação de Agentes Locais de Economia Solidária entre outros.

Em 21 de junho de 2014 foi realizado o 1º. Festival Percurso no Capão Redondo. Tendo como tema “Juventude periférica gerando renda, trabalho e desenvolvimento local”, o festival foi parte do processo de articulação da RESZS para fortalecer cerca de 40 EES na região. Segundo Suzana, do Ateliê Primavera – resultado da necessidade de gerar renda para as mães sem vagas em creches, no bairro Monte Azul – “Participar do festival traz uma oportunidade única de conhecer outros trabalhos, promover a troca de conhecimentos e até formar parcerias”. Durante todo o evento houve exposição e comercialização de serviços e produtos dos EES que fazem parte da Rede de Empreendimentos Culturais Solidários da Periferia Urbana da Zona Sul de São Paulo. Organizado pela UPM, o evento, que teve duração de 12 horas, contou com show dos Racionais, Vitor da Trindade, Tati Botelho e roda das mestras Raquel Trindade, Leci Brandão e Mãe Beata de Iemanjá. Contou também com a apresentação do Coral Guarani e Tia Maria do Jongo da Serrinha.

Figura 19 – Registro fotográfico do 1º Festival Percurso



Fonte: Periferia em Movimento.

O Banco Comunitário União Sampaio é uma importante estratégia de formação e fomento de iniciativas econômicas permeadas pelos princípios da Economia Solidária. Além de proporcionar a independência do crédito ofertado pelos bancos convencionais – quando se possui os requisitos necessários para acessá-lo – e, consequentemente, a transferência direta de renda, o Banco Comunitário e a Agência Popular, por meio de tecnologias específicas, auxiliam na divulgação e estimulam o consumo da produção. Mais especificamente, o Banco Comunitário proporciona um contexto facilitador para a consolidação dos EES, concedendo créditos e capacitando os trabalhadores na atividade produtiva, na criação de um mercado interno e na gestão coletiva e democrática do negócio. Dessa forma, o Banco Comunitário consegue fortalecer as redes de produção e de consumo, reorganizando a economia em ciclos de realimentação.

Segundo a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), criada no ano de 2005, “o Banco Comunitário é um serviço financeiro solidário em rede, de natureza associativa e comunitária, voltado para a geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária”. A RBBC é formada pela articulação de todos os Bancos Comunitários brasileiros que fundamentaram sua criação e implantação na experiência do Banco Palmas, concordando com o termo de referência e o marco teórico conceitual dos Bancos Comunitários. Segundo a RBBC, o marco teórico corresponde a:

Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de Economia Solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores (RBBC).

Em janeiro de 2014 havia 103 bancos comunitários pertencentes à RBBC, espalhados por 19 estados do país em assentamentos, comunidades indígenas, ilhas na Amazônia, pequenos distritos e outras periferias urbanas e rurais. Os bancos, para pertencerem à RBBC, devem portar certificação e “prestar contas” de suas atividades, anualmente, no Encontro Nacional da Rede de Bancos Comunitários. Segundo a RBBC, em 2013, um milhão de brasileiros foram impactados positivamente pela ação dos bancos comunitários¹⁰. Atualmente existem outras ONGs responsáveis pela criação de Bancos Comunitários e dezenas de instituições parceiras, sendo ainda a maior apoiadora a Senaes/MTE.

Em 2008 e 2009, junto ao movimento de moradia de São Paulo, e em parceria com Universidade de São Paulo (USP), a Senaes e o Instituto Palmas, surge a Rede Paulista de Bancos Comunitários (RPBC). A intensificação da interação entre movimento organizado e Finanças Solidárias pauta-se no desenvolvimento das periferias do estado. Contudo, os bancos comunitários encontram dificuldades na expansão de suas atividades devido a questões político/jurídicas, as quais discutirei a seguir.

3.3.2 Um marco regulatório para os bancos comunitários

Atualmente os bancos comunitários funcionam sem um marco legal que viabilize e regule suas atividades. Essa ausência li-

¹⁰ Relatório do III Encontro Nacional da RBBC – Março/2013.

mita os serviços prestados e as estratégias para constituição de fundo destinado a oferta de diferentes linhas de crédito. Dois projetos de lei foram apresentados pela então deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP), tendo como relator o deputado estadual Eudes Xavier (PT/CE): o primeiro de número 88/2003, e o segundo 93/2007. Desacordos políticos e polêmicas apresentadas a partir do texto do projeto lei não permitiram sua aprovação pelas casas legislativas. Toscano (2004, p. 5) define em síntese os desafios que este projeto deve se colocar:

- a) em construir um marco legal que possibilite o surgimento de “bancos comunitários”, “bancos populares”, “bancos do povo”, ou qualquer outra denominação que se lhes atribua, que não seja apenas uma instituição alternativa, mas a base de um novo paradigma às finanças tradicionais. Estamos a falar em uma nova institucionalidade que abrace os “velhos” princípios da solidariedade, da cooperação, do credere (acreditar, confiar) e do bem-estar coletivo;
- b) em criar condições para que cada comunidade, município ou microrregião possa consolidar instituições desenvolvimentistas dotadas de mecanismos de financiamento não apenas voltados à produção, mas que ofereçam outros serviços e atuem alicerçadas nas mais diversas parcerias com vistas ao desenvolvimento socioeconômico comunitário;
- c) em possibilitar que as mesmas possam:
 - i) financiar suas atividades por meio da captação de poupanças – individuais, comunitárias, títulos de capitalização etc.;
 - ii) administrar “cartões de crédito” de aceitação local;
 - iii) financiar pequenas utilidades domésticas e necessidades pessoais – saúde, lazer, educação, pequenos seguros, dentre outras;
 - iv) oferecer outras formas de financiamento como, material de construção, habitações, tratamentos médicos etc.;
 - v) estimular compras coletivas quebrando a cadeia de atravessadores;
 - vi) fomentar o surgimento de oficinas de produção coletivas;
 - vii) criar moedas de circulação local lastreadas na confiança;

viii) promover a integração de atividades produtivas, de circulação de bens e serviços e de consumo entre o campo e a cidade, necessidade premente a qualquer projeto de desenvolvimento sustentável;

ix) disseminar práticas, tecnologias, saberes, processos de aprendizagem, inovações e experiências bem sucedidas em todo o país;

x) integrar as diversas e plurais iniciativas espalhadas Brasil afora, articulando-as em um “Sistema de Crédito Popular Solidário”, no qual as instituições participantes tenham como princípio fundamental fazer de cada um dos usuários de seus serviços um associado que participa efetivamente das decisões da instituição e que detêm uma fatia, mesmo que inicialmente pequena, do capital das mesmas. Enfim, superar o desafio de consolidar a identidade “banco” e “comunidade” (Toscano, 2004, p. 5).

Segundo Rafael, um dos motivos que paralisa a aprovação de uma legislação específica advém da impossibilidade de cobrança de impostos, gerados pela circulação da moeda social dentro da dinâmica de compra e venda do mercado. Explica com o exemplo da Alemanha durante o último período de crise financeira. Com a explosão de moedas paralelas – não definidas como moedas sociais por, em sua integralidade, não se fundamentarem nos princípios anteriormente citados –, o Estado precisou interferir, regulamentando, de modo a não gerar inflação e desorganização financeira. Segundo Eudes Xavier, constatar que moedas paralelas e/ou sociais podem gerar inflação consiste em falta de informação. “Falar que a disseminação dessas moedas pode desequilibrar o sistema financeiro demonstra uma grande falta de conhecimento em torno dos bancos comunitários e de seu funcionamento. Esses empreendimentos estão fazendo pelas pessoas o que outros bancos não fazem mais” (apud Pitts, 2009, n/p).

Mesmo reconhecendo a importância de um marco regulatório para os bancos comunitários, durante meu trabalho de campo compreendi algumas polêmicas e dificuldades sobre a questão. Segundo Rafael, em São Paulo a luta por um marco regulatório está fraca,

pois, o movimento em torno da Economia Solidária encontra-se em fase de fortalecimento. Acredita que os fóruns reservados para essa discussão tenham sido sistematicamente desarticulados devido à falta de apoio do estado e do município. Na análise de Rafael, essa discussão não possui prioridade no governo do estado de São Paulo. A Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades (Sutaco), que sustentava esse diálogo, foi fechada. Uma contradição, uma vez que mantinha o discurso da necessidade de fortalecimento do artesão. “Se você era artesão, você se cadastrava na Sutaco. Se precisasse de uma nota pedia para eles e te davam. Agora como tem o Microempreendedor Individual não precisa desse serviço”. Enquanto em estados como o Espírito Santo e o Ceará existem leis municipais e estaduais estabelecendo a criação de secretarias de Economia Solidária, apoiando, entre outros, os bancos comunitários, São Paulo caminha a passos lentos, segundo Rafael.

A Senaes, por meio do acúmulo que possui nesse debate, pressiona, de certa forma, o fortalecimento da Economia Solidária e das Finanças Solidárias nos estados e municípios. “Na última conferência em Brasília, montaram uma estrutura gigantesca na Esplanada dos Ministérios. A galera caminhou até o Planalto para colocar o marco em pauta. Deu 2 ou 3 mil pessoas. Essa é a luta vagarosa do marco regulatório”. Para Rafael, o movimento da Economia Solidária não equivale à maioria do povo. “A academia ocupa muito espaço, a política ocupa muito espaço”. Cita uma vivência sua como exemplo: “Fui numa conferência e, almoçando escutei uma mulher comentando dos empreendimentos, falando das dificuldades do município. Tinha a Secretaria de Economia Solidária e ela determinava o que era da Economia Solidária, o que tinham que produzir e como, padronizando”.

Defende a não existência de um marco regulatório no contexto atual. Em sua opinião, a experiência encontra-se em uma fase adaptativa, descobrindo maneiras de atuar junto à comunidade. “Acho que a gente está aprendendo a fazer um monte de coisas e está conseguindo aprender sem ninguém encher nosso saco”. Observa, por meio dos encontros anuais, um aumento considerável no número de bancos comunitários e as diversas realidades e contextos em que estas experiências

estão inseridas. Por conta dessa expansão, o entendimento do conceito *banco comunitário* fica difuso, precisando ser definido antes mesmo da criação do marco.

Quanto ao fundo, se os recursos para a sua constituição provierem, dentre outros, de ajuda governamental – como explicita o atual projeto lei 93/2007, artigo 18: “Fica autorizada a transferência de recursos orçamentários da União, dos Estados e dos Municípios com fins específicos de formação da carteira de empréstimo dos Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário” –, pode inviabilizar-se a prática enquanto movimento político, reduzindo os bancos comunitários à mera oferta de serviços que o Estado preste-se a financiar. A dificuldade para a definição de um conceito encontra-se na manutenção dos bancos comunitários como um movimento político que, ao mesmo tempo, presta serviços bancários. Se o marco vier antes da definição deste conceito, os bancos comunitários se tornarão um apêndice do governo, no que diz respeito à prestação de serviços sociais. Por ser uma experiência relativamente nova, Rafael acredita que ela não pode ser “engessada”. “A gente está no momento de construção do novo e a gente quer conseguir uma ideia nova que não está aí. Se a gente engessar, ela já fica limitada”.

Contudo, reconhece que a prestação de novos serviços poderia auxiliar no alcance dos objetivos políticos e sociais do Banco Comunitário União Sampaio. O projeto 93/2007 estabelece que os Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário sejam autorizados a prestarem serviços financeiros, nas condições e limites fixados pelo Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias, e sob sua autorização. Dos 15 serviços especificados no texto, propus a Rafael a identificação dos importantes para a comunidade. São eles: 1) Captar depósito a vista, necessário e ainda não realizado pelo Banco; 2) Captar depósito a prazo, necessário e inexistente no momento; 3) Captar poupança, necessário e também inexistente no momento; 4) Administrar carteiras de investimentos voltadas às iniciativas econômicas populares solidárias, necessário e disponível no Banco Comunitário por meio do atual gerenciamento de fundos populares; 5) Efetuar pagamentos, necessário, porém inexistente; 6) Receber os pagamentos e dar quitação,

similar ao serviço prestado anteriormente como correspondente bancário, são necessários, mas inexistentes no momento; 7) Operar moedas sociais de circulação, essencial e existente; 8) Realizar empréstimos, necessário e existente; 9) Realizar financiamentos, necessário e inexistente, “demanda que, de alguma forma, são os empréstimos. A diferença estaria no valor”; 10) Prestar avais e garantias, necessários e, dependendo da compreensão deste ponto, já vêm sendo realizado pelo Banco Comunitário; 11) Operar títulos de capitalização, necessário e existente; 12) Administrar cartões de crédito comunitário, necessário e inexistente. “O Palmas, antes mesmo da moeda social, lançou um cartão de crédito. Um simples cartãozinho que se carimbava atrás. Depois você pagava para o Banco Comunitário”; 13) Seguros, necessários e inexistentes. “Vários Bancos fazem seguro, como a Zurich no Banco Palmas”; 14) Contrair fundos rotativos solidários, necessário e de certa forma existente no Banco; e 15) Implementar e desenvolver formas alternativas de serviços financeiros, tais como o crédito, necessários e existentes.

Outras demandas foram observadas na comunidade. Na opinião de Rafael, a captação de poupanças aumentaria a circulação da moeda e do crédito ofertado aos moradores e aos EES. Mais do que isso, auxiliaria na prestação de um importante serviço: a troca de cheques. Por não possuírem fundo necessário para as transações e aparato jurídico/legal, não o fazem. Outro ponto refere-se ao fundo rotativo solidário. O fundo da Agência Popular Solano Trindade é gerenciado atualmente pelo Banco Comunitário União Sampaio. O Banco faz o gerenciamento, mas quem decide como o fundo será utilizado é a Agência Popular, por meio de decisões coletivas. No entanto, acredita que outros serviços poderiam se enquadrar nesta lógica:

Tem coisas mais pontuais que a gente faz e que poderia se enquadrar dentro desta lógica, que são as caixinhas de Economia Solidária. Por exemplo, a gente foi para a Bolívia agora e o Banco Comunitário financiou 10 mil a mais para pagar passagem, hospedagem, alimentação, diárias. As pessoas estão pagando para o Banco. Uma das principais formas de pagamento foi através da venda de shows. A gente

pegou os coletivos artísticos que também iam para a Bolívia e vendeu os shows deles aqui. O dinheiro desse cachê é o dinheiro que vai repor o Banco.

Trata-se de arranjos constituídos na medida em que a demanda é percebida. Por esse motivo, uma lacuna deveria permanecer aberta no marco, de forma que cada comunidade adaptasse-o à sua realidade. “Por exemplo, fazemos assessoria aos empreendimentos, acompanhando as mulheres aqui. Fizemos com elas a precificação. Estão pensando em uma metodologia e em um nome. Estamos fazendo o que as incubadoras chamam de incubação. Isso poderia ser um serviço”. Continua: “A gente poderia chegar num empreendimento e falar que custa tanto para acompanharmos durante um tempo”. Uma de suas críticas em relação às incubadoras consiste no repasse de verba. “A incubadora capta um milhão e nos empreendimentos não chega nem dez mil. Como você vai fazer a Economia Solidária circular só no intermediário?”.

Contudo, o artigo 10 do projeto lei 93/2007, inciso XV, traz o seguinte texto: “Implementar e desenvolver formas alternativas de serviços financeiros, tais como crédito em grupo, avais solidários e outras modalidades de finanças comunitárias”. No parágrafo 3º do mesmo artigo lê-se: “O Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias pode autorizar a realização de outras atividades financeiras essenciais ao alcance do que dispõe o Art. 9º desta Lei.” Para constar, o artigo 9º relata: “Os Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário são constituídos exclusivamente como instituições civis, sem fins lucrativos, que têm como objetivo prover serviços financeiros com vistas a fomentar a produção popular e solidária e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades”. Apesar da lacuna reivindicada por Rafael constar no projeto lei, este necessita ser aprovado e, para isso, sofrerá modificações em seu texto original. Enquanto tramita pelas casas legislativas, faz-se necessário compreender os bancos comunitários como um movimento político e social, além da sua importância para o desenvolvimento local.

3.3.3 Participações em movimentos sociais, políticos e artísticos

Como nos tópicos anteriores, considero necessário definir o conceito *movimento social* no qual pauto meu trabalho. Discorro inicialmente sobre o termo a partir de Sidney Tarrow, compreendendo seu pensamento acerca da cultura na composição dos movimentos e redes de movimentos sociais. Contudo, saliento que voltarei ao autor em minhas considerações finais, a fim de dialogar outros aspectos de sua obra. Para Tarrow (2009, p. 18), o termo movimento social designa uma sequência de confrontos políticos encadeados em redes sociais de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva, capazes de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos.

Mais especificamente, segundo o autor, o confronto político “é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não têm recursos próprios”. Estes atores sociais agem, por meio de repertórios de confronto conhecidos, criando inovações marginais. “O confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores quando é apoiado por densas redes sociais e estimulado por símbolos culturalmente vibrantes e orientado para a ação” (Tarrow, 2009, p. 18). O resultado, segundo o autor, é o movimento social.

A ação coletiva pode assumir muitas formas, podendo ser breve ou sustentada, monótona ou dramática, institucionalizada e disruptiva. De acordo com Tarrow, grande parte das ações coletivas ocorre no interior de instituições e são protagonizadas por grupos que agem com objetivos determinados. Tornam-se confronto político quando cometidas por pessoas sem acesso regular às instituições, agindo em nome de exigências, novas ou não atendidas, desafiando pessoas e/ou autoridades. Segundo o autor, a ação coletiva de confronto é a base dos movimentos sociais, tratando-se, quase sempre, do principal recurso que as pessoas comuns possuem contra opositores equipados e Estados poderosos. Além de confrontar, “eles formam organizações, elaboram ideologias, socializam e mobilizam seus membros, e estes se engajam em autodesenvolvimento e na construção de identidades coletivas” (Tarrow, 2009, p. 19).

Para a composição deste tópico relato pontos da minha investigação referentes ao envolvimento dos entrevistados e/ou integrantes da Associação com outros movimentos, e à relação estabelecida entre a entidade – compreendendo o Banco Comunitário e a Agência Popular – e demais movimentos sociais, políticos e artísticos. Durante o trabalho de campo observei que uma pequena fração das pessoas não havia participado de outros movimentos antes do envolvimento com a Associação. Esther, por exemplo, afirmou ser sua primeira experiência: “Comecei a participar aqui e gosto muito. Muito interessante. As pessoas deveriam participar mais das lutas. Acho que é muito importante”. Outra parte das pessoas se envolveu anteriormente, como Miguel, ex-metalúrgico na região do ABC paulista na década de 1980: “enquanto metalúrgico, numa época de ascensão do Lula e da CUT, eu estava iniciando. O pessoal tinha fechado as fábricas. O Lula em cima do carro e aquele monte de polícia. Daqui a pouco, bombas e porrada em todo mundo”. Afirma que o trabalho de mobilização dos trabalhadores versava na unificação das diferentes categorias profissionais. Trabalho que teve como resultado a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no ano de 1983.

Marcos afirma não participar efetivamente de nenhum movimento, no entanto, apoia o Movimento Passe Livre e as manifestações desencadeadas em junho de 2013: “Vamos lá brigar! A PEC 37 caiu essa noite por conta da população. Acho legal a invasão de Brasília. Uma pena os vândalos, fazem com que o movimento perca a força. [...] É uma minoria de outro partido, de direita”. Completa: “o certo não é ser um movimento partidário, mas ser todos os partidos juntos, sem partido, todos juntos. Não é que você não gosta da Dilma e o outro não gosta. Estamos todos juntos numa coisa só”. Apoia a realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do transporte público de São Paulo: “o secretário de transportes municipais afirma que São Paulo tem outras prioridades para além de uma CPI do transporte público. Só que todo mundo sabe que essas empresas ganham muito dinheiro. [...] O secretário está ligado aos empresários”.

Cláudio considera a realização de saraus um grande movimento cultural em São Paulo, iniciado na zona sul da cidade. Do ponto de

vista institucional, alega que a Agência Popular prioriza a realização de parcerias com o Sarau do Binho, o SESC na realização de eventos culturais, a Secretaria de Cultura com o projeto VAI, a Fábrica de Cultura, entre outros, na tentativa de fortalecer a cultura da periferia, avigorando sua difusão a partir de fontes heterogêneas. “É o que eu costumo dizer: a Agência Popular Solano Trindade na verdade são todos os parceiros. A gente não é nada, a gente é o núcleo duro com 6, 7 pessoas e estamos, juntos, tentando desenvolver um trabalho”. Com relação a envolvimento com partidos políticos, Cláudio afirma que não possuem nenhuma ligação direta. No entanto, pelo posicionamento ideológico sentem-se representados por alguns partidos de esquerda. Para ele, o verdadeiro partido da Agência Popular é a periferia.

Nosso partido é a quebrada. É o nosso vizinho, nosso amigo [...] é o cara que tá na cadeia, por exemplo. Tá preso? Mas ele é daqui, da quebrada. [...] O cara que o Estado abandonou, está lá, mas também é daqui. Nosso partido é a periferia, é o povo da periferia. Por isso que a gente vai atrás, a gente vai brigar, a gente defende, a gente apoia projetos focados na melhoria de vida do povo da periferia.

Rafael afirma haver uma grande rede de movimentos sociais na região e que, de certa forma, a Associação, por meio do trabalho que desenvolve junto à comunidade, acaba se articulando. Cita o Fora do Eixo como parceiro, a RBBC, a RPBC, a RESZS, o Movimento Luta Popular, dentre outros. Alega falta de tempo para articulação com sindicatos dos trabalhadores. Com relação a partido político, não se posicionam ao lado de nenhum, mas com pessoas que conhecem a realidade local e com as quais seja possível dialogar. “A gente em algum momento vai ter que ir lá dialogar, então a gente escolhe com quem a gente quer dialogar. Ai vai para quem está mais próximo da nossa linguagem, que geralmente são de esquerda, PCdoB, PT, PSOL”. Continua: “A gente esse ano apoiou a emenda parlamentar da Leci Brandão e a emenda parlamentar de Carlos Gianasi”. As emendas valorizam a mulher e a arte periférica, além de estabelecer a criação de um corredor cultural na cidade de São Paulo.

Neide, ainda cedo, teve contato com pautas progressistas. Enquanto se preparava para assumir o cargo de enfermeira auxiliar na USP, na década de 1960, envolveu-se com a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Agrária Católica (JAC). Como catequista no Taboão da Serra e Campo Limpo, verificou um elevado índice de analfabetismo na população. Pensando em modificar esta realidade, formou um grupo de 22 pessoas, vindas das organizações citadas, que, a partir do método Paulo Freire, passou a alfabetizar os moradores. Contudo, o período de repressão no país relegou o grupo de alfabetização ao campo da ilegalidade. Todo o material utilizado em aulas foi enterrado, sendo considerado subversivo na época.

Neide reconhece a importância dos movimentos sociais atuais, no entanto, acredita na necessidade de fortalecimento da organização e da valorização do que já foi historicamente conquistado. Analisa as manifestações como parte da abertura possibilitada pelo atual governo federal. “Ele deu liberdades, deu mais direitos”. Atribui as críticas feitas ao governo de Dilma às pessoas que desejam ver novamente em vigor a ditadura militar. “Não quero que volte a ditadura, jamais. Porque o que eu vi na ditadura, eu não quero mais ver. Não quero”. Com relação ao posicionamento da Associação, Neide afirma: “Aqui na entidade você tem que ter autocrítica e você tem que ter o partido que você quiser. Não se pode atrelar isso aqui a partido. [...] A gente pode apoiar um político, mas individualmente”. Afirmar também não auxiliarem campanhas eleitorais: “Se na organização de campanhas eleitorais oferecerem cinco mil, seis mil para arrumar votos, a gente coloca para correr daqui. Aqui não vai ser feito isso”. Segura deste posicionamento, Neide afirma:

Aqui nós vamos trabalhar. Não tem cadeira? Vamos trabalhar sem cadeira. Não é com esse dinheiro, porco e sujo, que nós vamos trabalhar aqui. Vamos trabalhar com dinheiro limpo. Não vão nos obrigar a votar em ciclano. Nós vamos votar em quem a gente quiser. Falo para o pessoal, votem no melhor. Votem no que mais ajuda os pobres, no que mais ajuda a gente a sair da miséria humana, o que mais ajuda a gente a estu-

dar, a ter conhecimentos, liberdade e direitos. Isso nós vamos falar. Vote no melhor. Essa é a política verdadeira.

Analisando os relatos aqui destacados, é possível identificar elementos que, segundo Tarrow, compõem um movimento social: desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridades. De acordo com o autor, para se formar um movimento social, necessita-se mais do que uma simples atração para formas particulares de ação coletiva. “A solidariedade tem muito mais a ver com interesse, mas ela só produz um movimento sustentado quando o consenso é construído em torno de significados e identidades comuns” (Tarrow, 2009, p. 250-251). Para Tarrow, os significados e as identidades são parcialmente herdados e constituídos nos confrontos com os opositores, além de serem construídos pelas interações no interior dos movimentos.

A história de luta, empreendida por alguns moradores da região desde o início da migração, traz para o atual contexto a leitura crítica da realidade, permitindo determinado posicionamento político nos embates estabelecidos. Ademais, na vivência e interação entre os membros da Associação e comunidade, um novo repertório de ações coletivas é também dinamizado por elementos da cultura da periferia. Mesmo heterogênea, a identidade coletiva daí emergida se expressa nas demandas identificadas e interesses comuns, frutos das contradições e desigualdades inerentes ao sistema econômico vigente. O consenso, conforme descrito por Tarrow, no interior da Associação por vezes é verificado, por vezes não. De acordo com a realidade estudada, a falta de consenso compõe o processo de formação, dado na interação da luta do qual fazem parte. Sendo assim, acredito que o não consenso também pode produzir um movimento sustentando, na medida em que seja compreendido como parte do processo formativo dos sujeitos.

3.3.4 Alcances e limites na atuação em conjunto com o Estado

O Estado tem atuado em parceria à Associação e, por conseguinte, com o Banco Comunitário e a Agência Popular, por meio de editais

e certames, e diálogos para a elaboração e implantação de políticas públicas. Entre as parcerias estatais encontram-se o Governo Federal, Ministério da Cultura, Ministério dos Esportes, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação. A seguir, menciono algumas considerações sobre tais parcerias, de cunho individual e institucional, registradas durante o trabalho de campo.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS) atuam em conjunto à Associação no atendimento da população. Para Neide, o SUS é uma conquista histórica e deve ser valorizada. “O SUS é a melhor coisa do mundo, não pode acabar. O SUS é que salva.” Defende a qualidade do serviço prestado afirmando: “Pode ter tudo quanto é convênio, mas o SUS é que tem o pessoal da USP, da Unifesp, da Unicamp, Unesp. O SUS é o melhor programa do mundo e a Itália baba de inveja. Sabia disso?”. Para complementar o atendimento à população na área da saúde, a Associação oferece à comunidade: atendimento psicológico, acompanhamento de enfermeiras, oficinas de alimentação natural e curso de utilização de ervas medicinais.

No entanto, Neide reconhece que ainda são necessárias conquistas junto à esfera estatal. Ela reflete sobre as possibilidades de atuação dos conselhos comunitários e reconhece que o poder público pouco tem feito para ativá-los e dinamizá-los. “Serra detesta conselhos de saúde, de escola, não alimentou nenhum destes. Kassab também não foi um grande adepto dos conselhos. Acho que o governo da Erundina foi muito bom. O Governo Marta foi bom, mas o da Erundina foi melhor”. Acredita que os conselhos precisam ser deliberativos, de forma que representem a fala dos moradores. Na educação, observa a necessidade de ampliação da interação entre as direções das escolas com as comunidades que as circundam, aproximando crianças e jovens das discussões sociais e políticas, a fim de criar uma geração potencialmente participava nas transformações projetadas pela comunidade. Na região existem sete escolas, com cerca de 3 mil alunos cada, conforme aponta Neide. Para intervir junto aos alunos é necessário intervir

primeiramente junto à direção destas escolas. “Diante da violência, da bandidagem, da situação da burguesia do Brasil [...] dar outro foco para toda essa energia. Tem pessoas que precisam canalizar energia. Chamar para se responsabilizar pela comunidade e pela sociedade como um todo”.

Rafael também aponta problemáticas na atuação em conjunto ao Estado. Em um edital aberto pelo Governo Federal, definia-se como meta a inauguração de 50 bancos comunitários no Brasil. Quem acessou esse recurso organizou, com ajuda ou não, o processo de implantação. Contudo, as especificações e limites colocados pelo edital não dialogaram com as comunidades. “O que aconteceu foi que quem acessou esse dinheiro teve que sair atrás de lugar para montar banco comunitário, foi muito mais uma demanda do poder público, tanto que muitos bancos não vão vingar por causa disso”. Afirmo que a falta de diálogo provoca, além do desperdício de recurso público – tendo em vista a possibilidade de que nem todos os bancos funcionarão efetivamente – um estranhamento devido à falta de compreensão dos reais objetivos de um banco comunitário. “Quem já tinha 50% do processo andado em uma comunidade e descobriu que ali não daria certo, não pôde abandonar o processo e inaugurou o banco. Precisou mostrar para o Estado que cumpriu a meta”.

Assim, ao mesmo tempo em que a Associação atua em parceria com o Estado, reconhecendo a falta de mecanismos que viabilizem a compreensão das diferentes realidades, ela se utiliza dele, principalmente dos recursos por vezes disponibilizados, de forma estratégica, a fim de concretizar e efetivar projetos ligados às reais demandas. Reconhece-se que o Estado contribui com a redistribuição de renda ao concretizar programas sociais, ao lançar editais e inclusive ao abrir espaço para experiências como os bancos comunitários, por exemplo. Contudo, a crítica é realizada a todo o momento.

É na contradição que as pessoas se unem para refletir sobre a realidade e possíveis táticas de atuação, inclusive, em parceria com o Estado. Vivenciar tais contradições favorece a consolidação de uma identidade, fortalece o sentimento de pertencimento e o desenvolvimento de um pensamento crítico. Se considerarmos essa identidade

como identidade de classe, fortalecida nas reflexões sobre as diversas contradições existentes, esta pode estar ultrapassando a fase econômico-corporativa descrita por Gramsci, expandindo-se e avançando na luta por igualdade na esfera político-jurídica e administrativa. A consciência de que os interesses corporativos superam o círculo corporativo e de grupo econômico, podendo e devendo tornarem-se os interesses de outros grupos, possibilita avanços na disputa por hegemonia.

Gramsci cunha o seu conceito de “catarse” como o processo pelo qual uma classe supera os seus interesses econômico-corporativos e se eleva a uma dimensão universal. A “catarse”, o equivalente gramsciano da passagem da “classe em si” a “classe para si” em Marx (1985, p. 153-160), é o momento no qual a classe deixa de ser puro fenômeno econômico corporativo, em que apenas reconhece a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-lo, graças à elaboração de uma vontade coletiva, para converter-se em sujeito consciente da história. Se não é capaz de realizar essa “catarse”, uma classe social não pode se tornar classe nacional, representante dos interesses de um bloco majoritário, capaz de conquistar a hegemonia na sociedade (Coutinho, 2011b, p. 20). Segundo Coutinho:

A supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras: como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social é dominante dos grupos adversários, que tende a ‘liquidar’ ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados (Coutinho, 1981, p. 94).

A supremacia aparece como o momento sintético que unifica sem homogeneizar a hegemonia e a dominação. Essas duas funções, segundo Gramsci, existem em qualquer forma de Estado. No entanto, o fato de que um Estado seja menos “ditatorial” e/ou mais “hegemônico” depende da autonomia relativa das esferas contidas na superestrutura. Autonomia e predominância que dependem não apenas do grau de socialização da política alcançada pela sociedade em questão, mas também da correlação de forças entre as classes sociais que disputam a supremacia (Coutinho, 1981, p. 94).

A supremacia dada por uma direção intelectual e moral da sociedade civil não poderia ocorrer sem a existência do mínimo de coesão entre a classe emergente e classes subalternas no exercício da hegemonia. Segundo Gramsci, os trabalhadores, percebendo-se como classe e refletindo sobre a realidade enquanto reais produtores de riqueza comandariam o processo catártico, do contrário não poderiam engajar-se numa luta revolucionária. O problema de uma revolução nessa perspectiva, segundo Hobsbawm, consiste em tornar capaz de hegemonia uma classe até então subalterna, levando-a a acreditar em si e a ser vista como uma classe dominante pelas demais (2011, p. 294).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compor o último ponto deste trabalho, trago alguns aspectos da problemática com a qual trabalho, não desenvolvidos anteriormente, sugerindo novos estudos a partir da identificação dos limites do recorte desta pesquisa. Mesmo reconhecendo a importância desta experiência e de suas articulações com redes e movimentos sociais, ganhando a dimensão política, saliento que um estudo que abarque o maior número de experiências possíveis em território nacional possibilitaria uma substancial análise de classe. Como mencionado, nesta pesquisa faço este exercício salientando, entretanto, a importância do desenvolvimento de um estudo de maiores proporções. Por fim, procuro também refletir sobre questões emergidas no processo de desenvolvimento da própria pesquisa, assim como os alcances e limites da metodologia utilizada.

Com relação à discussão teórica, utilizo como subsídio, neste primeiro momento, a entrevista concedida por Harvey à IHU On-Line, em que o autor dialoga sobre modelos político-econômicos alternativos. Segundo o geógrafo, a esquerda não conseguiu criar um consenso acerca de propostas para o enfrentamento das dificuldades presenciais. Tais dificuldades, segundo o autor, caracterizam-se por uma crise de legitimação, na qual o capitalismo vem sendo mais intensamente questionado como forma viável de satisfazer as necessidades humanas, abrindo campo para a elaboração de diversas alternativas. Em sua análise, enquanto uma parcela de pessoas procura reformar o capitalismo, a fim de obter maior igualdade e sustentabilidade ambiental, outra defende um caminho revolucionário, com a derrubada direta do capitalismo. Este último grupo encontra-se, por sua vez, seccionado: parte deseja tomar o poder estatal e utilizá-lo nas revoluções a caminho do socialismo. Outra parte deseja construir sistemas sociais e político-econômicos fora das coordenadas capitalismo e de suas instituições.

Em qual destes grupos podemos situar a Economia Solidária no Brasil? Para responder esta questão torna-se necessário a prévia definição de alguns conceitos relacionados à Economia Solidária. Poderia dispor com destaque dos termos *reciprocidade* e *solidariedade*; no entanto, em meu trabalho optei por não discorrer sobre reciprocidade, devido ao recorte que propus. Contudo, compreendo-o como Abramovay (2004, p. 22) quando constata que nas sociedades contemporâneas “a exploração toma a forma de reciprocidade” e que, consequentemente, as políticas de microfinanças consideram a reciprocidade unicamente em sua face negativa, “pois nega-se que reciprocidade tenha um papel constitutivo da condição humana e para o funcionamento das trocas capitalistas”. Para Abramovay (2004, p. 45), “o crédito exprime uma forma de dominação”, sendo necessário abolir as relações de proximidade dentro das práticas financeiras por meio da criação de ambientes institucionais – ou mercados competitivos. Assim, se estimularia a criação de sistemas financeiros voltados aos pobres, o que, segundo Singer (2004, p. 16), possibilitaria “libertá-los dos custos de uma reciprocidade que os mantêm manietados à miséria”. Para tanto, seria necessária a racionalização das organizações para a constituição de instituições de microfinanças, conduzindo suas vidas financeiras de modo racional e se emancipando dos laços de exploração. Permitiria fazer “frente aos monopólios financeiros naturais e tradicionais que cercam e limitam os mais pobres, e que, pelo permanente endividamento, mantêm-nos subordinados por laços clientelísticos. No limite, gera-se a escravidão por dívida”. (Lisboa, 2011, p. 4).

Tanto os indivíduos sem acesso ao sistema bancário convencional – especificamente aos serviços de crédito, por não comprovarem renda e/ou estabilidade financeira, dentre outros critérios para aprovação –, quanto os que se utilizam dele – mesmo com o simples porte de um cartão de crédito –, sofrem os impactos da atual legislação bancária brasileira. Entretanto, uma nova reforma bancária, envolvendo diferentes forças políticas em atuação, não está no horizonte próximo, dada a atual conjuntura nacional. Seria necessária uma intensa organização da classe trabalhadora, a fim de pressionar os diferentes atores sociais a retornarem às discussões referentes à reforma bancá-

ria. Como resposta, e de forma hipotética, a classe dominante poderia desenvolver estratégias que desmantelassem iniciativas com propostas alternativas. Bancos públicos e privados e instituições financeiras poderiam criar mecanismos inclusivos que comportassem a redução da taxa de juros e uma nova metodologia para avaliação e liberação do crédito. O que parece saudável ao mercado financeiro poderia ser o início de uma nova bolha, como a que vimos em 2008.

Frente a esta conjuntura, torna-se impreterível que iniciativas populares no campo das Finanças Solidárias se projetem para além da prestação de serviços bancários, mobilizando a comunidade em torno de um projeto comum, classista e defendido a partir de uma postura política ativa. Nesse sentido, Singer (2008, p. 116) faz um importante alerta: se a Economia Solidária cresce em resposta às contradições do capitalismo, seu crescimento poderá desacelerar-se no futuro. O autor acredita que a Economia Solidária necessita desenvolver sua própria dinâmica, como afirmado anteriormente neste texto.

Algumas experiências estão acontecendo no interior de comunidades em todo o país. No caso específico aqui estudado, as relações de troca entre os moradores da região e a constituição de “caixinhas solidárias” perduram há anos. Assim, a moeda social foi pensada como possibilidade de racionalizar e organizar uma prática que já se efetivava, permitindo aumentar o poder de troca e a reflexão sobre a real necessidade da moeda. Rafael, atribuindo essa faceta às moedas sociais e às moedas dos movimentos culturais, relatou em entrevista algumas considerações iniciais que proporcionaram a efetivação da implantação das moedas Sampaio e Solano na região: “A gente já troca sem moeda. A gente troca numa relação de favor e não queremos ficar assim. Tem gente com equipamento e estrutura que não vou acessar”. A criação deste mecanismo possibilitou, de acordo com Rafael, enxergar quem estava disposto a trocar trabalhos e serviços ou “se o cara está a fim de ter o dele só para ele”. Em sua opinião, o mais importante nessa relação é poder gerar reflexão sobre o valor e a dinâmica da economia. “Que se comece a fazer, pelo menos, que as pessoas reflitam sobre quanto vale. Que aquilo tem valor, que tem uma economia circulando e um sentido econômico”.

Entretanto, refletindo sobre cooperativismo e o associativismo, não podemos isentá-los da discussão referente à propriedade privada. Para alguns autores tanto o cooperativismo quanto o associativismo são formas intermediárias de propriedade, pois se encontram constituídas dentro do marco capitalista. Para Mészáros, é necessário reconhecer que há limites claros à propriedade de trabalhadores num contexto onde não há generalização de expropriações e que a “expropriação dos expropriadores” deixa em pé a estrutura do capital. Acredita que a questão basilar seja o “controle global do processo de trabalho pelos produtores associados, e não simplesmente a questão de como subverter os direitos de propriedade estabelecidos” (Mészáros, 2002, p. 628). Confere ao fortalecimento dos laços entre tais experiências o fator de sobrevivência, pois, isoladas, definharão ou sobreviverão a duras penas e dificilmente avançarão rumo ao controle global do processo de trabalho pelos produtores associados.

Segundo Marx (s/d, n/p)¹, o trabalho cooperativo não deveria permanecer isolado, pois, se assim se conservasse, não poderia libertar as massas ou sequer aliviar o peso de sua miséria. Deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais. A tarefa principal da classe operária passaria a ser a conquista do poder político. Em suas palavras:

Após uma luta de trinta anos, travada com a mais admirável perseverança, as classes operárias inglesas [...] conseguiram alcançar a Lei das Dez Horas. Os imensos benefícios físicos, morais e intelectuais daí resultantes para os operários fabris, semestralmente registados nos relatórios dos inspetores de fábricas, de todos os lados são agora reconhecidos. Mas, estava reservada uma vitória ainda maior da economia política do trabalho sobre a economia política da propriedade. Falamos do movimento cooperativo, especialmente, das fábricas cooperativas erguidas pelos esforços, sem apoio, de algumas «mãos» ousadas. O valor destas grandes experiências sociais não pode ser exagerado. Mostraram com factos,

¹ Marx, Karl. Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. Cf.: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>>. Acesso em: 10 set. 2014.

em vez de argumentos, que a produção em larga escala e de acordo com os requisitos da ciência moderna pode ser prosseguida sem a existência de uma classe de patrões empregando uma classe de braços; que, para dar fruto, os meios de trabalho não precisam de ser monopolizados como meios de domínio sobre e de extorsão contra o próprio trabalhador; e que, tal como o trabalho escravo, tal como o trabalho servo, o trabalho assalariado não é senão uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer ante o trabalho associado desempenhando a sua tarefa com uma mão voluntariosa, um espírito pronto e um coração alegre. [...] Ao mesmo tempo, a experiência do período de 1848 a 1864 provou fora de qualquer dúvida que o trabalho cooperativo – por mais excelente que em princípio (seja) e por mais útil que na prática (seja) –, se mantido no círculo estreito dos esforços casuais de operários privados, nunca será capaz de parar o crescimento em progressão geométrica do monopólio, de libertar as massas, nem sequer de aliviar perceptivelmente a carga das suas misérias. [...] Para salvar as massas industriais, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido a dimensões nacionais e, conseqüentemente, ser alimentado por meios nacionais (Marx, s/d, n/p).

Se analisarmos o trabalho cooperado como um objetivo a ser conquistado, hipoteticamente, será na sociedade civil que ele deverá ser defendido e sustentado primeiramente, de acordo com a perspectiva gramsciana. O autor destaca dois conceitos dialeticamente articulados, *sociedade civil* e *hegemonia*. A sociedade civil², para Gramsci, constitui a arena onde se trava a luta de classes. Nessa arena, a classe trabalhadora deve disputar a hegemonia, passando à direção política da sociedade. Os elementos coercitivos do Estado e do mercado devem ser substituídos por relações consensuais e fundadas num contrato livremente decidido entre os produtores associados, expressão da “sociedade regulada”, pelo “consenso”.

Neste ponto considero importante registrar a interpretação de

² Neste trabalho não me dediquei a pesquisar as diferenças do conceito sociedade civil nas obras de Marx e de Gramsci.

consenso por Gramsci. Diferentemente do que aponta Tarrow, segundo o qual o consenso é construído em torno de significados e identidades comuns – tendo com base aspectos do relativismo cultural, em minha opinião –, Gramsci analisa o consenso como uma agregação ampla em torno de um núcleo de interesses considerados mais gerais e enraizados na comunidade nacional, superando os interesses restritos – ou corporativos (Cerroni, n/d, n/p)³. Para Gramsci, não é a força e a violência que mantêm uma classe no poder, mas o consenso dentro da sociedade civil, possibilitado pela aprovação do sistema de ideais e políticas. O aparelho responsável pela criação do consenso, segundo Gramsci, se comporia das igrejas, escolas, sindicatos e, em especial, a imprensa. Esta última é considerada pelo autor a responsável pela expansão da hegemonia, ao dar visibilidade e fornecer interpretações para determinados acontecimentos que dão sustentação ideológica à classe dominante.

Gramsci não descreve hegemonia como o domínio de uma classe sobre as demais, e sim como a realização de uma série de acordos e alianças entre a classe dominante e grupos subordinados. Para E. P. Thompson, como já discutido anteriormente, a hegemonia não é sinônimo de dominação de uma classe e submissão de outra. A hegemonia “encarna” a luta de classes e leva a marca das classes subordinadas, sua autoatividade e sua resistência.

E. P. Thompson, em seus estudos, utiliza o conceito de *economia moral* para analisar as relações entre as classes em determinados períodos históricos. Para exemplificar:

Os ingleses pobres no século XVIII, cujo comportamento era orientado por pressupostos éticos e morais, referendados nos costumes, na tradição, e em um consenso popular, que ao serem desrespeitados pelos sujeitos da nascente economia do ‘livre mercado’ geravam indignações e ações diretas no intuito de controlar os preços dos alimentos (Schenato, 2010, p. 1).

³ Cerroni, Umberto. Consenso. Gramsci e o Brasil. Cf.: <www.acesa.com/gramsci/texto_visualizar.php?mostrar_vocabulario=mostra&id=6377>. Acesso em: 20 ago. 2014.

Neste aspecto, considero importante ressaltar que o grupo estudado não se reconhece como classe subordinada, no sentido literal do termo, e nem em vias de constituir acordos interclasses. Pude fazer esta constatação analisando falas como: “Não queremos ser incluídos ou incluir alguém” e “Estamos construindo outros valores que preservem as relações humanas. Assim construiremos outra sociedade, mais solidária”. Ou ainda, porque os acordos realizados junto à esfera estatal são, na realidade, estratégias destinadas a fomentar projetos, na maioria dos casos.

Outro ponto que gostaria de ressaltar nestas considerações finais relaciona-se aos conceitos de *classe* e *ação coletiva*. De forma abreviada, para Marx as classes sociais se formam principalmente a partir da divisão social do trabalho; de um lado os proprietários e do outro o expropriados dos meios de produção, definindo-se de acordo com a posição que ocupam na estrutura produtiva. Gramsci e E. P. Thompson destacaram, na dialética desse processo, a importância dos elementos culturais na formação e na articulação da classe. A concepção de cultura, nesse sentido, se dá como espaço de conflitos e disputas entre os diferentes projetos que visam à hegemonia na sociedade; o espaço onde se manifestam todas as contradições, inclusive a econômica, como afirmam Vieira e Oliveira a respeito do pensamento de E. P. Thompson:

Essa tese, muitas vezes adjetivada pejorativamente como culturalista, não pretende afirmar a supremacia da luta no plano cultural ou ideológico, em detrimento do plano econômico. Em rigor, objetiva sustentar a noção da cultura como o lugar de síntese, de manifestação de todas as contradições, inclusive a econômica (Vieira; Oliveira, 2010, p. 536).

Tarrow considera importante o quadro cultural no desenvolvimento de ações coletivas. Quando analisa Marx, afirma que este considerou o conflito como algo inscrito na estrutura da sociedade, desconsiderando o engajamento em ações coletivas como uma escolha individual e subestimando os recursos necessários para o engajamento, suas dimensões culturais e a importância da política. Afirma que,

para Marx, “os indivíduos se envolvem em ações coletivas em termos historicamente determinados: as pessoas se engajarão em ações coletivas, ele pensou, quando sua classe social entrar numa contradição totalmente desenvolvida com seus antagonistas” (Tarrow, 2009, p. 28).

Contudo, Hobsbawm (2011, p. 292) faz outra interpretação. “É a práxis, a história que os próprios homens fazem, ainda que em condições históricas herdadas e em movimento, é que os homens fazem, e não apenas as formas ideológicas em que eles se tornam conscientes das contradições da sociedade”. De acordo com o autor, os homens “resolvem-nas pela luta”, podendo esta ser chamada de ação política. Contudo, há um reconhecimento de que a própria ação política é uma atividade autônoma, embora ela “nasça no terreno ‘permanente’ e ‘orgânico’ da vida econômica” (Gramsci, apud Hobsbawm, 2011). Sustentando-se em Gramsci, ressalta a ação política como “a atividade humana central, o meio pelo qual a consciência individual é posta em contato com o mundo social e natural em todas as suas formas” (Gramsci, 2000, apud Hobsbawm, 2011, p. 292).

Refletindo sobre as interpretações acima, relacionando-as à apreensão dos entrevistados sobre os termos *arte* e *cultura*, e considerando a arte um produto da cultura, é possível negar a argumentação de Tarrow quando afirma que Marx desconsiderava dimensões culturais nas ações coletivas. Marx (1974b, p. 12-21), nos “Manuscritos econômico-filosóficos”, refere-se à arte como parte integrante do processo de humanização, ou seja, como forma específica da práxis, por meio da qual os homens se objetivam. A arte, desta maneira, pode ser utilizada para a humanização dos sentidos, como forma de conhecimento e como instrumento de intervenção na realidade social, como mencionei anteriormente.

Destaco também o fato de que alguns entrevistados relataram não reconhecer na comunidade o sentimento de pertencimento de classe, segundo o pensamento marxiano: “Nem todo mundo se enxerga assim, acho que uns 60%”, afirma Neide. A cultura e as manifestações culturais e artísticas seriam os principais elementos, por meio dos quais se reconhecem como grupo. Contudo, analisando as produções locais constatei o não acesso e/ou o desapossamento de determinados

meios de produção. Lendo o Projeto *Economia Viva*, encaminhado para o Ministério da Cultura no ano de 2011 e fazendo meu trabalho de campo, dois produtos da cultura periférica se destacaram: o rap e o funk. O motivo para o desenvolvimento destes está na facilidade da produção, quando em relação a outros estilos musicais e produções artísticas que necessitam conjugar infraestrutura, conhecimentos e investimentos. Essa verificação remeteu-me ao conceito de Marx sobre classe, possibilitando-me pensar que, apesar de não haver um reconhecimento, podem compor uma classe. Por não possuírem os meios necessários para produção artística, são em parte dos casos, explorados por agências e gravadoras comerciais.

Alguns espaços públicos e privados são utilizados por grupos e indivíduos organizados ou independentes, possibilitando a produção e a comercialização de produtos em feiras culturais, lojas comunitárias, espaços culturais, teatros, cineclubes entre outros. Contudo, o acesso a uma produção cultural de qualidade exige conhecimento especializado e de alto custo, limitando, conseqüentemente, as produções artísticas da periferia. Atualmente, muitos jovens recebem formação de entidades sociais e comunitárias, causando mudanças nas relações humanas e agregando novas perspectivas de vida. Ainda assim, esses jovens encontram dificuldades na obtenção de trabalho e/ou geração de renda com o conhecimento adquirido. Na maioria dos casos, o acesso aos equipamentos e/ou a dificuldade de pagamento pelos trabalhos realizados são fatores limitadores.

O Banco Comunitário União Sampaio procura auxiliar financeiramente as produções artísticas da comunidade por meio do oferecimento do crédito cultural, e a Agência Popular Solano Trindade auxilia nas produções artísticas, na sua divulgação e comercialização. Dessa forma, a arte ganha visibilidade, difundindo valores e um projeto de sociedade. Para constar, exponho alguns dados sistematizados pelo Banco Comunitário enquanto terminava a escrita deste texto. Em cinco anos de gestão coletiva da riqueza comunitária, o Banco Comunitário União Sampaio foi responsável por R\$ 100 mil em 285 empréstimos para famílias moradoras do bairro Jardim Maria Sampaio e entorno. Destes, 72% foram concedidos a mulheres e 28% a homens,

com valor médio de R\$ 500,00. Atualmente, 40 estabelecimentos comerciais do bairro aceitam a moeda social Sampaio.

Outra afirmação possível de ser realizada após esta pesquisa refere-se à necessidade de formação e fortalecimento da Rede de Bancos Comunitários, bem como de toda a Rede de Economia Solidária existente. A consolidação das redes supracitadas impede a efetivação da máxima que prediz ser comum o fortalecimento das moedas paralelas quando a moeda oficial encontra-se fraca e, na medida em que a economia se recupera, a moeda paralela deixa de compor sentido.

As hipóteses levantadas inicialmente foram confirmadas, dando conta dos objetivos específicos descritos na introdução deste texto. O envolvimento direto ou indireto com as atividades da Associação, do Banco Comunitário e/ou da Agência Popular possibilitam mudanças positivas nos padrões econômico-qualitativos na vida das pessoas, além da compreensão da importância das ações praticadas coletivamente. A Associação, o Banco Comunitário e a Agência Popular funcionam como ferramentas estratégicas na constituição de uma identidade, compartilhando valores, interesses e projetos comuns. As iniciativas viabilizam a formação e a participação política das pessoas e o fortalecimento de demais mobilizações populares.

Entretanto, não proponho uma visão ingênua e idealista; aponte também os limites da experiência. Procurei nos capítulos anteriores expor as dificuldades percebidas pelas pessoas envolvidas direta e indiretamente com as ações das referidas organizações. Na minha percepção, tais dificuldades devem ser observadas como pertencentes ao processo formativo, assim como os limites, pois, na sua identificação e enfrentamento, os laços entre as pessoas podem ser fortalecidos e os objetivos que as colocam sob o mesmo horizonte, revitalizados.

Quanto aos métodos utilizados nesta pesquisa, mais especificamente para o levantamento bibliográfico, registro minha dificuldade na escolha de referenciais teóricos para auxiliar na definição de conceitos como *trabalho*, *consciência de classe* e *experiência de classe*. Procurei recorrer a autores clássicos, visando não fugir do sentido original, percebendo, contudo, minhas limitações na realização de síntese

ses. Algumas fontes de revisão documental não foram suficientes ou não traziam as informações necessárias – como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), por exemplo, que não dispunha de informações e índices para compor um quadro socioeconômico dos moradores da região. Quanto às entrevistas, em alguns momentos considerei melhor modificar, de semiestruturada para narrativa, como foi o caso de Neide que, contando sua rica história de vida, possibilitou-me perceber pontos importantes relacionados à constituição da região, ao desenvolvimento das ações coletivas e aos valores e princípios mantidos pela Associação. Em campo, observei o interessante protagonismo das mulheres. Por haver na Associação uma mestrandia da USP pesquisando e realizando uma discussão de gênero em seu trabalho, mantive meu foco original, sem priorizar este ponto em minhas análises.

A observação foi o momento mais importante desta pesquisa, pois, em contato com a realidade, conheci pessoas, lugares, pude compreender algumas visões e leituras de mundo e, de fato em campo, vivenciei sua realidade, compartilhando suas experiências, e assim superando uma estrita observação “positivista” da realidade. Ainda assim, considero importante registrar certa dificuldade em fazer a síntese entre o conceitual e a dimensão empírica na narrativa utilizada para a exposição dos dados desta investigação. Este ponto continuará a ser um desafio para mim como pesquisadora.

Apesar de considerar meus registros de campo interessantes, avalio-os como um recorte extremamente limitado do que vivenciei junto ao grupo. Durante todo o processo de redação evitei ser reducionista e determinista. Como pesquisadora exterior à realidade estudada, sei que não percebi algumas nuances, que somente meu envolvimento pessoal com a Associação, por um período maior de tempo, poderia me proporcionar. Tal envolvimento é um desejo que manterei vivo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. A densa vida financeira das famílias pobres. In: _____. (Org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume, Fapesp, ADS-CUT, Sebrae, 2004.

AGÊNCIA POPULAR SOLANO TRINDADE. Disponível em: <<http://agsolanotrindade.com>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

AGLIETTA, Michel; ORLÉAN, André. **La monnaie entre violence et confiance**. Paris: Odile Jacob, 2002. Disponível em: <www2.univ-mlv.fr/artfperroux/publications/delaunay/publi_Delaunay4.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2013.

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta. **Causa e efeito**: contribuições de Marx para investigações sobre finanças e inovação. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2008. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20326.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2013.

ALI, Tariq. O espírito da época. In: HARVEY, David et al. **Occupy**. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012. 87 p.

ALMEIDA, Júlio. Como o Brasil superou a crise. In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. **Dossiê da crise II**, ago. 2010.

ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? In: HARVEY, David et al. **Occupy**. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012. 87 p.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ARCARY, Valério. Os abismos regressivos da história: anotações sobre a crise econômica internacional (2008-2011) **Crítica e Sociedade**, v. 1, n. 3, dez. 2011. (Dossiê: A crise atual do capitalismo).

ARRUDA, Marcos. Novas instituições financeiras internacionais

para uma nova arquitetura financeira global. **Fórum Social Mundial Belém**, 29 jan. 2009.

BANCO COMUNITÁRIO UNIÃO SAMPAIO. Disponível em: <<http://bccomunitariouniaosampaio.wordpress.com>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

ASSIS, José Carlos de. A superação da crise pelo pleno emprego. In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. **Dossiê da Crise**, nov. 2008.

BARBOSA, Walmir. **Sociologia e Trabalho**: uma leitura sociológica Introdutória. Goiânia: s/ed., 2002. Disponível em: <www.goiania.ifgoias.edu.br/cienciashumanas/images/downloads/cadernos/caderno_sociologia_trabalho.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2014.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERGAMIN, Marta de Aguiar. Moeda social em São Paulo: inventando novos arranjos comunitários. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Curitiba, 2011.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília, V. 48, Relatório Anual 2012.

BONANNO, Alessandro. Globalização e a reorganização tempo-espaço: implicações para os sociólogos do futuro. In: CAVALCANTI, Josefa S. B.; WEBER, Silke; DWYER, Tom (Org.). **Desigualdade, diferença e reconhecimento**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009. (Série Sociologia das Conflitualidades).

BORDIGA, Amadeo; GRAMSCI, Antônio. **Conselhos de Fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BÚRIGO, Fábio Luiz. Cooperativas de crédito. In: PRETTO, José Miguel Pretto (Org.). **Cooperativismo de crédito e microcrédito rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 51-57.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e**

Sociedade, v. 1, n. 3, dez. 2011. (Dossiê: A crise atual do capitalismo.)

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação. In: HARVEY, David et al. **Occupy**. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012. 87 p.

CARVALHO, Fernando Cardim de. O retorno de Keynes. **Novos Estudos Cebrap**, n. 83, mar. 2009. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002009000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 nov. 2013.

_____. Entendendo a recente crise financeira global. In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. **Dossiê da crise**, nov. 2008.

CERRONI, Umberto. Consenso. **Site Gramsci e o Brasil**. s/d. Disponível em: <www.acessa.com/gramsci/texto_visualizar.php?mostrar_vocabulario=mostra&id=637>. Acesso em: 20 ago. 2014.

CHEPTULIN, Alexander. **A dialética materialista**: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

CODO, Wanderley. **O que é alienação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **Resolução 2.828**, de 30/3/2001.

COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. **Bancos oficiais no Brasil**: origens e aspectos do seu desenvolvimento. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981.

_____. **De Rousseau a Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. Gramsci e nós In: BIANCHI, Álvaro. **Gramsci no Brasil**. Seleção de textos. Bologna: II Mulino, 2011b.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci contra o Ocidente. In: BIANCHI, Álvaro. **Gramsci no Brasil**. Seleção de textos. Bologna: II Mulino, 2011.

DIAS, Edmundo Fernandes. Cultura e cidadania. In: BIANCHI, Álvaro. **Gramsci no Brasil**. Seleção de textos. Bologna: II Mulino, 2011.

_____. Democracia e socialismo: questões de princípio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

DOMINGUES, Marta Regina; TEIXEIRA, Marilane Oliveira (Org.). **Metodologia para um índice de Desenvolvimento em Empreendimentos Solidários**. São Paulo: CUT, 2007.

DOWBOR, Ladislau. Os caminhos da corrupção: uma visão sistêmica. **Economia Global e Gestão**, v. 17, n. 3, 2012. Disponível em: <www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/egg/v17n3/v17n3a05.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2013.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Dívidas soberanas: Limites do receituário keynesiano para uma crise estrutural. **Crítica e Sociedade**, v. 1, n. 3, dez. 2011. (Dossiê: A crise atual do capitalismo).

ENGELS, Friedrich. **Anti-Düring**, 1877. Disponível em: <<http://multiajuda.com.br/baixar-arquivos.php?id=13254>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

FARHI, Maryse; PRATES, Daniela Magalhães; FREITAS, Maria Cristina Penido de; CINTRA, Macedo Antonio. Crise e os Desafios para a Nova Arquitetura Financeira Internacional. In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. **Dossiê da crise**, nov. 2008.

FARHI, Maryse e CINTRA, Macedo Antonio. **A crise financeira e o global Shadow Banking System**. São Paulo: Fundap, 2009. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002008000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 nov. 2013.

FARHI, Maryse. Double Dip: A recuperação econômica em questão. In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. **Dossiê da crise II**, ago. 2010.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **Auditoria cidadã da dívida dos Estados**. Brasília: Inove Editora, 2013.

FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; DODI, Alessandra von Borowski (Coord.). **Inclusão financeira no Brasil** –

Projeto estratégico do Banco Central. In: _____. **Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil:** visão de diferentes atores. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009. 254 p.

FERNANDES, Florestan. Reconstrução da realidade nas Ciências Sociais. **Mediações**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 47-56, jan./jun. 1997.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). Disponível em: <www.fbes.org.br>. Acesso em: 12 jun. 2014.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Por que os BCDs são uma forma de organização original? In: NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (NESOL-USP). **Banco Palmas 15 anos:** resistindo e inovando. São Paulo: A9 Editora, 2013.

_____. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, jan./jun. 2007.

_____. A temática da economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 11-31, jan./fev, 2003.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. A importância dos bancos comunitários para a inclusão financeira. In: NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (NESOL-USP). **Banco Palmas 15 anos:** resistindo e inovando. São Paulo: A9 Editora, 2013.

GAIGER, Luiz Inácio Germany (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932-1934): breves notas sobre a política de Maquiavel. In: _____. **Cadernos do cárcere:** Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V. 3.

_____. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

_____. **La costruzione del Partito Comunista (1923-1926)**. 5. ed. Torino: Einaudi, 1978.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. **A crise do capitalismo e a construção de alternativas**. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU) On-Line. Disponível em: <www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2437&secao=287>. Acesso em: 20 jul. 2014.

HERMANN, Jennifer. Da Liberalização à Crise Financeira Americana: a morte anunciada chega ao Paraíso. In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. **Dossiê da crise**, nov. 2008.

HOBSBAWM, Eric John. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HUSSON, Michel. Crise: salários contra lucros. **Carta Maior**, nov. 2008. Disponível em: <www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15393>. Acesso em: 15 nov. 2013

INFORMAÇÕES CRIMINAIS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <www.infocrimunicipal.com.br>. Acesso em: 23 jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). Disponível em: <www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 20 jul. 2013.

INSTITUTO PALMAS. Disponível em: <www.institutobancopalmas.org>. Acesso em: 23 jun. 2013.

KEYNES, John Maynard. **The general theory of employment, interest and money**. New York, HBJ Book, 1964.

LEITE, Márcia de Paula. Classe, ideologia e o trabalho. **Cadernos Cedec**, n. 8, 1987.

LISBOA, Armando de Melo. Finanças populares, território e reciprocidade. **Atualidade Econômica**, ano 22, n. 57. jan./jul. 2011.

Disponível em: <<http://cnm.ufsc.br/files/2013/08/Boletim-N.-57.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

MANCE, A. Euclides. **Redes de Economia Solidária: a expansão de uma Alternativa Global**, 2002. Disponível em: <http://www.fbcs.org.br/biblioteca22/mance_rits.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O capital**. Livro 1, V. 1. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2003a.

_____. **Prefácio da contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003b.

_____. **O capital**. V. I. T. 1. Círculo do Livro, 1996. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2013.

_____. **O capital**. V. III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

_____. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Global Editora, 1985.

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O capital**. V. III. London: Penguin Books, 1981.

_____. **O capital**. V. II. London: Penguin Books, 1978.

_____. **Théories sur la Plus-Value**. Editions Sociales, Paris, 1975.

_____. **Manuscritos: economía y filosofía**. Madrid: Alianza Editorial, 1974a.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974b.

_____. **Grundrisse**. London: Penguin Books, 1973.

_____. **O capital**. V. I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

_____. **Salário, preço de lucro.** 1865. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000077.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2013.

_____. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas.** São Paulo: Alfa-Omega, s/d. V. 2. Disponível em: <www.consultapopular.org.br/sites/default/files/As%20Lutas%20de%20Classes%20em%20Fran%C3%A7a%20de%201848%20a%201850.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2013.

_____. **Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores.** s/d. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>. Acesso em: 10 set. 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (Feuerbach). 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARTINS, José de Souza. A aliança entre capital e propriedade da terra: a aliança do Atraso. In: _____. **A política do Brasil lúmpen e místico.** São Paulo: Contexto, 2011.

MEDEIROS SANTOS, Iliane. **Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina – BADESC: sua transformação em agência de fomento e o microcrédito.** 2011. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bancos comunitários de desenvolvimento: uma rede sob o controle da comunidade.** Fortaleza: Arte Visual, 2007.

MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro. de; DEOS, Simone. O papel dos bancos públicos e a experiência brasileira recente. In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. **Dossiê da crise II**, ago. 2010. p. 63-66.

MENGER, Carl. On the Origin of Money. **The Economic Journal.** June, 1892, p. 239-255. Disponível em: <www.librosorevistas.com/o/menger-carl-el-origen-del-dinero-pdf.html>. Acesso em: 14 nov. 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo; Campinas: Unicamp, 2002.

MICK, Jacques. Dinheiro é poder? Uma análise do impacto social e político do microcrédito a partir do caso da Portosol (1996-2002). **Anais do XXVIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs)**, Caxambu, MG, 2004.

_____. **O caráter social do crédito: microcrédito, combate à pobreza e desenvolvimento alternativo – a experiência brasileira e o caso da Portosol (1996-2002).** Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MOLLO, Maria de L. Rollenberg. Capital Fictício, Autonomia Produção-Circulação e Crises: Precedentes Teóricos para o Entendimento da Crise Atual. **Economia**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 475-496, set./dez. 2011.

_____. Moeda e taxa de juros em Keynes e Marx: observações sobre a preferência pela liquidez. **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, 15., Curitiba. **Anais...**, Curitiba, ANPEC, p. 205-223, 1987.

MORAES, Maria Célia; MÜLLER, Ricardo Gaspar. E. P. Thompson: e a Pesquisa em Ciências Sociais. In: MÜLLER, Ricardo G.; DUARTE, Adriano (Org.). **E. P. Thompson: política e paixão**. Chapecó: Argos/Unochapecó, 2012.

MORAES NETO, B. Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MUSTO, Marcello. A crise do capitalismo e a importância atual de Marx. **Carta Maior**, setembro de 2008. Disponível em: <www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15253>. Acesso em: 15 nov. 2013.

NEGRÃO, João José de Oliveira. **O governo FHC e o neoliberalismo**. Disponível em: <www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2013.

PALLEY, Thomas I. A Exaustão do Paradigma de Crescimento da Economia Americana. In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA

BRASILEIRA. **Dossiê da crise II**, ago. 2010.

PAULUCCI, María Alejandra. **A Cipla: uma experiência de empresas recuperadas pelos trabalhadores**. Dissertação de mestrado, Florianópolis: UFSC, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP), 2010.

PERIFERIA EM MOVIMENTO. Disponível em: <<http://periferiaemmovimento.wordpress.com>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

PINASSI, Maria Orlanda. Entrevista concedida à Caros Amigos, 1 fev. 2012. Disponível em: <http://www.boitempoeditorial.com.br/publicacoes_imprensa.php?isbn=978-85-7559-137-6&veiculo=Revista%20Caros%20Amigos>.

_____. **Da miséria ideológica à crise do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

PITTS, Natasha. **Projeto de lei propõe regulamentar atuação de bancos comunitários**. 2009. Disponível em: <<http://socialiris.wordpress.com/tag/banco-palmas>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

RAIMUNDO, Luciana. **Contribuições das Ciências Sociais na abordagem da Economia Solidária**. Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS (RBBC). Disponível em: <www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios>. Acesso em: 23 abr. 2014.

REDE PAULISTA DE BANCOS COMUNITÁRIO (RPBC). Disponível em: <<http://bancoscomunitariosp.blogspot.com.br>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

REDE DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA ZONA SUL (RESZS). Disponível em: <<http://redeecosolzs.blogspot.com.br>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

RELATÓRIO DE ECONOMIA BANCÁRIA E CRÉDITO. BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2013.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2014.

RISCALI, Guilherme. Por um vintém. **Passa a Palavra**, 17 jun. 2013. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/06/79281>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

RIZVI, Haider. Bancos recebem ajuda de US\$ 4 trilhões. E o resto do planeta? **Carta Maior**, nov. 2008. Disponível em: <www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15401>. Acesso em: 15 nov. 2013.

RUBIN, Isaak I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

SAAD FILHO, Alfredo. Crise *no* neoliberalismo ou crise *do* neoliberalismo? **Crítica e Sociedade**, v. 1, n. 3, p. 6-19, dez. 2011. (Dossiê: A crise atual do capitalismo).

SADER, Emir. 2011: crise capitalista e novo cenário no Oriente Médio. In: HARVEY, David et al. **Occupy**. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012. 87 p.

SCHENATO, Vilson Cesar. **Economia moral e resistências cotidianas no campesinato**: uma leitura a partir de E. P. Thompson e James Scott. Campina Grande: PPGCS/UFCG, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias**: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba: Appris, 2012.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <www.ssp.sp.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2014.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**. Cultura e educação para a democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.

SINGER, Paul. O banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária. In: NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (NESOL-USP). **Banco Palmas 15 anos**: resistindo e inovando. São Paulo: A9 Editora, 2013.

_____. Finanças solidárias e moeda social. In: FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; DODL, Alessandra von Borowski (Coord.). **Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil**: visão de diferentes atores. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009. 254 p.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

_____. Apresentação. In: ABRAMOVAY (Org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume, Fapesp, ADS-CUT, Sebrae, 2004.

_____. **Globalização e desemprego**. Diagnóstico e alternativas. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SOARES, Claudia Lucia Bisaggio. **Moeda social**: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2006.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. **Microfinanças**: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. Brasília: BCB, 2008.

SOLIMEO, Marcel Domingos. **Gramsci e o Brasil**. Disponível em: <www.brasilacimadetudo.com/2014/02/gramsci-e-o-brasil>. Acesso em: 12 jun. 2014.

SOMAVIA, Juan. Número global de desempregados pode passar de 200 milhões. **Carta Maior**, out. 2008. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15334>. Acesso em: 15 nov. 2013.

SUBPREFEITURA DO CAMPO LIMPO, São Paulo, SP. Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/campo_limpo>. Acesso em: 12 jun. 2013.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre as ciências**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TABAK, Benjamin; SOUZA, Rodrigo Andrés de. Conectividade e Risco Sistêmico no Sistema de Pagamentos Brasileiro. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**, 2011.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TERRA, Fábio Henrique Bittes; SILVA, Guilherme Jonas Costa da. Prevenir é melhor que remediar: alternativas de políticas econômicas keynesianas para a prevenção de crises financeiras. In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. **Dossiê da crise II**, ago. 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. A historia vista de baixo. In: SILVA, Sérgio e NEGRO, Antônio Luigi (Org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

_____. **A formação da classe operária inglesa I**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____. **A formação da classe operária inglesa II**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOSCANO, Idalvo. **Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário**. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/779/779.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

UNIÃO POPULAR DE MULHERES (UPM). **Tutorial da União Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências**. Disponível em: <www.uniaopopmulheres.org.br>. Acesso em: 22 abr. 2014.

VIEIRA, Carlos Eduardo; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Thompson e Gramsci: história, política e processos de formação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 519-537, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. A esquerda mundial após 2011 In: HARVEY, David et al. **Occupy**. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012. 87 p.

WRAY, L. Randall. **Trabalho e moeda hoje**. Rio de Janeiro: EDUFRRJ; Contraponto, 2003.

ZIZEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, David et al. **Occupy**. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012. 87 p.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Análise de Conteúdo
ADS – Agência Nacional de Desenvolvimento Solidário
Anteag – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
BB – Banco do Brasil
BCB – Banco Central do Brasil
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDE – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social
BRB – Banco da República do Brasil
Breub – Banco da República dos Estados Unidos do Brasil
CAC – Conselho de Análise de Crédito
Cared – Carteira de Redescontos
Cras – Centro de Referência de Assistência Social
CEF – Caixa Econômica Federal
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
Cresol – Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
EAF – Entidades de Apoio e Fomento
Ecosol – Cooperativa de Economia de Crédito Solidário
EES – Empreendimento Econômico Solidário
EMC – Entidade de Microcrédito
FAP – Formas de Auto-organizações Políticas
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FED – Sistema da Reserva Federal
FMI – Fundo Monetário Internacional
FND – Fundo Nacional de Desestatização

FRS – Fundo Rotativo Solidário
IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
IPE – Instâncias Políticas do Estado
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Infocrim – Informativo Criminal
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular
MDS – Ministério de Desenvolvimento
MEI – Micro Empresa Individual
Mova – Movimento de Alfabetização
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NCI – Núcleo de Convivência do Idoso
OIT – Organização Internacional do Trabalho
Oscip – Organização da Sociedade Civil e de Interesse Público
PIB – Produto Interno Bruto
PND – Programa Nacional de Desestatização
RBBC – Rede Brasileira de Bancos Comunitários
RES – Redes de Economia Solidária
RESZS – Rede de Empreendimentos Solidários da Zona Sul
RPBC – Rede Paulista de Bancos Comunitários
SAS – Secretaria de Assistência Social
Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Selic – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SCMEPP – Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte
SFN – Sistema Financeiro Nacional
Sicoob – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
Sicredi – Sistema de Crédito Cooperativo
Sies – Sistema de Economia Solidária
Sumoc – Superintendência da Moeda e do Crédito
Sutaco – Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades

UBM – União Brasileira de Mulheres

UBS – Unidades Básicas de Saúde

Unicred – Sistema Unicred Brasil

Unisol – União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil

UPM – União Popular de Mulheres

VAI – Valorização de Iniciativas Culturais

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Campo da Economia Solidária no Brasil	44
Figura 2 – Distribuição dos bancos comunitários pelo território nacional (2013)	49
Figura 3 – Organização do sistema financeiro nacional – décadas de 1960 e 1970.....	75
Figura 4 – Evolução da dominância por tipo de controle.....	79
Figura 5 – Manifestação contra o aumento das passagens.....	103
Figura 6 – Dívida Externa do Brasil (US\$ bilhões).....	111
Figura 7 – Dívida Interna do Brasil	111
Figura 8 – Projeção da Dívida Pública Brasileira.....	112
Figura 9 – Câmbio Real	112
Figura 10 – Orçamento Geral da União para 2014.....	113
Figura 11 – Subprefeitura do distrito de Campo Limpo.....	116
Figura 12 – Óbitos por homicídio, por 100 mil, em 2011	126
Figura 13 – Luta da comunidade: Comissão de Saúde – União Popular de Mulheres.....	130
Figura 14 – Encontro de mulheres para discutir a saúde.....	132
Figura 15 – Fachada da Casa da Mulher e da Criança, sede da UPM.....	136
Figura 16 – Moeda social Sampaio.....	141
Figura 17 – Silvestre nas antigas instalações do seu açougue	149

Figura 18 – Moeda social Solano	152
---------------------------------------	-----

Figura 19 – Registro fotográfico do 1º Festival Percurso	219
--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxas mensais de juros – Pessoa Jurídica – 2013	55
--	----

Tabela 2 – Taxas mensais de juros – Pessoa Física – 2013	56
--	----

Tabela 3 – Quantidade de bancos e valores das concessões anuais de créditos livres	80
---	----

Tabela 4 – Evolução do crédito 2011-2013	81
--	----

Tabela 5 – Crédito concedido a pessoas físicas e jurídicas	82
--	----

Tabela 6 – Produtividade Policial da DP Capão Redondo, em 2013	127
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caixas econômicas e bancos de desenvolvimento	74
--	----

Quadro 2 – Direcionamento do crédito.....	83
---	----

Quadro 3 – <i>Dealers</i>	110
---------------------------------	-----

EDITORIA EM DEBATE

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, quer nas editoras comerciais, quer nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não permite acompanhar a demanda existente. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, ante a tendência de se pontuar a produção intelectual conforme as publicações.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Os documentos impressos, tanto os periódicos como os livros, continuam sendo produzidos e continuarão em vigência, conforme opinam os estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas assinaladas podem contribuir de forma complementar e, mais ainda, oferecer mais facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos instrumentais que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e alunos na produção de conhecimentos, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e de pós-graduação, a Editoria Em Debate nasce com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e linhas de pesquisa da UFSC e de outras instituições, conveniadas ou não, sob a orientação de uma Comissão Editorial.

Os editores

Coordenador

Ricardo Gaspar Müller

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia	José Carlos Mendonça
Ary César Minella	Laura Senna Ferreira
Fernando Ponte de Sousa	Maria Soledad Etcheverry Orchard
Iraldo Alberto Alves Matias	Michel Goulart da Silva
Jacques Mick	Paulo Sergio Tumolo
Janice Tirelli Ponte de Sousa	Valcionir Corrêa

Outros lançamentos de 2015

A experiência contemporânea da política entre jovens brasileiros

Janice Tirelli Ponte de Sousa (coord.)

Pedagogia histórico-crítica e sua estratégia política – fundamentos e limites

Neide Galvão Favaro

O espírito dos donos – empreendedorismo como projeto de adaptação da juventude

Camila Souza Betoni

Terrorismo de Estado – a tortura como uma das formas de sua expressão

Sabrina Schultz

Leituras do mundo do trabalho – um olhar sociológico

Laura Senna Ferreira e

Maria Soledad Etcheverry Orchard (org.)

Gênero, educação e sociologia – uma proposta de trabalho didático para o Ensino Médio

Luisa Bonetti Scirea

Ontologia e crítica do tempo presente

*Patricia Laura Torriglia, Ricardo
Gaspar Müller, Ricardo Lara
e Vidalcir Ortigara (org.)*

Luciana Raimundo. Mestra em Sociologia Política pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bacharela em Ciências Sociais e licenciada em Sociologia pela mesma instituição. Pesquisadora voluntária no Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho/UFSC e no Laboratório de Sociologia do Trabalho/UFSC. E-mail: veialatina@gmail.com.

Luciana Raimundo

FINANÇAS SOLIDÁRIAS E A LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA

UM ESTUDO DE CASO

Este livro propõe uma discussão a respeito das Finanças Solidárias no Brasil por meio de um estudo de caso do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade, no Jardim Maria Sampaio, bairro da periferia da Zona Sul de São Paulo, onde funciona a Associação de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências. São investigadas as ações da comunidade ante a inacessibilidade a serviços da rede bancária convencional e a subsídios de produtoras artísticas comerciais. A autora expõe como projetos de bancos comunitários e moedas sociais podem devolver liquidez às regiões periféricas empobrecidas, potencializando o desenvolvimento local, e analisa os impactos da experiência na vida privada e comunitária dos moradores, sua influência na constituição de uma identidade de grupo e de classe e o estímulo à promoção de ações coletivas, visando à disputa por hegemonia.



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-68267-12-7



EDITORIA
EM DEBATE

www.editoriaemdebate.ufsc.br